UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

MARIA APARECIDA DE SOUZA

TERRITORIALIDADES FEMININAS DO CERRADO: IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DE MULHERES CAMPONESAS EM TRÊS LAGOAS-MS

Cáceres
Mato Grosso, Brasil
2022

MARIA APARECIDA DE SOUZA

TERRITORIALIDADES FEMININAS DO CERRADO: IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DE MULHERES CAMPONESAS EM TRÊS LAGOAS-MS

Tese apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais para a obtenção do título de Doutora em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros

Cáceres
Mato Grosso, Brasil
2022

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

S719t

SOUZA, Maria Aparecida de.
Territorialidades Femininas do Cerrado: Identidade, Resistência e Protagonismo de Mulheres Camponesas em Três Lagoas-MS / Maria Aparecida de Souza – Cáceres, 2022.
309 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Ciências Ambientais, Faculdade de Ciências Agrárias e Biológicas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.
Orientador: Flávio Bezerra Barros

1. Territorialidade. 2. Mulheres. 3. Cultura Camponesa. 4. Biodiversidade. 5. Cerrado. I. Maria Aparecida de Souza. II. Territorialidades Femininas do Cerrado: Identidade, Resistência e Protagonismo de Mulheres Camponesas em Três Lagoas-MS: .

CDU 631/635-055.2(817.1)

MARIA APARECIDA DE SOUZA

TERRITORIALIDADES FEMININAS DO CERRADO: IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DE MULHERES CAMPONESAS EM TRÊS LAGOAS-MS

Essa tese foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Ambientais.

Cáceres, 29 de agosto de 2022.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros – PPGA/UFPA
(Orientador)

Profa. Dra. Maria Celma Borges - UFMS
(Examinadora convidada)

Profa. Dra. Lorranne Gomes da Silva - UEG
(Examinadora convidada)

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi - UNEMAT
(Examinador interno)

Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi - UNEMAT
(Examinador interno)

Cáceres
Mato Grosso, Brasil
2022

DEDICATÓRIA

Às mulheres camponesas participantes da pesquisa:

Neli, a honra em conhecer a força, coragem e nobreza feminina.

Onézia, o privilégio de aprendizados regado a simpatia e afabilidade.

Lourdes, agradável contato de imensa singeleza e brandura.

Gabriela, o legado cultural camponês e o respeito ao bioma Cerrado.

Maria, a bravura e coragem marcando uma vida de esperanças.

AGRADECIMENTOS

A Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, pela oportunidade em realizar essa importante etapa: a concretização do doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – PPGCA, UNEMAT, que proporcionou uma interatividade com outras áreas do conhecimento científico, instigando perspectivas diferenciadas com o grupo de docentes e discentes.

Ao Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros, pela confiança depositada, pela paciência e serenidade na condução da orientação prestada.

As mulheres camponesas: Gabriela, Neli, Onézia, Lourdes e Maria que contribuíram com a pesquisa, desvendando suas territorialidades, seus saberes, seus modos de vida e o convívio com a biodiversidade do Cerrado.

A banca de professores, pela solicitude e paciência dispensada para a realização e finalização desta tese, com significativas contribuições na qualificação que proporcionaram o retorno para a defesa com mais segurança.

Ao Sandro Benedito Sguarezi pelo incentivo desde o início, na seleção do projeto e posterior contribuições; ao Aumeri Carlos Bampi por ter aceito fazer parte desta equipe apresentando considerações significativas para o melhoramento do trabalho; à Maria Celma Borges pelas relevantes recomendações, sugestões e arguições construtivas; à Lorranne Gomes da Silva pelos valiosos apontamentos, importantes advertências e auxílio nas adequações necessárias.

A Célia Alves de Souza, pelo incentivo, apoio e afeto.

A Tânia Paula da Silva, pela amizade e apoio sempre presente.

A Laura A. Justiniano Arruda, pela presença amigável.

Ao meu irmão, Edevaldo Aparecido Souza, por suas valiosas contribuições durante o trajeto da pesquisa, pelo incentivo, apoio e confiança.

A minha irmã Neuraci Maria de Souza, pela importante ajuda na realização da entrevista com nossa mãe Gabriela.

Aos meus irmãos, pelas contribuições, apoio e incentivo,

À minha família, esposo e filhos, pelo apoio, paciência e compreensão.

RESUMO

O tema “Territorialidades femininas camponesas do Cerrado: identidade, resistência e protagonismo de mulheres em Três Lagoas-MS” desenvolvido nesta tese buscou contemplar as abordagens do Cerrado e suas territorializações estruturadas e as consequências para as diversidades socioambientais e culturais que se processaram com a modernização do campo e com a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras. O desenvolvimento do capital agrário viabilizou transações subordinadas à lógica regulatória do mercado internacional, estimulando a expansão do agronegócio, prosseguindo com a concentração de terras e as desigualdades fundiárias. Neste cenário, as comunidades camponesas vivenciaram/vivenciam alterações nas relações socioambientais e culturais nos campos do Cerrado, cujas dimensões materiais e imateriais nas relações dos sujeitos com o território se configuraram na consolidação das ações de sobrevivência e de identidades. Estas relações conciliam teias de cumplicidades e vínculos criando feições singulares, combinando as necessidades cotidianas da vida e as riquezas da biodiversidade do Cerrado. Para a abordagem destes processos contou-se com as contribuições de Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Saquet (2007; 2009) na compreensão dos conceitos de territorialização e territorialidade, e na concepção da luta pela terra e campesinato com Fernandes (2001; 2005), Oliveira (2007) e Martins (1981). Buscou-se investigar as territorialidades e o protagonismo feminino camponês, guardiãs da cultura camponesa e da biodiversidade do bioma Cerrado e, para alcançar tal objetivo, utilizou-se os procedimentos fundamentados no método fenomenológico através do estudo das ações e/ou sistemas sociais priorizando a essência dos fatos e a percepção/apreensão dos sujeitos sobre os fenômenos da vida. Optou-se pela pesquisa qualitativa com procedimentos da observação participante e entrevistas abertas, dispondo também da metodologia história de vida, integrante desta abordagem, que possibilitaram as análises das oralidades narradas no intuito de promover diálogos entre a epistemologia científica e os saberes culturais das camponesas, permitindo articulações entre as interpretações e a compreensão dos fenômenos na sua totalidade. Diante dos resultados atingidos, constatou-se que tais procedimentos foram suficientes para a confirmação do protagonismo das mulheres camponesas participantes da pesquisa pelas lutas travadas em busca da terra e pela permanência na terra e, ainda, pela subsistência própria e familiar. As camponesas revelaram o abrigo aos modos de vida fundados nos campos cerradeiros, resguardando os costumes e imprimindo, nas práticas, os saberes repassados para gerações futuras. Ressaltam-se a competência e o zelo enquanto guardiãs da biodiversidade do Cerrado na viabilização de projetos de conservação ou na manutenção das espécies de frutos e propriedades medicinais do bioma, que, com sabedoria e generosidade, os difundiram para as comunidades. A presença feminina camponesa nos campos ou nos espaços urbanos revelou as territorialidades impressas do legado cultural de identidades campesinas cerradeiras, emergindo como protagonistas na luta, no exercício das resistências e na permanência na terra.

Palavras-chave: Territorialidade, Mulheres, Cultura camponesa, Biodiversidade, Cerrado.

ABSTRACT

The title "Female peasantterritorialities of the Cerrado: identity, resistance and protagonism of peasant women in Três Lagoas-MS" developed in this thesis aimed to contemplate the approaches of the Cerrado and its structured territorializations and the consequences for the socio-environmental and cultural diversities that were developed with the rural modernization and the expansion of Brazilian agricultural frontiers. The development of agrarian capital made possible transactions subordinated to the regulatory international market logic, stimulating the expansion of agribusiness, continuing with the concentration of land ownership and land inequalities. In this scenario, peasant communities experienced/experience changes in socio-environmental and cultural relations in the Cerrado fields, whose material and immaterial dimensions in the subjects' relations with the territory were configured in the consolidation of survival actions and identities. These relationships reconcile networks of complicity and bonds, creating unique features, combining the daily needs of life and as a richness of the Cerrado's biodiversity. To approach these processes, contributions from Raffestin (1993), Haesbaert (2004) and Saquet (2007; 2009) are used to understand the concepts of territorialization and territoriality, and in the creation of the struggle for land and peasantry with Fernandes (2001; 2005), Oliveira (2007) and Martins (1981). We aimed to investigate the territorialities and the peasant female protagonism, guardians of the peasant culture and the biodiversity of the Cerrado biome, to achieve this objective, procedures based on the phenomenological method were used through the actions and/or social systems study, prioritizing the essence of the facts and the perception/apprehension of the subjects about the phenomena of life. Thus, we opted for qualitative research with procedures of participant observation and open interviews, also using the life story methodology, which is part of this approach that allowed the analysis of narrated orality to promote dialogues between scientific epistemology and the cultural knowledge of peasant women, allowing articulations between interpretations and understanding of the phenomena in their entirety. Given the results achieved, it was found that such procedures were sufficient to confirm the peasant women's protagonism as participants in the research for the struggles fought in land search and for permanence in the land and their own and family subsistence. The peasants revealed the shelter of the ways of life established in the cerradeiros fields, protecting the mores and imprinting, in the practices, the knowledge passed on to future generations. We emphasize the competence and zeal as guardians of the Cerrado's biodiversity in the viability of conservation projects or in the maintenance of the fruit’s species and medicinal properties of the biome, which, with wisdom and generosity, spread to the communities. The peasant female presence in the fields or urban spaces revealed the printed territorialities of the cultural legacy of rural peasant identities, emerging as protagonists in the fight, in the exercise of resistance and the permanence in the land.

Keywords: Territoriality, Women, Peasant Culture, Biodiversity, Cerrado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Bolsão Sul-mato-grossense 45
Figura 2 – Mapa do Município de Três Lagoas 46
Figura 3 – Mapa de Localização do Assentamento 20 de Março 48
Figura 4 – Mapa de Localização do Cinturão Verde 54
Figura 5 – Croqui do Cinturão Verde 55
Figura 6 – Mapa do Cerrado brasileiro 65
Figura 7 – Foto de Gabriela Tomaz de Souza 115
Figura 8 – A escrita de punho próprio das lembranças de Gabriela 116
Figura 9 – Foto de Guavira (*Campomonesia adamantium)* 118
Figura 10 – Foto de Araticum (*Annona crassiflora)* 120
Figura 11 - O Cerrado: os frutos, o cupinzeiro e o buritizal 122
Figura 12 – A casa, o Rio Corrente, o Cerrado, e os Buritis. 125
Figura 13 – Foto de Vereda com presença de Buritis *(Mauritia flexuosa)* 127
Figura 14 - A imagem da mãe: o respeito e admiração 128
Figura 15 – O cuidado dedicado aos animais 129
Figura 16 – As festas de santos lembradas por Gabriela 132
Figura 17 – Foto de Folia de Reis. A direita com a viola, o folião Onofre 132
Figura 18 – O especial ofício voluntário da mãe de Gabriela 134
Figura 19 – O sentido de solidariedade nas comunidades. 137
Figura 20 – Laços de amizade e cordialidade 140
Figura 21 – Vida na roça e o elo de confiança 141
Figura 22 – Quando fui casar fui morar na fazenda do tio Idelfonso, por lá vivi por uns dois anos 143
Figura 23 – A mulher camponesa e suas tarefas 144
Figura 24 – Mãe e filhos catando lenha no Cerrado 147
Figura 25 – Gabriela e o fogão a lenha (Três Lagoas) 148
Figura 26 – Na fazenda o jeito de viver é mais simples 149
Figura 27 - Lembranças e saudades da vida no campo 150
Figura 28 - Foto dos símbolos e culturas transmitidos aos filhos e netos 151
Figura 29 – A angústia pela degradação do Cerrado 152
Figura 30 - Foto de Neli Cordeiro de Macedo Magalhães 156
Figura 31 – Acampamentos: Córrego Moeda e Pinto - Três Lagoas/MS 162
Figura 32 - Foto do local do acampamento na entrada da terra 167
Figura 33 – Foto da primeira moradia construída no lote de Neli 169
Figura 34 - Foto dos detalhes do lote de Neli 172
Figura 35 - Foto do Viveiro de Mudas do Cerrado 174
Figura 36 - Foto da Placa em homenagem ao camponês Jairo César Magalhães 175
Figura 37 – Foto da inauguração do Viveiro de Mudas do Cerrado 176
Figura 38 – Foto do Viveiro de Mudas do Cerrado 177
Figura 39 – Foto de estufa, semeadura, canteiros, galpão de manuseio 178
Figura 40 – Foto da residência atual e barraco-construção para a posse no lote 179
Figura 41 – Foto da casa de apoio no manuseio com as hortaliças 180
Figura 42 – Foto: Cuidados com os animais domésticos 182
Figura 43 – Foto dos diaristas na horta agroecológica – lote Neli 182
Figura 44 – Foto: Limpeza e pesagem das hortaliças 183
Figura 45 – Foto da sede: vistoria e pesagem das hortaliças 185
Figura 46 – Foto da horta no lote da Neli 186
Figura 47 – Foto das mudas e plantio (lote Neli) 187

Figura 48 – Foto de Lourdes da Silva Lisboa 191
Figura 49 – Foto da sede da fazenda Arapuá 201
Figura 50 – Foto do córrego Arapuá; estrada de acesso; barraco do início no lote 202
Figura 51 – Foto dos detalhes da casa e das criações de Lourdes 205
Figura 52 – Foto da estruturação do viveiro de mudas do Cerrado 206
Figura 53 – Foto: Dança das mudas e trabalho nos canteiros do viveiro 207
Figura 54 – Foto do trabalho no viveiro; sementes e canteiros 208
Figura 55 – Foto da casa, barraco e quintal no lote de Lourdes 211
Figura 56 – Foto: Particularidades do lote de Lourdes 212
Figura 57 – Foto de Onézia Cardoso de Moura 216
Figura 58 – Foto: Convívência com os animais da roça 223
Figura 59 – Foto de Onézia a caminho do trabalho em seu roçado 224
Figura 60 – Localização do lote da Onézia: Cinturão Verde 02 227
Figura 61 – Fotos com detalhes da casa e do galinheiro 230
Figura 62 – Foto da entrada e das características do lote de Onézia 231
Figura 63 – Foto do trabalho diário de Onézia 232
Figura 64 – Foto das plantas medicinais no lote de Onézia 233
Figura 65 - Foto do fruto da terra, do trabalho e dedicação 235
Figura 66 – Foto: Manejo, conhecimento e preparação das plantas medicinais 236
Figura 67 – Foto das Mutuns e Curucacas no quintal de Onézia 238
Figura 68 – Foto de Maria Rodrigues da Cruz 244
Figura 69 – Foto da mata da APA ao fundo do lote de Maria 252
Figura 70 – Foto: Projeto PAIS no lote de Maria Rodrigues da Cruz 253
Figura 71 - Foto do cultivo em Mandala: diversidade na produção 254
Figura 72 – Foto da estrutura do projeto PAIS 255
Figura 73 – Foto da Rodovia 262 – Local de travessia com as verduras 256
Figura 74 – Localização do lote de Maria Rodrigues da Cruz 257
Figura 75 – Foto da casa de Maria à direita abaixo, e residências dos filhos 259
Figura 76 – Foto da rotina do trabalho no lote de Maria Rodrigues da Cruz 260
Figura 77 – Foto da organização do lote de Maria 262

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AEP	Associação Ecumênica de Pastoral Popular
ANA	Articulação Nacional Agroecológica
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BIOSUL	Associação de Produtores de Bioenergia de Mato grosso do Sul
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	Rodovia Federal
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CESP	Companhia energética de São Paulo
CI	Conservation International
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECONG	Associação Regional de Defesa Ambiental
EJA	Ensino para Jovens e Adultos
ENA	Encontros Nacionais de Agroecologia
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado-MS
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária
IP	*International Paper*
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPE	Ministério Público Estadual
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PDRP	Projeto Diagnóstico Rural Participativo
PENAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROPEC	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SEPLAN	Secretaria do Planejamento
TAC	Termo de Ajustamento e Conduta
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
VCP	Votorantin Celulose e Papel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

Travessias e percursos: A voz do método **30**

Os Fundamentos metodológicos e a Pesquisa Qualitativa 33
A história de vida: narrativas, memórias, lembranças 36

LOCAL DE ESTUDO: MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS **44**

História de vida e luta pela terra no Assentamento 20 de Março: esperanças e resistências 47
Cinturão Verde: sonhos e resistência 53

CAPÍTULO I
1. O CERRADO BRASILEIRO: TERRITÓRIO DE VIDA **62**

1.1. O território do Cerrado e os conceitos de territorialização e territorialidade 71

1.2. Características peculiares do Cerrado de Mato Grosso do Sul e ocupação da região de Três Lagoas 75

CAPÍTULO II
2. O MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL CAMPONÊS: LUTAS E RESISTÊNCIAS **82**

CAPÍTULO III
3. RESISTÊNCIA FEMININA E PROTAGONISMO DA MULHER CAMPONESA **100**

CAPÍTULO IV
4. NARRATIVAS DE TERRITORIALIDADES FEMININAS CAMPONESAS DE TRÊS LAGOS (MS) **112**

4.1. Memórias e identidades camponesas do Cerrado: o legado de Gabriela Tomaz de Souza 114

4.2. Neli Cordeiro de Macedo Magalhães: História de lutas, resistências e esperanças 154

4.3. Singeleza identitária camponesa de Lourdes da Silva Lisboa 190

4.4. Autonomia camponesa e o protagonismo feminino: A história de Onézia Cardoso de Moura 215

4.5. Maria Rodrigues da Cruz, experiência de vida e vínculo com a terra 243

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS **263**

REFERÊNCIAS **279**

ANEXOS **303**

INTRODUÇÃO

O estudo sobre as territorialidades e o protagonismo das mulheres camponesas do Cerrado foi realizado no município de Três Lagoas, que se localiza no leste do estado de Mato Grosso do Sul. A proposta da pesquisa tem como título: "Territorialidades femininas do Cerrado: identidade, resistência e protagonismo de mulheres camponesas em Três Lagoas-MS", com análise dos processos da ocupação do Cerrado pelo capital e das consequências geradas para seus povos, destacando a mulher camponesa nas lutas, resistências e permanência na terra e enquanto guardiã da cultura campesina e da biodiversidade do Cerrado.

Este estudo está integrado na linha de pesquisa: "Análise socioambiental do Pantanal, Amazônia e Cerrado", incluído na área de concentração denominada Meio Ambiente e Sustentabilidade do programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Embora tenha se desenvolvido com mulheres do município de Três Lagoas, a investigação extrapola este recorte espacial, porque as experiências camponesas são o cerne para o recorte temporal e o Cerrado, enquanto território apropriado, o palco das histórias vividas.

As transformações político-econômicas do território do Cerrado a partir principalmente da década de 1970 resultou em gradativa eliminação da vegetação nativa e na expulsão dos povos tradicionais que habitavam nestes espaços. O desenvolvimento do capital agrário com pastagens a princípio, seguido das monoculturas de grãos, de canaviais e silvicultura de eucalipto, se materializou amparado à modernização do campo brasileiro, implicando alterações das relações socioambientais e culturais.

A expansão agrícola para os espaços do Cerrado ocorreu pela abertura das fronteiras agrícolas no século XX, motivada pelas transações entre políticas de investimentos do governo brasileiro e empresas rurais, projetadas para os mercados internacionais agroexportadores.

Nesse contexto, descortina-se a trama dos povos camponeses que vivem nos espaços do Cerrado sobrevivendo do trabalho com a terra, mas que, constantemente expulsos pelo avanço do capital, desenvolvem processos de resistências e lutas visando a permanência nestes campos.

A mulher camponesa se insere nesta conjuntura com seus saberes e protagonismo pouco revelado em estudos e, nessa perspectiva, ocorreu a provocação de perguntas

iniciais, configurando-se no problema da pesquisa. São elas: Qual a percepção da mulher camponesa sobre sua história de vida e de trabalho nos campos do Cerrado? Qual a relação existente entre a biodiversidade do Cerrado e a mulher camponesa? Como efetiva-se a composição das práticas, símbolos e costumes culturais da mulher camponesa?

Buscou-se, revelar através do olhar feminino camponês o protagonismo existente na lida do dia a dia, no trabalho pela subsistência, na luta por um pedaço de terra para nela trabalhar e viver, as resistências cotidianas para na terra permanecer e, não menos importante, o cuidado com a cultura camponesa e com a biodiversidade do Cerrado.

As camponesas participantes da pesquisa são portadoras de representatividade de vivências no bioma[1] Cerrado, possibilitando a revisitação cultural nos remanescentes[2] cerradeiros[3], onde colhem da terra a sobrevivência para suas famílias. A convivência feminina nestes campos assinalou as ações sócio-econômico-político-cultural e ambiental, compondo as territorialidades[4] desvendadas no protagonismo que o patriarcalismo[5] estabelecido socialmente procurou factualmente invisibilizar.

---

[1] De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022): "Bioma é um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação que são próximos e que podem ser identificados em nível regional, com condições de geologia e clima semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria" (IBGE, 2022). Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-territorio/19635-ecossistemas.html#:~:text=Bioma%20%C3%A9%20um%20conjunto%20de,resultando%20em%20uma%20diversidade%20de Acesso: Abr/2022.

[2] Remanescente é, na língua portuguesa, um adjetivo e substantivo de dois gêneros. O termo vem do latim *remanescens*, que significa "o que resta, o que sobra, o que fica para trás" (DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2019) Disponível em: https://www.meusdicionarios.com.br/remanescente/ Acesso: Abr/2022.

[3] Remanescente cerradeiro, o que restou do Cerrado, incluindo os aspectos naturais e culturais. De acordo com Veiga (2011, p. 35), o termo cerradeiro diz respeito ao povo que "[...] se relaciona de forma cosmogônica com a terra, ou seja, retira dela sua vida, seu sustento e sua visão de mundo". O conceito de povos cerradeiros, conforme Veiga (2011), foi desenvolvido por Marcelo Rodrigues Mendonça (2004), visando abarcar nesta definição aspectos políticos e econômicos, integrando "[...] pessoas que existem historicamente vinculadas à terra, fator de conflito e resistência (VEIGA, 2011, p. 35). Corroborando, Chaveiro e Castilho (2007), declaram Mendonça como o autor que instituiu o termo cerradeiro.

[4] As definições de territorialidade são discutidas no capítulo 1, no subtítulo 1.3, com os autores Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Marcos Aurelio Saquet, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Paul E. Little.

[5] Segundo Azevedo (2016), o consenso em torno do conceito patriarcalismo vem das relações de poder e do domínio de indivíduos ou grupos sobre a mulher ou grupos sociais dados como inferiores. O termo, utilizado a princípio para definir organizações simples como o cerne familiar tendo o homem como chefe e provedor, atribuindo a ele o domínio perante as decisões e controle sobre a mulher e os filhos, na contemporaneidade a expressão, passou também a definir as relações de poder do Estado e as instituições sociais com regimes políticos de dominação e até de controle social, mas que, retomado por estudos alusivos à questão de gênero, tem buscado a dinâmica do conceito patriarcal nos moldes da dominação masculina, seja individuais, grupais ou de esferas mais complexas socialmente. AZEVEDO Fernanda Maria Caldeira de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista UFMG. Revista Três 13.1. Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero (2016). Disponível em: file:///D:/Usuarios/User/Downloads/3386-Texto%20do%20artigo-11744-1-10-20180413%20(1).pdf Acesso: Abr/2022.

Nestes termos, a introdução geral apresenta o cenário estrutural da tese e as experiências pessoais, formativa e profissional da autora, com a sequência do método que está estruturado em dois momentos: “Travessias e percursos: a voz do método” como primeiro item no qual descreve o método, as metodologias e os procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa e um segundo momento correspondeu à área de estudo, com o título: “Local de estudo: município de Três Lagoas-MS”, com descrições históricas das localidades da pesquisa.

O primeiro capítulo, organizado sobre os temas: “O Cerrado brasileiro: território e vida”; com os subitens: “O Cerrado e os conceitos de território, territorialização e territorialidade” e “Características peculiares do bioma Cerrado de Mato Grosso do Sul”, apresenta um levantamento bibliográfico sobre o Cerrado brasileiro e os processos em que se insere, destacado como palco em que se desencadeia as conexões entre as esferas sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais, evidenciando suas propriedades naturais e especificidades sobre a sociobiodiversidade.

Neste aspecto, contou com a contribuição de Aziz Nacib Ab’Sáber (2003), Ministério do Meio Ambiente (MMA- 2010), Eguimar Felício Chaveiro e Denis Castilho (2007), Carlos A. Klink e Ricardo B. Machado (2005), Jorge Enoch Furquim Werneck Lima e Euzebio Medrado da Silva (2014), que expuseram a diversidade natural do Cerrado e as possibilidades de sua conservação, como também os perigos da extinção de espécies mediante a ocupação e o uso do território.

Os destaques das particularidades e dinâmicas dos elementos naturais revelam o elo existente entre o bioma e os povos que mantiveram e mantêm experiências vividas em seus campos, embasados nos trabalhos de Jaqueline Evangelista Dias e Lourdes Cardoso Laureano (2009), Jaciara Oliveira, Leite (2018), Conceição Freitas (2019), Elizabeth Fonseca (2019).

Ainda compondo o primeiro capítulo, foram desenvolvidas descrições sobre resistências e lutas dos camponeses e permanência na terra de trabalho e de vida nos campos do Cerrado, embasadas nos principais autores: Eguimar Felício Chaveiro (2008), Eguimar Felício Chaveiro e Denis Castilho (2007), Marcelo Rodrigues Mendonça (2004), Ana Maria Soares de Oliveira (2012), Márcia Pelá e Marcelo Rodrigues Mendonça (2010), Teodor Shanin (2008), Dherwerson dos Santos Silva e Mauro José Ferreira Cury (2015).

Os estudos analisaram a territorialização do Cerrado pelo capital e pela expulsão dos camponeses a partir da modernização do campo, com progressiva intensificação das

disputas estratégicas político-econômica e alianças do poder hegemônico da elite agrária com o Estado brasileiro incorporado à lógica do capital internacional.

Estes debates dialogaram com autores que buscam a compreensão dos conceitos de território e territorialidades em diferentes campos do conhecimento, como: Rogério Haesbaert (2004), Claude Raffestin (1993), Paul Elliott Little (2004), Alfredo Wagner Berno de Almeida (2013), Marcos Aurelio Saquet e Michele Briskievicz (2009), Maria Geralda Almeida (2008). Nestas abordagens, são apresentados o debate das relações sociedade-natureza e as territorialidades impressas pelos povos tradicionais, configurando arranjos socioespaciais envolvendo questões sociopolíticas e econômicas.

Desencadeiam-se as relações de poder e os conflitos levando as comunidades camponesas, dependentes destes territórios para a sua sobrevivência, a criar formas de resistências. Para as análises contextuais, foram empregadas metodologias visando a compreensão das territorialidades destes povos, surgindo propostas como a cartografia social, como um instrumento a serviço da defesa das populações culturais do Cerrado ou de outros espaços brasileiros. Há também, no capítulo I, uma breve apresentação dos aspectos do Cerrado do estado de Mato grosso do Sul.

No segundo capítulo, buscou-se um alicerce teórico sobre as questões relacionadas à categoria camponesa[6] e suas histórias de luta pela terra, com o título: "O movimento socioterritorial camponês: lutas e resistências".[7] Para desenvolver este capítulo, contou-se com a contribuição de autores como: José de Souza Martins (1981), Bernardo Mançano Fernandes (2001; 2005), João Pedro Stedile e Bernardo Mançano Fernandes 2012), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), João Edmilson Fabrini (2005), Rodrigo Simão Camacho (2009), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2014).

Estes autores discutem a história do campesinato brasileiro como um movimento de ação política em razão das lutas e resistências nos campos brasileiros como respostas aos conflitos fundiários, irrompendo em mobilizações pela questão da terra no Brasil,

[6] As definições sobre a categoria campesina são discutidas no capítulo 2.

[7] Lutas socioterritoriais são movimentos efetivados por atores sociais e/ou grupos sociais a partir de ações políticas produzidas através de organizações. Os movimentos socioterritoriais, de acordo com Fernandes (2005), promovem ações "[...] em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais" FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/06/Fernandes.pdf Acesso: Abril/2022.

incluindo o movimento camponês e seus desdobramentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Ainda neste segmento, os autores supracitados elaboraram um apanhado da questão agrária, incluindo o modelo produtivo capitalista e a política da reforma agrária com subsídios teóricos relacionados ao campesinato, vertendo um olhar para as lutas e resistências dos camponeses no Brasil, ressaltando a importância desta categoria, tecendo críticas às formas errôneas de conceber a sua cultura e história de resistência no campo.

O terceiro capítulo com a temática: "Resistência feminina e protagonismo da mulher camponesa", compõe os debates acerca do protagonismo e emancipação das mulheres camponesas em detrimento do conservadorismo social e patriarcalismo, destacando a força e determinação feminina nos campos brasileiros.

Como suporte nesta temática recorreu-se aos trabalhos de Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay (2000), Mariana Luciano Afonso e Rosemeire Aparecida Scopinho (2015), Sirlei A. K. Gaspareto e Marilda A. Menezes (2013), Iara Aquino Henn (2013), Elisiane de Fátima Jahn (2013), Karolyna Marin Herrera (2016), Monica Maria Tourinho Oldiges (2013), José Alcides Figueiredo Santos (2008), Dernival Venâncio Junior e Édi Augusto Benini (2020).

As autoras supramencionadas também tiveram importante contribuição na análise das histórias contadas pelas camponesas diante dos aspectos imperativos da sociedade sobre a mulher, como também apoio para a percepção da insurgência participativa dessas mulheres frente às consequências da modernização do campo brasileiro e seus impactos aos povos da terra e ao bioma Cerrado, e por isso, a necessidade em estabelecer diálogos referentes à questão de gênero.

Este arranjo configurando diálogos desenvolvidos acerca destes temas estão organizados no quarto capítulo da tese, apresentando cinco histórias de vida camponesa com o título: "Narrativas de territorialidades femininas camponesas de Três Lagoas (MS)". O apoio teórico-metodológico na compreensão e análise das histórias de vida e nas experiências relatadas pelas interlocutoras foi de: Marie-Christine Josso (1999), Aline Pacheco Silva; Carolyne Reis Barros; Maria Luísa Magalhães Nogueira e Vanessa Andrade de Barros (2007), Eliane Regina Pereira; Renata Fabiana Pegoraro e Emerson Fernando Rasera (2017).

Ademais, para temáticas correspondentes ao legado camponês e aos vínculos femininos com a biodiversidade do Cerrado, referenciam-se as(os) autoras(es): Ana Maria Smith Santos, Eliane Miranda Costa, Flávio Bezerra Barros (2017), Dulce Santoro

Mendes e Claudio São Thiago Cavas (2018), Mariseteb T. Hoffmann-Horochovski (2015), Valéria Pereira Santos; Nogueira; Versonito e Tristão (2012), possibilitando a fundamentação acerca da cultura camponesa e territorialidades engendradas nos sertões brasileiros e suas relações de sustentabilidade com a natureza.

No que concerne a análises realizadas no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Três Lagoas-MS referente às estruturas fundiárias, conflitos por terra e movimentos socioterritoriais; são também destacados estudos relevantes sobre a luta, as resistências e os saberes de mulheres camponesas, perfazendo um conjunto de diálogos com pensadores na apresentação da base teórica para o desenvolvimento do quarto capítulo.

Destacam-se neste capítulo: Clariana Vilela Borzone (2018), Maria Celma Borges e Mariana Esteves de Oliveira (2018), Glaucimar Alves Pinha e Rosemeire Aparecida de Almeida (2018), Cláudio Ribeiro Lopes e Napoleão Miranda (2020), Amanda Emiliana Santos Baratelli e Marine Dubos Raoul (2018), Patrícia Tozzo de Matos Mercadante e Rosemeire Aparecida de Almeida (2019), Sedeval Nardoque; Mieceslau Kudlavicz e Danilo Souza Melo (2018), Lizzie Diáz (2018).

Concluindo a estruturação do trabalho no sentido de tecer considerações finais, o título: “Protagonismo das mulheres camponesas: guardiãs da cultura e sociobiodiversidade do Cerrado”, buscou elaborar o desfecho das análises, que sem pretender encerrar a discussão acerca da temática, pode subsidiar novos estudos com resultados inovadores.

O objetivo geral da tese correspondeu à análise das territorialidades e protagonismo feminino camponês, guardiãs da cultura camponesa e da biodiversidade do bioma Cerrado, seguido de objetivos específicos que auxiliaram enquanto diretriz aos capítulos e suas temáticas.

Os objetivos específicos, nesta perspectiva, consistiram em apresentar o processo de territorialização do capital sobre o bioma Cerrado e as consequências para a biodiversidade e os modos de vida dos povos camponeses; investigar os modos de vida que revelam os saberes e os fazeres das camponesas, sua cultura e convivência com o Cerrado; analisar as mutações de vida e de trabalho, evidenciado nas memórias, desvendando as territorialidades construídas nas histórias de vida, e verificar as identidades entre o feminino e o Cerrado, intentando averiguar a analogia simbiótica na busca da sobrevivência e da sustentabilidade.

Para alcançar tais objetivos, buscou-se a fundamentação de conceitos que auxiliaram na compreensão no âmbito da pesquisa, como territorialidade, campesinato, gênero, cultura, relação socioambiental, luta pela terra e resistência sustentando-se em autores como os já descritos acima, que se dedicaram aos estudos correlatos e auxiliaram na apresentação do cenário-base para o desenrolar da investigação.

O caminho da pesquisa construído com as mulheres camponesas foi adequadamente esclarecido sobre o dever ético investigativo por parte da pesquisadora e da ciência, relacionado à exposição da vida das camponesas e de suas famílias e comunidades, e acertado sobre a exposição de seus nomes reais e de suas imagens, com o consentimento das mesmas.

Neste percurso, houve a revisitação às memórias das camponesas, que, como um farol, iluminaram a compreensão dos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, revelados pelas histórias de vida do passado e do presente, possibilitando uma travessia espaço-temporal.

Sobre a temática escolhida, vale observar que contém vínculos pessoais culturais familiares, de origem camponesa, e influências relativas ao estreito contato com o Cerrado na infância, entendendo que estes aspectos humanos fazem parte da formação individual identitária da essência de toda(o) pesquisadora(or).

Outro aspecto a ser destacado relativo à pesquisa correlaciona-se ao amadurecimento da ideia quando, a partir de observações realizadas em literaturas envolvendo questões agrárias e estudos de campo, apresentando a realidade dos povos camponeses, tais observações chamaram a atenção para o fato da ausência das vozes femininas em acompanhamento investigativo com entrevistas aos camponeses.

Percebeu-se que a participação nas pesquisas era majoritariamente direcionada aos sujeitos masculinos, enquanto a participação das mulheres não era visível ou, quando ocorria, era de forma secundária. Notava-se que elas figuravam como companheiras e ajudantes, enquanto o homem camponês se destacava com esclarecimentos sobre a produção, as dificuldades e os resultados obtidos com o trabalho na terra; e a camponesa corria até a cozinha para servir um café.

A crescente indagação envolvendo a problemática da pesquisa persistia e aguçava questões interrogativas referentes à percepção das camponesas sobre as próprias experiências de vida. A partir destas provocações, aliadas à origem e às experiências profissionais envolvidas com a realidade camponesa, decidiu-se pela abordagem do olhar feminino camponês sobre a própria vida e as relações com o Cerrado.

O Cerrado, enquanto bioma com riquíssima biodiversidade, é o chão dos afazeres, das tramas da vida, das experiências, e de onde se retira a subsistência para os povos camponeses, presente na vida campesina nas regiões em que há o seu predomínio. Para Souza e Souza (2020, p. 14), o chão do cerrado em que as mulheres estabeleceram vínculos peculiares é "Pensar a mulher e a biodiversidade do bioma Cerrado, é considerar que há forte elo entre ambas, porque nos campos do Cerrado os hábitos corriqueiros nos afazeres retratam a imagem da mulher".

Nesta oportunidade, seguirei apresentando a jornada da minha formação acadêmica, os estudos, as pesquisas realizadas e as experiências profissionais, levando em conta as condições e as situações que me ingressaram na área da Ciência Geográfica. Considero que este momento se configura também como uma autoavaliação pelos caminhos já percorridos, com recursos que possibilitam trabalhar os elementos presentes na história pessoal, cultural e social vivenciada. Como também as práxis acerca das competências e habilidades no exercício profissional docente.

Buscarei relatar as ações e atividades concluídas, descrevendo alguns detalhes que considero importante registrar como a Graduação enquanto caminho inicial, a Pós-Graduação, que, de certa forma, marca a escolha da área em que desejamos atuar, e as atividades profissionais já vivenciadas e desenvolvidas.

Concluí o curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia no ano de 1999, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. As experiências que julgo importante neste período foram: o projeto "Implantação da escola Indígena *Ofayé*[8]"; o acompanhamento/orientação nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de investigação sobre a presença de trabalho escravo; o projeto de estudos no Pantanal sul-mato-grossense, com equipe formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Universidade de São Paulo, cujo resultado foi o trabalho de conclusão do curso de Graduação intitulado "Pantanal da Nhecolândia: uso do solo e fragmentação fundiária - suas consequências para o meio físico".

[8] Projeto Implantação da Escola *Ofayé*, no município de Brasilândia-MS, coordenado pelas professoras Edima Aranha Silva e Marina Vinha, visando atender as primeiras séries do I Grau (Ensino Fundamental), com ações de levantamento sociolinguístico e histórico-antropológico e assessoria técnico-pedagógico aos professores atuantes na escola, com subsídio para o processo ensino-aprendizagem na língua indígena, respeitando os valores e princípios étnicos da comunidade. Apoio: SED/MS. CIMI. UFMS-TL. UNESP. 1996.

O tema da monografia, da especialização e da dissertação de Mestrado em Geografia foram desenvolvidos em regiões agrárias do município de Três Lagoas relacionadas às temáticas que serão apresentados a seguir: em 2002, ingressei no Programa de Pós-Graduação da UFMS, na linha de pesquisa "Especialização em Planejamento Territorial e Recuperação de Áreas Degradadas", realizado em Três Lagoas e concluído em 2003, com o trabalho intitulado "Estudo de caso da sub-bacia do Ribeirão Campo Triste e a importância das sub-bacias para a preservação dos Recursos Hídricos".

Em 2007, concluí o curso de Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na área de pesquisa: "Concentração em Produção do Espaço Regional", cuja dissertação teve como título "Diagnóstico das alterações temporais no uso e ocupação do solo da sub-bacia do Ribeirão Campo Triste, Três Lagoas/MS, no período de 1974 a 2007".

O meu envolvimento com as questões socioterritoriais já ocorria antes de ingressar na universidade, em participação direta nos movimentos na luta pela conquista da terra, com acompanhamento em ações na década de 1980. O movimento dos sem-terra no estado de Mato Grosso do Sul era frequente nesse período, e destaco o que originou no município de Paranaíba. Acompanhei-o desde a partida, no primeiro acampamento até a conquista da terra.

Os barracos construídos à beira da estrada foram instalados frente à Fazenda Água Limpa, propriedade dada como improdutiva, e o movimento era uma forma de pressionar a sua análise pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA). A história desse movimento em busca da terra foi longa, com os vários despejos e enfrentamentos com o poder militar, diante do momento histórico-político brasileiro, passando pela ditadura militar, para a qual Três Lagoas era uma das áreas de segurança nacional.

A primeira intervenção militar ao acampamento dos sem-terra ocorreu no dia seguinte da instalação do acampamento, quando, no início da tarde, vários ônibus com frotas da força policial chegaram ao local derrubando os barracos recém-erguidos, transportando os sem-terra para o núcleo urbano de Três Lagoas, na intenção da desmobilização do movimento. O desmanche do acampamento pela polícia não foi tranquilo, usaram do seu poder com violência e, naquele primeiro despejo, acompanhei e fotografei todas as ações executadas pelos militares.

O segundo acampamento organizado foi no Centro Diocesano, com o apoio do bispo local, com posterior mudança em que, em caminhada até a praça da catedral, no

centro da cidade de Três Lagoas, realizaram o terceiro acampamento. Neste, a atuação militar foi mais violenta, os pelotões organizados investiam nos barracos arrancando-os e destruindo tudo, enquanto outros ameaçavam entrar dentro da igreja, onde os acampados foram abrigados.

De cima da torre da igreja, onde eu tocava o sino para chamar a atenção da sociedade três-lagoense na intenção de denunciar e dar visibilidade ao ato violento policial, era possível observar as investidas dos diversos pelotões policiais treinados em movimentos precisos. Levaram todos os pertences dos acampados e os enterraram em área distante.

Os acampados permaneceram dentro da igreja por um tempo, sendo vigiados constantemente pela polícia, que rondavam o local. Em uma destas patrulhas, uma das senhoras acampadas teve um ataque cardíaco, vindo a óbito e em sua homenagem, o acampamento recebeu o nome de "Acampamento América Rodrigues da Silva"[9].

Por que escrevo essa história, mesmo de forma breve? Porque talvez explique, em parte, a escolha em investigar um tema ligado à terra, pela ligação forte com o tema, pelas experiências e convívios que me marcaram nesse sentido. As experiências relacionadas aos movimentos sociais e socioterritoriais também estiveram presentes em atividades profissionais e indiscutivelmente contribuíram para minha formação pessoal e intelectual, preparando-me para as atividades acadêmicas e profissionais posteriores.

De meados ao final da década de 1980, participei de uma equipe de trabalho de pastoral social, vinculada à igreja católica, ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja função era denominada de agente de desenvolvimento comunitário. As atividades consistiam em apoiar e acompanhar os movimentos populares, as comunidades eclesiais de base, os grupos de mulheres, as associações de bairro, os estudos de círculos bíblicos, entre outros, colaborando para formação de pessoas engajadas em cursos, seminários, encontros de formação política, religiosa, cultural e encontros intereclesiais.

---

[9] Marisa de Fátima Lomba de Farias desenvolveu um estudo sobre a trajetória deste movimento socioterritorial ocorrido no município de Três Lagoas-MS, em nível de Mestrado em Sociologia no ano de 1997, que posteriormente foi editado em livro no ano de 2006.
*FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Acampamento 'América Rodrigues da Silva': esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Mestrado em sociologia, Unesp. 1997.
*FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. 01. ed. Dourados/MS: Fundo de Investimentos Culturais/MS; Dinâmica., 2006. v. 01. 249p.

No final de 1999, atuei no "Projeto Palmas" (Projeto de Alfabetização para Mulheres Adultas), no qual pude constatar que o analfabetismo de mulheres adultas era maior que de homens pelo fato de que, no período da idade escolar (segundo relato das próprias mulheres), a maioria era impedida, pelos pais, de frequentar as escolas, influenciados pelo modelo social da época (década de 1930-1940), quando eram crianças ou adolescentes. Foi um trabalho gratificante, utilizando a metodologia de Paulo Freire.

Em 2001, participei de um trabalho voluntário de alfabetização de adultos, desenvolvido com um grupo de amigos engajados com as questões sociais brasileiras, que, desde 1984, mantemos contato, é uma associação denominada de "Associação Ecumênica de Pastoral Popular" (AEP).

Os participantes desta associação têm representação nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia. A equipe de trabalho de Três Lagoas aglutinou o desejo de realizar um trabalho voluntário à comunidade, que se iniciou com o pedido de pessoas conhecidas que não sabiam ler, culminando no projeto de alfabetização.

A proposta da alfabetização foi interessante porque dividimos os conteúdos com cada membro da equipe, montando a grade de disciplinas básicas. O resultado foi bom, porque aqueles que queriam aprender a ler para seu uso cotidiano conseguiram e os que queriam retomar os estudos, posteriormente se matricularam em cursos como o Ensino para Jovens e Adultos (EJA) nas escolas regulares.

Na área profissional, não foi muito diferente, sempre estive envolvida com trabalhos inseridos nas questões sociais. No início da década de 2000, fui contratada em um programa do governo estadual para coordenar o "Programa Bolsa Escola", desenvolvido pelo governo do Partido dos Trabalhadores no estado de Mato Grosso do Sul.

Este trabalho me colocou em frente aos problemas cruciais da sociedade, tocando-me profundamente enquanto ser humano e me levando a refletir sobre as questões teóricas nos debates acadêmicos acerca da realidade social, concluindo que há uma distância considerável entre a realidade e os discursos, como sempre nos alerta alguns teóricos, como Boaventura de Souza Santos (2007).

As atividades desenvolvidas pelas coordenações do Programa Bolsa Escola, particularmente em Três Lagoas, implicavam acompanhar o desenvolvimento das crianças na escola e o uso do benefício das famílias, fiscalizar a necessidade real do benefício pelas famílias, e o que eu sempre considerei como de maior relevância, o

acompanhamento das mães com visitas nas casas e reuniões mensais de informação e formação.

Em 2003, fui convidada para coordenar a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região de Três Lagoas, onde exerci as atividades nos anos de 2003 e 2004. Este período de experiência foi também fundamental na minha formação. O contato direto com as lutas pela terra e pela permanência nela impressiona pela resistência e esperança que os sujeitos sociais mantêm. Acompanhamento, apoio, ajuda e formação nos acampamentos e assentamentos da região envolveram-me de tal forma que sinto até hoje falta daquelas pessoas tão simples e sinceras, trazendo no bojo de sua bravura o sonho pela vida e trabalho na terra.

Pela CPT, estive presente nos vários enfrentamentos dos camponeses em assentamentos nos municípios de Três Lagoas, de Santa Rita do Pardo e Brasilândia, e no acampamento dos sem-terra no município de Selvíria, que, em 2008, após a conquista da terra, tornou-se Assentamento São Joaquim. Na cidade de Três Lagoas, a CPT buscou também apoiar a luta dos camponeses do Cinturão Verde pela permanência nos lotes cedidos pela prefeitura municipal de Três Lagoas.

Estas práticas vivenciadas com os camponeses vieram reforçar as minhas raízes campesinas, proporcionando o acréscimo à minha formação no sentido de conhecer de perto a vida e a luta destes povos em busca de terra de vida e de trabalho, melhorias na produção familiar e organização de movimentos associativos de mulheres camponesas.

Pude praticar em campo o que era discutido teoricamente nas salas de aula da universidade. De 2005 a 2007, fui membro de uma Organização Ambiental sem fins lucrativos, a Associação Regional de Defesa Ambiental (ECONG), participando ativamente da coordenação. A entidade atendia, no estado de São Paulo, a região no entorno do município de Castilho e, no estado de Mato Grosso do Sul, o município de Três Lagoas.

Todos os participantes eram voluntários e as ações envolviam cursos de aperfeiçoamento para a população interessada, levantamento de problemas ambientais causado pelas indústrias, monitoramento de cursos hídricos, educação ambiental, promoção e participação em eventos e movimentos na sociedade e ações de denúncias.

De 2006 a 2007, período em que realizava o Mestrado, sem bolsa para a pesquisa pelo motivo de que, na seleção, não passei nos primeiros lugares, busquei formas de contribuir com as finanças da família e conseguir realizar os créditos da Pós-Graduação,

cuja distância entre o local da minha cidade e a cidade do curso era de aproximadamente 500 quilômetros.

Nesse período, atuei como professora contratada em uma escola profissionalizante de Três Lagoas, ministrando aulas no curso técnico em meio ambiente, que foi de grande aprendizagem pelas exigências que o curso, sendo técnico, cobrava do professor. Percebi um interesse grande dos alunos. Havia respostas imediatas ao que lhes era proposto pelos professores, referente aos conteúdos, e algumas turmas se sobressaíam em ações concretas que eram realizadas na comunidade social. A compensação maior em ministrar aulas naquele estabelecimento de ensino foi a visível mudança de pensamento, ações e posturas dos estudantes.

Durante os anos de 2008 a 2011, e depois de 2016 até 2021, tive o privilégio de atuar como professora temporária no Departamento de Geografia na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), na cidade de Cáceres, no curso de Licenciatura em Geografia. As disciplinas ministradas foram variadas, porque o professor contratado leciona as disciplinas “restantes”, ou seja, aquelas que não foram contempladas pelos docentes efetivos. Isto significa que, dentro da área da Geografia Humana ou do Ensino de Geografia, nesse longo período, já tive uma diversidade de experiências.

Uma das disciplinas desenvolvidas muito presente durante todo este período foi a Geografia Agrária, favorecendo uma aproximação e aproveitamento para atualizar estudos e discussões teórico-metodológicas da ciência geográfica e áreas afins, assim como reaproximação das questões fundiárias tanto no campo teórico, como também nos contatos com os movimentos de acampamentos na região de Cáceres e visitas a assentamentos nos trabalhos de campo com os acadêmicos. Devo também mencionar a experiência como professora contratada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Campus de Três Lagoas, no curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, no período de 2012 a 2014.

Em toda a trajetória de minha formação e atuação profissional docente, as possibilidades de aprendizado, experiência, qualificação e formação tiveram contribuições importantíssimas para a carreira profissional e evolução pessoal. O envolvimento com a universidade, enquanto profissional interina, e a vivência cotidiana com o quadro docente e com a coordenação do Departamento de Geografia ocorreram fluentemente graças à abertura e ao companheirismo do coletivo que faziam, e fazem, parte da equipe de profissionais do setor.

Impressionou-me a aceitação e a consideração dos professores contratados temporários, manifestadas na inclusão a todas as atividades realizadas pelo departamento como projetos, comissões decisórias, pesquisas, eventos e mesmo reuniões do cotidiano acadêmico, com nítida percepção de que havia confiança em me conferir tarefas de responsabilidades.

De minha parte, sempre procurei dedicar, com possibilidades de contribuir e responder às solicitações e oportunidades que me eram oferecidas, aceitando e desenvolvendo os compromissos profissionais e disposta a colaborar com outras atividades que se faziam necessárias ao andamento do departamento, às necessidades junto aos acadêmicos e à cooperação com projetos de pesquisa e cuidados indispensáveis para o funcionamento do curso.

Sempre fui incentivada a participar e a produzir pelos colegas e pela própria mobilização da universidade que, além de promover os eventos por setores, alimentava uma articulação entre os vários cursos existentes. Diversas produções científicas foram elaboradas com autoria própria ou em coautoria, como artigos ou capítulos.

Decidi participar da seleção do Doutorado em Ciências Ambientais no ano de 2018, motivada pelo fato de ser uma área com propostas interdisciplinares. Antes de passar para a parte teórica do trabalho, apresento uma das camponesas que aceitou fazer parte deste estudo, pelo fato de ser minha mãe. Pretendo esclarecer os aspectos influenciadores desta escolha a seguir.

Gabriela Tomaz de Souza, com 84 anos, aceitou participar da pesquisa com suas lembranças, que, por vezes, se tornavam intermitentes, necessitando, em certos momentos, da ajuda de sua filha Neuraci. Gabriela nasceu em 1937, filha de Antônio Lourenço de Assis e Petronilha Tomaz Duarte; cresceu nos campos do Cerrado de Goiás, no município de Rio Verde.

Morou e trabalhou com seus pais da infância até os dezesseis anos, aprendendo, com sua mãe, os saberes e os fazeres camponeses em uma pequena propriedade da família, de onde retiravam o sustento no trabalho com a terra. Após seu matrimônio com Onofre Félix de Souza no ano de 1950, principia o desgaste situacional dos camponeses com o movimento da implantação de grandes propriedades, com o monocultivo de pastagens nas regiões do Cerrado.

O casal camponês, não tendo a própria terra para trabalhar, seguiu a vida familiar desempenhando serviços como lavradores em estabelecimentos rurais de domínio privado até aproximadamente meados da década 1970. Guardaram, na essência familiar,

o amor e as tradições presentes no cotidiano da vida nos sertões cerradeiros, a cultura e o zelo pela terra.

Viveram e trabalharam nas regiões das fronteiras entre os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, cuja trajetória de vida campesina atravessou o período da modernização do campo no Brasil, marcando a vida familiar com a expulsão dos camponeses residentes nas propriedades fundiárias.

Este processo em suas vidas desenvolveu-se em duas fases, sendo que a primeira ocorreu quando os patrões rurais, não permitindo mais a família domiciliada em suas terras, expulsaram mãe e filhos, obrigando-os a se arranjarem em espaços urbanizados, ficando agregada apenas a mão de obra masculina na propriedade, resultando na fragmentação familiar. O seguinte período correspondeu ao processo de monopolização produtiva dos espaços rurais em que os pais de família, também desalojados das fazendas e sem trabalho fixo, passaram a desempenhar trabalhos temporários em lavouras ou pastagens.

Diante desta conjuntura, com o seu companheiro distante, Gabriela, como muitas camponesas brasileiras, passou pelas difíceis mudanças de trabalho e de vida. As funções outrora desenvolvidas nas propriedades enquanto lugar de viver correspondiam a cozinhar para peões que trabalhavam nas roças, colher e limpar a produção das lavouras, além dos afazeres domésticos, incluindo o cuidado com os animais de pequeno porte e pequenas roças no entorno do quintal.

A partir das alterações ocorridas, iniciou-se uma fase em que, sozinha, passou a viver prolongados períodos com os filhos em áreas urbanizadas, sem a companhia e auxílio do esposo. Para Onofre, o novo regime da profissão se processou em enfrentamentos relacionado às mudanças das relações de trabalho, que, de trabalho fixo com a família residindo no interior das propriedades rurais, se deparou com a constante dependência de ofertas em ocupações temporárias, acarretando o afastamento do convívio do lar.

A progressiva ruptura das relações tradicionais de trabalho rompeu o vínculo empregatício, levando a surgir a categoria “boia-fria”, dinâmica que alterou profundamente as fronteiras entre o rural e urbano, submetendo o trabalhador às adaptações de inseguranças trabalhistas e às maiores dificuldades para executar tais funções, pois, morando na área urbana, diariamente se deslocava até os estabelecimentos agropecuários, onde lavrava e cultivava a terra.

Este caminho percorrido pela família, com trabalhos em torno de fazendas, ocorreu, como já mencionado, entre os municípios de Cassilândia, Paranaíba e Selvíria, no estado de Mato Grosso do Sul, e nas regiões de Aporé, Itajá e Lagoa Santa, no estado de Goiás. Em função desta trajetória de experiências relacionadas com o campo, a identidade[10] camponesa e a conexão com a terra ficaram na memória e, mesmo com a vida estabelecida na cidade, os costumes, os arranjos domésticos e os símbolos dessa relação estavam presentes e foram repassadas aos filhos.

As simbologias e os costumes ficaram entranhadas na simplicidade da moradia, no fogão a lenha, nos terreiros cultivados com hortaliças e ervas medicinais e no amor pela terra. Dessa forma, a vida singela, embalada com feições camponesas e estreitas relações com o bioma Cerrado, marcaram a minha infância, mocidade e a vida adulta enquanto filha de Gabriela e Onofre.

A participação de Gabriela trouxe contribuições contextualizadas ao período do Brasil em processo de modernização do campo e emergente expulsão dos camponeses dos espaços rurais. Além disso, apresenta, em suas memórias e lembranças, um arcabouço de material, oferecendo possibilidade interpretativa e análises a partir de testemunho de vida.

[10] De acordo com Stuart Hall (2003, p. 136), **Identidade** compreende ao pertencimento do indivíduo a um determinado espaço. A identidade cultural está ligada às tradições com significados e sentidos de vida, com suas simbologias, crenças e valores, influenciado pela família e/ou grupos sociais. Para Castells (2018), os indivíduos buscam agrupar-se em comunidades gerando sentimento de pertencimento, criando **identidades culturais.**

Identidade camponesa: compreende a práticas opostas aos modos produtivos capitalista, em que se faz presente o trabalho familiar e a diversidade de cultivos. Depreende de "identidade de resistência", modos de viver e de trabalhar a terra dotado de mística, símbolos, crenças. Silva e Cury (2015, p. 27) destacam que: "A identidade camponesa ainda está relacionada com a luta pela terra, que se destaca como local em disputa, compreender essa luta pela terra é espelhar como o espaço é vivido, o espaço se torna o território camponês sendo vital para produzir suas relações sociais e culturais, onde a identidade camponesa está em curso". HALL, S. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da_Diaspora_-_Stuart_Hall.pdf Acesso: Abr/2022. CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 9ª. Edição. PAZ & TERRA. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: https://tonaniblog.files.wordpress.com/2019/05/o-poder-da-identidade.pdf Acesso: Abr/2022. SILVA, Dherwerson dos Santos; CURY, Mauro José Ferreira. A identidade camponesa nos assentamentos do MST no Brasil. Geographia Opportuno Tempore, v. 1, n. 4. Londrina. 2015. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31936 Acesso: Abr/2022.

TRAVESSIAS E PERCURSOS: A VOZ DO MÉTODO

> Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta.
>
> Boaventura de Souza Santos (1988, p. 66)

Para compreender o contexto em que as histórias vividas em análise foram construídas, é indispensável relacionar os fatos particulares com os processos temporais da conjuntura econômica, política e social ocorridas no território brasileiro. Por isso, a importância em definir os períodos abrangentes das histórias de vida das camponesas participantes, com idades entre 50 e 80 anos, que compreende ao período do final da década de 1950 até início de 2020.

Neste recorte temporal, o processo de desenvolvimento territorial brasileiro passou por transformações provocadas pela modernização do campo, industrialização urbana e rural e evolução informacional com tecnologia comunicacional globalizadas. Estas mudanças, a princípio, resultaram em milhares de famílias camponesas expulsas dos campos rurais, seja das propriedades rurais enquanto trabalhadores em fazendas, seja das suas pequenas propriedades como sitiantes trabalhando e cultivando pequenas roças ou mesmo como posseiros, agregados, entre outras categorias.

As famílias tiveram que se readequar diante das alterações na estrutura funcional camponesa, em que, ao deixarem o campo em direção às cidades, vivenciaram as modificações nas relações de trabalho, ou ainda, tiveram que se submeter, mas sem que deixasse de existir resistência[11] a trabalhos diários nas monoculturas implantadas pelo novo modelo agrário impulsionado pela modernização do campo. O dilema das famílias camponesas em áreas urbanas consistia em aprender um novo ofício, geralmente em primárias fábricas provenientes da revolução industrial ou mesmo nas cidades pequenas, tendo que se deslocar para o campo na condição de boia-fria.

[11] A migração para regiões do estado de São Paulo, impulsionada pelo programa Nacional do Álcool – Proálcool (1975), atraiu trabalhadores expulsos do campo, principalmente do Nordeste e de Minas Gerais, para a cidade de Guariba, em que as péssimas condições de trabalho no canavial, acrescido de maior imposição sobre a produtividade na safra sem o respectivo aumento do salário, de acordo com D'incão (1985) e Chequer (2018), surgem no ano de 1984. Deste movimento, expandiram organizações dos trabalhadores da laranja em Bebedouro, Barretos e outras localidades do estado de São Paulo, em busca de melhores condições de trabalho e salário para a categoria "trabalhadores rurais".

Estas questões com pontos de vista diversos foram assinaladas por relevante interesse em estudos acerca das transformações dos espaços rurais e as consequências para seus povos. Diante das manifestações de diferentes áreas do conhecimento, preza-se, neste estudo, as análises de autores que investigam os impactos causados aos camponeses, especialmente os que vivenciaram os campos do bioma Cerrado.

Ao buscar a contribuição de Wanderley (2014, p. 28), a autora menciona a subordinação camponesa ao processo industrial e à economia capitalizada, "[...] que se traduziu, fundamentalmente, pela adoção de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial nos processos da produção agrícola", e ao modelo da monocultura, intensificando o avanço do desmatamento e a expulsão das comunidades rurais, Wanderley (2014, p. 28), ressalta que:

> [...] as consequências sobre os espaços de reprodução dos pequenos agricultores camponeses são diretas e imediatas. As grandes propriedades expulsaram massivamente os trabalhadores residentes em seu interior, passando a contratá-los apenas nos momentos de necessidade de trabalho.

O capital foi desenvolvendo suas estratégias de controle sobre a produtividade rural, transmutando, com o tempo, seu sistema produtivo e cumulativo de grandes extensões de terras, conhecido anteriormente como latifúndio e recentemente como agronegócio. Fabrini (2008, p. 44), descreve que "[...] o latifúndio excluía pela improdutividade e agora o agronegócio exclui pela intensa produtividade". Significando que os agricultores e trabalhadores rurais sofreram expulsão do campo e continuamente tiveram que lutar em busca da conquista por um pedaço de terra para nela trabalhar e viver.

O estudo inserido neste contexto histórico social lançou mão de algumas categorias de análise como território/territorialidade, gênero, camponês, cultura, protagonismo, luta, resistência e natureza. Embora já desenvolvido no capítulo I, na tentativa de contextualizar cada categoria, segue breve descrição sobre as circunstâncias em que os conceitos foram utilizados para auxiliar na compreensão interpretativa no decorrer da pesquisa.

Tendo em vista que a pesquisa procurou analisar os relatos vivenciados por mulheres camponesas nos campos do bioma Cerrado, houve a necessidade de abordar o Cerrado enquanto território, ou seja, o espaço ocupado como lugar de trabalho e vida com o controle nas dimensões políticas, econômicas e sociais.

Este processo de apropriação dos campos cerradeiros caracterizou-se com o emprego de monoculturas em *commodities*[12], utilizando geopolíticas globalizadas na expansão do capital, resultando na destruição da biodiversidade, esgotamento dos solos e expulsão de famílias camponesas, promovendo alterações ambientais, sociais e culturais.

Dessa forma, a apropriação do território Cerrado, de acordo com Raffestin (1993, p. 52) ocorre em duas situações: a primeira como territorialização que "[...] se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos". Conforme o autor (p. 52), territorialização se refere ao "[...] poder visível, maciço, identificável".

A territorialidade, em conformidade com Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Almeida (2013) corresponde a uma segunda compreensão de apropriação, representando as relações de apreensões simbólicas e construção de identidades engendradas no território. São as singularidades das experiências vividas, manifestando-se individualmente ou coletivamente nas relações com o espaço, nos arranjos e sentidos entre os sujeitos e o território.

Assim sendo, a partir das interpretações das territorialidades construídas e empreendidas nas relações elaboradas pelos sujeitos com o ambiente local, este estudo busca a compreensão das interações entre as mulheres camponesas participantes da pesquisa com o território de vivência. As campesinas projetaram suas territorialidades nos espaços rurais de outrora e deixam impressas suas contribuições atuais no resguardo das culturas camponesas nos campos cerradeiros.

O legado retido na memória das camponesas é ensinado através da tradição oral às gerações futuras, revelando, nos relatos, os saberes e os valores culturais protagonizados pelas mulheres, e, muitas vezes olvidados pelo sistema patriarcal. Menezes e Gaspareto (2013, p. 315) reforçam essa questão assinalando que: "Por muito tempo, a dominação de gênero[13] vem tratando a mulher como inferior e desprovida de autonomia, invisibilizando seu trabalho e suas potencialidades".

---

[12] *Commodities:* plural de commodity em inglês, que significa **mercadoria**. Palavra usada para descrever produtos de baixo valor agregado. Muitas vezes a palavra *commodities* pode ser sinônimo de "matéria-prima", porque são produtos usados na criação de outros bens. Disponível em: https://www.serasa.com.br/ensina/dicas/commodities/

[13] Dominação de Gênero: apresentado como dominação masculina. Ver em: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1.

As lutas pela conquista da terra de trabalho e de vida e as resistências que a permanência na terra impõe aos camponeses no dia a dia têm valorizado acentuadamente a figura feminina nos sertões brasileiros, destacando o seu potencial conquistado e revelado nas afirmações emancipatórias e modos de vida tradicionalmente mantidos.

Conforme Henn (2013, p. 65), as camponesas seguem "[...] construindo tessituras na trama das resistências; ao se perceberem diante de transformações que imprimem no cotidiano do grupo familiar; e ao se redimensionarem diante das atuações que integram coletivos organizados". As guardiãs da cultura camponesa, promotoras da sua autonomia, seguem na busca por vida para si e suas famílias, despertando e motivando a sinergia com a biodiversidade cerradeira, construindo territorialidades e identidades vinculadas à terra.

Os Fundamentos metodológicos e a Pesquisa Qualitativa

Os paradigmas de estudos científicos seguiram construindo ordenamentos científicos adequados aos princípios teóricos empregados na leitura da realidade. As concepções elaboradas guiaram pesquisadores no decurso da história da humanidade definindo movimentos de construção e reconstrução; um longo percurso para as ciências sociais e humanas no processo de desenvolvimento de um método próprio, como destaca Chizzotti (2003, p. 12):

> O conceito de paradigma, apesar da ambiguidade do termo, tem sido usado para caracterizar o estado da investigação e duas tendências conflitantes em pesquisa, neste século: um paradigma que se caracteriza pela adoção de uma estratégia de pesquisa modelada nas ciências naturais e baseada em observações empíricas para explicar fatos e fazer provisões, e outro, que advoga uma lógica própria para o estudo dos fenômenos humanos e sociais, procurando as significações dos fatos no contexto concreto em que ocorrem.

O método é um instrumento científico com particularidades próprias, dependendo da linha de pensamento, para investigações associadas à sistematização teórica. No Glossário de Termos Epistemológicos (2015, p. 32): "A palavra método deriva do grego e quer dizer 'modo de proceder ao longo de um caminho' [...]".

O caminho percorrido na busca da compreensão da realidade trouxe contribuições e inovações teórico-metodológicas, que se desdobram desde Francis Bacon (1561-1626), fundador do empirismo e método experimental, ao positivismo de Comte (1786-1857) e aos modelos matemáticos de Descartes (1596-1650).

O fato é que, para as ciências sociais e humanas, foi uma difícil travessia aos métodos das ciências naturalistas adeptas à neutralidade conforme destaca Chizzotti (2003, p. 13): “Essa concepção se difundiu nos meios acadêmicos norte-americanos e constituiu-se em um método de análise e de explicação dos fenômenos sociais”.

O acirramento das polêmicas e a procura por um método que atendessem as ciências sociais abriram novas possibilidades de soluções para a compreensão dos fenômenos sociais e humanos. Estas inovações enquanto perspectivas, de acordo com Demo (1998, p. 89), “[...] de princípio, não tinha nada de mais específico, a não ser a reação contra a imposição quantitativista; com o tempo, surgiram propostas mais concretas, que passaram pela pesquisa participante, pesquisa-ação, história oral, até a atual etnometodologia.

Mas foi Edmund Husserl (1858-1938), de acordo com Chizzotti (2003, p. 14), que propôs um método visando: “[...] “ultrapassar as aparências imediatas das coisas e alcance os fenômenos, a essência das coisas na sua manifestação”. Para Husserl (1992), a filosofia e a verdade tenderiam para uma perspectiva sobre os objetos e acontecimentos da vida real e como estes ocorrem de fato na consciência dos sujeitos, para tanto, deveriam ser estudadas as essências contidas nestas experiências para se chegar a um significado autêntico.

O estudo necessitaria de liberdade das normas e dos padrões de teorias e pré-conceitos limitantes presente nas ciências, como os apontados por Demo (2002, p. 351): “Reconhece-se, pois, que é possível produzir ciência através de inúmeros métodos e teorias, porque estes, sendo tipicamente instrumentais, não podem substituir ou subverter o cuidado com os fins”.

Para a fenomenologia, os objetos e os acontecimentos tomam forma a partir da percepção e da apreensão dos sujeitos, assim sendo, o estudo deve se direcionar na expectativa de como os sujeitos percebem os fenômenos sem interferências das regras metódicas. Nesse entendimento, a relação é de sujeito-sujeito, implicando a recusa de neutralidades e objetividades supostamente realizadas nas abordagens e práticas das pesquisas positivistas.

Com este método, busca-se os procedimentos que possibilitam a compreensão dos fenômenos por meio de relatos descritivos do vivido individual e social, operando intencionalmente sobre os recortes e as escolhas visando a valorização dos sujeitos investigados. Os estudos qualitativos têm conquistado crescentes espaços no

desenvolvimento de investigações envolvendo as relações entre os indivíduos e os fenômenos sociais.

Iniciada no final do século XIX, a abordagem se desenvolveu com estudos de famílias europeias a partir da análise da realidade vivida por trabalhadores e desempregados, cujos precursores, segundo Godoy (1995), foram o jornalista Henry Mayhew e o sociólogo Frédéric Le Play.

Sidney Webbs e Beatrice Webb desenvolveram estudos sociais e políticos que, de acordo com Godoy (1995, p. 59), resultaram na "[...] primeira obra sobre os aspectos metodológicos do que hoje denominamos 'abordagem qualitativa'". As contribuições de antropólogos, nessa perspectiva, foram o desdobramento de extensos trabalhos de campo e a coleta de dados com observação participante em comunidades nativas que nas décadas de 1950, 1960 e 1970, teve a aceitação da abordagem qualitativa.

Fora da antropologia e da sociologia, conquistou adeptos com resultados de pesquisas publicadas em periódicos científicos, com ricas contribuições procedimentais e técnicas desenvolvidas pelas diversas áreas do conhecimento. As escolhas relativas a posturas dos pesquisadores nas coletas de dados em campo são aspectos presentes na abordagem qualitativa com pontos de vista divergentes, como aponta Godoy (1995, p. 62):

> Enquanto alguns investigadores deixam claros e compartilham os objetivos da pesquisa com os sujeitos, outros consideram que não devem expô-los ao grupo. No que se refere à postura do pesquisador junto aos informantes, encontramos aqueles que defendem uma atitude de empatia e identificação, enquanto outros posicionam-se de uma forma mais neutra, evitando o envolvimento com os sujeitos.

Há uma interconexão entre o sujeito, sua realidade e os processos inerentes à sociedade, fundamentando possibilidades da análise das relações sociais nas diferentes esferas históricas, políticas, econômicas e culturais, que, dependendo da proposta de estudo, podem levar a posturas mais críticas. Rossato e Martínez (2017, p. 351) comentam nesta perspectiva:

> A interpretação e a construção do pesquisador requerem um olhar sensível, capaz de se movimentar na tessitura das informações desde as mais particulares até as mais gerais sem, contudo, ficar preso aos fatos narrados e descritos pelos participantes, mas aproximando-se dos elementos subjetivos produzidos nas vivências dos mesmos, sempre fruto da interpretação qualificada e fundamentada pela base teórica do pesquisador.

Ao desenvolver a articulação entre as interpretações e a compreensão dos fenômenos na sua totalidade, as pesquisas qualitativas não têm a pretensão em apresentar generalizações e leis: “O critério de cientificidade nesse caso é a intersubjetividade, já que o conhecimento é constituído pelo sujeito e pelo objeto numa relação dialética”.

No princípio, a pesquisa foi se desenvolvendo com a metodologia da observação participante e com o procedimento de entrevistas gravadas, promovendo a particularidade da convivência com os sujeitos, com os lugares de socialização e atividades, proporcionando o convívio com os hábitos e comportamento dos sujeitos.

A metodologia da observação participante pressupõe a necessidade de estar nos lugares de vivência daqueles que fazem parte da pesquisa, apesar de alguns percalços terem ocorrido, como a dificuldade em efetivar os trabalhos de campo pela distância entre o trabalho profissional na cidade de Cáceres-MT e o campo da pesquisa em Três Lagoas-MS, além da impossibilidade em dar continuidade na aplicação das técnicas desenvolvidas no campo, da observação participante e entrevistas, pelo desencadeamento da pandemia da covid-19, que inviabilizou as visitas e o contato com as participantes da pesquisa.

Diante deste quadro, foram necessários alguns redirecionamentos na metodologia e, assim, optou-se pela história de vida para dar continuidade à pesquisa, já que a observação participante ficou totalmente inviabilizada pelas medidas protetivas contra o coronavírus. Dessa forma, o trabalho contou com uma parte da observação participante, enquanto foi possível a sua efetivação, e a história de vida, que teve como principal técnica a entrevista gravada.

A história de vida: narrativas, memórias, lembranças

Contar histórias acarreta conexões a acontecimentos e experiências vividas, envolvendo sentimentos que, ao reconstruir os fatos através da memória, provocam nostalgias. Contar histórias é um costume milenar que carrega um importante mecanismo comunicacional. Mas contar histórias tem um toque feminino vinculado às várias circunstâncias sociais e culturais. A imagem de uma avó cercada de netos tem frequentemente ilustrado textos literários, como livros infantis e pedagógicos, que remetem a lembranças de um passado recente das famílias brasileiras, especialmente daquelas residentes nas áreas rurais, como apresenta Chaves (2015, p. 77):

> [...] contar (e ouvir) histórias inspira afeto, zelo, herança e confiabilidade; sentimentos que estão presentes sempre que um ente relembra uma contagem e a transmite com frases afáveis, iniciadas por "no meu tempo..." ou "quando eu tinha a tua idade...". Saberes que possibilitam a reflexão e a manutenção de legados de importância incontestável a essas famílias, solidificando a ligação avós-netos e permeando momentos de cumplicidade.

As memórias reveladas nos contos são lembranças narradas repletas de simbologias, de crenças e de tradições, guardadas e reveladas oralmente, percorrendo períodos de várias gerações. Estas histórias vividas e contadas traduzem também os acontecimentos sociais da época.

O recurso metodológico da história de vida, de acordo com Pereira, Pegoraro e Rasera (2017, p. 278), surgiu nos Estados Unidos em um movimento denominado Escola de Chicago: "A história de vida é [...] uma das modalidades da História Oral. É um dos recursos da moderna história moderna, que vem ganhando destaque a partir da Escola de Chicago, na década de 1920, nos Estados Unidos".

Implementado por sociólogos, principiantes dos estudos etnográficos, a história de vida se assentava nas coletas de dados em campo com entrevistas de relatos de experiências de vida e análises documentais. Os sociólogos precursores da metodologia, W.I. Thomas e Florian Znaniecki (1918), utilizaram tal recurso na tentativa de compreender as ações e os movimentos migratórios da época, uma nova forma de pesquisa, através de análises da apreensão dos sujeitos relacionados às suas vidas.

Seguindo a proposta da escola, desenvolveram a sociologia humanista, com a contribuição do filósofo George Herbert Mead na formulação da teoria do "interacionismo simbólico". Já no início da década 1960, o antropólogo Oscar Lewis deu sua colaboração ao desenvolver um levantamento sobre a história de vida de uma família mexicana. Integrando as abordagens qualitativas, a metodologia exige procedimentos correspondentes ao respeito e à valorização dos sujeitos e suas perspectivas, considerando seus conceitos e valores.

A história de vida também faz parte das pesquisas narrativas que têm sido utilizadas em diferentes áreas do conhecimento, nas quais, a partir de histórias narradas pelos sujeitos, de acordo com Paiva (2008, p. 2), é possível a compreensão dos fenômenos estudados através de interpretações cuidadosas. "Essas interpretações são da maior relevância para pesquisadores que querem dar voz ao pesquisado e desenvolver seus estudos em uma perspectiva êmica"; ou seja, perspectivas daqueles que vivenciaram as experiências compartilhadas.

O procedimento de contar e reviver as histórias de vida pelo interlocutor e o de ouvir os relatos pelo pesquisador envolvem as narrativas e a interpretação cuidadosa dos relatos de vida. As narrativas das vivências revelam, nas histórias contadas, os modos de vida de um povo, de uma comunidade, bem como os processos e as características da sociedade. Para Sahagoff (2015, p. 2), "As pessoas precisam ser entendidas como indivíduos, que estão sempre em interação e sempre inseridas em um contexto social".

As narrativas dos sujeitos, além de dar sentido às experiências vividas e revelarem os modos de vida, as crenças e os valores comunitários, também refletem, em suas histórias, as estruturas sociais do período histórico social. A metodologia pode utilizar-se de vários procedimentos, como entrevistas, autobiografias, relatos orais ou escritos e anotações em campo. Sahagoff (2015, p. 3) corrobora exemplificando que podem ser utilizadas as técnicas de "[...] escrita autobiográfica, escrita de diários, notas de documento, fotografias, caixa de memórias, histórias de vida".

A história de vida corresponde a uma metodologia inserida no método da história oral, que, partindo das experiências vividas pelos interlocutores possibilita a percepção dos aspectos sociais e culturais. Nesta compreensão, Pereira; Pegoraro; Rasera (2017, p. 278) descrevem a possibilidade de: "[...] reconstruir os acontecimentos vividos e transmitir a experiência adquirida neste processo, captando o que acontece na encruzilhada da vida individual e social".

Ao buscar a compreensão da metodologia da história de vida, a pesquisa apoiou-se em autores que a desenvolvem em estudos em diferentes áreas do conhecimento científico. O procedimento metodológico da história de vida se assenta em uma "construção de conhecimento" entre o pesquisador e o participante da pesquisa, entendendo que essa construção se assemelha a um cenário em que o sujeito abre as possibilidades da exposição da sua história de vida, captada por meio dos instrumentos e técnicas empregadas. Expressando-se sobre a metodologia, Battistel (2016, p. 44-45), destaca que:

> [...] por configurar-se no universo vivido pelo sujeito, cujo objetivo pode estar focado nas preocupações dos atores sociais em seu cotidiano e contexto real de vida, bem como graças aos instrumentos que utiliza (história de vida, observação participante, análise de conteúdo), permite investigar a fascinante vida cotidiana da qual surge o sentido do fenômeno social.

A relação entre sujeito e pesquisador e o processo de construção da confiabilidade é alcançada através de visitas, conversas e explanações sobre o projeto durante um

período satisfatório, estabelecendo diálogos em que o narrador relata, buscando na memória, os fatos passados que se apresentam em forma de simbologias, ações, saberes e crenças que vão sendo resgatados pelas lembranças.

A contribuição que a metodologia oferece a pesquisas, sugere o processo interativo apresentando positividade entre os sujeitos participantes, possibilitando correspondências entre as experiências vividas pelos indivíduos e a construção coletiva dos processos sociais.

Kofes (1994, p. 140) confirma a acepção descrevendo que a história de vida narrada revela a singularidade no sentido de originalidade, embora os relatos pessoais estejam limitados pelo vivido particularizado, "[...] nem por isto deixaram de falar de sociedades e de processos culturais".

Kofes (1994) afirma que a história de vida é importante para estudos nos quais se empreendem as relações entre os sujeitos e a sociedade, envolvendo os aspectos sociais e culturais. Isso significa que, nos processos de investigação subjetiva, existe a possibilidade da realização da análise das estruturas sócio-político-econômicas da sociedade.

Através da história contada há a viabilidade da intersecção entre os dados revelados nos relatos individuais, como os fatos e as tramas sociais transcorridos no tempo da história narrada. As interpretações correlatas entre sujeitos e sociedade, de acordo com Rossetin (2020, p. 54), permitem aprofundar as questões sociais marcadas pela história nas dimensões vinculadas aos processos econômicos, políticos e culturais:

> O processo de coleta de histórias de vida produz vínculos, afinidades, confiança, cumplicidade entre pesquisador e o sujeito pesquisado. Nesse contexto, o pesquisador não confirma a autenticidade dos fatos, pois o que se deve observar é o ponto de vista de quem está narrando a história.

Deve-se levar em conta o cuidado na seleção dos sujeitos participantes da pesquisa, cautela ao criar os vínculos entre pesquisador e os indivíduos que tomarão parte na investigação e na aplicabilidade da contextualização, possibilitada pela modalidade na compreensão dos fenômenos histórico-sociais revelados pela história individual contada.

Esse conjunto de processos entre memórias, lembranças e sentimentos carregados de simbologias ou percepções se materializam na oralidade. O sabor de uma comida típica, o aroma de um chá de ervas ou a imagem de uma flor podem ser um veículo de transporte para vivências do passado.

Reforçando sobre as interações ocorrentes entre estes elementos, Matos e Senna (2011, p. 97) sinalizam que: "Uma possibilidade de sistematização das lembranças, como indicadores e referenciais para múltiplos estudos, são os registros da oralidade". A prática da oralidade é simultânea ao desenvolvimento da humanidade em razão de que a comunicação oral esteve presente desde as sociedades antigas, e o costume de narrar histórias correspondem a histórias reais, concretas. Colaborando neste viés, Alberti (2003, p. 3-4) descreve que:

> [...] quanto mais moderna é a sociedade, quanto mais rápida e fragmentada é a comunicação, tanto mais precisamos, para entendê-la, de formas "tradicionais" de explicação: narrativas orais, transmitidas de gerações mais velhas para mais novas, de modo a conservar a "identidade" e a construir os significados da sociedade.

A fragmentação da comunicação expressada por Albert (2003), reporta-se às análises realizadas por Hall (2006, p. 9), sobre as mudanças da sociedade e os reflexos desenvolvidos pelos processos da globalização sobre as identidades construídas no mundo moderno. O autor examina as mudanças das formas tradicionais que centralizavam os sujeitos integralizados pelas operações em trâmite, como observa-se em sua descrição: "Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais".

As mudanças processadas no mundo globalizado, alterando estruturas materiais e imateriais consolidadas, exigem investigações compostas de criticidade na tentativa de compreender os fenômenos manifestados em conjunto com os fatores envolventes. Colaborando com este raciocínio, Ferrarotti (2007, p. 107) expõe a possibilidade que os pesquisadores têm de se aproximar e se apropriar de uma análise qualitativa crítica com maior propriedade sobre os processos sociais. (Tradução da autora)[14]:

> Em vez de proceder com extrema atenção analítica, seria necessário ler as histórias de vida, com o objetivo de chegar ao fundo e trazer à tona as "áreas problemáticas", estas, naturalmente expostas com mais frequência, no que diz respeito à percepção psicológica individual,

[14] Texto Original: Se necesitaría en vez de proceder, com extrema atención analítica, a la lectura de las historias de vida, com el objetivo de llegar al núcleo y hacer emerger las "áreas problemáticas"; éstas expuestas naturalmente más a menudo entérminos de percepción psicológica individual, se asocian em consecuencias con las determinantes del contexto histórico económico-cultural meta-individual, de forma tal que evidencian el entrecruzamiento dialéctico – o de "reciprocidad condicionante"– entre individuo, cultura y momento o fase histórica. Lo que significa, tomando en cuenta las historias de vida el aprehender el nexo entre texto, contexto e intertexto.

> estão associados em consequências com as determinantes do contexto histórico econômico-cultural, de tal forma que mostram o vínculo dialético – ou o "condicionamento de reciprocidade - entre indivíduo, cultura, momento ou fase histórica. O que significa, levando em conta as histórias de vida apreender a ligação entre texto, contexto e intertexto.

A metodologia proporciona a compreensão de uma realidade em que é possível ao pesquisador discutir enfoques contextuais temporais e espaciais em razão de que, ao narrar suas experiências de vida, o depoente revela fatos próprios que, simultaneamente, apresentam aspectos sociais, tornando possível a compreensão de fenômenos desencadeadores, análogos aos acontecimentos pessoais relatados.

Por sua vez, os interlocutores devem ser respeitados e valorizados mediante a produção científica em que se inserem, como enfatiza Josso (1999, p. 16): "[...] uma produção de conhecimento que faça sentido para eles, que se engajem, eles próprios, num projeto de conhecimento que os institua como sujeitos".

Nesses termos, a pesquisa utilizou a história de vida enquanto base metodológica, com procedimentos de observação participante e entrevistas escrita e gravada, de relatos de experiências vividas por mulheres camponesas do Cerrado, residentes do município de Três Lagoas-MS. A pesquisa contou com cinco mulheres camponesas, e a seleção ocorreu em diferentes situações.

A entrevista realizada com a camponesa que reside no espaço urbano de Três Lagoas, Gabriela Tomaz de Souza, aconteceu no ano de 2019 entre os meses de março a julho, na forma de questionário não estruturado, ou seja, perguntas elaboradas de forma abrangente sobre o assunto, buscando explicações e opiniões.

O motivo para esta escolha e o longo período de desenvolvimento da coleta das informações ocorreu pelo fato de sua idade avançada, necessitando de interrupções constantes com retomadas intervaladas. Nota-se o cuidado que teve pela sua participação direta na escrita e nas gravuras inéditas representando as suas memórias.

Sem deixar de mencionar a importante participação de uma de suas filhas, Neuraci Maria de Souza que aplicou a entrevista com calma e de modo gradativo. Gabriela e Neuraci residem na mesma casa, facilitando um diálogo delongado e sereno, possibilitando a maneira como foi realizada. A entrevista teve como título: "Minhas Memórias do Cerrado - questionário das lembranças", constituída de 15 questões abertas, disponibilizadas em anexo.

Gabriela Tomaz de Souza, residente na cidade de Três Lagoas, foi solicitada para a participação na pesquisa por ter sido a mentora da idealização do tema, pela sua vida enquanto camponesa nos campos do Cerrado brasileiro, e por guardar as tradições camponesas residindo nos espaços urbanos. E ainda, por ter cultivado o amor e a admiração pela biodiversidade cerradeira, legado que passou para seus filhos e filhas com muita propriedade, como a pesquisadora que escreve esta tese.

Com as camponesas do Cinturão Verde e Assentamento 20 de Março, foram realizadas, em estágio inicial da coleta de dados, técnicas de observação participante sobre as estruturas dos lotes, das moradias e das produções, como também diálogos informais, anotados em caderno de campo. Esta primeira parte da pesquisa foi concretizado no período de 12 a 30 de julho de 2019 e continuada em dezembro do mesmo ano. De dezembro de 2019 a fevereiro de 2020, foram realizadas as entrevistas com gravações de relatos das camponesas do Assentamento 20 de Março e do Cinturão Verde.

No Assentamento 20 de Março, ao entrar em contato com a comunidade local, houve a indicação da Neli Cordeiro de Macedo Magalhães, conferindo a ela atribuição imediata referente à liderança comunitária. Notou-se também, que além deste aspecto, houve a manifestação de interesse da camponesa na participação da pesquisa. A observação participante com a Neli aconteceu do dia 12 a 18 de julho e a entrevista gravada no dia 30 de janeiro de 2020. (Roteiro da entrevista disponível em anexo).

A opção pela segunda participante do Assentamento 20 de Março, Lourdes da Silva Lisboa, ocorreu pela atividade desenvolvida no Viveiro de Mudas do Cerrado, um projeto promovido por uma das associações do assentamento. O primeiro contato aconteceu em uma festa junina na sede do assentamento no dia 13 de julho de 2019, seguido do convite para a pesquisa ao visitá-la em seu lote no dia 19 de julho.

A observação participante no viveiro de mudas transcorreu durante os dias 22 a 24 de julho de 2019 com acompanhamento do trabalho desenvolvido por Lourdes e verificação da infraestrutura e funcionamento do projeto. Nos dias 25 e 26 de julho efetivou-se a visita ao lote da camponesa para conhecimento do arranjo organizacional, produção e o cotidiano das tarefas.

A entrevista gravada com a Lourdes foi no dia 22 de janeiro de 2020, e neste dia chegaram parentes para visita-la e por este motivo, a entrevista não fluiu de forma suficiente, necessitando de retorno ao seu lote para dar continuidade. (Roteiro da entrevista disponível em anexo). Porém, a pesquisa foi interrompida para atender as recomendações sanitárias diante da disseminação da Covid 19.

Após a redução da propagação da doença e flexibilização das medidas determinadas pelos sistemas de saúde, em 2022, foi possível retornar ao lote de Lourdes e dar continuidade na entrevista transcorrida no dia 14 de junho, para colher novas informações sobre o viveiro de mudas e sobre a vida da camponesa.

Onézia Cardoso de Moura, a primeira participante do Cinturão Verde a ser convidada, aceitou fazer parte da pesquisa após uma visita realizada no dia 27 de julho de 2019, com esclarecimentos sobre a investigação a ser realizada. A escolha foi motivada pela aparência do seu lote, que exibia abundância de produtividade.

Nos dias 30 e 31 de julho de 2019 foi realizada a observação participante no lote de Onézia, verificando a estrutura, a diversidade da produção, a renda, e os afazeres cotidianos que foram sendo apresentados em caminhadas pelo lote e acrescentados os detalhes pelos comentários da camponesa. Em 16 de janeiro de 2020 foi a entrevista gravada com a Onézia, que com calma e intervalos, transcorreu durante o dia todo.

Maria Rodrigues da Cruz, camponesa do Cinturão Verde, recebeu o convite e ingressou na pesquisa por indicação de Onézia Cardoso de Moura. No primeiro contato com a Maria em 30 de janeiro de 2020 houve a apresentação do projeto com explicações sobre o estudo a ser desenvolvido. A observação da organização do lote, produção e o cotidiano de Maria ocorreu no dia 01 de fevereiro juntamente com a entrevista gravada.

A ligeireza da pesquisa de campo com a Maria se deu pelo fato de que as aulas na UNEMAT retornariam para o primeiro semestre de 2020, porém, em março a universidade interrompeu as aulas presenciais em virtude da propagação da Covid 19, e, neste ano, não houve mais a possibilidade de voltar as pesquisas de campo.

Como já foi esclarecido, passado o pico da periculosidade da pandemia e o relaxamento das medidas do distanciamento social, pode-se voltar ao lote de Maria e dar continuidade nos procedimentos de coleta de dados, que ocorreram no dia 14 de abril de 2022, com a busca de elementos novos neste intervalo do tempo e verificando as atividades da camponesa.

A escolha do Assentamento 20 de Março motivou-se pela história de conquista da terra através da luta empreendida por movimento de sem-terras da região de Três Lagoas, liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como também a participação do assentamento em projetos de agroecologia e a execução do viveiro de mudas do Cerrado.

A área do Cinturão Verde foi escolhida porque representa um limite entre o rural e urbano, em que famílias camponesas conseguiram um lote sob o regime de comodato,

e mantêm o vínculo com a terra, cultivando hortaliças, pequenas roças e criando animais de pequeno porte.

Há de se esclarecer, neste contexto também, o motivo pela escolha da localidade da pesquisa, justificando a distância existente entre a cidade de moradia (Três Lagoas-MS) e a de trabalho (Cáceres-MT). Distância compreendida em 1.200 quilômetros entre elas. Este espacejamento geográfico resultou em grande adversidade para a realização do trabalho de campo, tendo a viabilidade para as viagens somente nos meses de recesso e de férias de trabalho.

Esta localidade da pesquisa foi o resultado de alterações solicitadas pela banca no processo de reformulação do projeto de pesquisa, ainda no decorrer do cumprimento dos créditos, no qual foram alegados que o recorte espacial escolhido localizado nos assentamentos do município de Cáceres e Mirassol D'Oeste não teria a representatividade do bioma Cerrado. Diante desse questionamento, em conjunto com a orientação, a opção tomada foi pelo município de Três Lagoas-MS, justificada pelo apoio estrutural disponível junto a familiares que residem na cidade.

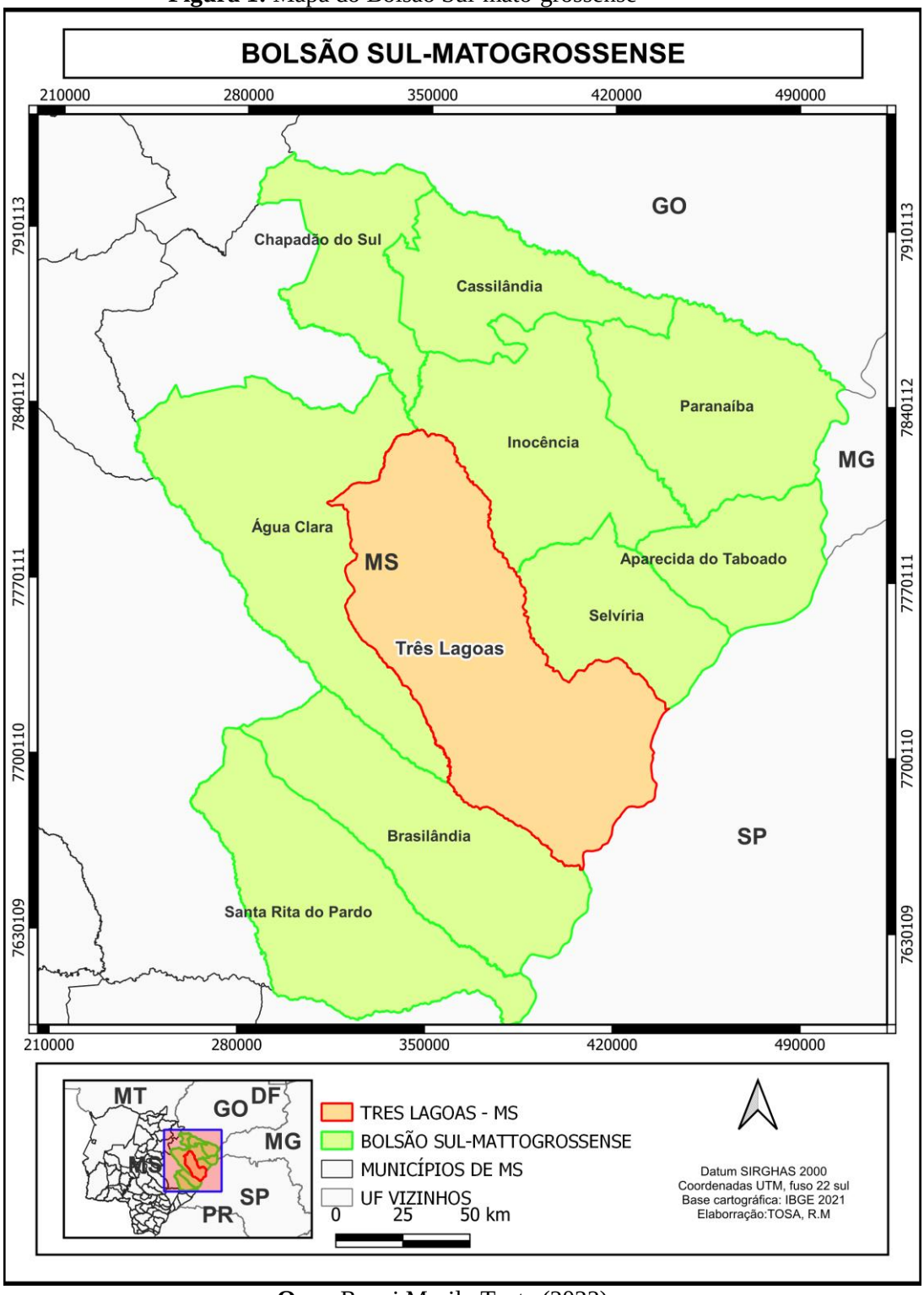
Para alcançar os objetivos do estudo, que é o de investigar o protagonismo nas territorialidades das mulheres camponesas do Cerrado, é preciso buscar compreender as experiências individuais de vida, possibilitadas a partir de metodologias que se associam a histórias vividas e contadas pelas participantes da pesquisa.

Outro ponto a ser destacado refere-se ao processo de autorização e aprovação da pesquisa pelo comitê de ética (disponível em anexo), que transcorreu com a apresentação de todos os procedimentos exigidos, inclusive com a assinatura das participantes da pesquisa no Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE, com consentimentos para a divulgação de nomes e exibição de fotografias.

LOCAL DE ESTUDO: MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS

Três Lagoas, município do estado de Mato Grosso do Sul, foi emancipado em 15 de junho de 1915, localizando-se a 330 km da capital Campo Grande. O município de Três Lagoas pertence a mesorregião geográfica Leste do estado de Mato Grosso do Sul, às margens do Rio Paraná, denominada de Bolsão sul-mato-grossense, representada na figura 1. As coordenadas geográficas do município estão entre 19º 30" e 21º 05' 27" de latitude Sul e 51º 30'12" e 52º 30" de longitude Oeste. A altitude do relevo na área urbana é de 319m.

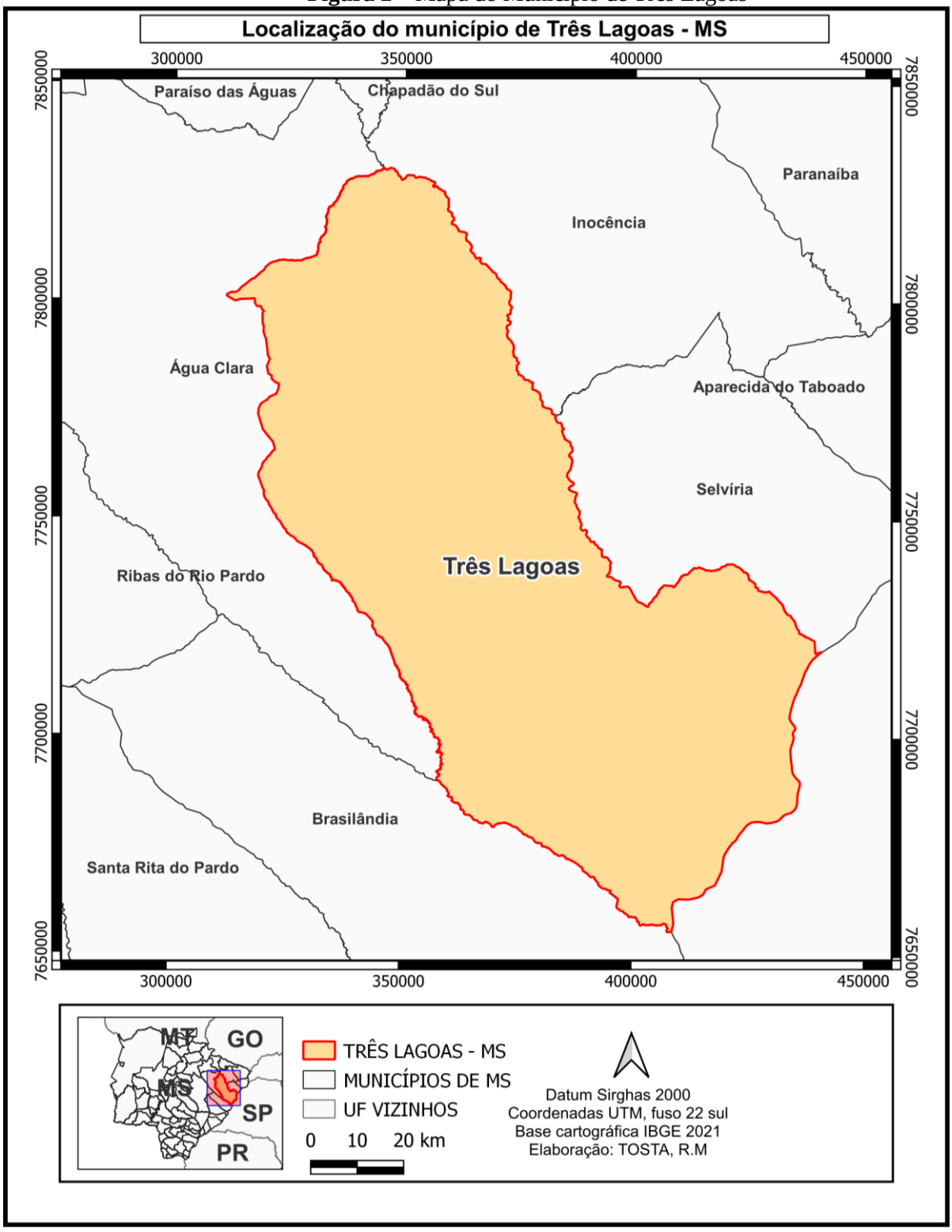
Figura 1: Mapa do Bolsão Sul-mato-grossense



Org.: Raoni Murilo Tosta (2022)

Três Lagoas limita-se ao norte com o município de Paranaíba; ao sul, com o município de Brasilândia; a leste, com o estado de São Paulo e os municípios de Selvíria e Inocência, e a oeste, com o município de Água Clara (SEPLAN/MS. 1989), como pode ser visualizado na figura 2.

Figura 2 – Mapa do Município de Três Lagoas



Org.: Raoni Murilo Tosta (2022)

A pesquisa desenvolveu-se no Assentamento 20 de Março, distando aproximadamente 30 quilômetros do núcleo urbano da cidade de Três Lagoas, e no Cinturão Verde, área adjacente ao perímetro urbano da mesma cidade, e é uma área cedida pela prefeitura municipal para agricultores trabalharem a terra.

História de vida e luta pela terra no Assentamento 20 de Março: esperanças e resistências

Em 2003 inicia-se a luta pela terra em acampamento erguido às margens da rodovia 158, por mais de 300 camponeses e em 20 de março de 2009, inicia-se uma nova vida para as famílias camponesas que lutaram em busca da terra. Foi nesse dia que 69 famílias foram assentadas em área desapropriada pelo INCRA no distrito de Arapuá, município de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul.

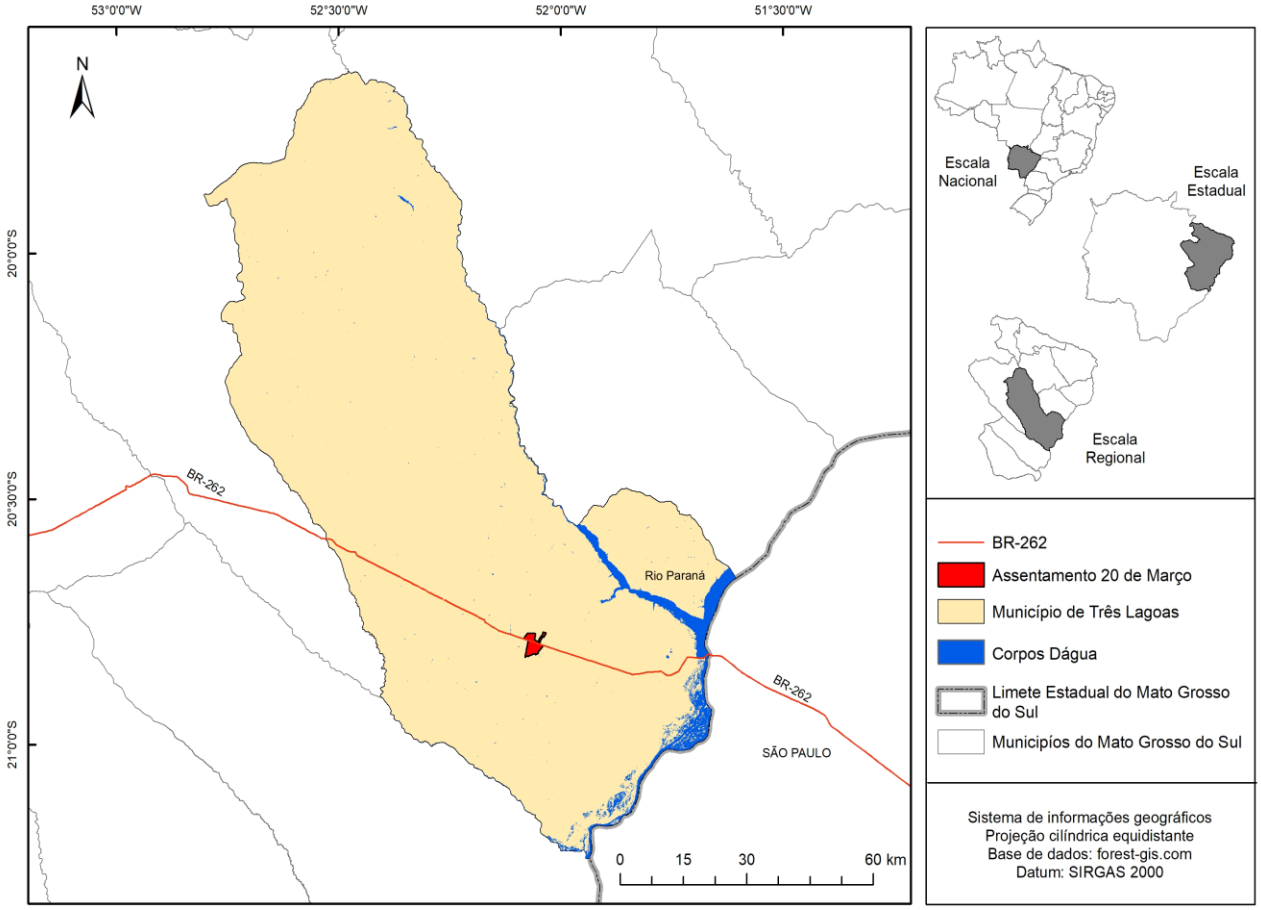
O Assentamento 20 de Março foi criado em 26 de dezembro de 2008, mas somente nesse dia foi que as famílias puderam entrar na terra, indicando que, de 26 de dezembro de 2008 a 20 de março de 2009, as famílias ainda tiveram que permanecer debaixo de lonas à beira da BR. 262, esperando a posse efetiva dos lotes.

Conforme Borzone (2018), o assentamento possui uma área de 1480 hectares, contando com as Áreas de Proteção Permanente (APPs) e a Reserva Legal. Os quase três meses de espera para entrar na terra conquistada não contam toda a prolongada luta em busca da terra, que durou cerca de seis anos. Em maio de 2003, ainda conforme Borzone (2018), aproximadamente 340 famílias ergueram acampamento às margens do Córrego Moeda, na Rodovia MS 158, entre os municípios de Três Lagoas-MS e Brasilândia-MS.

O movimento teve a liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, que, do primeiro acampamento às margens do Córrego Moeda ao último, na BR. 262, foi o responsável pelo planejamento e pela organização desse espaço de lutas com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) de Mato Grosso do Sul. O acampamento sofreu mudanças de localidade por duas vezes, por motivo de segurança e lógicas organizativas da luta em busca da terra. O Assentamento 20 de Março completou, neste ano de 2022, treze anos desde a entrada nos lotes.

Localizado às margens da BR. 262, rodovia que liga o estado de São Paulo ao de Mato Grosso do Sul, o Assentamento 20 de Março está situado a 36 quilômetros do perímetro urbano da cidade de Três Lagoas, representado na figura 3; e aproximadamente a 6 quilômetros do distrito de Arapuá. A história da luta e da conquista da terra durou cerca de seis anos.

Figura 3 – Mapa de Localização do Assentamento 20 de Março



Org.: Thales Ernildo de Lima (2020)

As famílias permaneceram longo tempo debaixo de barracos no acampamento, em meio a trabalhos diários e sazonais para assegurar a subsistência e, ao mesmo tempo, garantir a participação em assembleias, reuniões e comissões de negociações junto aos órgãos públicos governamentais, num tempo longo de aprendizado e experiências de resistências e esperanças.

As mudanças ocorridas durante o acampamento, a primeira, do Córrego Moeda para o Córrego do Pinto, e a segunda para às margens do Córrego Arapuá, em frente à Fazenda Arapuá, aconteceu por causa de dois fatores, a saber, pelo intenso movimento da BR. 158, com tráfego constante de carretas, uma vez que o acampamento se situava em uma curva da rodovia, expondo perigosamente as famílias acampadas, e pela possível viabilidade de desapropriação de uma fazenda pelo INCRA nas proximidades do Córrego do Pinto.

O deslocamento do Córrego do Pinto para a BR. 262 ocorreu porque a terra em avaliação pelo INCRA era a Fazenda Arapuá e, como estratégia do movimento, reorganizaram o acampamento à beira da rodovia, diante da fazenda, que posteriormente

foi desapropriada para o assentamento das famílias. Pinha e Almeida (2018, p. 122) descrevem que o primeiro deslocamento do acampamento ocorreu em 2006, e apenas 100 famílias acompanharam o movimento para o Córrego do Pinto. “Posteriormente, foram para a fazenda Arapuá que foi desapropriada em 2009 para a criação do Assentamento ‘20 de Março’”.

Diante destas informações, a explicação para o fato de 200 famílias não terem acompanhado o acampamento para as margens do Córrego do Pinto e não chegaram a acampar em frente à Fazenda Arapuá se deu pelos motivos de desistência ou transferências para outros acampamentos do estado de São Paulo, nos arredores do município de Castilho.

Das 100 famílias que ocuparam a BR. 262 e ficaram até a entrada na terra, apenas 69 foram assentadas, revelando que, nos 6 anos de luta e espera pela terra, houve uma evasão de 231 famílias. A área desapropriada pelo INCRA, de acordo com Borzone (2018), compreendeu a 1.480 hectares.

Cada família foi assentada em lotes de 5 alqueires e, conforme os assentados, nenhuma família conseguiu financiamento para a construção das casas, para estrutura e produção, o que conseguiram, por esforços próprios, foi uma mínima estruturação dos seus lotes, e ao solicitarem financiamento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), lhes foi negado. Até mesmo a energia, somente depois de seis anos, é que conseguiram através do programa luz para todos.

A sede do assentamento é a antiga casa da fazenda, com amplo espaço ao redor com várias mangueiras no seu entorno. Nesta sede são realizadas reuniões, encontros e projetos. Ao fundo da sede há um galpão e, do lado deste, foi implantado um dos projetos do assentamento: o viveiro de mudas do Cerrado.

Uma das intervenções no interior do Assentamento 20 de Março foi a inclusão de projetos pelas empresas de papel e celulose, visando a minimização de conflitos sociais e impactos ambientais provocados pela implantação e atividades produtivas na fabricação dos incrementos celulósicos, concomitante ao avanço dos eucaliptais sobre a vegetação do Cerrado.

Inicialmente, a fase operacional da empresa que se instalou no município de Três Lagoas foi denominada de *International Paper (IP),* que posteriormente, através de alianças com a *Votorantin (VCP),* expandiu o complexo de celulose e papel, recebendo a designação de *Fibria Celulose S.A.* De acordo com Lelis e Avelino Júnior (2016), em 2012, foi inaugurada a indústria “Eldorado”, tencionando a produção de fibra e celulose.

Diante desta intricada trama de complexo agroindustrial, em 2018, houve a incorporação da *Fibria* pela Suzano Papel e Celulose.

Neste rol de grandes transações empresariais, ocorrem alguns percalços que devem ser superados e, para isso, são criados programas e projetos para as comunidades de assentamentos, que conforme Suzano (2018) foram relatados pela empresa como: "[...] a formação destinados à geração de renda nas comunidades, sempre com a finalidade de promover o empoderamento e a autossuficiência dessas populações na condução de seus caminhos".

O discurso corporativo presente no relatório utiliza a linguagem dos movimentos sociais com o intuito de argumentar as pretensões relativas a parcerias, aproveitando-se da carência estrutural dos assentamentos pela falta de políticas públicas, mantendo, como apontam Lopes e Miranda (2020), certa dependência dos assentados quanto aos projetos desenvolvidos pelas empresas. Neste contexto, segundo Suzano (2018, p. 23) o relatório declara que:

> [...] na Suzano Papel e Celulose, o diálogo acontece por meio do Relatório Interno Socioambiental Risa), que possibilita medidas para evitar, minimizar ou corrigir possíveis impactos decorrentes das operações florestais. O Risa se dá pelos agentes socioambientais que têm presença constante nas comunidades locais e mantêm um canal de comunicação aberto para auxiliar na identificação e encaminhamento de demandas. Em 2018, 64 acordos foram estabelecidos no Risa junto às comunidades com 92% do grau de realização dos acordos pela companhia.

Os impactos associados aos problemas ambientais e sociais gerados pelas indústrias, além de criar o encurralamento aos assentamentos com as florestas de eucaliptos, desencadeia inúmeros problemas, como a aplicação de veneno e o comprometimento da distribuição hídrica local, podendo ocasionar incertezas aos camponeses assentados.

Diante deste quadro, as empresas abordam os assentamentos com propostas de "parcerias" manifestadas como oferta de ajuda, na qual os projetos geralmente são, segundo Almeida (2012, p. 11), "[...] parceria eucalipto-alimentos; recuperação de áreas degradadas, e, mais recentemente, implantação hortas em área de assentamento. Situação que coloca a subalternidade como alternativa ao campesinato [...]". Ainda colaborando nestes termos, Asevedo (2012, p. 7-8) explicita que:

> [...] as empresas adotam formas de cooptação, oferecendo serviços diversos, assistência técnica, entre outros; o Estado não cumpre seu

> papel jurídico-legalmente estabelecido nos projetos de Reforma Agrária, desta feita, as empresas estão com terreno livre para atuar, antevendo possíveis conflitos, ações que auxiliam os negócios, como nas certificações socioambientais que devem ter para exportar seus produtos.

Conforme entrevistas realizadas no Assentamento 20 de Março, os projetos desenvolvidos pelas companhias são dirigidos aos assentados associados, mas com restrições, ou seja, famílias com mensalidades atrasadas até três meses com a associação do assentamento não conseguem acessar os projetos, o que pode indicar que os camponeses com maiores dificuldades em estruturar seu lote e sua produção ficam fora dos programas financiados pelas indústrias.

No início, a *Fibria*, empresa de papel e celulose, antes da fusão com a Suzano, adentrou no Assentamento 20 de Março com projetos de caráter socioambientais, conhecidos pelos assentados como Projeto Diagnóstico Rural Participativo (PDRP). O objetivo do PDRP era fomentar o desenvolvimento produtivo dos lotes familiares com programas como de manejo do gado leiteiro, um dos primeiros projetos desenvolvidos pela companhia em que a sua contribuição consistiu no fornecimento das sementes para pastagens, adubo, madeira para as cercas e cerca elétrica.

Outro projeto concretizado pela *Fibria* foi a consorciação de culturas, das quais a primeira experiência foi o plantio consorciado do milho e abóbora com o eucalipto, quando foram fornecidos aos assentados sementes e adubo. O segundo consórcio foi com a mandioca. Nos dois primeiros experimentos, o resultado foi satisfatório para os assentados participantes do projeto, mas, a integração com árvores frutíferas, como a banana falhou pelo motivo de haver ataques de animais silvestres. A plantação ficava longe dos lotes e não tinha como monitorar as lavouras.

Tentando aplacar esses contratempos, os assentados fizeram a proposta para o projeto ocorrer dentro dos lotes. Ocorre que pela limitação dos lotes em área, não foi possível continuar com o consorciamento entre a floresta de eucaliptos e os alimentos. A empresa, através de seus técnicos, mudou o foco de fomento para o desenvolvimento do assentamento, propondo ajuda e apoio na implementação de hortaliças para consumo próprio das famílias, que, inicialmente, não tinham a pretensão de comercialização, pois cada família participante do projeto cultivava as verduras e os legumes para a sua subsistência.

O projeto para a horta correspondeu à preparação de um terreno de 600 metros, no qual a empresa forneceria a tela, a madeira, a semente e a assistência técnica,

começando a dar resultados satisfatórios, sucedendo, em pouco tempo, a produção de excedentes. Com este êxito, as famílias partiram para a busca de um ponto na feira livre no município de Três Lagoas, cedido pela prefeitura municipal para a comercialização de hortifrutigranjeiros.

Como ainda não havia como transportar as verduras até a cidade, os associados do grupo da horta se reuniram para alugar uma caminhonete de um dos assentados e, de início, apenas a presidenta do assentamento se disponibilizava a fazer a feira de toda a produção das famílias participantes. Com o tempo, outros assentados do projeto da horta foram aderindo e se capacitando na função da comercialização das verduras em feiras.

Outra parceria motivadora da comercialização da produção das hortaliças do 20 de Março, com resultados positivos, é o projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus II, coordenado por uma professora com a participação de acadêmicos do curso de Geografia e, também de outros, em parceria com os assentados.

O projeto denominado "Dinamizando a Agricultura Familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas-MS", que teve início em 2015, com o "Grupo de Sacolas Agroecológicas", consistiu, de acordo com Mercadante e Almeida (2019, p. 125), na entrega semanal de uma sacola com diversidades de hortaliças: "Montadas para atender uma família de quatro membros, a sacola é composta por sete produtos: geralmente, quatro hortaliças e três legumes, de acordo com a produção dos assentados, a época do ano e os produtos disponíveis". Ainda segundo Mercadante e Almeida (2019, p. 125-126):

> A segunda via de atuação do projeto, conquistada no ano de 2016, foi a feira livre na UFMS, campus de Três Lagoas – "Feira de produtos em Transição Agroecológica da Agricultura Camponesa em Três Lagoas-MS" [...] A feira caracteriza o ideal dos canais de curta comercialização, por estabelecer contato direto entre camponeses e consumidores; nela, são tecidas relações sociais que contribuem para a geração de renda e o reconhecimento do trabalho dos que produzem, bem como relações de confiança que incentivam a mudança de hábitos alimentares nos consumidores.

Com o decorrer do tempo e os resultados positivos, as condições das famílias do projeto das hortaliças foram melhorando e conseguiram adquirir um transporte próprio através de financiamento, dessa maneira, outros desdobramentos foram ocorrendo, viabilizados através da parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) de Três Lagoas.

Nos anos anteriores ao processo em marcha da pandemia da covid 19, os produtos começaram a ser comercializados em outros espaços, pois, além da feira livre da cidade de Três Lagoas e da feira na UFMS, a comercialização das hortaliças foi expandida para alguns condomínios fechados do município e para as escolas da rede básica de ensino.

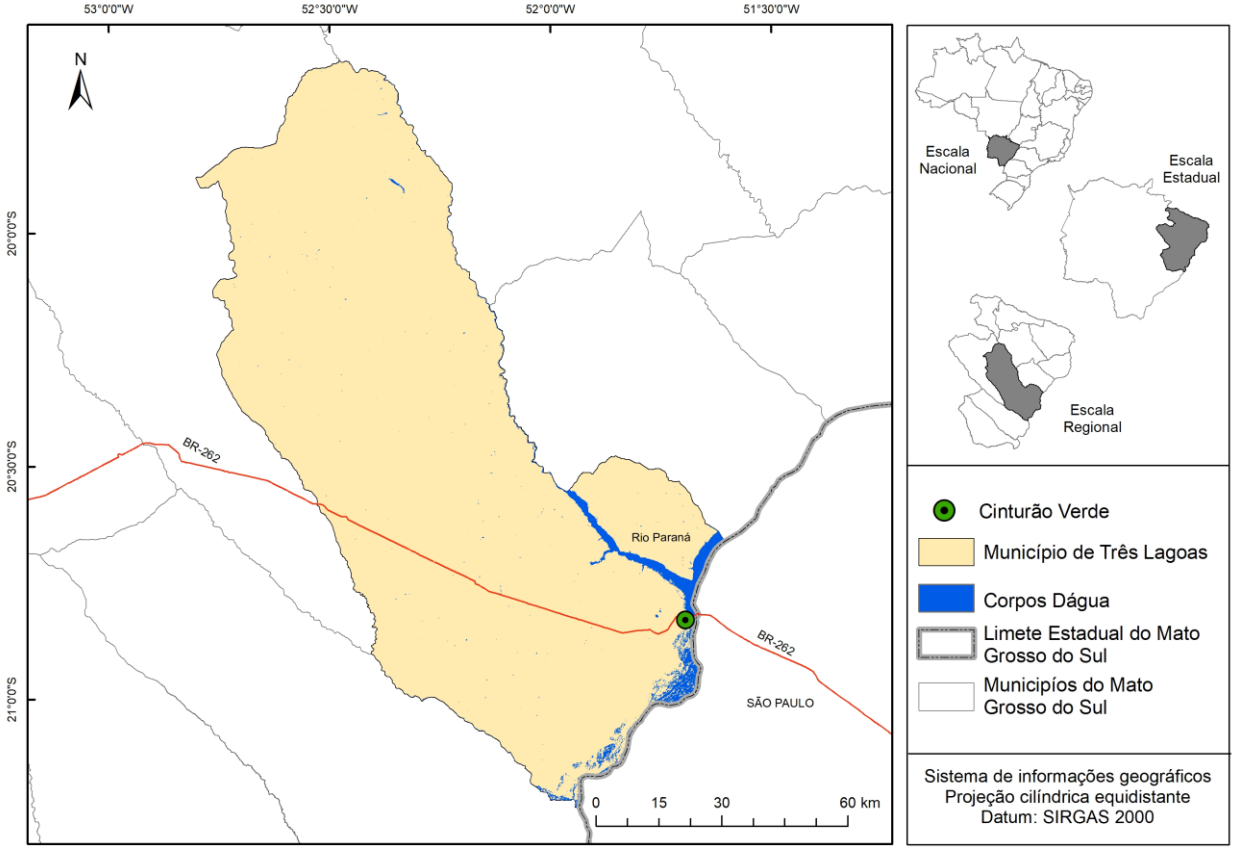
A partir do contexto da pandemia, nos anos de 2020 e de 2021, atentos à importância dos cuidados e do distanciamento, os camponeses passaram a realizar entrega semanal (todas as terças-feiras) de produtos, como hortaliças, legumes, doces, queijos e criação caipira, diretamente aos participavam da feira na UFMS, que foi suspensa pelo novo cenário. A entrega das verduras nas casas foi possível em razão de um novo projeto de extensão que, desde o início da pandemia, em 2020, vem sendo coordenado pela Profa. Rosemeire Aparecida de Almeida e pelos alunos da Geografia, entre outros cursos, por meio de listas pelo *WhatsApp*, objetivando ajudar os assentados na organização dos pedidos.

Cinturão Verde: sonhos e resistência

O Cinturão Verde, antes da legalização e cedência da área em comodato a famílias agricultoras pelo poder público, foi fruto de reivindicações e luta de camponeses pela permanência na terra para plantar e viver naquele espaço. Localizada às margens do Rio Paraná, o mapa abaixo (Figura 4), apresenta sua posição geográfica.

A legalização da área foi efetivada somente em 2002, com a finalidade do uso em comodato por camponeses sem terra que já trabalhavam e habitavam o espaço e também a moradores das periferias urbanas da cidade. Integrando-se a um espaço cedido para a industrialização do município, conforme Borges e Oliveira, 2018), a criação do Cinturão Verde tinha como objetivo a produção hortifrutigranjeira para beneficiar as famílias camponesas e a comunidade local.

Figura 4 – Mapa de Localização do Cinturão Verde



Org.: Thales Ernildo de Lima (2020)

De acordo com Silva (2010), a partir do Decreto n° 19/1975, a prefeitura de Três Lagoas instituiu o Distrito Industrial I para a instalação de indústrias que foram atraídas pelos benefícios fiscais cedidos pelo governo federal, que, no período, fomentava a industrialização no Centro Oeste brasileiro.

Parte da área destinada à industrialização no município se localiza na planície adjacente ao Rio Paraná, sujeito a umidades e alagamentos, onde ocorrem os remanescentes da mata ciliar do Rio Paraná. Este local de mata ciliar sofreu rupturas pela construção da BR. 262 e da Ponte/Usina hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá) na década de 1960, na fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Silva (2010, p. 5) descreve que o Distrito Industrial de Três Lagoas:

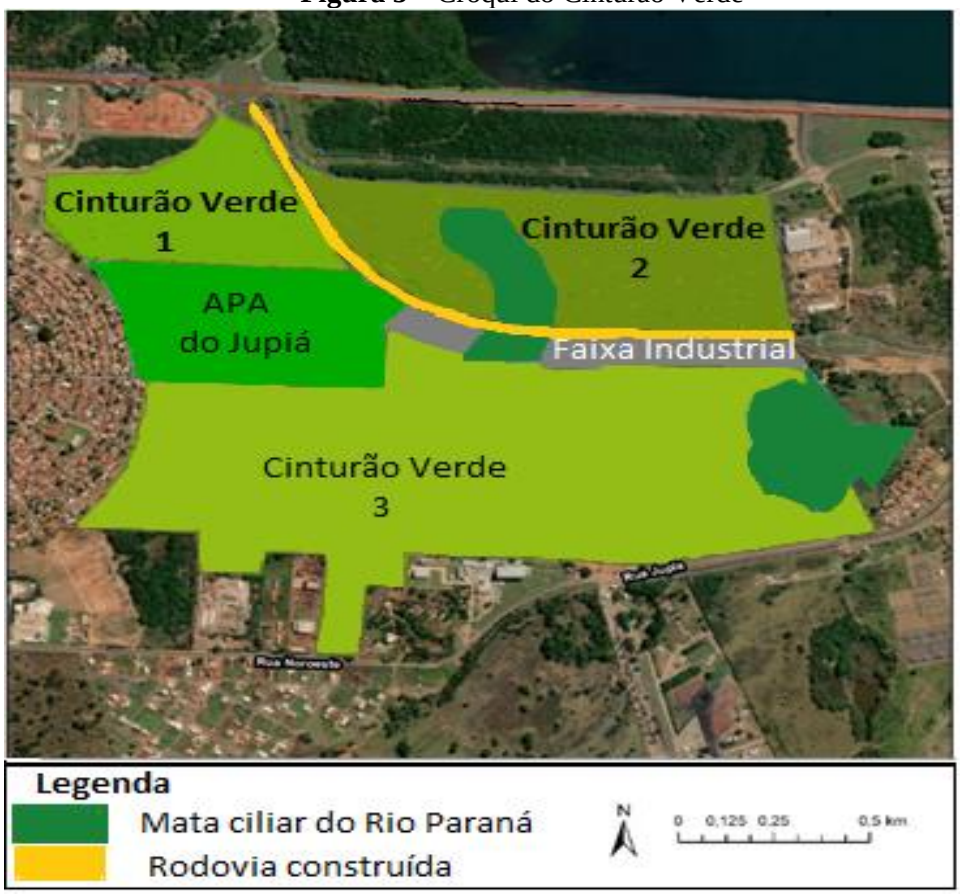
> [...] não possibilitou a industrialização do município, pois a estrutura do referido distrito era precário, e, devido à baixa topografia do relevo havia alagamentos da área. Em decorrência do não uso deste espaço pelas indústrias, foi criado um cinturão-verde nas suas imediações para assentar cerca de 200 famílias oriundas da zona rural e sem moradias urbanas.

O espaço cedido aos agricultores, e anos depois demarcado e outorgado pela Lei n° 1.807 de 2002, deixa claro em seu Artigo 2º, que a utilização da área seria destinada exclusivamente para a agricultura, destacando no Artigo 4º da lei, a determinação sobre a divisão dos lotes.

> O Poder Executivo juntamente com um Representante do Poder Legislativo e a Comissão de Representantes do Cinturão, regulamentará no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação desta lei, um programa especificando as condições para a distribuição dos lotes situados nas áreas descritas acima, bem como toda a infra-estrutura necessário, visando atingir a função social da propriedade.

De acordo com Borges e Oliveira (2018), na data do levantamento em 2018, existiam 184 lotes distribuídos em três compartimentos inseridos em Área de Proteção Ambiental (APA), correspondente aos remanescentes da mata ciliar do rio Paraná conforme mostra no croqui abaixo (Figura 5). Segundo os autores supracitados, o Cinturão Verde se configura como uma barreira de proteção ao que ainda resta a ser preservado da mata ciliar do Rio, papel que os camponeses desempenham com habilidade.

Figura 5 – Croqui do Cinturão Verde



Org.: Thales E. Lima; Maria A. Souza (2020); adaptado Borges e Oliveira (2018)

A destinação do cinturão, como descrito, foi homologada para a produção de hortaliças, formação de pequenas roças e criação de animais de pequeno porte por famílias camponesas que, por anos seguidos, têm retirado alimentos e renda para a sua manutenção, como verifica-se em Baratelli e Raoul (2018, p. 2),

> No perímetro urbano de Três Lagoas-MS, há uma área totalizando 139,63 hectares, ocupada por pequenos produtores. Chamada de Cinturão Verde, nessa área, famílias vivem e produzem há mais de 30 anos. Ela foi reconhecida pela Lei Municipal n°1.807/2002 como área de ocupação de pequenos produtores. São 184 lotes onde famílias produzem para fins de garantir sua soberania alimentar e concomitantemente com a venda dos alimentos excedentes para o mercado local, garantir também sua permanência na terra.

O Cinturão Verde sofreu a divisão em três áreas, após a construção do trecho da BR. 262, no ano de 2016, em decorrência da edificação da nova ponte sobre o Rio Paraná. A rodovia construída percorre dentro do cinturão até o trevo da antiga BR. 262, que ligava os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo através da Ponte do Jupiá, cuja estrutura suporta a Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá), que foi interditada para o tráfego de automóveis.

As famílias que residiam nos lotes e que seriam invadidos pela estrada deveriam ser desinstaladas e indenizadas pela prefeitura local, como apresenta a publicação da Secretaria do Meio Ambiente e Agronegócio da prefeitura municipal de Três Lagoas, em março de 2008.

> Mais uma etapa para a desocupação da área do Cinturão Verde de Três Lagoas foi encerrada na tarde desta quinta-feira (27). A prefeita Simone Tebet [...] entregou, em seu gabinete, os contratos dos lotes para relocação de seis famílias daquela região. [...] A prefeita Simone já havia se reunido com moradores e representantes da Secretaria de Agronegócio para apresentar uma solução ao problema dos residentes no Cinturão com ordem judicial para se retirarem do local. Duas opções foram sugeridas: para os proprietários que estavam regulares com a Justiça, seriam distribuídos os lotes da Prefeitura. E para as outras 10 famílias, que optaram por morar na cidade e já que não havia lote suficiente, serão doados kits.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (2004), houve resistência das famílias camponesas do cinturão, que, apoiadas pela CPT, alertava sobre o número de agricultores que seriam prejudicados. A partir de provas e documentações dos danos às famílias camponesas, também foram constatados que a estrada invadiria parte do Parque Natural Municipal do Jupiá, fragmentando a sua vegetação.

A divisão da mata do parque nesses termos estaria contrariando a Lei n° 9.985/2000, que, em seu Artigo 11°, estabelece as definições das Unidades de Conservação e, no seu parágrafo 4º, destaca as particularidades dos parques: "As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal". No Artigo 38° da lei, é destacado que:

> A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

E, no Artigo 39°, parágrafo 1º, é descrito o tipo de conservação para os parques naturais. "Entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre".

Uma força tarefa, no ano de 2004, integrando os agricultores do Cinturão Verde e a associação dos mesmos, juntamente com a CPT e a promotoria estadual do meio ambiente, conseguiu barrar, por um determinado tempo, o projeto, se apegando à proteção do Parque Natural Municipal do Jupiá através da legislação que protege de forma integral os parques[15] (CPT, 2004).

No entanto, as indústrias de papel e celulose instaladas no município de Três Lagoas necessitavam de uma nova ponte para trafegar as carretas carregadas com madeiras de eucaliptos, porque a ponte sobre a Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, construída na década de 1960, já não suportava mais a circulação de veículos de grande porte.

Para a construção de uma nova ponte, haveria a necessidade de desvio da BR. 262 e, na época, a CPT e agricultores do cinturão, apoiados pela promotoria do meio ambiente, sugeriram, com novos desenhos de plantas, um projeto no qual a estrada poderia passar na já existente estrada da Companhia Energética de São Paulo (CESP), pois passava fora do cinturão, contornando-o, mas o projeto não foi aceito (CPT, 2004).

[15] Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000: Regulamenta o art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. No seu capítulo V, art. 39, parágrafo primeiro registra-se: "§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação de Proteção Integral as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre." No art. 11, parágrafo 4º anota-se: § 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Em 2009, sob a administração da prefeita Simone Tebet, o setor econômico encontrou uma saída política para o impasse: mudar o Parque Natural Municipal do Jupiá para Área de Proteção Ambiental (APA) do Jupiá. A APA refere-se a unidades de conservação mais flexíveis com relação ao uso, entendido, segundo a Lei n° 9.985, como uso sustentável. Em seu Artigo 14°, a lei destaca que: "Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação, alínea I – 'Área de Proteção Ambiental'".

Apresentando o resultado de todo o processo, Danilo Fiuza, em reportagem no jornal da região de Três Lagoas, Perfil News (30/10/2009), apresenta a audiência pública realizada pela prefeitura municipal que eliminaria o entrave para a realização do projeto da construção da rodovia e ponte, com o título: "Três Lagoas regulariza Parque do Pombo e Área de Jupiá". A audiência, segundo Fiuza (2009, p. 1) teve como objetivo maior apresentar as justificativas técnicas e legais para "[...] a mudança da Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal do Jupiá para Área de Proteção Ambiental (APA) do Jupiá".

Na audiência, foi exibida a imagem do projeto da APA, integrando o Cinturão Verde e os fragmentos da mata ciliar do Rio Paraná, anteriormente regularizados como Parque Natural Municipal do Jupiá, marcando a trajetória da rodovia a ser construída, dividindo o Cinturão Verde nas três áreas: Cinturão Verde 01, 02 e 03.

O poder econômico, aliado aos projetos políticos municipais, concluiu e inaugurou o novo trecho da BR. 262 e a construção da nova ponte sobre o Rio Paraná no ano de 2016. Afora as consequências da deliberação para os moradores do cinturão, a comunidade defronta com inseguranças correlacionadas ao uso e às intensões políticas sobre a área.

As famílias camponesas do Cinturão Verde têm enfrentado tensões e instabilidades por anos seguidos através de constantes ameaças de expulsão, conduzidas pelo poder público. Tal situação de insegurança acontece desde 2002, pois, além da não oficialização dos contratos de uso da terra, a administração local, pressionada pelo Ministério Público Estadual, tem sucessivamente ameaçado os agricultores de despejo.

Em agosto de 2012, a prefeitura apresentou aos moradores do Cinturão Verde o termo de ajustamento de conduta, propondo a regularização da área. Neste ano, foi celebrado o contrato de 10 anos para as famílias utilizarem os lotes em comodato, através do Decreto n° 127 de 12/2012, com a promessa de título definitivo após este período.

O decreto, de 2012, corresponde à nova redação em substituição ao Decreto nº 442, de 15 de setembro de 2003, referente à utilização do local. No Artigo 1º do Decreto n° 127/2012, prevê que: "Fica autorizada a outorga do Termo de Permissão de Uso a Título Gratuito, de lotes localizados na área municipal denominada Cinturão Verde, criada pela Lei nº 1.807/2002".

Com relação ao tempo de uso, o Artigo 4º do decreto de 2012 declara que: "A concessão será feita pelo prazo de 10 (dez) anos, salvo na hipótese de descumprimento das condições estabelecidas no contrato, conforme apurado em processo administrativo com a garantia de ampla e prévia defesa". Este decreto trouxe alívio e esperanças aos comodatários do Cinturão Verde, que, renovadas as expectativas, foram motivados a trabalhar a terra e a produzir os alimentos para suas famílias e comércio local.

No entanto, mesmo com os trâmites legais, os agricultores não se livraram das constantes ameaças de despejo. Em 2015, o Ministério Público Estadual (MPE) realizou uma ação impetrada contra o município a respeito de irregularidades no espaço do cinturão, como esclarece Baratelli e Raoul (2018, p. 2):

> Em 2015, o Ministério Público Estadual, através do Termo de Ajustamento e Conduta (TAC), exige da prefeitura a retirada dos produtores da área do Cinturão Verde, negando o direito à terra a dezenas de famílias que ali moram e produz em há mais de 30 anos. O Ministério Público Estadual-MPE, através do Termo de Ajuste de Conduta-TAC questiona a função social das propriedades do Cinturão Verde.

Em 2017, de acordo com o Jornal Bom Dia MS (24/07/2017), o Ministério Público Estadual impetrou novamente uma ação civil ao poder executivo para a desocupação de toda a área, alegando que os agricultores estariam irregulares pelo vencimento da concessão que não foi renovada, declarando que a função social pela qual foi criado o espaço não estaria sendo cumprido pela maioria das famílias.

Em resposta à denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), em 2018, foi realizada uma audiência pública com os moradores do cinturão, os vereadores e professores da UFMS, objetivando discorrer sobre perspectivas, problemas e possibilidades da área, além de resolver as questões das ações judiciais executadas pelo MPE.

A professora do curso de História, Maria Celma Borges, da Universidade Federal de Três Lagoas, coordenou um projeto de extensão que juntamente com alunos desse curso e em parceria com o curso de Geografia, executou um cadastramento

socioeconômico[16] das famílias do Cinturão Verde, e os resultados apontaram a viabilidade positiva para a permanência dos produtores na terra, além de representarem, segundo a visão científica, uma proteção ambiental e cultural pelo manejo sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Jupiá (APA), criada em 2009.

Vale ressaltar que, ao menos, três projetos de extensão já foram realizados pela UFMS, campus de Três Lagoas, no sentido de levantar o diagnóstico das famílias do Cinturão Verde de 2002 a 2018. Apesar das várias tentativas de apoio às famílias camponesas do Cinturão Verde, em 2019, novamente o MPE tramitou um Termo de Ajustamento de Conduta que culminou no projeto de lei da prefeitura municipal, nº 3.757 de 22 de dezembro de 2020[17], com a finalidade da regularização da área.

O poder executivo, no entanto, entrou com pedido de suspensão da ação civil, se comprometendo a efetivar um trabalho detalhado sobre a situação de irregularidades no local. Em resposta, a justiça concedeu prazo para a realização do cadastramento atual dos moradores, além de estabelecer regras específicas aos comodatários. Outra exigência pelo MPE, em conformidade com a prefeitura, foi a implementação de um projeto de lei sobre o cinturão e seus ocupantes com regras exigidas e esclarecidas.

Há uma movimentação pela venda do direito de uso ou por abandono da terra, porém, essa dinâmica não corresponde à maioria das famílias que vivem do local. A insegurança dos camponeses que moram e trabalham a terra naquele espaço ocorre pela constante ameaça impetrada pelo poder público, cuja intensão é a retomada da área para a ampliação do setor industrial.

As famílias que se fixaram e vivem da produção local não conseguem viver e trabalhar tranquilos diante das ameaças contínuas da retomada dos lotes pela prefeitura. A justificativa das autoridades se concentra no abandono dos lotes que não cumprem a função da produção hortifrutigranjeiros, no entanto, Borges e Oliveira (2018, p 107)

[16] O resultado do cadastro foi publicado em 2018 por BORGES, Maria Celma e OLIVEIRA, Mariana Esteves de, em artigo intitulado: "O Cinturão Verde e os marcos de memória da terra: entre ir e ficar...", e a publicação no mesmo ano da Cartilha "O Cinturão Verde no município de Três Lagoas-MS: direito e Justiça para a permanência na terra", coordenado por OLIVEIRA, André Luiz Amorim de e BORGES, Maria Celma. Um dos objetivos da Cartilha foi a distribuição para os moradores do Cinturão.

[17] A Lei vem com o seguinte enunciado: "Dispõe sobre os critérios para destinação, cessão de uso, e regularização da ocupação da área designada 'Cinturão Verde', na forma que especifica e dá outras providências". No artigo primeiro destaca: "[...] destinada exclusivamente à exploração de horticultura e fruticultura, com o propósito de consolidar a função agrícola da área, as atividades produtivas de caráter conservacionista de baixo impacto ambiental e geradora de renda [...]".

apontam que há sinais de outras intenções para a desocupação da área do cinturão, como a instalação de uma cervejaria na região, que ocuparia um espaço de 19 lotes.

Em 22 de dezembro de 2020, antes do recesso de final de ano, a câmara dos vereadores do município acrescentou na pauta de ações o Projeto de Lei nº 127, de 18 de dezembro de 2020, que "dispõe sobre os critérios para destinação, cessão de uso, e regularização da ocupação da área designada 'CINTURÃO VERDE', na forma que especifica, e dá outras providências". O projeto de lei foi encaminhado ao Ministério Público para análise e futuro parecer.

Logo, ao escrever sobre a história de vida e a produção das camponesas do Cinturão Verde, o processo de uso da área surgirá nas entrelinhas durante suas narrativas. O cotidiano vivido, as dificuldades e resistências para a permanência no pequeno lote, cujo objetivo é ter a terra para nela trabalhar e tirar o sustento e renda familiar, frequentemente se esbarra com as disputas políticas e econômicas deste espaço municipal denominado de Cinturão Verde.

CAPÍTULO I

1. O CERRADO BRASILEIRO: TERRITÓRIO DE VIDA

> No cerrado tem, nem mandei plantar: buriti, cagaita, ipê-amarelo sucupira, araticum e mutamba. Tem quero-quero ligeiro que canta pra nos alegrar! No cerrado tem, ninguém precisou colocar: caviúna, mangaba, jacarandá. Tem rolinha-da-mata, tem beija-flor cantador e tem também pé de Ingá! No cerrado tem, está tudo no lugar: Jatobá cheiroso, o pequi tão gostoso e fogo-apagou a avisar! No cerrado tem: caliandra vermelha pra terra enfeitar, tem gavião-caboclo, urubu-rei e caracará. Tanta planta e tanto bicho e a gente só precisa preservar!
>
> Iêda Vilas Bôas (2016, p. 45)

Na descrição dos aspectos da ocupação do Cerrado neste capítulo, denota-se duas formas de apropriações, sendo a primeira como torritorialização dominante e instrumentalização dos recursos naturais na utilização de matérias-primas para a produção capitalizada, e a segunda como apropriação de uso e apreensão da natureza dadivosa, de relações comunitárias e de cuidados recíprocos. Destaca-se neste aspecto, que a percepção do Cerrado pelos camponeses é a assimilação da natureza se contrapondo à noção de recursos naturais processados enquanto bens materiais.

Os elementos naturais enquanto recursos tem fundamentação na ideia da natureza infinita e externa ao ser humano, que de acordo com Merleau-Ponty (2000, p. 12) “A ideia de Natureza como exterioridade acarreta de imediato a ideia de Natureza como sistema de leis”. Santos (2002) complementa a premissa, pontuando que a natureza se transforma em objeto de estudo no intuito de desvendar seus mistérios para dominar as suas potencialidades.

Nos sistemas de leis a natureza passa a ser entendida a partir do mecanicismo cartesiano, atribuindo a ela a ideia de infinidade, transformada em mercadoria no contexto ilimitado da produção e das forças produtivas. Chesnais e Serfaty (2003, p. 2), descrevem as consequências da disseminação da ideia de abundância inesgotável da natureza com propósitos mercadológicos:

> [...] entramos numa fase da história do capitalismo em que as consequências ambientais da acumulação no quadro da dominação mundial do capital financeiro tendem a materializar-se sob formas extremamente graves e num ritmo que se acelera, os mecanismos que levaram a essa situação estavam presentes desde sua origem no funcionamento do capitalismo.

As riquezas naturais concebidas como recursos naturais, conforme Ivars (2013), é uma usurpação das riquezas naturais, direito comum da humanidade. Este sentido de concepção da natureza como um bem comum, são manifestadas nas histórias de vida das camponesas, protagonistas neste estudo, com os vínculos e relações de cuidados e respeito com o bioma Cerrado.

A abordagem do Cerrado tem como propósito a apresentação nos seus aspectos físicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, sem, no entanto, pretender analisar todos os processos que desencadeiam estes domínios. O Cerrado neste aspecto será abordado enquanto território, cuja finalidade, correspondeu à compreensão da apropriação do território do Cerrado e as decorrências da sua territorialização nos sentidos múltiplos, como o destacado em Chaveiro (2020, p 1-2).

> O Cerrado tornou-se, nas últimas décadas, em Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais e em outras unidades federativas, um referente. Ou seja, se tornou um objeto de pesquisa, assim como conteúdo de disciplinas; área de concentração de programas de pós-graduação, e, bandeira de luta; nomes de instituições liberais, denominações de bares, eventos, feiras e festas. Face a essa notória publicidade, pode-se compreender: o Cerrado se propagou no seio acadêmico, político e social, colocando-se como uma fonte de múltiplas e diferenciadas representações. Praticamente todas as instituições, inclusive setores do Estado, empresas e corporações, sem pejo, proferem discursos apologéticos de sua importância, defendendo a sua preservação, enaltecendo a sua grandeza. As notas são várias e repetidos aludindo-o com importante corredor produtivo do país; o berço das águas; gradiente de uma rica biodiversidade; uma farmácia natural com potente farmacopeia.

Ainda assim, há a necessidade em apresentar o Cerrado destacando as características e potencialidades naturais, como também a degradação da sua biodiversidade. Certamente, que para a utilização do Cerrado enquanto território o panorama exibido é o da exploração e a perspectiva no uso dos seus elementos naturais é o de recursos.

O Bioma Cerrado, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2021), possui a segunda maior área de formação vegetal brasileira, compreendendo um espaço de 2.036.448 km^2, correspondendo a 23,9% do

território brasileiro. De acordo com o ICMBio (2021, p. 1: "O território abriga aproximadamente 200 espécies de mamíferos, 800 espécies de aves, 180 de répteis, 150 de anfíbios e 1200 espécies de peixes". E sua proteção, conforme o Instituto (2021, p. 1) é insatisfatória.

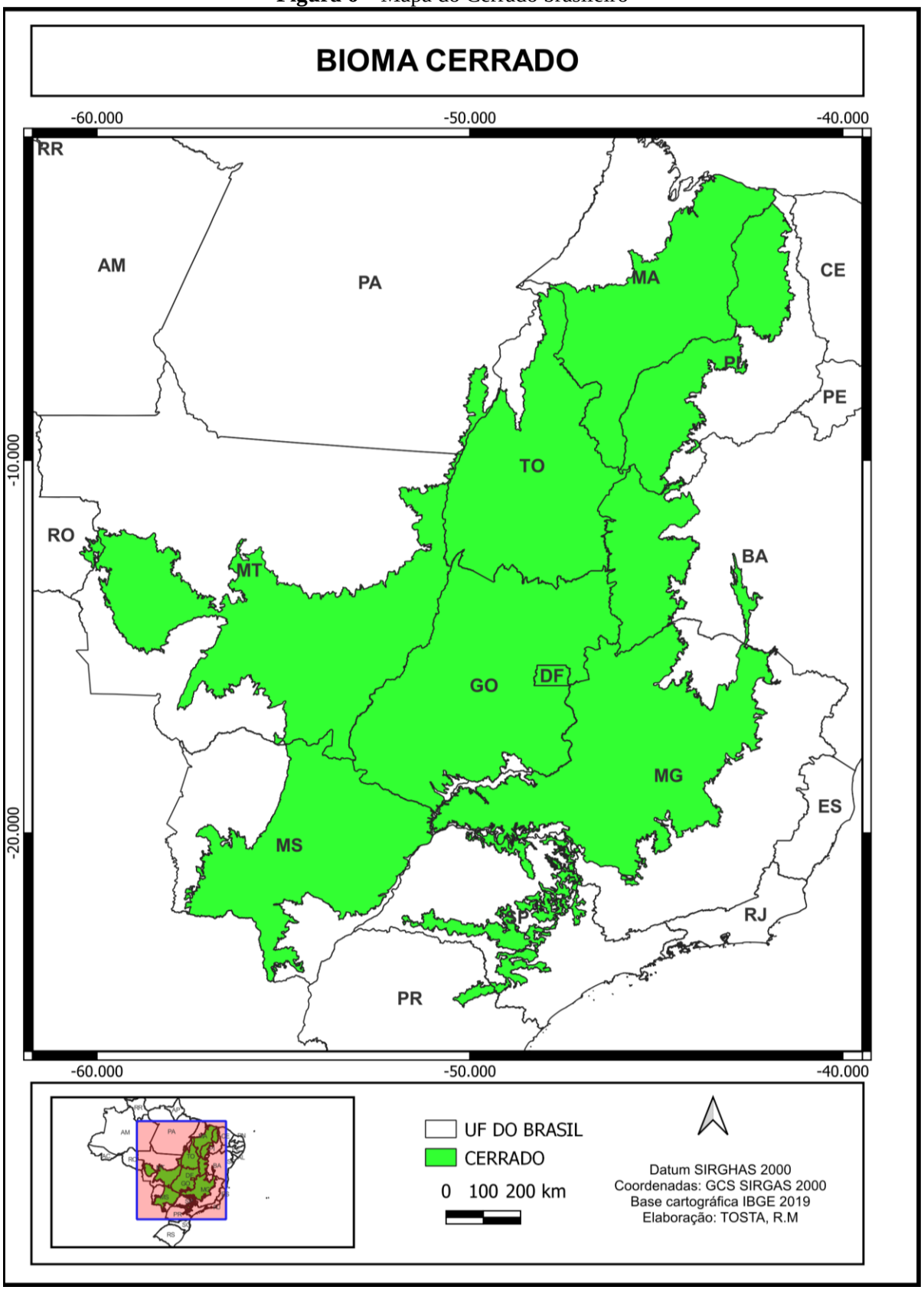
> Embora seja o segundo maior bioma da América do Sul, o Cerrado é o bioma com a menor porcentagem de áreas sobre a proteção integral. Apenas 8,21% da área total do território é legalmente protegida com unidades de conservação; uma das razões que fazem do Cerrado o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ação humana. Atualmente a área conta com uma intensa exploração predatória: inúmeros animais e plantas correm risco de extinção [...].

De acordo com o IBGE (2022), o Cerrado está presente em onze estados brasileiros e mais o Distrito Federal. As federações ocupadas pelo bioma correspondem aos territórios dos estados de Goiás, com área de 97%; Tocantins, 91%; Maranhão, 65%; Mato Grosso do Sul, 61%; e Minas Gerais com 57%, seguido de Mato Grosso com 39%; São Paulo 32%; Piauí, 37% e Bahia 27%. As menores áreas com vegetação de Cerrado estão no Paraná, com 2%, e Rondônia, apenas 1%.

Segundo o ICMBio (2021), o Cerrado limita-se com outros quatro biomas do Brasil: ao norte, com a Floresta Amazônica, a sudeste, com a Mata Atlântica, a sudoeste, com o Pantanal e a nordeste com a Caatinga. Estes limites caracterizam-se por apresentar áreas de transição entre as vegetações distintas de cada bioma (figura 6). São áreas ricas em biodiversidades e com elevadas espécies endêmicas[18].

[18] Endêmicas: espécie endêmica é aquela espécie animal ou vegetal que ocorre somente em uma determinada área ou região geográfica. Dicionário Ambiental (2015). Disponível em: https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28867-o-que-e-uma-especie-endemica/

Figura 6 – Mapa do Cerrado brasileiro



Org.: Raoni Murilo Tosta (2022)

Em um clima predominantemente tropical, a região corresponde, segundo Ab'Sáber (2003), ao principal divisor de águas do país, resguardando as nascentes de importantes Bacias Hidrográficas. Por este motivo, o Cerrado recebe alguns títulos como "o berço das águas"; "a caixa d'água do Brasil"; "o Pai das Águas", a "Cumeeira da América do Sul", pelo grande número de nascente em suas áreas e também pelo armazenamento de águas em aquíferos. Fato apresentado pelo BRASIL/MMA (2010, p. 9):

> [...] a região central possui altitude elevada e, por isso, é conhecida como Planalto Central Brasileiro: região divisora de bacias hidrográficas, com a presença de inúmeras nascentes e corpos d´água. Das 12 regiões hidrográficas brasileiras (cf. Resolução CNRH nº 32/2003), seis têm nascentes no bioma, quais sejam: a região hidrográfica do Amazonas, do Tocantins/Araguaia, do Parnaíba, do São Francisco, do Paraná e do Paraguai.

Estudo divulgado por Malhado, Pires e Costa (2010) alerta para a necessidade de maiores investigações e planejamento sobre a devastação do Cerrado, pois se continuar no ritmo atual, pode ter implicâncias fundamentais também na conservação da Amazônia. O alerta é direcionado especialmente para as áreas de desmatamento e depósitos/disponibilidade hídrica. A região da Amazônia detém cerca de 70% da água doce superficial do território brasileiro e recebe contribuições originárias de regiões do Cerrado.

Conforme Lima e Silva (2007) e Souza (2017), com este papel fundamental na recarga hídrica de importantes bacias hidrográficas brasileiras, as regiões do Cerrado contam com consideráveis tributários como os Rios Xingu (Mato Grosso), Madeira (Bolívia) e Trombetas (Pará) que drenam suas águas para a bacia Amazônica, na qual, 5% da vegetação é de Cerrado e contribuem com 4% da produção hídrica da bacia.

Araguaia e Tocantins, rios localizados nos limites entre os estados de Mato Grosso com Goiás, Mato Grosso e Tocantins, Tocantins e Pará, abastecem a bacia com a mesma nomenclatura, com 78% de vegetação cerradeira, apresentam recarga hídrica de 71% para a bacia. As águas do Rio Parnaíba (situado no estado do Paraíba) e o Rio Itapecuru (localizado no estado do Maranhão), tributam para a bacia do Atlântico Norte-Nordeste, tem representação de 27% de Cerrado na área da bacia e possui uma vazão total hídrica de 11%.

O Rio São Francisco, Pará, Paraopeba, Das Velhas, Jequitaí, Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande, são rios que nascem no estado de Minas Gerais e drenam

suas águas para a bacia do São Francisco, sendo que a área com Cerrado representa 47% e o abastecimento hídrico é de 94% para a bacia e os Rios Pardo e Jequitinhonha (Minas Gerais), tributários da bacia do Atlântico Leste.

O Rio Verde, Pardo, Cuiabá, São Lourenço, e Taquari nascem no estado de Mato Grosso, e o Rio Aquidauana que nasce em Mato Grosso do Sul, fluem para a bacia do Rio Paraná-Paraguai, que de acordo com Lima e Silva (2007) dispõem de uma área da bacia correspondente a 48% de vegetação cerradeira enquanto geram uma porção de 71% da água superficial.

Como exposto, os mais importantes rios que abastecem as grandes bacias hidrográficas do país, tem suas nascentes e grande parte dos seus percursos no bioma cerradeiro, significando que para as dinâmicas hídricas no território brasileiro o Cerrado tem um papel fundamental na sua conservação.

Esse bioma, assim como outros, não é homogêneo. A sua vegetação segundo Klink e Machado (2005), apresenta diversidades entre campos, savanas, matas e matas de galeria, comportando peculiaridades especiais, como as longas raízes que capacitam as espécies nativas na busca por água em profundos lençóis freáticos no período de seca, e as veredas, áreas permanentemente úmidas com a presença peculiar dos Buritis *(Mauritia flexuosa),* conforme descrevem Chaveiro e Castilho (2007, p. 7)

> As veredas são também chamadas de várzeas. São de extrema importância no conjunto de drenagem do Cerrado e de outras regiões brasileiras, pois se constituem nas principais nascentes de muitas bacias hidrográficas. A sua vegetação é formada basicamente pelo Buriti e por espécies de matas e de campo. São circundadas por campos limpos e campos sujos. Por isso são de extrema exuberância, compondo paisagens povoadas de pássaros e gerando contornos belos em seu desenho natural. Povos tradicionais do Cerrado afirmam que o Buriti é um ótimo indicador de água no solo.

O sistema de classificação da vegetação do Cerrado, proposto por Ribeiro e Walter (2008), são: "[...] as formações florestais (mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão), as savânicas (cerrado sentido restrito, parque de cerrado, palmeiral e vereda) e as campestres (campo sujo, campo limpo e campo rupestre) ". Esta forma de classificação não é a oficial, mesmo sendo frequentemente utilizada. A definição oficial da subdivisão da vegetação do Cerrado foi feita pelo IBGE em 1992, com um sistema de classificação no qual o bioma se compõe em quatro subgrupos denominados de Savana Florestada (Sd), Savana Arborizada (As), Savana Parque (Sp), Savana Gramíneo-lenhosa (Sg). Quanto às savanas o BRASIL/MMA(2010, p. 7) assim descreve:

> [...] a Savana Arborizada corresponde ao tipo fitofisionômico denominado “cerrado sentido restrito” e, em especial, aos subtipos “cerrado denso” e “cerrado típico”. Nos terrenos bem drenados, a Savana Parque equivale aos subtipos definidos como “cerrado ralo”, “cerrado rupestre” e, às vezes, como “campo sujo” e “campo rupestre”. Nos terrenos mal drenados, a equivalência se dá com o “parque de cerrado” e, eventualmente, com “vereda”, “campo sujo úmido” e “campo sujo com murundus”.

Aziz Ab’Sáber (2003), em seu livro: “Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas”, propõe uma caracterização do Cerrado em que elege para a diversidades paisagística brasileira, regiões por ele denominadas de domínios. Além dos domínios entende que existem áreas de contato do Cerrado com os outros tipos de vegetação brasileira, os quais chamou de "faixa de transição", e com a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, Pampas, Caatinga e o Complexo do Pantanal.

Este contato se assemelha a um "cinturão", como que uma faixa de suavização entre os tipos de vegetação que fazem parte dos diferentes biomas. O autor descreve ainda que a constituição vegetal do Cerrado é caracterizada por árvores baixas e afastadas, cascas e folhas grossas e rugosas e raízes profundas. De acordo com Klink e Machado (2005, p. 149), as vegetações vasculares somam mais de sete mil espécies, e quase cinquenta por cento das plantas existentes são endêmicas. De acordo com as informações dos autores,

> [...] o Cerrado é a mais diversificada savana tropical do mundo. Existe uma grande diversidade de habitats e alternância de espécies. Por exemplo, um inventário florístico revelou que das 914 espécies de árvores e arbustos registradas em 315 localidades de Cerrado, somente 300 espécies ocorrem em mais do que oito localidades, e 614 espécies foram encontradas em apenas uma localidade [...].

Neste bioma, de acordo com a Embrapa (2010, p. 1), no Cerrado: “São encontradas aproximadamente 12.000 espécies de plantas das quais 35% são das áreas savânicas, 30% das florestas, 25% de áreas campestres”). Diante desta exposição, nota-se a importância do Bioma Cerrado para a biodiversidade e ecossistema desta grande região brasileira, destacando que a sua proteção seja assegurada em legislação específica de âmbito nacional para a efetivação de fiscalização e gestão federais, estaduais e municipais. Grande parte das espécies da fauna e flora já se perdeu e outras tantas estão ameaçadas.

Estudos de instituições oficiais como Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dos autores Silva e Anjos (2010), Klink e Machado (2005), Campos Filho (2010), Siqueira e Radic (2021), entre outros, alertam para a degradação do Cerrado e desaparecimento de espécies nativas antes mesmo de serem catalogadas e/ou nos limites da extinção pelo descaso socioeconômico, político e científico. Klink e Machado (2005, p. 148), advertem sobre a exploração predatória no Cerrado:

> As transformações ocorridas no Cerrado também trouxeram grandes danos ambientais – fragmentação de hábitats, extinção da biodiversidade, invasão de espécies exóticas, erosão dos solos, poluição de aquíferos, degradação de ecossistemas, alterações nos regimes de queimadas, desequilíbrios no ciclo do carbono e possivelmente modificações climáticas.

Com a introdução da mecanização moderna no Cerrado, de acordo com Barcelos e Queiróz (2016), intensificou-se a degradação dos solos provocada pelo manejo inadequado e utilização de maquinários pesados, gerando a compactação e perdas por erosões. Essas práticas aliadas ao perfil físico e químico com alta consistência arenosa e camadas profundas, fazem com que o solo possua maiores susceptibilidade às erosões.

A perda do solo nas áreas de Cerrado vincula-se também ao escoamento de águas pluviais e fluviais, em que, de acordo com Franco e Rodrigues (2004), os transportes de matéria sedimentar tornam-se mais acelerados, a partir da retirada da vegetação, desencadeando, por sua vez, assoreamento de mananciais e rios.

Outro fator relacionado à degradação do Cerrado é o uso frequente de defensivos agrícolas na correção e combate às pragas em lavouras e pastagens, causando contaminação de solos e águas superficiais e subsuperficiais. Os dados de espécies do Cerrado ameaçadas de extinção, divulgado pelo BRASIL/IBGE (2020, p. 6), apresenta um quadro preocupante:

> O segundo maior número de espécies ameaçadas foi observado no bioma Cerrado: 1.061, o que representa 19,7% do total de espécies avaliadas do bioma. Destaca-se, ainda, que 216 (4,0%) espécies encontradas no bioma estão criticamente em perigo e 202 (3,7%) são consideradas quase ameaçadas de extinção. A borboleta *Parides burchellanus* e o lagarto *Bachia psamophila*, por exemplo, endêmicos do bioma, estão na categoria criticamente em perigo. Cerca de 10% das espécies do Cerrado são categorizadas como "dados insuficientes". Além disso, o bioma apresenta a segunda menor proporção de espécies na categoria menos preocupante (67,0%).

O constrangedor equívoco relacionado à falta de reconhecimento das riquezas naturais pertencentes ao Cerrado pelos governos brasileiros, pela sociedade e pelas instituições representativas da ciência, em um passado não muito distante, tem impelido reconsiderações perante o mundo pela valoração deste bioma quanto à sua biodiversidade, como o que foi efetivado no final da década de 1990 e início de 2000, pela organização não governamental *Conservation International* (CI), como *hotspots* da biodiversidade.

Os *hotspots*, são regiões biologicamente declaradas como as mais ricas em biodiversidade e também as mais ameaçadas do Planeta. Este panorama, resultado da ocupação e territorialização das regiões de Cerrado, impactou a vida de seres que do Cerrado dependem para a sua sobrevivência, entre os quais estão os povos tradicionais e camponeses com significativa importância social e cultural.

A realidade é preocupante, uma vez que o ambiente cerradeiro entrou na pauta dos incentivos governamentais idealizado em planejamentos como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (POLOCENTRO) e o Programa de cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), visando, segundo Santos (2016, p. 386), "[...] reconstruir uma nova geografia do capitalismo no campo para transformar os cerrados brasileiros no principal polo de crescimento da agricultura brasileira a partir do final do século XX".

O desenvolvimento do capital agrário nestes campos fragilizou de tal forma a sua gente e o meio natural que há a necessidade em analisar, de forma simbiótica o cenário transformado, abordando a importância do Cerrado para populações e comunidades que dele sobrevivem. O território do Cerrado e seus povos fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, configurando realidades vividas e territorialidades instituídas, com respeito e cuidado de convivência secular e particular.

Visando introduzir o aspecto utilitário do Cerrado, é preciso considera-lo enquanto território, ou seja, analisar o Cerrado através de uma leitura territorial, como propõe Chaveiro (2020, p. 3) "Daí que a categoria território se faz presente na empreitada analítica, pois ela explicita quem domina, apropria e ideologiza o Cerrado [...]". Este olhar crítico demanda de investigações acerca dos conceitos de território, territorialização e territorialidade apresentados no subitem a seguir.

1.1. O território do Cerrado e os conceitos de territorialização e territorialidade

Para a compreensão da noção de territorialidade necessita-se de prévio entendimento sobre o conceito de território acrescido de suas dimensões abrangentes no espaço ocupado, tais como o político, o econômico, o social e o cultural. Sua abordagem demanda visões e interpretações diferentes, e cada estudo, cada área científica procura acercar-se o mais próximo possível da representatividade que o conceito sugere.

O território é formado por processos vivenciados de formas diferenciadas por grupos sociais que se apropriam de espaços territorializados, e esses processos efetivados podem ser estudados por diferentes áreas científicas, no entanto, neste estudo se aplicarão interpretações e análises prioritariamente da ciência geográfica, com contribuições de autores de outros campos científicos.

Buscando a compreensão do conceito de território, Raffestin (1993) destaca ser o resultado das ações produzidas no espaço, ou seja, o espaço é anterior, sendo este o resultado da ação dos atores que territorializam o espaço geográfico. Nestes termos, o conceito compreende as ações nele empregadas indicando processos construtivos de usos e poder, distinguindo-o do espaço; porque o território é a territorialização de ações que constroem e reconstroem o espaço, revelando assim sistemas de produção e de poder.

Nestes termos, o conceito de territorialização depreende a apropriação/dominação espacial cujas ações e relações de poder constroem o território e, por conseguinte, a territorialização dos espaços cerradeiros, que segundo Chaveiro e Castilho (2007), iniciou-se no tempo do Brasil colônia, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII.

Com origem na corrida do ouro, quando a descoberta do metal, principalmente na região de Minas Gerais, motivava uma movimentação de pessoas para o interior do Brasil. Entretanto, a maior ocupação do Cerrado ocorreu com o avanço das pastagens para a criação de gado que utilizava o manejo intensivo nos pastos naturais, a princípio, com posterior introdução de espécies de gramíneas do gênero *Brachiaria.*

A apropriação das áreas do Cerrado se intensificou, a partir de meados do século XX, com a modernização do campo no emprego de insumos químicos, sementes selecionadas e mecanização no trato com a terra, utilizando estes campos extensivamente, com devastações surpreendentes.

Aliada à possibilidade de correção do solo, a morfologia da região também era propícia e facilitadora para a entrada das máquinas, resultando na explosão da produção de *commodities*, com abertura de novas fronteiras agrícolas, desarticulação das práticas

camponesas (ou dos povos do Cerrado), e expulsão dos povos originários, agricultores e trabalhadores rurais (e/ou camponeses).

O cenário da territorialização dos campos do Cerrado se configurou com a substituição de grandes espaços naturais para o emprego da agricultura de grãos, que contribuiu fortemente para a perda de identidades e diversidades patrimoniais inegáveis de relevância singulares, com significativas alterações nos cenários sociais, ambientais e culturais. O lugar da vida se transforma em nome de um desenvolvimento que vai assolando o que possa significar obstáculos para o seu avanço.

O bioma Cerrado territorializado compreende o controle capitalizado de um espaço que tradicionalmente fora ocupado pelas comunidades cerradeiras, e que, após o desenvolvimento tecnológico, gradativamente foram dominados e controlados. Houve a expropriação da produção tradicional pelo avanço de monoculturas em larga escala, encurralando os modos de vida camponesa, pelos processos da produção agrícola capitalizada.

A forma como parte da Ciência considera e reconhece o bioma Cerrado não é a mesma dos atores políticos ou as instituições financeiras. Nas duas últimas instâncias o bioma toma fortemente o aspecto de territorialização, dado o caráter estratégico para políticas de investimento nas expansões agrícolas e negociações comerciais internacionais agroexportadoras.

Desde meados do século XX, as áreas do Cerrado foram estrategicamente utilizadas para a territorialização do espaço capitalizado. As mudanças nas concepções da importância econômica dos territórios do Cerrado desencadearam no reconhecimento de suas propriedades físicas e químicas, que de áreas secundárias passaram a ser designadas como novas e promissoras áreas para a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras.

Os espaços cerradeiros, no processo de ocupação, não raro eram vistos como obstáculos a serem vencidos, uma vez que atrapalhavam as atividades econômicas e inviabilizavam as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do País. Em vista disso a territorialização com políticas agrárias inseridas neste território, diante da sua extensão espacial, implicaram alterações nas relações socioambientais e culturais com erosões nas características dos solos, vegetação, mananciais, biodiversidade e consequente a tentativa do desmantelamento dos modos de vida e dos saberes dos povos do Cerrado.

Conforme Pelá e Mendonça (2010, p. 56): "[...] o Cerrado não é composto apenas de biodiversidade, mas também da sociodiversidade e que, por conseguinte, não foram apenas as suas riquezas naturais e biológicas que sofreram alterações, mas a cultura e a memória dos povos que ali habitavam".

Por conseguinte, a ascensão da valorização e reconhecimento político-econômico do Cerrado, resultou no consequente e contínuo aumento da supressão da vegetação nativa e expulsão do modo de vida camponesa. Esse modo de vida foi sucessivamente substituído pelo monocultivo[19] de grãos para a economia brasileira com a devastação e perdas da sociobiodiversidade cerradeira.

Com as políticas territoriais desenvolvidas nos ambientes cerradeiros, foram impostas mudanças de implicações política, ideológica e culturais, que, para Chaveiro e Barreira (2010), são estratégias e acordos entre o governo nacional, os poderes locais e a geopolítica externa. Segundo os autores (2010, p. 26): "[...] esse Brasil profundo precisa ser mudado pelo exemplo externo, de maneira que o que é original não serve e o que é externo é espúrio, mas necessário".

Propagou-se, de forma ideológica em todos os setores administrativos governamentais, inclusive na área da educação e nos meios de comunicação, que o bioma Cerrado não possuía belezas cênicas, ao contrário, era desprezível, feio e sem serventia. Logo, utilizava-se de propagandas depreciativas referentes ao Cerrado, conforme aponta como: "'Região do pau torto', 'lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude', 'região letárgica', 'sertão inóspito', 'espaço opaco e vazio', 'floresta de cabeça para baixo'".

Isso significava que da mesma forma como os atributos naturais do Cerrado foram depreciados, os processos socioeconômicos e culturais dos povos tradicionais também padeceram com o menosprezo diante das necessidades da mudança em trânsito rumo ao desenvolvimento e ao progresso, descrito por Chaveiro e Barreira (2010, p. 17),

> [...] configura-se um vislumbre: a construção de uma imagem negativa do Cerrado feita por agentes externos aos povos do local, tal como foi incidida até a década de 1970, supôs que os povos que aqui existiam, seu modo de vida, sua economia, a sua cultura, por não pertencerem a uma racionalidade econômica hegemônica, eram uma espécie de parias da nação.

[19] Monocultivo: cultivo de uma única espécie em grandes extensões de terras podendo ser pastagens, grãos, canaviais, eucaliptais, etc.

Pelá e Mendonça (2010, p. 53) reforçam a abordagem: “Entretanto, até meados do século XX era considerado um bioma com solos pobres e improdutivos, vegetações deformadas e feias e o lugar dos tempos lentos, que deveriam ser transformados conforme as necessidades da modernidade". “O lugar dos tempos lentos” é o lugar dos camponeses, cuja terra não é sinônimo de capital, porque a relação é de vivência, de uso, de apropriação, de relações de territorialidades.

Se de um lado os campos cerradeiros eram estigmatizados como espaços de miserabilidade dos solos e povos, de costumes de vida morosa, pueril e arcaica, por outro lado eles, solo e pessoas, deveriam ser otimizados com significativas alterações na qualidade da terra e evolução estrutural de modernização do trabalho.

Arquitetaram outra ideia do Cerrado como um território promissor, como destacado por Chaveiro e Barreira (2010, p. 15), nos seguintes tópicos: “celeiro do Brasil”, “caixa d’água do planeta”, “corredor produtivo”. Estas máximas representativas do Cerrado foram exaustivamente disseminadas para que a ideia da modernidade e progresso nestes campos fosse legitimada. No primeiro caso a ideologia passada era a marginalização da natureza e de seus povos, na segunda a valorização dos atributos do território enquanto estratégia de produção agroexportadora.

As construções idealizadas, conforme Pelá e Mendonça (2010), se configuraram como um propósito inventivo, para a modernização nestas regiões, utilizando-se da divulgação da superação da pobreza estéril do território cerradeiro, para uma promissora modernização do campo, condenando de forma vis, a vida e o trabalho de comunidades inteiras, expulsando-as das territorialidades construídas, sem considerar as apropriações espaciais anteriores. Chaveiro (2008, p. 76) menciona que: “Essa inserção, veloz, diretiva e economicista, acende a vitalidade de outro nível de consciência que se vê desenraizada, vilipendiada, explorada, fragmentada, usada.

A apreensão do processo de territorialização do Cerrado esclarece como ocorrem as territorialidades engendradas nestes espaços. Para essa elucidação, Hasbaert (2004) ressalta a diferença entre a apropriação enquanto uso do espaço vivido e a apropriação enquanto possessão e dominação do espaço.

A utilização enquanto domínio se refere ao território utilitário, aquele em que o Cerrado passa a ser visto como propriedade na lógica funcional ao capital, como apropriação onde o controle do território está presente e o ecossistema perde o seu valor diante da valoração da produção mercadológica.

No sentido da apropriação enquanto uso para a vida, a terra e a natureza ganham um sentido de sinergia e respeito. As interações de convivência historicamente construídas entre povos e natureza nas regiões do Cerrado tornaram-se um patrimônio testemunhado por gerações, mas ameaçado pelas geopolíticas de desenvolvimento, que nas últimas décadas, tem se intensificado.

A análise histórica da apropriação do Cerrado revela a progressiva devastação em pelo menos três diferentes escalas: De um lado, o desinteresse governamental e descuido científico desvalorizando de tal modo esse bioma com perdas de espécies antes mesmo de serem conhecidas; segundo, os espaços cerradeiros refletem as territorialidades construídas pelos povos e suas relações com o ambiente natural; e terceiro, porque destaca um palco de conflitos entre o capital agrário e a subsistência de famílias tradicionais, trazendo à tona a história do campesinato brasileiro.

O bioma Cerrado apreendido enquanto território, porque inclui aspectos econômicos e políticos, em suas apropriações díspares, requer a análise das relações desenvolvidas pelos povos cerradeiros, a partir das territorialidades produzidas com seus modos de vida e convivência com os ambientes.

1.2. Características peculiares do Cerrado de Mato Grosso do Sul e ocupação da região de Três Lagoas

Com a emancipação político-administrativa do Estado do Mato Grosso do Sul (MS) em 11 de outubro de 1977, a unidade federativa passou a compor uma área de 357.139.9 Km^2. De acordo com o IBGE (2019), o estado possui a correspondência de três biomas representadas em 14% de Mata Atlântica, 25% de Pantanal e 61% de Cerrado. Conforme os dados do IBGE (2019) e INPE (2021), a área total do bioma Cerrado no MS é de 222.246,04 km^2.

No Cerrado do MS ocorrem Campo sujo, Campo úmido, Cerradão, Cerrado Sensu Stricto, Veredas e elevado número de lianas. As feições do Cerradão (formação florestal de ocorrência sentido restrito), possui árvores com altura em torno de 8 a 15 metros, com incidência arbustiva (menor porte em relação a árvores) e herbáceas (pequeno porte de caule macio/maleável). Os solos em que predominam os Cerradões, conforme Ribeiro e Walter (2007), são profundos e bem drenados, classificados como Latossolo Vermelho ou Vermelho Amarelo e moderadamente ácidos.

O Cerrado Sensu Stricto é caracterizado por árvores de estaturas baixas com troncos tortuosos, presença marcante de cobertura arbustiva e poucas gramíneas (ICMBio 2018) e de acordo com Farinaccio (2018) são mais propensos a solos rochosos ou pouco drenados. Nestes cenários encontra-se catalogadas 546 espécies arbóreas, 84 famílias botânicas e 255 gêneros, Bueno et al (2018), destaca exclusividade desta região as espécies *Bauhinia leptantha Malme; Bougainvillea malmeana Heimerl; Cordia brasiliensis; Gottscling & J.S. Mill.* Nos estudos de Bueno et al (2018) registrou-se 98 espécies arbóreas do cerrado brasileiro.

Lima, Rando e Barreto (2015) realizaram pesquisa em três localidades no leste de Mato Grosso do Sul, registrando espécies da flora do Cerrado em remanescentes adjacente a pastagens e cultivos de eucaliptos. Apresentaram 699 registros com 220 espécies, 150 gêneros e 65 famílias da vegetação nativa, destacando as espécies predominantes como: Fabaceae, *Myrtaceae, Bignoniaceae, Malpighiaceae, Rubiaceae, Annonaceae, Asteraceae, Erythroxylaceae, Euphorbiaceae, Malvaceae*. Este conjunto de espécies dominantes abrange 53% das espécies detectadas.

Um dos seguimentos do estudo realizado pelos autores supracitados efetuou-se na barra do Moeda, localizado no município de Três Lagoas, denominado de Horto Barra do Moeda. Neste local foram encontradas 139 espécies cerradeiras e entre elas as mais comuns foram: *Eugenia, Erythroxylum, Tabebuia, Bauhinia, Byrsonima, Myrcia e Ouratea* e 101 espécies do Cerrado Senso Stricto. Exemplos de espécies exclusivas no Moeda e com frequência elevada foram: *Mabea fistulifera Mart., Jacaranda caroba (Vell.) A. DC., Maprounea guianensis Aubl.*

Outros registros no leste de Mato Grosso do Sul é o Buritizal, presente nas Veredas, que para Pagotto, Camilotti, Longo e Souza (2006, p. 21), "[...] agregam mananciais de grande importância para a manutenção de recursos hídricos". Ainda sobre as veredas, Aoki e Sigrist (2006, p. 294) acrescentam que:

> As veredas consistem em uma das formações mais ameaçadas pela ação antrópica. Elas agregam mananciais de grande importância para a manutenção dos recursos hídricos. As veredas desempenham papel fundamental na manutenção da fauna do Cerrado, atuando como refúgio, abrigo, fonte de alimento e local de reprodução tanto para a fauna terrestre, quanto para a aquática.

Ressalta-se também espécies consideradas raras no Cerrado sul-mato-grossense, descritas por Lima, Rando e Barreto (2015), como: *Cereus peruvianus Mart., Ficus*

guaranítica Chodat, Miconia chamissois Naudin, Mimosa hebecarpa Benth., Ormosia arbórea (Vell.) Harms e Ocotea velloziana (Meisn.) Mez.

O acentuado desmatamento do Cerrado em Mato Grosso do Sul, de acordo com Pagotto (2006) e MMA (2009), tem origem no avanço da agricultura e pecuária seguido da produção de carvão vegetal para o abastecimento das indústrias. Em relatório do INPE (2021), a área de vegetação nativa desmatada no estado de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2000 a 2020 foi de 167.848 km^2 e no ano de 2021 foi de 287,65 km^2.

Dados da ocupação do solo do estado de Mato Grosso do Sul contribui para uma visão panorâmica da devastação da vegetação nativa substituída pela variedade produtiva. Informações divulgadas pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) destaca que o aumento da área destinada para a safra da soja em 2020/2021 foi de 3,5 milhões de hectares, quantificando ainda, avanço na produção entre a data de 1978 até 2021 em percentual de 614.3%. Ainda de acordo com a Federação, o cultivo de milho foi de 2,2 milhões em 2020/21, crescimento de 2.157,9% em área plantada desde a década de 1979.

Conforme a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO) a utilização com pastagem para atender um rebanho bovino no estado que em 2017 era de 21.824.147, necessitava de área de 13.526.818 hectares. A safra da cana-de-açúcar de 2020/2021, divulgado pela Associação de Produtores de Bioenergia de Mato grosso do Sul (BIOSUL), foi de 48,8 milhões de toneladas, processando um aumento de 2,7%, ocupando uma área 666.447 hectares conforme o IBGE (2020). Com relação ao plantio de eucaliptos, de acordo com o IBGE (2020), em 2019, Mato Grosso do Sul possuía uma área cultivada de 1.135.543 hectares e o milho teve ocupação de área de 1.973.409 hectares.

De acordo com o Banco de Dados do DATALUTA (2017), Mato Grosso do Sul se enquadra em um dos estados brasileiros com maior concentração de terras no Brasil, resultando em históricas desigualdades sócio territoriais. Nardoque, Kudlavicz e Melo (2018) apresentam dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2014, expondo que os imóveis em Mato Grosso do Sul, com mais de 1.000 hectares, concentram 69,58% da região e as pequenas propriedades ocupam apenas 7,18% das terras do Estado.

A sua ocupação, conforme Trubiliano (2014), pode ser entendida em dois momentos históricos, o primeiro correspondendo às décadas entre 1870 a 1920, quando a região compreendia o estado de Mato Grosso, com o desenvolvimento de uma elite

latifundiária-pecuarista ligada ao domínio do campo agrário, desencadeando, em consequência, uma progressiva valorização das terras da região como apresentado por Borzone (2018, p. 75).

> [...] o planalto sul-mato-grossense viu chegar os primeiros colonizadores luso-brasileiros vindos das províncias vizinhas, São Paulo e Minas Gerais, a partir de 1830, orientados por três condicionantes naturais: a busca por boas pastagens com águas abundantes para a criação de rebanhos bovinos e equinos; a facilidade de transporte em decorrência dos rios presentes; e as terras férteis que existiam às margens desses rios.

A segunda fase ainda de acordo com Trubiliano (2014), constituiu aos anos entre 1920 a 1940, marcado pelo fomento financeiro internacional e infraestrutura logística intensificando os problemas socioculturais na região. Oliveira (2012) colabora na identificação destes conflitos advindos da ocupação do território sul-mato-grossense assinalando três fatores marcantes na sua estrutura fundiária: os programas governamentais de colonização, a ocupação das terras públicas e indígenas e a expulsão dos camponeses com a crescente implementação da agricultura capitalista.

Oliveira (2012) exemplifica ainda a apropriação de grandes extensões de terras sul-mato-grossenses, com a Companhia Matte Laranjeiras em área com 5.000.000 hectares, nas últimas décadas do século XIX. Na época, de acordo com a autora, esta foi uma das estratégias de impedimento para a ocupação de terras aos camponeses.

A família Garcia Leal, ainda no século XIX, tomou posse de amplas porções de terras ao sudeste/leste da província de Mato Grosso, como aponta Silva (2016, p. 16), "[...] os migrantes mineiros e paulistas foram os primeiros habitantes não-índios do espaço entre os rios Sucuriú, Paraná e Aporé, vindos do Sul de Minas e da Província Paulista nos anos finais da década de 1820". Estas porções territoriais ocupadas pelos mineiros ficaram conhecidas, segundo Borzone (2018), como os "sertões dos Garcias".

Estes pioneiros chegados na região, utilizando-se do trabalho escravizado, dos povos originários e dos pobres livres que lhes acompanhavam, foram explorando terras, expulsando povos originários, e fixando posses em todas as direções a partir do sertão dos Garcias, como expõe Capestrini (2002), instalando fazendas nas proximidades dos rios Indaiá Grande, Aporé, Indaiazinho, Santana, Quitéria, Barreiros, Corrente, Ariranha, Pardo. Nas adjacências aos rios Verde, Paraná e Sucuriú, ocuparam o território que mais tarde seria o município de Três Lagoas.

Estas ocupações com instalações de extensas propriedades rurais iniciaram a exploração das terras cerradeiras com a derrubada da vegetação nativa para a formação de pastagens expandindo para as áreas do Cerrado, que de acordo com Teixeira (2015), ocorreram de forma mais próspera nos anos de 1950 a 1970, a partir da modernização do campo.

Ainda de acordo com Teixeira (2015), contribuiu também para este avanço, os vários fomentos de ordem governamental com projetos que visaram o desenvolvimento regional como o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (PROPEC) e o Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados (POLOCENTRO), acarretando em incentivos governamentais que flexibilizaram a expansão agrícola no Cerrado.

A histórica da ocupação da região sul-mato-grossense, provocou conflitos territoriais envolvendo os povos tradicionais, camponeses e fazendeiros, como aponta Almeida (2009, p. 3), descrevendo que "[...] a aliança dos capitalistas com os proprietários de terra perpetuou viva e atuante às estruturas do passado [...]".

Estudos como os de Nardoque e Kudlavicz (2019, p. 112) apresentam a concentração de terras por empresas que se beneficiam na atualidade, apontando o avanço na concentração de terras em MS, "[...] no Oeste (no Pantanal), com diversos imóveis de 20 a 50 mil hectares [...] No Leste (no Bolsão), há forte concentração fundiária, com predominância de imóveis acima de 1.000 hectares, mas com outros acima de 10 mil hectares".

Diante deste contexto panorâmico do processo de ocupação do estado de Mato Grosso do Sul, com o avanço das *commodities* e indústrias celulósica e canavieira que utilizam milhares de hectares para o cultivo das espécies próprias como matéria prima, os povos originários destas terras foram sendo expulsos com enfrentamentos conflituosos e sofridos na tentativa de permanecer em seus territórios.

Dentre os povos tradicionais do Cerrado sul-mato-grossense, cita-se os indígenas das etnias[20] Guarani *Kaiowá* (município de Dourados), Terena, *Kadiwéu* (município de

[20] TENTE, J. H. Todo dia é dia de Índio: Quais são os povos indígenas do Mato Grosso do Sul? Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura- SECI-MS. 2021. Disponível em: https://www.secic.ms.gov.br/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povos-indigenas-do-mato-grosso-do-sul/
SOUZA, J. L. DE; SILVA, G. J. DA. Kinikinau. Povos Indígenas no Brasil. 2005. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kinikinau#Fontes_de_informa.C3.A7.C3.A3o
SILVA, G. J. DA. Atikum – Os Índios Negros de Mato Grosso do Sul. Editora CRV, n. 1. 2019. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/34037-atikum-os-indios-negros-de-mato-grosso-do-sul

Porto Murtinho), *Kinikinaw* (municípios de Porto Murtinho, *Aquidauana*, Miranda e *Nioaque*), *Atikun* (município de Nioaque), *Guató* (município de Corumbá). Os povos Kayapó, que viviam em terras no nordeste do estado até metade do século XIX, que de acordo com Zorzato (2005, p. 1), eram denominados de Kayapó do Sul:

> [...] índios da nação Kayapó do Sul, que anteriormente haviam sido senhores de um vasto território que compreendia, além do nordeste do atual Mato Grosso do Sul, o sul de Goiás e grande parte do Triângulo Mineiro, região que viajantes e cronistas dos séculos XVII e XVIII chamavam de Caiapônia. Os Kayapó do Sul [...] encontravam-se nas proximidades dos rios Pardo, Verde, Sucuriú, Camapuã, Aporé, Paranaíba, Paraná e Taquari; ou seja, uma região em que hoje estão localizados os municípios de Paranaíba, Camapuã, Aparecida do Tabuado, Inocência, Chapadão do Sul, Costa Rica e Ribas do Rio Pardo.

Os *Ofaié* (município de Brasilândia), de acordo com Dutra (2004, 2005), foram habitantes das margens direita do Rio Paraná, e viviam da caça e coleta no atual estado de Mato Grosso do Sul. Seus territórios avançavam-se desde a foz rio Sucuriú, passando pelo rio Ivinhema, Verde e Vacaria, seguindo até os rios Negro e Taboco. A grande extensão territorial deste povo fora ocupada por extensas fazendas para a criação de gado. Em 1990, com redução drástica da sua população, recuperaram pequena porção de suas terras no município de Brasilândia.

As comunidades quilombolas são em número de 18[21]: Furnas do Dionísio (município de Jaraguari; Furnas da Boa Sorte (município de Corguinhos); Chácara do Butiti (município de Campo Grande); Colônia de São Miguel (município de Maracaju); Dezidério Felipe de Oliveira (município de Dourados; Família Cardoso (município de Nioaque); Famílias Araújo e Ribeiro (município de Nioaque); Família Jarcem (município de Rio Brilhante); São Benedito/Tia Eva (município de Campo Grande); Família Ozório (município de Corumbá); Família Quintino (município de Pedro Gomes); Águas do Miranda (município de Bonito); Campos Correia (município de Corumbá); Família Bispo (município de Sonora); Furnas dos Baianos (município de Aquidauana); Família Romano Martins da Conceição (município de Nioaque); Família Bulhões (município de Nioaque); Família Maria Theodora Gonçalves de Paula (município de Corumbá).

Os povos tradicionais do território cerradeiro sul-mato-grossense contam também com os camponeses, igualmente sofridos pelo processo de apropriação pelo capital destas

[21] MATO GROSSO DO SUL. Ministério Público Federal. Mapas Quilombolas. 2022. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/ms/atuacao/mapa-quilombolas

terras. Foram expulsos na condição de trabalhadores no campo e agricultores e continuam sendo expropriados pelo modelo fundiário dos latifúndios e do agronegócio.

Teixeira (2015), descreve a grande concentração de terras ainda existente no estado do MS, mantendo a estrutura agrária de latifúndios com a produção de monoculturas e também grandes extensões de terras improdutivas. Almeida (2009, p. 6) expõe claramente esta situação no Estado:

> Agora, transformados na aparência em "produtores rurais de commodity", essa classe busca distanciamento da imagem do latifúndio, símbolo maior do atraso social e econômico no campo. Porém, a blindagem não tem sido suficiente para esconder a essência latifundista do agronegócio, revelada cotidianamente por meio do avanço sobre as terras camponesas que aprofunda a concentração de terras, pressuposto para a exploração do trabalho.

A condição de expropriação dos camponeses do campo no MS, segundo Freitas (2019, p. 12), tem se intensificado conforme as terras foram obtendo importância dentro da lógica produtiva primária, promovendo: (2019, p. 12): "[...] a exclusão de milhares de famílias de trabalhadores rurais do campo e o aumento dos conflitos agrários culminando com a consolidação de uma economia rural excludente baseada no modelo de produção agroindustrial".

O favorecimento e a conciliação entre a elite fundiária e os projetos políticos de arranjos estratégicos, visando atender a um modelo agroexportador, desencadeou os processos de conflitos-expropriação-resistências no campo do estado de Mato Grosso do Sul, como também do estado nacional, que será apresentado no texto desenvolvido sobre o campesinato brasileiro no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

2. O MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL CAMPONÊS: LUTAS E RESISTÊNCIAS

> Afagar a terra. Conhecer os desejos da terra. Cio da terra, a propícia estação. E fecundar o chão.
>
> Chico Buarque; Milton Nascimento (1977)

As abordagens sobre a temática campesinato no Brasil sofrem influências de diferentes concepções e correntes teóricas. O conceito de campesinato deve ser estudado por diversos olhares científicos, para que possam ser compreendidas as transformações sofridas pela categoria ao longo da história. Neste sentido, de acordo com Vanderlinde (2004, p. 3), o campesinato se redefiniu no tempo e no espaço, diante das modificações no setor agrário brasileiro, mas não foi extinguido.

> O campesinato constitui uma temática tão ampla que seu tratamento adequado exige uma abordagem multidisciplinar e o rompimento de barreiras cronológicas. É um tema central na história da humanidade e é um fator fundamental em muitos países no que se refere tanto a vida social quanto política. As discussões teóricas atuais em torno dessa categoria mostram que há transformação no que é rural e no campesinato sem, no entanto, significar a eliminação da categoria.

Os diagnósticos realizados sobre o campesinato no cenário agrário brasileiro, elaborados por alguns estudiosos, considerando as transformações ocorridas desde o sistema feudal, na Europa, até as mudanças político-econômicas em curso, segundo Oliveira (2007), a categoria camponesa tenderia a passar de serviçais a agricultores integrados ao sistema capitalista, com nítida dependência do mercado. De acordo com o autor supramencionado, isto se daria pelas contradições peculiares da inclusão dos camponeses no mercado capitalista, tornando-os cativos de um processo inevitável de oscilações do mercado que consequentemente geraria altas taxas e baixos preços das mercadorias.

Nas relações da produção agrícola, os camponeses sofreriam uma integração ao mercado capitalista de produção, se assemelhando aos trabalhadores assalariados na área rural, que se acentuaria com a industrialização do campo. Alguns camponeses, com melhores condições para incorporação de capital e tecnologia, se transformariam em pequenos capitalistas. Os camponeses que resistissem a este modelo e que não se

enquadrassem neste sistema capitalista de produção, seriam, de acordo com Oliveira (2007, p. 9), aqueles que resistiam às formas capitalistas do trabalho com a terra e que estariam a caminho da extinção.

> Para o conjunto de autores que seguem essa corrente de interpretação das transformações no campo, a persistência de relações não-capitalistas de produção é entendida como resíduos em vias de extinção. Ou seja, formas que o capitalismo adquiriu para adequar-se às realidades locais, ou seja, o campesinato e os latifundiários estão, inevitavelmente, condenados à extinção no plano econômico.

Este tipo de análise promove reducionismo ao papel destes cidadãos na sociedade brasileira, porque não considera as complexidades das relações entre proprietários de terra e trabalhadores nas diferentes situações em que se desenvolveu o nascimento do campesinato brasileiro, que segundo Martins (1981, p. 24): "A questão do campesinato não se resolve, igualmente, ignorando ou minimizando a sua existência".

Oliveira (2007) explica que estas são correntes teóricas que entendem as relações de produção na agricultura como um processo homogêneo se definindo em três contextos na produção rural, em que o primeiro modo seria a classe de pequenos capitalistas como aqueles camponeses que conseguiram se inserir no novo sistema, um segundo aspecto estaria relacionado aos grandes capitalistas, compostos pelos latifundiários e um terceiro ponto compreenderia aos camponeses pobres que se transformariam em trabalhadores assalariados.

Outro ponto de vista está relacionado à consideração da lógica do desenvolvimento do processo produtivo capitalista no campo brasileiro, concebendo o capitalismo como um sistema desigual e contraditório descrito por Oliveira (2007, p. 131) como de "[...] forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica está, portanto, no oposto daquele que vê a expansão homogênea [...]". O campesinato tende a permanecer no campo em um processo de recriação das relações não capitalistas de produção pelo próprio sistema, em razão de seu caráter contraditório.

Partindo deste ponto de vista, o campesinato passa a ser considerado como uma classe social que é recriada pelo capital, mas também pelas relações culturais de resistência nos modos não capitalistas de produção. Wanderley (2014, p. 4), ao definir o campesinato afirma que:

> [...] a palavra "camponês" carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como "subversivo" pelos governos militares,

> que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais "neutra" levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como "pequenos produtores", "agricultores de subsistência", "produtores de baixa renda" que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo.

O caráter político do campesinato está exatamente no fato da sua exclusão dos arranjos políticos, nos sentidos sociais e econômicos instrumentalizados de tal forma que o posiciona na sociedade como uma classe inexistente, destacado por Martins (1981, p. 25), no comprometimento de uma definição sociopolítica necessária:

> A ausência de um conceito, de uma categoria que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte do processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado e alheio, de outro lado.

Há um processo histórico contínuo de sujeição do campesinato aos moldes capitalistas, descrito por Carvalho (2016), engendrado em processos que envolvem a apropriação e a concentração das terras, reduzindo assim a possibilidade do acesso camponês à terra e à sua produção. Outro fator ressaltado pelo autor se relaciona à mercantilização da produção camponesa dentro do sistema em que são subordinados. Os mecanismos que compõe a subordinação contígua dos camponeses ao capital revelam a exploração da renda produzida pelos camponeses, usurpada pela classe capitalista dominante, no momento da venda dos seus alimentos produzidos, assim demonstrada por Carvalho (2016, p. 1).

> As dificuldades de acesso e permanência na terra, por parte dos camponeses, é potencializada pelas tentativas da burguesia de explorar a renda agrícola por eles gerada. Por maior esforço que os camponeses dispensassem e dispensem para reter essa renda gerada pelo seu trabalho familiar, parte dela foi e continua sendo apropriada pela burguesia quando, em geral, os produtos camponeses são ofertados nos mercados capitalistas. Nesses mercados o valor de uso dos produtos camponeses não tem como correspondência um preço de mercado (valor de troca) que satisfaça suas necessidades e aspirações. Tendem, na maior parte das vezes, a ser inferior ao seu preço de custo.

Neste cenário em que comparecem os conflitos no campo pela concentração/controle da terra, de um lado, e expulsão/exploração e subjugação dos

camponeses ao capital, de outro, o caminho encontrado pelos agricultores camponeses foi o da organização coletiva para a permanência e resistência no chão que lhes garante a subsistência e a vida de suas famílias. Este processo organizativo foi continuamente construído para a resistência ao longo da história nos campos brasileiros, despertando em uma parcela da sociedade a compreensão de sua importância enquanto categoria que resistiu e permaneceu nos campos agrários brasileiros.

De acordo com Stedile e Fernandes (2012), o campesinato se configura como uma dinâmica que simultaneamente desenvolve um movimento de sujeição e resistência. Na sujeição ocorre a subordinação ao capital representado pela esfera político-econômica que controla o setor agropecuário brasileiro, segregando socialmente as lutas pela conquista e permanência da terra.

Na segregação estão o conjunto de preconceitos e formas pejorativas, cujos maiores precursores são a mídia seletiva e a sociedade manipulada. A sujeição e a segregação contribuem para a geração de conflitos e violências no campo brasileiro, resultante dos confrontos entre disputas pela terra em um cenário em que, de um lado se posiciona o latifúndio-empresas-agronegócio e do outro lado os movimentos em busca de terra com as resistências face ao arcabouço político, econômico e social que lhes oprime.

Neste cenário espaço-temporal das disputas territoriais, o camponês resistiu e persiste no trabalho com a terra para dela colher os frutos da subsistência, confrontando o poder hegemônico do capital, criando formas de resistências. Estas formas de resistência empreendem a cultura e tradições com os costumes místicas e simbolismos, que dão sustentação às lutas pela permanência na terra.

Camponês, camponesa e campesinato são termos que se relacionam com as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e que, segundo Martins (1981), são também terminologias muito próximas a duas formas de percepção: uma pejorativa, na qual factualmente caracterizam-se os sujeitos envolvidos como “toscos”, “caipiras” e “preguiçosos” e a outra forma relacionada à carga política que os conceitos carregam.

O campesinato no Brasil, segundo Martins (1981) corresponde a uma categoria política pelo processo histórico em que se formou e pela contínua exclusão dos trabalhadores do campo, possibilitando compreender a dificuldade na sua definição, e, consequentemente, a posição que estes sujeitos ocupam na sociedade.

Os movimentos destas comunidades, de acordo com o autor supracitado, se configuraram em variadas formas de luta pelo direito a um pedaço de terra para nela trabalhar, dependente do sistema político fundiário das terras no Brasil. Ao longo do

tempo essas lutas foram sinais de resistência dos trabalhadores expulsos e expropriados do campo, se configurando em organização política desenvolvida e transformada em resistência à expulsão da terra.

A história da concentração fundiária no Brasil indica que desde as capitanias hereditárias do século XVI, início da concentração de terras, até os atuais sistemas de *commodities* do agronegócio em 2022, tem mantido uma classe elitizada nos comandos e controles políticos e econômicos no país.

A concentração fundiária brasileira tem sua origem no regime de colonização que estabeleceu a regulamentação das sesmarias, século XVI, em regime que privilegiou beneficiários à posse de grandes extensões de terra, aqueles que tivessem recursos e escravos, como os senhores de engenho, atores majoritários que adquiriram grandes áreas para a implementação de fazendas.

Enquanto a população que não se enquadrava ao direito hereditário à terra, ficou à margem deste processo de concessões. De forma semelhante isto se deu no estabelecimento da Lei de Terras de 1850[22], como aponta Fernandes; Welch e Gonçalves (2015, p. 30): "[...] a classe dominante tinha em mente fazer com que a terra fosse transformada em mercadoria para que a vasta maioria dos camponeses brasileiros, imigrantes e escravos libertos não tivessem recursos suficientes para adquiri-las". Assunção e Camacho (2022, p. 27):

> A Lei de Terras, que vigorou no período de 1850 a 1930, foi criada e teve seu período de validade estendido de acordo com os interesses de cada estado. Para garantir a posse da terra a uma elite deixam de fora, pela imposição sua da compra, índios, negros, e camponeses sem-terra.

Logo no primeiro artigo da Lei, é esclarecido o objetivo do seu decreto: "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra". A Lei é redigida de forma tão explícita e incontestável sobre a exclusão dos povos que Westin (2020, p 1), intitula sua publicação destacando este fato: "Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios" e explica:

---

[22] Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**:** Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm Acesso: jun/2022.

> No Segundo Reinado, o Brasil tomou uma medida que seria determinante para a sua histórica concentração fundiária. Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades.

A terra passa a ser fonte de renda, riqueza e poder. Segundo Miralha (2006), a Lei de Terras foi a saída encontrada pela elite agrária brasileira para que a estrutura fundiária permanecesse inalterada impedindo assim a aquisição de terras pela população empobrecida, sobretudo os pobres e livres e os negros, libertos dos seus senhores por força de suas lutas, mas ainda de jurisdições como a Lei Áurea, em 1888, os quais se mantiveram presos à condição de pobreza imposta pela Lei de Terras, somada à outras leis e interesses que favoreceram as elites agrária do Segundo Reinado.

Miralha (2006) discorre ainda que, quando a industrialização brasileira surge no final do século XIX, se desenvolvendo no início do século XX, há a necessidade da expansão das cidades para o fomento de mercados e consumo, um fato que provocou movimentos migratórios dos espaços rurais para os urbanos. Este processo desencadeou o deslocamento de uma massa de população do campo para as cidades, iniciando uma concentração de povos despojados da terra, hoje denominados de sem-terra.

A industrialização em desenvolvimento no país fomentou o êxodo dos povos do campo, com a implantação de inovações tecnológicas, insumos químicos e mecanização da agricultura. Hees (2011), discorre sobre algumas dificuldades no entendimento do termo indústria no Brasil, ressaltando que a forma de industrialização no século XIX não era como ocorre na contemporaneidade, pois carrega indefinições entre os conceitos de industrialização e crescimento industrial. O autor reitera que o processo industrial durante o século XIX alcançou apenas as indústrias leves como a de têxtil e de alimentos. Para essa compreensão, Hees (2011, p. 130), explica que,

> [...] a indústria a que se faz referência no século XIX é o que se poderia denominar de "pequena indústria", quase artesanal, limitada a pequenos mercados de curto raio e a um grupo restrito de consumidores. Por esta razão, parece útil tratar separadamente os conceitos de crescimento industrial — isto é, a expansão da atividade industrial em termos absolutos, fenômeno característico do século XIX e nas primeiras décadas do século XX no Brasil — e de industrialização — quando a indústria de bens de produção permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, tal qual ocorre no Brasil a partir do Plano de Metas[23].

[23] Plano de Metas – programa visando estruturar setores estratégicos para o desenvolvimento econômico como indústria, transporte, energia, educação, alimentação. O programa foi executado pelo governo

Cara e França (2009), esclarecem que o avanço econômico brasileiro acompanhou os vários ciclos econômicos mundiais, nomeando-os como fase expansiva, sendo aquelas de poder de investimentos e períodos de recessão entendidos como os que se lançam a buscar saídas para a retomada do crescimento do capital. Com incentivo estatal, o Brasil avança na corrida da indústria, como apresentam Cara e França (2009, p. 8).

> Seguindo um modelo de políticas públicas Keynesianas, que acentua o papel do Estado como propulsor do crescimento nacional e provedor de direitos públicos como educação, saúde e seguridade social, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) incentivou a indústria brasileira. Com um pensamento urbano industrial, leis voltadas para a regulamentação do mercado de trabalho, medidas protecionistas e com o intervencionismo do estado na economia cada vez maior, alavancou o processo de industrialização nacional.

Com a ascensão da industrialização, desencadeou-se o fenômeno conhecido como êxodo rural, propulsando a emigração de grande parte da população rural para espaços urbanos, deixando o campo vazio da presença dos trabalhadores e de suas famílias. De acordo com Alves, Souza e Marra (2011), entre os anos de 1950 a 1980, as migrações campo-cidade ocorreram motivados pela industrialização e pelas políticas conduzidas especialmente pelos governos de regime militar, com intensificação no início da década de 1970. Conforme levantamentos realizados pelos referidos autores, no Centro Oeste o fenômeno movimentou cerca de 894.090 indivíduos do campo para as cidades.

A indústria alcançou a produção no campo brasileiro, substituindo a mão de obra humana pelas máquinas, dispensando grande volume de trabalhadores e, conforme Teixeira (2005), provocando intensas transformações nas relações sociais de produção e de trabalho, de permanente para temporários, como demonstra Wanderley (2014, p. 28). "As grandes propriedades expulsaram massivamente os trabalhadores residentes em seu interior, passando a contratá-los apenas nos momentos de necessidade de trabalho". Sobre a modernização do campo brasileiro, Miralha (2006, p. 157) discorre que:

> A dita "modernização da agricultura", na verdade só modernizou as médias e grandes propriedades com a adoção de tecnologias no processo produtivo, por meio do crédito subsidiado que proporcionou aos grandes proprietários a compra de tratores, máquinas modernas, fertilizantes e adubos químicos, agrotóxicos, etc. É interessante notar que essa modernização incentivou a compra de produtos de uma

Juscelino Kubtischek na década de 1958. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5291773/mod_resource/content/1/Plano%20de%20Metas.pdf

> indústria que surgiu especializada em produzir produtos para a agricultura, que junto com a agroindústria [...] formam então o complexo agroindustrial.

Com a introdução da mecanização do campo brasileiro, a ampliação de fronteiras agrícolas pelo país foi facilitada pela crescente superação de obstáculos que a natureza impunha, utilizando-se de tecnologias transferidas da industrialização. Com isso a economia brasileira, a partir da década de 1950, foi assinalada pelo modelo desenvolvimentista industrial e urbanizada com a contínua expulsão dos trabalhadores do campo, e uma economia dependente internacionalmente do mercado externo.

A dependência da economia agrícola brasileira foi ampliada com a modernização tecnológica, resultando em intensa expulsão dos povos da terra e, consequentemente, da produtividade tradicional do campo brasileiro, gerando desequilíbrio no uso dos elementos naturais, como exemplifica Miralha (2006, p. 159), ao destacar que a modernização do campo causou a intensificação do êxodo rural:

> [...] esse processo perverso abrangeu apenas o médio e grande produtor gerando assim, uma expulsão e expropriação de grande parte de pequenos produtores, meeiros, posseiros, pequenos arrendatários [...] causou sérios danos ambientais em alguns lugares, como a compactação do solo pela utilização intensiva de tratores e máquinas pesadas, a poluição dos solos e dos rios por agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Os latifúndios, grandes extensões de terras, são processos aquisitivos que englobam tanto a grilagem viabilizada por meio de aliciamentos, como também as transgressões de leis e assassinatos de trabalhadores que perduram até a época atual (2022). O controle feito por empresários e corporações internacionais, concentram terras, riquezas e poder, encurralando camponeses, que resistem debaixo de ameaças, perseguições e assassinatos[24].

[24] A Comissão Pastoral da Terra – CPT, nasceu em 1975 e desde esta data tem registrado anualmente os conflitos no campo brasileiro. Seus registros vão de ameaças, expulsão, violências de variadas formas até assassinatos. Em 1985 a CPT começou a publicar estes conflitos em cadernos intitulado "Conflitos no Campo".
Os dados dos assassinatos em 2020 somaram um total de 18 no território brasileiro, sendo que o número maior ocorreu nos estados de Maranhão e Amazonas, entre vítimas indígenas, ribeirinhos, quilombolas, assentados e sem-terra.
https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14220&catid=5&m=0
Em 2021 os dados parciais registraram 26 assassinatos. 3 em Tocantins; 2 na Bahia; 9 no Maranhão; 2 no Pará; 1 no Rio de Janeiro; 5 em Rondônia; 2 em Roraima; 2 no Rio Grande do Sul. https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5889-dados-parciais-da-cpt-violencia-contra-ocupacao-e-a-posse-assassinatos-de-sem-terras-e-mortes-em-consequencia-disparam-em-2021

Neste cenário como aponta Fernandes (2001, p. 3): “Lutar contra as cercas era lutar contra o coronelismo, porque os latifundiários foram senhores absolutos e dominavam a terra e a vida dos camponeses”. Estudos como o de Mitidiero Junior e Feliciano (2018, p. 222), corroboram com a frase de Fernandes ao apresentarem que mesmo com o decorrer dos tempos a questão agrária brasileira continua reproduzindo as desigualdades no campo:

> Em nossa compreensão, assumindo como foco a interpretação da questão agrária brasileira, acumulação primitiva serve tanto para criar novos capitais (grilagem de terras e roubo), para se apropriar de frações do território já ocupadas (expulsões, expropriações, saque e assassinatos) e como forma de absorver capital sobreacumulado na economia (corrupção e especulação). Isso nos leva a afirmar que a violência como forma de reprodução capitalista não é algo esporádico e externo às dinâmicas do capital, mas, sim, inerente à sua lógica reprodutiva.

Neste contexto, eclode um cenário brasileiro de disputas políticas pela terra se configurando de um lado como uma organização de grandes latifundiários visando o monopólio da terra e de outro, os camponeses que se movimentam arrebanhando os trabalhadores sem-terra que de acordo com Chiabotto e Montagner (2021, p. 2014), “[...] se organizam politicamente, propondo à sociedade o dever de se manifestar, pois ocupar e organizar-se são elementos de contrarreação à desigualdade e à pobreza agrária.

A forte concentração de terras não eliminou a existência dos camponeses, marcando o cenário sertanejo brasileiro com violentos conflitos, mas em contrapartida, gerou movimentos sociais pela terra, desenvolvendo estratégias de luta, de resistência e de solidariedade.

Desde Canudos e outros movimentos camponeses, houve a busca pela defesa da terra contra o seu controle e concentração. Os movimentos organizados pelos camponeses em busca da terra e subsistência de suas famílias se multiplicaram pelo território brasileiro ao longo do século XX em um embate que mesclava submissão e resistência. E dessa longa caminhada, os movimentos camponeses sociais e políticos foram se consolidando em defesa da terra como sinônimo de vida, de luta e de permanência na terra.

As Ligas Camponesas do século XX iniciaram a resistência e se difundiram pelo território brasileiro em uma organização política com o desenvolvimento de estratégias de luta aos conflitos no campo. Inicialmente suas características tinham aspectos mais solidários do que propriamente político, pois os objetivos consistiam em assistência

médica, jurídica e educacional e até a necessidade de enterrar os mortos, como elucida Ilari (2021, p. 1).

> Na verdade, começaram com a iniciativa de João Firmino, em 1955, de defender a "reivindicação dos mortos" [...] o pobre neste país não tem direito nem de se enterrar. Nos interiores do Brasil os caixões são da prefeitura, e não é incomum que tenha-se que retirar o morto antes de enterrar e devolver o caixão às autoridades locais. Por conta dessa situação nasce a primeira Liga Camponesa em Engenho da Galiléia, mas assim como nas primeiras revoltas camponesas do Nordeste, no princípio, se apresentavam como revoltas de cunho religioso, messianico e tinham em si profundo caráter de classe, logo isso ocorre com as Ligas.

A associação criada nestes termos de acordo com Silva (2014) denominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), passando posteriormente a travar juridicamente batalhas contra os aumentos das parcelas pagas pelo uso da terra e dos riscos da expulsão da terra pelos proprietários. O advogado Francisco Julião Arruda de Paula defensor dos direitos camponeses, em 1959 conseguiu a aprovação da desapropriação do engenho Galileia em favor dos camponeses, transformando este movimento principiante no símbolo das lutas pela Reforma Agrária, expandindo o movimento das ligas para outros estados federativos.

Os movimentos de ocupação em 1979 e em 1981 denominado "Encruzilhada Natalino", ambos acontecidos no Rio Grande do Sul, foram o embrião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Estes movimentos de acordo com Fernandes (2001), experimentaram a repressão do exército, tendo grande repercussão no território brasileiro e despertando a solidariedade e apoio de muitas entidades, igreja e organizações sociais, com reflexo em todo o país e também no exterior.

Os reflexos destas lutas, resultaram em 1984, na organização do 1º Encontro Nacional dos Camponeses, que culminou na fundação de um movimento nacional, cujos objetivos eram lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST, 2019).

Este movimento teve início na década de 1970 e contou com o apoio de parte da igreja católica, inspirada na Teologia da Libertação, operacionalizando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), assim como as práticas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tendo como objetivo maior o apoio nas organizações, reivindicações e resistência dos movimentos populares, entre eles, o movimento dos sem-terra.

De forma resumida, mas contextualizada, a travessia dos camponeses expropriados da terra, traz na essência uma história negada pela sociedade dominante, que buscou, por séculos, invisibilizar a importância e contribuições camponesas para o Brasil, em defesa de uma elite agrária que concentra terras e riquezas, defendidas por poderes políticos, econômicos e jurídicos.

Os costumes e cotidianos dos povos ao longo dos tempos, resultaram em variadas formas de ver e viver no Cerrado configurando em diferenciação nas formas de concebê-lo. As territorialidades vivenciadas no bioma, efetivadas por sujeitos que trazem estes traços na memória e nos jeitos de viver nestes campos, revelam um cenário comum nas tradições e culturas. Compreender as territorialidades dos camponeses cerradeiros é levar em conta o legado herdado dos seus modos de vida.

É importante nestes termos entender o conceito da territorialidade, buscando autores que possam auxiliar nesta compreensão como Raffestin (1993), quando explica que territorialidades são ações produzidas pelos sujeitos no território, como as individualidades e aspectos diferenciados de experiências de vida projetadas no território, a partir das apropriações que se manifestam no espaço. Ainda de acordo com Raffestin (1993, p. 143): "O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator 'territorializa' o espaço".

O antropólogo Little (2004) contribui com o debate introduzindo o processo histórico como um fator importante para a compreensão do conceito da territorialidade, e concorda que é a partir das relações entre os sujeitos e o território que se institui as territorialidades. Neste sentido, o processo é histórico porque interfere nas relações e nas construções do território, marcadamente cunhado por sistemas sociais e políticos de longa data.

O processo histórico, conforme destacado por Little (2004), pressupõe que as territorialidades presentes nos campos do Cerrado foram construções mescladas de variadas culturas e valores de povos europeus, africanos e indígenas que já habitavam as terras brasileiras. As multiculturas foram se constituindo nas formas de viver com seus atributos culturais manifestados nas tradições e costumes.

Outro autor que desenvolve estudos acerca do conceito de território, territorialização e territorialidade, é o antropólogo Almeida (2004, p. 29), que busca compreender a territorialidade como um produto da territorialização: "As terras vão sendo incorporadas segundo uma ideia de rede de relações sociais cada vez mais fortalecida

pelas autodefinições sucessivas ou pela afirmação étnica". As construções desenvolvidas no Cerrado são conduzidas em consequência de diferentes apropriações territoriais, demonstrando organizações entre pares, mas também desencadeando conflitos entre distintos grupos sociais. Colaborando esta assertiva, Little (2004, p. 253) discorre que:

> Os territórios, como portadores de ideologias, de representações simbólicas e também do inconsciente, de relações diversas e de base material, conduzem a um enfoque diferenciado da territorialidade, em si mesma uma imagem do mundo, subjetiva, evolutiva.

As territorialidades carregadas de construções socioculturais possuem pluralidades que ampliam as discussões sobre as variedades de territórios existentes, com as suas singularidades, chamando a atenção, como assinala Little (2004, p 254), para as considerações particularizadas que implicam os saberes e as identidades "coletivamente criados e historicamente situados".

O termo territorialidade possibilita múltiplos aspectos passíveis de abordagens sobre sociedade, grupos, comunidades e suas relações com o território, por isso, a necessidade de se ter atenção na identificação das territorialidades inseridas com suas particularidades, acerca das identidades dos grupos sociais e suas relações historicamente construídas. Estes aspectos são descritos por Saquet (2009, p. 81), sintetizado na seguinte frase: "O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades [...]".

Haesbaert (2004) reforça as noções apontadas por Saquet (2009) estendendo a noção de multiplicidades e multiterritorialidades, em que destaca as dimensões simbólicas e identitárias existentes no espaço vivido pelos sujeitos, e as complexidades que podem ser alcançadas nas diferentes relações de poder, que podem ocorrer tanto nas apropriações dominantes como também nas de uso. Diferenciando essas duas formas de apropriação do território, destaca as de domínio e as de uso. As de uso são quando este é utilizado enquanto relações de sobrevivência e de experiências, de identidades, de simbologias, de tradições, e de pertencimento.

A vivência nos campos cerradeiros é repleto de sentidos, como ilustrada nas afirmações da autora Almeida (2008, p. 317): "Pela compreensão do uso e pelas representações feitas sobre a natureza, entende-se a manutenção/extinção de expressões culturais denotadoras de uma interação homem sertões e como essas populações sertanejas "enraizam-se" no território".

A apropriação simbólica, plena de sentidos de pertencimento, registra as territorialidades expressas e construídas no espaço usado. As paisagens sertanejas do Cerrado são marcadas, como um mapeamento de manifestações em escalas variadas de saberes e organizações, de diversidades produzidas nos modos de vida dessa gente. Estas diversidades podem ser manifestadas nas simbologias que os objetos representam, tais como o fogão a lenha, ou nos saberes tradicionais, como as curas de enfermidades com ervas e raízes do Cerrado. Para a compreensão das territorialidades engendradas pelos povos cerradeiros, há a necessidade da apreensão do território nas relações individuais e coletivas vividas entre os sujeitos e estes com o ambiente, como considera Raffestin (1993, p. 158-159):

> De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

Haesbaert (2004) realiza uma investigação conceitual importante sobre territorialidade, destacando as dimensões que implicam proporções simbólicas e identitárias no território vivido, e ao mesmo tempo complexas, pois sugerem múltiplas manifestações das relações dos sujeitos envolvidos nas organizações e significações no espaço que liga indivíduos ao seu território. Territórios e modos de vida se complementam e se influenciam mutuamente, cuidando e ao mesmo tempo utilizando-se da presença-ação de ambos.

Estas variadas formas de interpretar as territorialidades demandam conceitos e teorias que buscam interpretações do cotidiano e das vivências criadas e transmitidas pelos povos e sua maneira de viver, de se relacionar com o espaço e de expressar suas experiências sócio comunitárias.

As formas de demonstrar as mútua-relações podem ser verificadas nas tradições, muito presentes nos sertões cerradeiros, como as crenças e as construções simbólicas de cunho religioso, que mantém uma relação de confiança e compreensão nas maneiras de relação com a natureza. Neste seguimento há dimensões simbólicas e ritualísticas, destacadas por Souza, Souza e Silva (2018, p. 233):

> A religiosidade detinha funções como a de manter a fé da família, sustentar a vida social da comunidade [...]. Vale destacar a cerimônia do jogar água no pé do cruzeiro realizada pelos fiéis em sua

> religiosidade popular, quando a chuva demorava demais para cair e o sol parecia descer mais um pouquinho para perto da terra.

Essas manifestações tão intrínsecas auxiliam para a compreensão das territorialidades presentes nos campos cerradeiros. Almeida (2008, p. 319) aborda sobre essa compreensão se referindo ao sentido que os sujeitos dão ao vivido e ao pertencimento, elaborados nas manifestações produzidas nos territórios:

> [...] uma concepção de território multidimensional participando de três ordens distintas: da materialidade, da maneira como a biosfera registra a ação humana e se transforma por seus efeitos; da ordem da psique individual, na qual a territorialidade identifica-se pelo viés emocional do homem na relação com a terra; e, da terceira ordem, a das representações coletivas, sociais e culturais.

Diante dos esclarecimentos arrolados, compreende-se que a territorialidade se apresenta, além dos traços políticos e econômicos, na materialidade dos objetos simbólicos, nas imagens e outras expressões culturais, como identidades incorporadas aos processos cotidianos. Consolida-se o sentido das dimensões que sustentam as particularidades do território, que só podem ser compreendidas a partir das territorialidades construídas historicamente nos espaços vividos no chão do Cerrado.

As comunidades compostas pelos camponeses que resistem nos campos do Cerrado, comumente procuram manter seu modo de produção sustentado na preservação da vida, das tradições e da biodiversidade natural. O respeito que as comunidades de tradição camponesa têm com os elementos naturais vem da convivência e da bonança dadivosa do bioma, buscando uma convivência pacífica e harmoniosa. As dimensões do vivido que sustentaram por tanto tempo as particularidades dessas relações só podem ser compreendidas a partir das territorialidades construídas historicamente nestes espaços.

Para os sujeitos cerradeiros o bioma passa a ser, não apenas o território material onde se consolidam as ações de sobrevivência, mas também um espaço simbólico que se constitui como um dos vínculos com o território. Volver um olhar nesta direção, como aponta Almeida (2008), é contribuir com realidades que de certa forma, por um tempo, ficaram ausentes nas pesquisas, relacionadas aos saberes e as práticas introduzidos pelas comunidades camponesas.

Esta história, com os modos de produção e jeitos de viver específicos não foi contada, a história contada e registrada foi a dos grandes proprietários, grandes empresas e grandes negócios capitalizados. Mas diante dos cenários de solapamento do bioma Cerrado empreendidas por políticas econômicas dos governos e elite brasileira, surgiram

reações acadêmicas relativas à omissão e falta de atenção para as diversidades naturais e culturais destes espaços. Autores como Chaveiro e Castilho (2007, p. 2) se debruçaram em estudos sobre as culturas e identidades presentes nos campos cerradeiros:

> Isso posto, o cerrado é visto hoje como um patrimônio integrado de vida em que participam as classes de vegetação, as bacias hidrográficas, o relevo, o solo, o seu espaço, a sua cultura, os seus símbolos, a sua gente, a sua arte, os diferentes modos de vida que aqui se constituiu. Por isso, o cerrado é um arquivo vivo e dinâmico de cores, sabores, sons, espessuras, cantos e relevos [...].

Os camponeses do Cerrado, ainda que encurralados em sua terra, cercada pelo monocultivo do eucalipto ou cana, ou mesmo pela pecuária, guardam na memória cultural os modos de vida nos espaços sertanejos, e buscam ainda viver e conviver nos campos do Cerrado com seus modos tradicionais e simples de vida, testemunhados nas suas resistências, identidades e autonomias próprias.

Os estudos atuais na tentativa de buscar a valorização das características dos povos do Cerrado são seguramente importantes para trazer à tona as riquezas temporalmente negligenciadas pelas esferas governantes, como a registrado por Jorge (2019, p. 3) quando denuncia que: “Há 25 anos está parada no Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional para incluir o ecossistema como patrimônio nacional”.

E espacialmente o menosprezo dos atributos naturais e culturais do bioma, que a sociedade acadêmica tardiamente passou a observar, estudar e registrar. Assinalando neste sentido, Walter e Sevilha (2019, p. 7) exemplificam: “Os seres envolvidos com o ciclo hídrico “[...] são as plantas do Cerrado, e a elas devemos ter muito mais cuidado do que aquele dispensado nos últimos 50 anos, ou nos últimos 10 anos em particular”.

As heranças guardadas no tempo e no espaço revelam uma cultura particular dos camponeses, ensinada via comunidades e famílias e simbolizada nos sabores, nos aromas e nas cores, reproduzidas comumente nas lidas, nos contos e conversas do cotidiano.

Este legado resistido, são as territorialidades construídas, patrimônio possibilitado através da oralidade e da memória que são repassadas para gerações posteriores de forma simples, como os causos e histórias contadas pelas mães aos filhos e avós aos netos. A história oral rememora o passado e ao mesmo tempo testemunha as experiências vividas, como indica Matos e Sena (2011), que são como frações seletivas e significativas verbalizadas pelos sujeitos que a Ciência passa a tomar como um importante instrumento

de estudos em diferentes áreas de conhecimento, como também em investigações interdisciplinares.

Contrariando alguns teóricos que previam o fim do campesinato, a categoria não só permaneceu como tem revelado a capacidade de se reinventar diante das estratégias de avanços desenvolvidos pelo capital. Recentemente tem se manifestado uma revalorização do campesinato com gradativo interesse em estudos, ressaltando a sua importância, convertendo uma realidade que por muito tempo perdurou: a negação do reconhecimento contributivo dos camponeses para a sociedade brasileira, ressaltado por Wanderley (2014, p. 5) expondo que:

> Nos dias atuais, percebe-se a revalorização das categorias "camponês" e "campesinato". Isso ocorre, sobretudo, no interior dos próprios movimentos sociais, que as associam à profunda crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas. [...]. De fato, grupos cada vez mais numerosos de camponeses se organizam, em todas as regiões, com o objetivo de afirmar a autonomia dos agricultores familiares, considerando-os portadores de uma experiência camponesa, que os torna capazes de assumir, sob outros moldes, o progresso da agricultura e do meio rural brasileiros.

Enveredam-se neste caminho muitos estudos e pesquisas que foram desenvolvidos com a finalidade de conhecer e reconhecer a comunidade campesina, com diferentes abordagens que vão desde os aspectos econômicos e políticos até os socioculturais, com enfoques das características dos modos de vida, incluindo uma economia doméstica baseada na produção familiar com conhecimentos autônomos e ancestrais dos modos de produção camponesa.

O reconhecimento da vida camponesa de acordo com Woortmann, (1990, p. 24), está assentado em características muito simples: “[...] o conceito de camponês, ressalta um ponto comum: o caráter familiar do trabalho. Este seria o elemento central de uma lógica econômica própria do ‘modo de produção’ camponês”.

Essa cultura guardada, protegida e praticada desde o Brasil colônia, mesmo em tempos de grandes transformações no campo pela transição e implementação da mecanização e capitalização agrícola, gerando conflitos e perseguições aos camponeses na tentativa de dizimar o movimento camponês, foi um período de muita resistência para a sua permanência nos campos brasileiros.

Com as modificações do sistema produtivo nas grandes propriedades monocultoras de *commodities,* travestidas em agronegócio, verificou-se que mesmo

atropelados pelo processo do avanço do capital no campo, os saberes e as práticas camponesas resistiram, segundo Oliveira (2001, p. 259): "[...] as formas de resistência camponesa têm aparecido como importantes agentes do processo político do campesinato no Brasil, envolvendo as tradições culturais mantidas na memória camponesa [...]".

Resistência nos modos de trabalhar a terra sem esgotá-la, solidariedade e coletividade entre os pares, convívio e respeitabilidade com a natureza, são modos de vida que foram transportados juntamente com a teimosia de trabalhar e viver na terra. Esses modos de vida tornam-se um patrimônio cultivado pelos camponeses.

Expressar em palavras as lutas e as resistências camponesas são um desafio porque envolve manifestações de experiências que vão desde a conquista e a garantia da permanência na terra até os laços de solidariedade e convivências culturais e ambientais. Essas experiências camponesas foram omitidas em grande parte das pesquisas científicas e narrativas históricas e por muito tempo ignoradas como um movimento dinâmico, vivo e resistente inseridos na sociedade brasileira.

Os povos camponeses tem no seu legado uma importância nas relações amistosas de respeito e cuidado com a natureza, como também de valores guardados como a solidariedade e benevolência. No seu modo simples e desapegado, o camponês trabalha a terra e dela espera pacientemente o retorno, oposto do modelo em que o esgotamento do solo força um ritmo cujo objetivo é a produção exaustiva para o comércio internacional. Este respeito pela terra deve ser valorizado como exemplo de sustentabilidade. Camacho (2009, p. 2) exemplifica esta relação com a natureza.

> [...] defendemos a agricultura camponesa e a dos povos tradicionais do campo por entender que estes possuem uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e porque estes entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visam a transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital.

O modelo da lida com a terra, com os animais e com a natureza, de forma geral, prevê a conservação da biodiversidade e promovem uma produção de alimentos saudáveis daqueles que tem o dom e o sonho de trabalhar a terra. Diante da realidade concreta da permanência na terra com sua simplicidade de trabalhar e viver em harmonia com a natureza, os modos de vida campesina resistem ao modelo produtivo dominante hegemônico nos campos brasileiros. Correspondendo a um modelo de vínculos distintos daquele predominante, Oliveira (2001, p. 261) reforça que:

> [...] as representações elaboradas pelo grupo evidenciam maneiras de agir e pensar compatíveis com o contexto de sua existência. A criação de um espaço simbólico permite o reconhecimento da legitimidade e da identidade social por parte daqueles que, numa posição subalterna, tentam reafirmar valores e regras de um modo de vida, opondo-se a outro.

Dentro da perspectiva da vida campesina, a presença da mulher camponesa é marcante nos campos, e sua contribuição nas áreas culturais, na produção, na resistência e na luta, são inegáveis. No próximo capítulo objetiva-se verificar o protagonismo da mulher camponesa e seu legado diante da visão estereotipada de uma sociedade patriarcal.

CAPÍTULO III

3. RESISTÊNCIA FEMININA E PROTAGONISMO DA MULHER CAMPONESA

> Flores do Cerrado: amarelas e tímidas flores. Com vincos e sulcos desenhados denunciando o chão em que pisam. Como denunciam os troncos tortuosos, as raízes profundas, os povos cerradeirose e o chão que lhes foi tirado.
>
> Maria Aparecida de Souza (2006)

A história de luta das mulheres sobre a conquista de direitos em diferentes aspectos sociais inclui resistências diante dos processos de controle em um sistema de poder hierárquico dominante. Mulheres com experiências de vida nas cidades ou nos campos carregam marcas de enfrentamentos seja na família, seja na comunidade ou ainda nas esferas estruturais da sociedade.

Para refletir sobre as mulheres camponesas, Kempf e Wedig (2019, p. 2), informam que há a necessidade da interligação do gênero mulher com a categoria camponesa "[...] porque essas duas categorias quando abordadas separadamente não as incluem. As mulheres camponesas apresentam peculiaridades em relação às urbanas e também quanto aos homens camponeses".

Embora a família na sociedade brasileira carregue o modelo patriarcal, no qual a imagem do homem traz consigo as bases da autoridade, este fato vem sendo transformado de forma gradativa, emancipando não somente a mulher, mas também as relações em que ela está inserida. Muitos autores e autoras têm produzido estudos com este enfoque, como exemplificado em Esmeraldo (2013, p. 246):

> A hegemonia do homem no campo político começa a ser problematizada e questionada quando as mulheres se opõem e revelam as leis orientadoras das regras que regem a entrada de sujeitos sociais no espaço político: produzem a ressignificação de seu trabalho nos roçados afirmando a existência de componentes de força produtiva nessas atividades; introduzem o debate sobre o direito à autonomização na sua representação como trabalhadoras, descolando-se de seu papel subordinado na relação familiar [...].

O papel desempenhado pela mulher nos campos, quando seu trabalho ultrapassa aquele da lida com a casa, com a família e quintais, e muitas vezes considerado secundário

e sem reconhecimento, revela um cenário reproduzido a partir de reflexos sociais históricos, que pretende manter a mulher na condição de subordinada, desrespeitando sua natureza insubordinada.

A sociedade foi construída sobre princípios fundamentados no patriarcalismo, ressaltando a figura masculina como autoridade maior e merecedora de privilégios, negando a insurgência feminina, que, no decorrer da história da sociedade, foi desobstruindo a supremacia machista.

De acordo com Praun (2011, p. 60), os estudos publicados nos anos 1970 do século passado analisaram a visão estereotipada, na qual "[...] as mulheres continuavam sendo submissas, reprodutoras e invisíveis na sociedade", ressaltando as diferenças patológicas depreciando as qualidades femininas.

Para a autora mencionada acima, apesar da busca da quebra dos paradigmas estereotipados em relação à mulher, os estudos datados de meados do século XX verificaram que as diferenças entre homens e mulheres serviram para a legitimação de uma sociedade machista, mas também foram encontradas formas de combater as opressões baseadas nas diferenças de gênero, contando com a contribuição também nos estudos de áreas científicas com interesses nesta temática.

Este protótipo foi herdado e passado através de gerações, buscando manter, a partir da sexualidade, os papéis distintos da mulher e do homem, nos quais estrategicamente o jogo do dominador se sobrepõe ao dominado permanentemente em reprodução. Para Bourdieu (2012, p. 62): "[...] estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e dos privilégios herdados".

A autora Tabet (2014, p. 107), vem questionar sobre os símbolos sociais concretos, condicionantes naturais da dominação: "[...] esta dominação se concretiza por meio de elementos objetivos claros e definidos [...]", trazendo para a centralidade da questão a divisão sexual do trabalho e sua pretensa neutralidade ideológica.

De acordo com a autora supracitada a divisão de tarefas deve ser analisada enquanto construção social destacando a utilização dos instrumentos/técnicas de trabalho como o cerne destas divisões de dominação, que para o homem a evolução de equipamentos tecnológicos externos ao corpo masculino enquanto para a mulher os subequipamentos atrelados aos domínios domésticos e operações ligadas ao corpo.

As manifestações androcêntricas estão presentes na sociedade de forma naturalizada, nas quais homens e mulheres, até mesmo inconscientemente, como destaca

Bourdieu (2012, p. 6), continuam a manifestar tal modelo, negando ou dissimulando o verdadeiro papel histórico dos sujeitos femininos.

> Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo (estas noções abstratas sendo simples designações estenográficas de mecanismos complexos, que devem ser analisados em cada caso em sua particularidade histórica) é reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (e não, como quiseram me fazer dizer, tentar parar a história e retirar às mulheres seu papel de agentes históricos).

A negação do papel desempenhado pelas mulheres nos domínios e mecanismos econômicos, sociais e políticos é uma prática fortemente integrada na sociedade. Até mesmo nas pesquisas científicas esses papéis, às vezes, são reproduzidos, a exemplo disso, vale destacar que as investigações envolvendo famílias agricultoras geralmente são conduzidas para os homens. As mulheres são olvidadas ou deixadas a um papel secundário, reforçando a correlação estereotipada entre o feminino e o campo doméstico, como bem assinala Tabet (2014, p. 111):

> [...] o fato de um sexo ter tido acesso à possibilidade de estender-se além do próprio corpo físico com instrumentos que ampliam enormemente seu domínio sobre as coisas e sobre a sociedade e que o outro sexo tenha ficado, ao contrário, limitado ao próprio corpo, às operações a mãos nuas ou, em todo caso, aos instrumentos mais simples de cada sociedade.

O aspecto levantado por Tabet (2014) é notável nas relações da divisão das tarefas no campo, dada a irrelevância que ocasionalmente verifica-se em pesquisadores diante da pouca ou nenhuma participação de mulheres na busca de dados investigativos. Fato que ocorre porque não são ouvidas, embora tenham opiniões próprias, conhecimentos e saberes suficientes de experiências vividas o campo.

Observa-se, em Rua e Abramovay (2000, p 162), tal realidade na esfera do trabalho: “Mesmo quando é reconhecido que a mulher atua em todas as atividades, o discurso de que ‘ajuda’ ou ‘participa’ está presente na afirmação de que elas não assumem responsabilidades econômicas”, ou seja, sua contribuição e opinião não são importantes.

São formas em que a própria mulher, em certas ocasiões, se vê na condição de subalternidade, mediante a estruturação social masculinizada. Trata-se de um protótipo

idealizado maquiando um equilíbrio e superação das adversidades manifestadas nas condições biológicas, disseminadas na sociedade e por vezes, incorporadas pela ciência.

No âmbito das tarefas desenvolvidas pela mulher no campo, ainda que seja costumeiramente atribuído o reconhecimento do seu trabalho nos domínios domésticos e arredores da casa com o cultivo de hortaliças e criação de animais de pequeno porte, não é raro a sua mão de obra utilizada em outras atividades consideradas "pesadas e trabalho de homens". Tal realidade é observada nos textos de Rua e Abramovay (2000, p. 160) a partir de resultados de pesquisas realizadas:

> As mulheres são responsáveis por muitas tarefas que têm um grande peso nas atividades produtivas, por exemplo, capinar, cortar, apanhar e derrubar feijão, "plantar roça", "ajudando a plantar"; "colher e raspar a mandioca, tirar o leite de vacas e cabras e fazer o queijo, cuidar de porcos, galinhas"; carpir, limpar, plantar, principalmente na época da safra, na colheita de arroz [...].

As autoras supracitadas desenvolveram pesquisas nos estados de Mato Grosso, Bahia, Ceará, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. De acordo com os resultados obtidos nestes estudos, além dos afazeres domésticos, as mulheres também desenvolviam atividades de colheita, cuidados com o gado, ordenha, cuidado com as aves, pesca, coleta de mel e algumas atividades relacionadas à realidade regional.

Nesse contexto, Santos (2008) vêm contribuir para a compreensão dessas hierarquizações sociais, explicando que a ideologia criada, circundando as tarefas sexualmente divididas, apresenta o conceito de "esforço" desempenhado para a realização de atividades como um dos fatores fundamentais.

Aliado a esse conceito, sistematizou-se a ideia do poder e controle daquele que desenvolve tais atividades no sistema social produtivo. Santos (2008, p. 355) destaca que: "As interações de poder entre os atores sociais e os custos de extração do esforço de trabalho põe em cena a operação de mecanismos de coerção e de consenso dentro da produção".

Nota-se, dessa forma, que a não valorização do trabalho feminino nos campos brasileiros além de promover injustiças com a falta de remuneração ou baixo salário, cria estratégias para a invisibilidade produtiva do trabalho e das atividades domésticas que são desconsiderados como trabalho. Neste sentido, Rua e Abramovay (2000, p. 154-155 expõem que:

> Não existe [...] nenhuma razão técnica que justifique essa desproporção entre a participação de homens e mulheres na produção de autoconsumo, o que sugere que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família, de modo geral. Aparentemente, esse papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal, [...] encobrindo a verdadeira natureza da sua ocupação e, por conseguinte, a sua jornada de trabalho.

Estes fatos observados na vida social cotidiana revelam as estruturas funcionais de um sistema patriarcal que envolve não somente os processos visíveis, como a divisão sexual do trabalho, pois ultrapassa o concreto, visando a manutenção do controle. Guillaumin (2014) entende que, no mecanismo operacional, o fator ideológico, fruto das relações sociais, toma a forma de dominação programática, incluindo as artimanhas para a garantia da sua inculcação. Assim sendo, pode-se compreender que as tarefas não valorizadas e invisibilizadas são instrumentos para a manutenção da ordem estabelecida na sociedade dirigida e comandada por homens.

No patriarcalismo, as atividades domésticas e/ou qualquer tarefa desempenhada por mulheres são mantidas como de baixo valor e desconsideradas como trabalho, destacando-se os serviços de limpeza, alimentação, higienização, cuidados com os filhos, além daqueles executados para o consumo da família e para obtenção de renda, como a criação de galinha, porcos, cultivo de hortaliças e frutas.

Quando as mulheres, além destas atividades, trabalham também nas roças de lavouras, na ordenha, nas construções de estruturas, como cercas, não são remuneradas por estas tarefas, que são normalmente tornadas habituais e aceitas. Afonso e Scopinho (2015, p. 257) reforçam esta realidade quando relatam que a carga de responsabilidade sobre as camponesas é pesada, já que "[...] indica uma significativa sobrecarga daquelas mulheres, que, além de trabalharem na produção de seus lotes ("na roça"), são também as principais responsáveis pelo trabalho doméstico [...]".

Em assentamentos, geralmente são as mulheres que mais participam de projetos e associações, cujos objetivos geralmente são a produção e a comercialização expressadas na renda familiar, portanto, requer a visibilidade e a valorização do seu trabalho. Nesta linha de pensamento, Mesquita e Almeida (2017, p. 758) descrevem os reflexos da cultura patriarcal nestes espaços:

> [...] gênero é uma construção cultural sobre o feminino e o masculino e suas formas de organização social. É, também, uma ferramenta de análise para compreender as desigualdades entre os sexos e rejeitar a determinação biológica sobre a condição feminina [...] o controle de

> determinados espaços é social e culturalmente imposto. Dessa forma, os valores adquiridos pela cultura patriarcal, a forma como a divisão do trabalho é simbolizada no território, reforça a associação das mulheres ao seu papel reprodutivo, no âmbito do privado e do doméstico.

No cotidiano das camponesas não existe tempo para a percepção de quando começam e quando se encerram os trabalhos produtivos e as tarefas domésticas, porque os afazeres são contínuos e imbricados. Nesta sequência Aguiar (2017, p. 137) expõe que: "A dicotomia posta nos termos pelas categorias "trabalho produtivo" e "trabalho improdutivo" simplifica de tal modo o trabalho exercido pelas mulheres nos espaços rurais, até o ponto de torná-lo irreconhecível".

No entanto, os modelos e padrões cultuados por uma sociedade marcada pela materialidade e concepções patriarcais não sentenciaram permanentemente a vida do distinto gênero que carrega em seu âmago a coragem em lutar pela sua emancipação, eliminando quaisquer adversidades obstruindo seu caminho.

Com efeito, as manifestações deste fato apresentam-se nas memórias de feitos de mulheres que permaneceram presente na história de luta no campo, às vezes até mesmo sucumbindo diante dos conflitos e violências no campo, e em movimentos de resistências no período da ditadura militar, período de fortes levantes no País, com relevante presença feminina em movimentos como: Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e movimentos populares contra a carestia, manifestações de rua, nos sindicatos e outros, que impulsionaram uma reação à sociedade para a visibilidade feminina.

A inserção da participação feminina nas esferas políticas foi robusta, buscando os direitos sociais e do trabalho no campo, cita-se a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) na década de 1980, mudando a denominação para Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2004. Entre tantas organizações e manifestações, também se destaca a pressão feminina na elaboração/aprovação da constituição federativa brasileira de 1988, destacada por Siliprandi (2015, p. 119) descrevendo que:

> Entre 1986 e 1988, todos os movimentos de mulheres no Brasil – incluindo os das rurais – mobilizaram-se para influenciar na elaboração da nova Constituição Nacional, promulgada em 1988. As mulheres rurais estiveram presentes como participantes ativas, organizando abaixo-assinados [...] realizando marchas até Brasília para defender a ampliação dos seus direitos civis. Obtiveram duas importantes conquistas na nova Carta: a menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social para todos

> os fins (aposentadoria, seguro-saúde, licença-maternidade) na condição de seguradas especiais.

A participação das mulheres na luta pela conquista da terra em movimentos pelo Brasil é um fato em várias atuações, como nas mobilizações, nas organizações, nos enfrentamentos, nas lideranças, entre outras ações com presença feminina, com intensivo desdobramento de ações, como destacado por Aguiar e Teixeira (2016, p 114).

> Inicialmente, elas surgiram no espaço público como trabalhadoras rurais, mas a partir da Marcha de 2007 elas passaram a se nomear "mulheres do campo e da floresta" e na Marcha de 2015, a denominação "mulheres das águas" foi incluída, procurando, assim, abarcar o conjunto formado por mulheres rurais agricultoras familiares, camponesas, sem-terra, acampadas, assentadas, assalariadas, trabalhadoras rurais, artesãs, extrativistas, quebradeiras de coco, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e tantas outras identidades construídas nos diversos territórios do país.

Verifica-se um movimento cada vez mais coeso ultrapassando as fronteiras grupais, sinalizando a capacidade de ações coletivas e compreensão da equivalência unificadora dos objetivos a serem perseguidos. São formas de se enxergarem, de se valorizarem, que a partir de um olhar liberto dos limites espaciais e ideológicos, mudam as perspectivas das camponesas sobre si mesmas.

Vale ressaltar o destaque das autoras Aguiar e Teixeira (2016, p. 117) sobre as marchas reivindicatórias das mulheres dos campos brasileiros, levantando bandeiras com criatividade e simbologias, repletas de experiências vividas, cujas organizações desenvolvidas no coletivo possuem ações que apresentam: "[...] um forte caráter de denúncia e protesto contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação".

Esta diferença de olhares sobre a importância do trabalho, dos afazeres e do cotidiano da mulher torna visível a sua participação nas relações de produção, de decisões e de seu papel na vida e na perseverança campesina. Ressaltando este ponto de vista, Borzone; Almeida e Nardoque (2017, p. 4) enfatizam que:

> As mulheres se viram excluídas da participação sindical e questionaram sua exclusão, passando a se organizar para a sindicalização feminina, somando-se assim à luta pela terra e pelos direitos de trabalhadoras como sujeitos políticos, e não somente invisibilizadas no trabalho dentro de casa, naturalizado como o lugar da mulher.

Sem dúvida, a participação das mulheres nas organizações que as incluem no processo de trabalho com a terra, envolvendo vida e produção, transforma a visão de

mundo e de si mesmas. Dentro de seus lares, sem oportunizar a participação em ações coletivas, dificulta a percepção do importante papel que desempenham, a autovalorização e a valorização de seu trabalho e de suas ações.

As mulheres camponesas passaram a se reconhecer enquanto agricultoras, como expõem Savaro, Lago e Wolff (2013, p. 82), "[...] pode-se dizer da existência de tempos de 'desconhecimento' e de 'conhecimento' das mulheres [...]". Na página 81, as autoras mencionadas observaram também que, a partir das conquistas: "Ao lutar por direitos sociais, por meio de determinada identidade, as mulheres produzem um novo sujeito político: as mulheres agricultoras". Tendo em vista a tomada de consciência da mulher camponesa. Assim, Savaro, Lago e Wolff (2013, p. 87) destacam que:

> [...] ao buscarem escapar de marcações historicamente prescritas para elas nas posições de "dona-de-casa", "do lar", "esposa do agricultor", na posição de trabalhadoras e pelo acesso a determinados direitos sociais decorrentes daí, as mulheres criam novos modos de existência. É possível dizer da problematização de lugares ocupados pelas mulheres e construção de novas relações sociais.

O longo caminho percorrido pelas camponesas nos campos brasileiros resultou em acúmulo de experiências, possibilitando travessias por meio de lutas e conquistas. Vale ressaltar que, neste percurso, elas guardaram grande patrimônio cultural da vida campesina. Ao mesmo tempo em que lutaram para ter acesso à terra e às condições de nela permanecer com suas famílias, buscaram o reconhecimento de trabalhadoras camponesas e também não permitiram que o legado cultural do campesinato desaparecesse.

Transpondo os limites domésticos a mulher campesina amplia a compreensão dos territórios femininos, que além das conquistas já citadas, promove uma renovação do olhar voltado para o patrimônio conquistado e guardado com cuidado pelas gerações femininas dos campos cerradeiros. Almeida (2016, p. 4) colabora enunciando que: "As populações, estando bem informadas dos debates nacionais e internacionais a respeito da conservação de suas práticas, requalificam e valorizam seus saberes tradicionais, que podem ser usados de modo a exigir novos benefícios e direitos".

Os territórios femininos pertencentes às camponesas são territórios de saberes que na simplicidade, no respeito pela vida e pela terra, se processa como conhecedoras de cada espécie; como leitoras da natureza e sabedoras de quando plantar, de coletar e renovar sementes, raízes, frutos e flores.

Neste universo feminino, como assinala Costa (2019, p. 17): “[...] a manipulação das plantas medicinais no contexto doméstico acabou sendo, historicamente, compreendida e desenvolvida como uma tarefa protagonizada na maioria das vezes pelas mulheres”. Sendo que seu protagonismo se torna visível nesse resguardo, já que são elas que tiveram relações intrínsecas com a natureza, afinidade com os animais e o cuidado com os membros familiares e pessoas das comunidades que se avizinham.

É oportuno, neste aspecto, refletir sobre a capacidade que a mulher carrega em si sobre a argúcia e, ao mesmo tempo, sobre a força de enfrentamentos e lutas travadas no cotidiano da vida camponesa. Entre a conquista e o resistir na terra diante dos entraves e no dia a dia da vida camponesa, o que não é visível se apresenta como conhecimento, cultura e legado. É da natureza feminina o hábito de observar e de perceber a natureza das coisas, por isso o cuidado e a experiência no desenvolvimento de conhecimentos que estão sempre presentes no cotidiano das mulheres, como bens culturais de natureza imaterial.

Muitas vezes as mulheres camponesas não percebem toda a capacidade que possuem, pois, o seu potencial envolvido com os afazeres do cotidiano, diante de inúmeras tarefas, oculta o seu poder. Este descuido sobre a própria vida revela a desatenção sobre as competências e sobre a alienação da sua condição social. Várias pesquisas com mulheres camponesas mostram a desenvoltura que elas conquistaram após se inserirem em grupos associativos, em projetos, enfim, em ações coletivas que promovem o despertar para sua própria valorização e do seu trabalho.

Para reforçar tal pensamento, as contribuições de Afonso e Scopinho (2015, p. 258), descrevem a tomada de consciência pelas mulheres, expondo que as próprias “[...] atribuem essa visão ‘crítica’ como decorrente de suas militâncias no MST [...]”. Vale destacar que não somente a militância neste movimento, mas também em outras participações coletivas capazes de despertar aptidões encerradas nos palcos limitantes do entorno da casa.

Além das experiências no âmbito de movimentos políticos, a participação das mulheres camponesas em projetos e parcerias estimula novos olhares sobre si mesmas pelo seu desprendimento e versatilidade, ou seja, com disposição para mudanças e criatividades ao encarar novas propostas. Esclarecendo este contexto Henn (2013, p. 67) descreve que:

> Dentre as estratégias por elas cunhadas, a feira livre lhes proporcionou formas de socialização avaliadas como expressões de crescimentos pessoais, aprendizagens e elevação de autoestima, além de ser estratégia de viabilidade econômica. Relatando múltiplas situações, as mulheres do grupo de agricultores pesquisado reconhecem a singularidade de suas formas de participação na reprodução cotidiana, bem como na historicidade longa de si mesmas e do grupo ao qual pertencem. Além disso, os espaços ocupados em organizações sociais como diretoras e lideranças também são exemplos de deslocamentos sociais que elas objetivam, ultrapassando os limites [...] aos espaços privados, em medida concomitante à vivência cotidiana em espaços públicos.

A existência de diferentes olhares sobre a percepção e a valorização de si mesmas e do próprio trabalho depende da forma em que a mulher vive e convive com seu território. A participação em ações coletivas é sempre um incentivo a aprendizagens e mudanças de perspectivas relacionadas às funcionalidades sociais, envolvendo processos políticos, tomadas de decisões e opções diante do sistema agrícola brasileiro, mas nem sempre as camponesas têm essa oportunidade, às vezes não têm as condições ou mesmo não conseguem perceber a importância na participação nas ações coletivas de produção ou política.

Mesmo assim, sejam elas mulheres campesinas com maior formação política e engajamento em lutas de resistências e negociações por políticas públicas no campo, sejam elas apenas camponesas em seus lotes, todas, igualmente, têm sua força, sua resistência, sua luta, sua experiência, seu legado e valor.

O vínculo das camponesas com a terra, com a natureza e com a cultura campesina são fundamentais para a compreensão das territorialidades femininas delineadas, pois as ações, os gestos, o cuidado e os afazeres cotidianos dão forma configurando as teias e perfazendo elos da vida com o território. Godoi e Aguiar (2018, p. 2), colaboram com esta compreensão:

> Além da mencionada polissemia, há um atributo da territorialidade que precisa ser enfatizado. Ela é plural, uma vez que se reporta, como propomos, a processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados – não necessariamente nessa ordem – sobre uma parcela do espaço que é transformada em território.

A estreita relação das camponesas com o território e seus atributos naturais, combinado às mudanças processadas perante as perspectivas sociais na busca por alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, e da urgente proteção aos sistemas naturais,

tende a projetar a mulher como agente de futuras formas de manejos nos sistemas produtivos alimentar como o agroecossistema.[25]

A forma de enfrentamentos e resistência cotidiana, o manejo com a terra, com a natureza e animais colocam a camponesa em evidência no sentido da contribuição em função das novas relações entre a humanidade e a natureza. Para Siliprandi (2015, p. 98), a arguciosa percepção das camponesas diante da depredação da natureza ocorre porque há no cotidiano a dependência direta sobre:

> [...] a relação das mulheres rurais com o sustento das famílias enquanto provedoras de alimentos, água e combustível (lenha), e sobre como as mudanças no acesso a esses meios de sobrevivência podem afetá-las no cumprimento de seu papel social. Isso faz com que elas, em muitos casos, sejam as primeiras a reagir contra a privatização ou a escassez desses recursos.

As mulheres são receptivas a mudanças, ao novo, encarando como desafios para melhorar a vida e o trabalho, apostando com entusiasmo e coragem às inovações correlacionadas aos cuidados e proteção do espaço natural. Em razão disso tem se inserido nas diversas formas de evolução das relações produtivas sustentáveis que nos dizeres de Pacheco (2002, p. 156):

> As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos[26], e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar.

Nos encontros sobre agroecologia da Articulação Nacional Agroecológica (ANA), uma bandeira de luta pelo direito à terra, ao território, à soberania alimentar e

---

[25] De acordo com Cunha e Holanda (2006, p. 2-3), existem várias compreensões a respeito do temo agroecossistema como: a produção agrícola nos moldes de ecossistema; estrutura dinâmica e complexa da interação entre os processos socioeconômicos e ecológicos; um complexo sistema agro-sócioeconômico-ecológico; um conjunto de ar, água, solo, plantas, animais, microorganismos e tudo mais que estiver na área modificada pelo ser humano para propósitos de produção agrícola; um sistema aberto, interagindo com a natureza e com a sociedade, através do desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável, que trabalha a eficiência do processo de trabalho com a terra no alimento presente na mesa das pessoas. Disponível em: http://isssbrasil.usp.br/artigos/cleidinilson.pdf

[26] Conforme o Decreto n. 6.476 de 5 de junho de 2008, os "recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura" se entende qualquer material genético de origem vegetal com valor real ou potencial para a alimentação e a agricultura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6476.htm

alimentos saudáveis, a participação das mulheres é ativa como o GT mulheres da ANA, grupo de trabalho de mulheres na articulação dos encontros nacionais que atua desde 2004.

Os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), iniciado em 2002 no Rio de Janeiro com grande participação de mulheres camponesas marcam o resguardo das sementes crioulas, a preocupação com a sociobiodiverdade, na pressão pela reforma agrária, nas injustiças, enfim, como apresenta a publicação do Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (2014, p. 2):

> As mulheres do campo, da floresta e das águas vêm resistindo à destruição da sociobiodiversidade pela ação do agronegócio e corporações transnacionais. São milhares de camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras que sobrevivem do uso sustentável da biodiversidade com práticas que expressam o saber acumulado sobre os ecossistemas, o patrimônio genético, as formas sustentáveis de produção e conservação das sementes, alimentos plantas medicinais e domesticação das espécies.

Não esgotando o panorama das ações e das territorialidades efetivadas por mulheres na luta pela terra e pelo direito de viver e trabalhar, as camponesas desempenham importante papel nesta marcha com inegável contributo, no respeito às suas particularidades.

No capítulo seguinte será apresentado o resultado da pesquisa com as mulheres camponesas do Cerrado, no município de Três Lagoas-MS, que, por meio de suas histórias de vida, das lembranças e das memórias, vão revelar suas experiências associadas às estruturas sociopolíticas e econômicas da sociedade. Neste panorama, buscará identificar o legado, o protagonismo, os saberes, as lutas, as resistências e as territorialidades das camponesas, bem como suas relações com o bioma Cerrado.

CAPÍTULO IV

4. NARRATIVAS DE TERRITORIALIDADES FEMININAS CAMPONESAS DE TRÊS LAGOS (MS)



O conceito majoritário na perspectiva da compreensão das histórias de vida narradas pelas camponesas é o da territorialidade, entendida como o conjunto dos afazeres e saberes imprimidos no lugar. O lugar neste termo é, conforme Holzer (2019), aquele percebido pelas experiências vividas. É do lugar vivenciado que as camponesas buscam nas memórias suas experiências, assim como relatam suas resistências e seus cotidianos permitindo ampla compreensão histórico-social a partir do seu lugar de moradia e de trabalho com a terra.

Os lugares de onde vem a riqueza das explanações das territorialidades engendradas pelas mulheres camponesas, protagonistas da pesquisa, são aqueles preenchidos de significados (RELPH, 2014), em que os sujeitos experienciam relações de pertencimento ao lugar como descreve Tuan (2014), ao explicar as sensações percebidas como o acolhimento, proteção e conhecimento presente na vizinhança, nas paisagens, nos cheiros e nos sabores inerente ao lugar.

Seja pelas territorialidades edificadas no presente ou aquelas manifestadas através da memória, o lugar destas territorialidades elaboradas pelas camponesas se alternam entre o tangível como os lotes de moradia e de trabalho com a terra e o imaterial, que de concretude no passado como as fazendas de trabalho ou o sítio dos pais, se transfiguram em lembranças repletas de significações vividas.

Refletir sobre memória é entrar no palco da interdisciplinaridade dos campos científicos. É trabalhar a transversalidade que envolve conceitos como tempo, percepção, emoção, cultura, identidade, mas também questões socioeconômicas. A memória e as lembranças contadas, de acordo com Goff (1990, p. 9), podem revelar os tempos marcados por acontecimentos ocorridos individuais ou coletivos, "[...] de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos".

Ao buscar as memórias individuais, nota-se que o tempo da memória não segue uma ordem cronológica, como aponta Pollak (1992), porque as narrativas não se apresentam organizadas, tendem a se adiantar por vezes e, em seguida, retornar no tempo. Os acontecimentos não obedecem a uma lógica histórica, mas acompanham os fatos marcantes da vida pessoal, que podem ter traços essencialmente subjetivos ou recordações ligadas a acontecimentos concretos, como aponta Pollak (1992, p. 2-3).

> Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. [...] que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu.

Nessa perspectiva, este capítulo apresentará histórias de vida narradas por mulheres que guardam em suas memórias as territorialidades construídas nos campos do Cerrado, revelando sua essência camponesa e as experiências de travessias temporais nas lutas e nas resistências, na conquista e na permanência na terra dos territórios cerradeiros.

4.1. Memórias e identidades camponesas do Cerrado: o legado de Gabriela Tomaz de Souza

> O homem está acabando com o cerrado pra fazer pasto e plantar eucalipto, essa é a minha tristeza.
>
> Gabriela Tomaz de Souza (2019)

Gabriela Tomaz de Souza (Figura 7), relata as experiências e as vivências nos territórios cerradeiros. Narra, a percepção do que é ser camponesa, o trabalho com a terra e a experiência vivida nas relações com o bioma Cerrado. Contar sobre as trajetórias vividas e os caminhos percorridos às vezes se assemelha a uma colcha de retalhos, com os pedaços que se juntam, por vezes, de modo disforme, com alguns pontos soltos e que se desprendem com o tempo, mas compondo um mosaico carregado de vida, são os detalhes que vão se perdendo com o tempo e as lembranças que vão surgindo de forma intermitente, como um álbum antigo preenchido por cenas inertes.

Figura 7 – Foto de Gabriela Tomaz de Souza



Fonte: Acervo da autora, Três Lagoas (2015)

Cada cenário apresentado vem carregado de sentidos e emoções. Contar sobre a vida é voltar ao passado, olhando para os episódios que ficaram nas memórias, dando a elas o movimento da análise, porque a cada descrição apresentada do quadro vivido, vêm as percepções, os comentários envoltos em considerações, como examinando sobre a própria história, sobre as experiências vividas.

Aos 81 anos, Gabriela Tomaz de Souza, nascida na cidade de Rio Verde, no estado de Goiás, resgata suas memórias discorrendo sobre os processos da vida campesina, as relações de solidariedade comunitária e a convivência com a natureza. Ainda criança mudou-se para o sul do estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul.

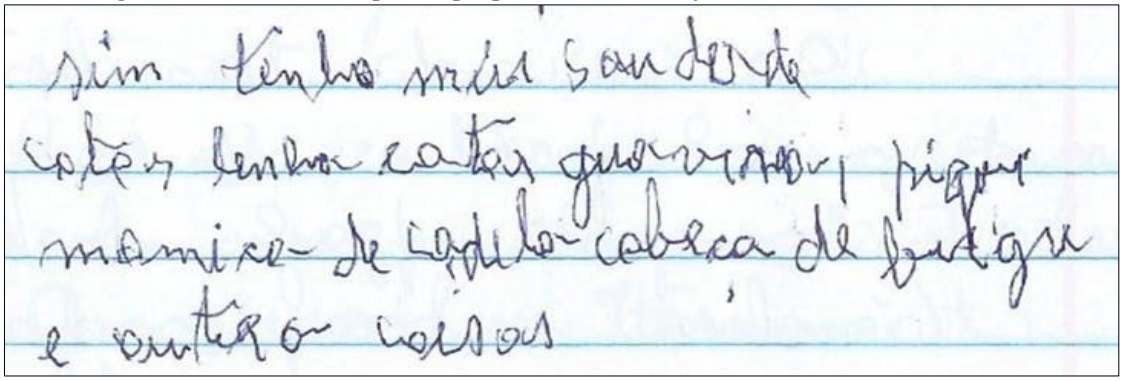
No seu depoimento, além das memórias relatadas através da oralidade, Gabriela deixou excepcionalmente a sua grafia desenhada em frases nas páginas de um caderno,

(anexo 1), que, em cada palavra, demonstrava os sentidos de uma vida inteira pelas recordações, revelando o concreto das ações na simplicidade dos atos e afazeres. Na descrição de Leal (2011, p. 3) sobre a importância da memória no resgate da cultura,

> O que foi aprendido fica guardado, na memória, e é acessado pela memória-percepção e é perpetuado pela memória-hábito. Eu aprendo, compreendo, armazeno e acesso por meio da percepção consciente inúmeras e incontáveis vezes a referência armazenada [...].

Nesse sentido, o ato de falar das lembranças conduz sentimentos subjetivos, representados por palavras e símbolos. A memória perpetua os afazeres com as suas simbologias e, nas lembranças, os processos culturais narrados nas ações corriqueiras da vida sertaneja. Na figura 8, a subjetividade revelada nas palavras de Gabriela apresentando as relações com a natureza do Cerrado.

Figura 8 – A escrita de punho próprio das lembranças de Gabriela[27]



Fonte: Acervo próprio da autora (2019)

A tradição usual nos territórios rurais do Cerrado, nas falas de Gabriela, tem, de um lado, a representação das relações entre os sujeitos e a natureza, vista como dádiva, abundância, anunciada como um prazer em colher os frutos que o bioma oferece, mas revela também um vínculo com o Cerrado para a lida do dia a dia, manifestando as territorialidades construídas nas perspectivas materiais e imateriais. De forma especial, Gabriela apresenta suas lembranças:

> O que mais tenho saudade é da fartura que o Cerrado nos dava. Era do Cerrado que buscava lenha pra cozinhar no fogão de lenha. No Cerrado,

[27] Na grafia de Gabriela: "Sim, tenho mais saudade de catar lenha, guavira, piqui, mamica de cadela, cabeça de bugre e outras coisas" e continua esta frase dizendo que: "A vida em contato com o Cerrado é diferente da vida da cidade, e é claro que tenho muitas saudades". Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

> eu buscava frutos como: guavira, mangava, mamica de cadela, cabeça de bugre, pequi, articum, e tinha muito mais frutas do Cerrado (Informação oral[28]).

As experiências camponesas do Cerrado são repletas de simbologias, configurando parte indissociável das lembranças marcadas pela cultura camponesa e/ou sertaneja e presente na vida de Gabriela. Souza (2013, p. 21-22) colabora na compreensão da ideia da imaterialidade, presente nas territorialidades dos sujeitos com seu território, entendendo que a imaterialidade se correlaciona à subjetividade, ou seja, à afetividade que se constrói juntamente com as simbologias e culturas guardadas na memória, reveladas através das narrativas.

> Nas técnicas o imaginário aparece como a forma de guardar os residuais que vem de outros tempos, de outras experiências e de outro espaço. São também projetos de vida estabelecidos nos elementos imateriais, na subjetividade dos sujeitos e do grupo social que contribui elementarmente com a reprodução do camponês [...].

Os termos "catar guavira e piqui" mostra os aspectos concretos da ação, mas também revela o lado imaterial e subjetivo conduzido pela ação. A tradição, conforme Gabriela, foi uma prática camponesa que se repetia e que acompanhava a sazonalidade dos frutos do Cerrado.

A guavira é um fruto nativo dos campos do Cerrado brasileiro, com abundância nos territórios de Mato Grosso do Sul, é muito conhecida e apreciada pelos sul-mato-grossenses. De acordo com Guerrero (2018), o fruto, pela sua importância na região, foi oficializado como fruto símbolo do estado de Mato Grosso do Sul pela Lei Estadual n° 5.082/2017.

A guavira é uma planta arbustiva de pequeno porte, sua altura não ultrapassa um metro e meio, o nome científico conforme Carnevall (2010) é *Campomonesia adamantium*, e, na região, a guavira é reconhecida como fruto da resistência pelo motivo de que é na seca que ela floresce e se cobre toda de miúdas flores brancas, como mostra a figura 9, carregando posteriormente inúmeras frutinhas.

[28] SOUZA, Gabriela Tomaz. Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

Figura 9 – Foto de Guavira (*Campomonesia adamantium)*



Fonte: Acervo da autora (2019)

O fruto guavira, de acordo com Ajalla (2009), está ameaçado de extinção pelo avanço da ocupação e pela utilização do solo com pastagens e técnicas da monocultura. A espécie é culturalmente consumida pela população local e, também, serve como alimento para a fauna, principalmente para as aves que habitam o Cerrado. Fonseca (2019, p. 2), descreve o costume das comunidades em busca do fruto.

> Nos meses de outubro a novembro, os guavirais ofereciam fartura com seus frutos sazonados. Partíamos como camponeses para a sua colheita, sem nada haver plantado e nem cuidado. Era um verdadeiro pomar que o cerrado oferecia [...]. Íamos vestidos de camisa ou blusa de manga comprida, chapéu, calçado fechado ou botas [...]. Levávamos como recipientes para catar guaviras: baldes, latas de vinte litros ou cestas. Íamos botando a conversa em dia; os pequenos como eu, corriam à frente descobrindo nas moitas as frutas maduras e saboreando as mais doces, numa grande euforia [...]. Na minha memória, ficou o sabor e o prazer de ter sido camponesa de uma época simples, de quem sabe e conheceu os frutos da região, saboreando-os no pé, com cheiro de folhas, caule, sumo silvestre e vitaminado. Verdadeiro "maná do céu", na mais pura liberdade.

A prática de "catar guavira" é um costume preservado nas recordações, como nas lembranças de Gabriela, ao relatar as farturas que existiam no Cerrado. São legados que refletem os modos de vida, em que, na percepção da camponesa, o território e as territorialidades engendradas, resgatando as contribuições de Raffestin (1993), são

revelados nas experiências individualizadas e projetadas no território, percebidas individualmente e construídas coletivamente.

As percepções desenhadas pelos espaços cerradeiros são demonstradas pelas lembranças resgatadas pela memória e pelos símbolos presentes nos relatos, como o do pequi *(Caryocar brasiliense),* fruto muito conhecido e saboreado nos territórios de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, que também faz parte da tradição alimentar dos camponeses nesses territórios.

Considerado um dos símbolos do Cerrado brasileiro, o pequi era utilizado como complemento alimentar para as famílias camponesas, preparado com arroz, frango ou mesmo ensopado, hoje o fruto é comercializado e se transformou em um prato cultural. A coleta do pequi era realizada pelas famílias que adentravam no Cerrado em busca do fruto e, não raro, havia a necessidade de subir no pequizeiro para retirar os frutos.

Árvore frondosa de galhos espalhados, segundo Borges (2011), o pequizeiro é uma árvore que pode alcançar até 15 metros de altura e Freitas (2019, p. 1) o descreve em verso: “Quem vê o tronco crispado do pé de pequi não imagina que dele brote flor tão airosa. De uma sutileza viril. Quem vê a flor não imagina que o fruto tenha cor, cheiro e sabor tão intensos”.

Gabriela também sente saudades de buscar madeiras no Cerrado, uma prática muito comum entre as famílias camponesas, porque cozinhavam os alimentos no fogão a lenha. Esta era uma tarefa realizada pela mãe e filhos e, de certa forma, era também um momento de passeio pelo ambiente cerradeiro, como menciona Souza, Souza e Silva (2018, p. 7), “[...] aproveitava-se para colher e saborear dos frutos que o Cerrado oferecia, dentre eles os mais comuns que, dependendo da época, eram abundantes, os muricis, a gabiroba, o marolo”. Na figura 10, a característica física do marolo, também conhecido por araticum.

Figura 10 – Foto de Araticum (*Annona crassiflora)*



Fonte: Acervo da autora (2019).

Ao citar a fartura que o Cerrado oferecia, Gabriela revela a representação dessa relação com a biodiversidade da natureza nas ações, nos afazeres e nos símbolos, combinados com as necessidades camponesas do cotidiano, como o ato de catar galhos secos e gravetos para cozinhar no fogão a lenha e a ação de buscar os frutos "[...] No Cerrado, eu buscava frutos como guavira, mangava, mamica de cadela, cabeça de bugre, pequi, articum, e tinha muito mais frutas do Cerrado" (Informação oral[29]).

A criançada vivia nos campos do Cerrado colhendo os frutos de araticum, também conhecido como marolo (*Annona crassiflora)*, fruto que amadurece, de acordo com Carvalho e Palhão (2021), entre os meses de fevereiro a abril. Não colhiam para levar para casa, pois saboreavam ali mesmo, no campo, em meio à vegetação cerradeira, brincando com os colegas à sombra ou montados em galhos.

Até se esqueciam de voltar para casa e, não raro, as mães se abeiravam da mata para chamar os filhos. De acordo com Leite (2018, p. 96): "A expectativa durante a procura e coleta de tais frutos era quase sempre uma brincadeira, e era reveladora da sabedoria infantil e camponesa sobre a riqueza da natureza e o entendimento e respeito sobre seus fluxos".

[29] SOUZA, Gabriela Tomaz. Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

A abundância dos frutos e os seus sabores exóticos e fortes eram apreciados pelos povos. As crianças brincavam nos campos, subiam nas árvores e se alimentavam de seus frutos. Os pais não se preocupavam, porque sabiam onde os filhos estavam, já que eram habituados com o lugar, sem o perigo de se perderem, eram livres e desfrutavam do bioma. Pelá e Mendonça (2010, p. 56) assinalam a importância da sociodiversidade do Cerrado quando são reveladas "[...] a cultura e a memória dos povos que ali habitavam".

Os camponeses sabiam utilizar o patrimônio natural dos territórios cerradeiros sem prejudicá-lo, como é evidenciado nos dizeres de Gabriela: "Do Cerrado, também tirava folha do coquerin pra fazer bassoura, também o barro do cupinzeiro para barrear as paredes de pau a pique e o fogão" (Informação oral[30]).

As utilidades, os benefícios e o aproveitamento sem causar a destruição demonstravam que, no Cerrado, havia uma convivência sustentável: "A gente pegava folha de buriti pra fazer trançado pra fazer enfeites e utensílios e os talos fazia trançado pra fazer peneira e pra fazer tipiti – um utensílio usado pra fazer polvilho" (Informação oral[31]). Essa apropriação dos atributos naturais do Cerrado é uma forma de aproveitamento no sentido do uso para a vida, retirando somente o necessário, estabelecendo uma ocupação territorial em sintonia com a natureza.

Na figura 11, o desenho elaborado pela filha de Gabriela, sintetiza a representação das narrativas da mãe, buscando retratar o cenário descrito, com os detalhes que as lembranças apresentavam de acordo com as memórias guardadas da convivência/utilização do bioma.

[30] SOUZA, Gabriela Tomaz. Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[31] *Id.*

Figura 11 – O Cerrado: os frutos, o cupinzeiro e o buritizal



Fonte: SOUZA, Gabriela T. de; Desenho: SOUZA, Neuraci Maria de (2019)

A representatividade do Cerrado com seus frutos dispostos nos galhos visivelmente destacados por seus aspectos retorcidos e as copas das árvores mais altas sinaliza a presença do cerradão, projetado ao fundo do quadro. Nota-se uma vegetação rasteira, típica do Cerrado, com alguns frutos na cor vermelha junto ao solo, lembrando o cajuzinho do campo. No centro do quadro, estão os cupinzeiros, que eram buscados para barrear as paredes de pau a pique[32] e o fogão de lenha, e, na parte frontal, destaca-se o buritizal, cujas folhas eram usadas para trançar vários utensílios domésticos.

Esta forma de representar as lembranças de Gabriela revela as relações dos camponeses com o Cerrado, mas também expõe as evidências da sociedade brasileira do século XX, em especial das décadas de 1960/70, e a realidade vivida pelas famílias camponesas. O quadro articulado por Gabriela e sua filha promove uma correspondência com a cartografia social.

[32] Pau a pique: técnica de construção antiga cuja estrutura é a fixação de madeiras verticais com o cruzamento de outras na horizontal que, amarradas, servem de sustentação para o preenchimento com barro. Também é conhecido como taipa, utilizado para a construção de paredes. Fonte: https://www.dicio.com.br/pau-a-pique/

De acordo com Machado (2014), as recentes formas de representar o espaço, rompendo com os padrões convencionais, tiveram origem no Canadá e no Alasca, que, subdivididas em classificações, foram separadas em três agrupamentos. O primeiro conjunto está relacionado às tradições do uso, ao conhecimento da terra e aos estudos dos territórios indígenas. O segundo se concentra no interesse de mapeamentos participativos do uso e recursos da terra, das comunidades, da etnocartografia e do automapeamento. No terceiro, são mapas sobre questões indígenas que ainda se encontram em processo de formulações.

Com a possibilidade da utilização das ferramentas cartográficas inovadoras, há a oportunidade da identificação de componentes e de identidades culturais que ficaram à margem dos processos das representações clássicas, como aponta Machado (2017, p. 49): "Os mapas culturais trazem informações que são específicas a um grupo ou comunidade, que busca nessas representações manifestar suas identidades, sobre os etnomapeamentos [...]".

Nas propostas da cartografia social, Lima e Nazareno (2014, p. 17) destacam que os mapas são construídos no coletivo: "A Cartografia Social [...] pode, portanto, ser utilizada para além da compreensão dos signos elaborados por outros, mas como possibilidade de produção coletiva da representação do espaço vivido". Nessa lógica, compreende-se que o mapa mental elaborado de acordo com as lembranças de Gabriela se afasta das propostas da cartografia social por possuir um único ponto de vista.

As representações de paisagem e os acontecimentos grafados por indivíduos remontam desde a Antiguidade, como aponta Machado (2014, p. 45) "[...] o desenvolvimento da Cartografia tem acompanhado a mudança da sociedade, desde suas representações em pinturas encontradas em cavernas [...]".

Mesmo com perspectiva individualizada, ainda o quadro apresentado por Gabriela revela os dados de uma sociedade brasileira do século XX, evidenciando com clareza as relações dos povos campesinos com a natureza e seus modos de vida.

A representação da paisagem cultural nas reflexões de Hasbaert (2004) significa o espaço vivido, que cria identidades com o lugar pleno de sentidos, imprimindo nele suas territorialidades. Desse modo, as territorialidades impressas nos utensílios, como peneira e tipiti, são técnicas outrora utilizadas pelos camponeses com fortes vestígios das identidades indígenas, transferidas para várias regiões brasileiras e compartilhadas por contínuas gerações.

São técnicas de utilização sem degradar ou suprimir as condições naturais, apenas o necessário é retirado, não ocorrendo a derrubada da palmeira e não desmatando o Cerrado. Dos talos e das folhas do Buriti, de acordo com Gabriela, confeccionava-se variados objetos trançados. Além disso, havia o tipiti, utensílio usado para a fabricação da farinha de mandioca, um tubo comprido confeccionado pela palha do buriti e usado para prensar a massa da mandioca, visando a remoção do líquido, resultando na farinha de mandioca e, também, no polvilho.

Produzia-se também a peneira, assessório que foi muito utilizado nas roças para o abano do arroz e para a separação de grãos, como café e feijão, e outros artefatos, como a vassoura e o balaio: objeto arredondado feito de palha trançada, utilizado para armazenar os produtos colhidos, como o milho.

Ao contar sua história, Gabriela revela as relações de equilíbrio entre os povos camponeses e a biodiversidade do Cerrado, evidenciando com detalhes a liberdade no convívio com a natureza e a relevância da amizade com os vizinhos. Na memória, busca lembranças desde o tempo de criança.

> Quando eu era criança, morava num lugar chamado Rio Corrente (Goiás, perto de Itarumã). Morávamos cada família na sua fazenda. De um lado, ficava o Cerrado, do outro lado (da fazenda), ficava o vajão (lugar úmido com água, coberto por capim e muitos coqueiros (buriti). A gente passeava nas famílias, ia sempre a pé, ou pelo Cerrado ou pelo vajão para visitar os vizinhos em suas fazendas (Informação oral[33]).

Na narrativa sobre o lugar em que morava quando criança, Gabriela descreve os detalhes que ficaram na memória. O sítio era de seu pai, família camponesa que tirava o sustento do trabalho com a terra. Conta ter sido um dos lugares que mais gostou de morar e tinha uma beleza ímpar. Uma pequena propriedade à beira do Rio Corrente, próximo à cidade de Itarumã, Goiás; a casa era de pau a pique e barreada, além disso, em cada quarto, dormiam dois filhos.

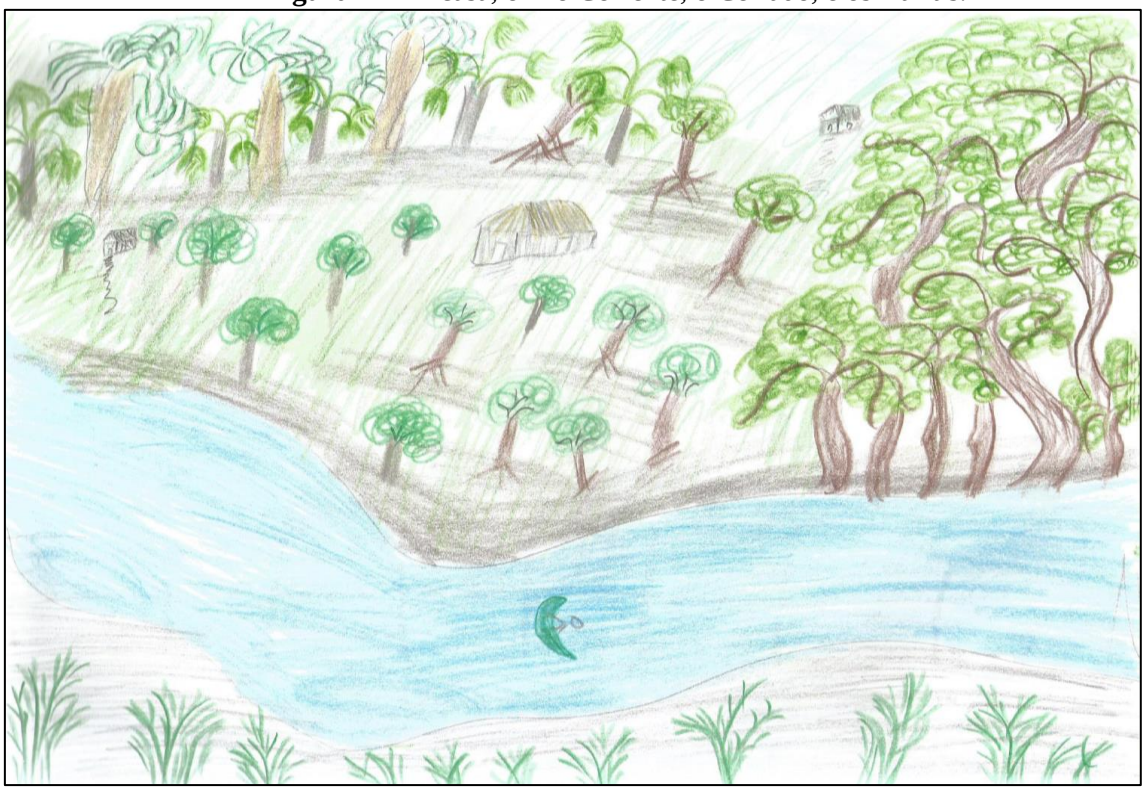
Margeando o rio, numerosas e frondosas árvores, mas antes havia um córrego com águas límpidas, onde ela e os irmãos se banhavam. O rio não era muito utilizado para o banho, mas lembra-se que possuíam uma canoa e, com a ajuda de uma corda que era

[33] SOUZA, Gabriela Tomaz. Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

amarrada de uma margem à outra, como mostra a figura 12, servia para atravessarem o rio puxando o barco com a ajuda dos remos.

O rio deveria ter uma correnteza forte, possivelmente de onde vem seu nome e motivo pelo qual as crianças necessitavam do apoio da corda. Sempre atravessavam o rio, porque, na outra margem, próximo ao rio, havia uma lagoa com águas termais e ali gostavam de ficar nas águas quentinhas.

Figura 12 - A casa, o Rio Corrente, o Cerrado, e os Buritis.



Fonte: SOUZA, Gabriela Tomaz de. Desenho: SOUZA, Neuraci Maria de (2019)

Na cena desenhada, apresenta-se o Cerrado, a mata ciliar à direita com as características da vegetação cerradeira e as moradias com a vizinhança; ao fundo, percebe-se algumas palmeiras de buriti apontando a área de várzea, algumas árvores esparsas como um pomar, o Rio Corrente e a canoa atravessando o rio.

A frase de Gabriela: "Morávamos cada família na sua fazenda" significa que eram camponeses trabalhadores em fazendas ou agricultores proprietários de sítios. Independente de possuírem ou não a terra, é o modo de vida e de produção que identifica os camponeses, como pode ser verificado em Wanderley (2014, p. 2): "[...] uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura". Colaborando também com esta perspectiva, Shanin (2008, p. 25) destaca que:

> A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses [...].

Martins (1981, p. 16) também destaca os laços existentes entre os camponeses e a terra, marcando a vida de trabalho, de subsistência e de identidade: "É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu".

As experiências de Gabriela são aquelas da família camponesa que, enquanto criança, viveu nas terras do pai; depois de casada, passou a morar ora nas terras do patrão, ora na cidade. Empresta-se o conceito de Martins (1981, p. 16), que descreve a situação do camponês ao evidenciar que, inseridos na "terra de negócio", vivenciam a "terra de trabalho". Gabriela nunca teve sua própria terra, mas foi um sonho nutrido a vida toda.

Das experiências vividas, os camponeses vão construindo o seu jeito de viver no qual, mesmo em territórios estranhos, criam suas identidades. Por isso, nos relatos de Gabriela, nota-se que pouco aparece o trabalho na "terra de negócio", na verdade, suas memórias são exclusivamente as vivências "na terra de trabalho". No seu lugar, onde cria sua identidade, dentro do território do capital, ela descreve as formas como os camponeses tecem seus modos de vida e suas relações de solidariedade com os semelhantes e, também, das singularidades com o Cerrado.

O olhar dessa camponesa sobre sua vida, suas experiências e a relação com a biodiversidade do Cerrado revelam práticas que, na singeleza, descortinam uma cultura de solidariedade com os parceiros de respeito com a terra e de relações simbióticas com o bioma. A valorização e o apreço dessas relações significam a sustentação de relações recíprocas. Nota-se a proximidade e o convívio entre os pares e destes com a natureza. "A gente passeava nas famílias, ia sempre a pé, ou pelo Cerrado ou pelo vajão" (Informação oral[34]).

O "vajão", área de várzea, sempre úmida, no qual, no período das chuvas, o terreno, que é plano, se torna alagado, apresentando cursos d'água de planície. Estas

[34] SOUZA, Gabriela Tomaz. Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

paisagens cerradeiras também são denominadas de planícies de inundação, muito presente no bioma Cerrado.

As áreas de várzea também conhecidas como veredas, apresentado na figura 13, possuem características peculiares, pois são ambientes com condições próprias de umidade, ocorrendo o afloramento do lençol freático que as abastece durante o ano todo. Ademais, há presença de um pequeno curso d'água e ainda exibem a presença singular da palmeira buriti (*Mauritia flexuosa).* As denominações e as definições, conforme Queiróz (2015), sofrem variações dependendo do campo do conhecimento e da conotação partindo de regionalismos.

Figura 13 – Foto de Vereda com presença de Buritis *(Mauritia flexuosa)*

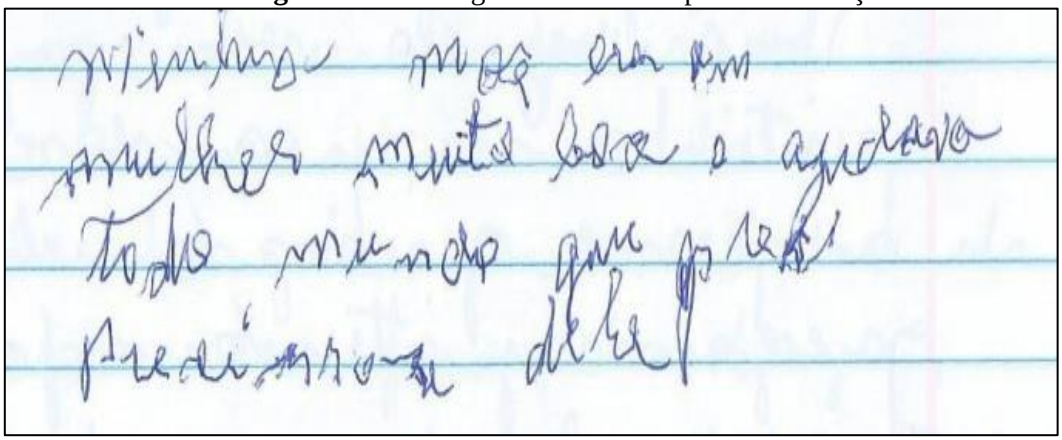


Fonte: Acervo da autora (2019)

As veredas com presença de buritis são típicas do Cerrado brasileiro, que cientificamente é considerado como um subsistema do bioma. Sua presença é marcante em alguns estados brasileiros, porém sua importância para a fauna e flora, aliada à beleza ímpar, não a protege de práticas agressivas, como as queimadas e o estrangulamento do seu sistema diante de práticas agropastoris com objetivos de cultivares mercadológicos globais.

Vai se descortinando, nas entrelinhas dos relatos da camponesa, as adversidades dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais que marcaram e que ainda perduram nesses territórios. As lembranças nem sempre seguem uma cronologia ao expor os acontecimentos, ora adiantam-se e ora voltam no tempo, e a imagem de sua mãe se faz presente com admiração, como observa-se na escrita da figura 14.

Figura 14 – A imagem da mãe: o respeito e admiração[35]



Fonte: acervo da autora (2018)

Destacando a benevolência e sinalizando também a autoridade que eram características de sua mãe, Gabriela destaca o valor da mãe junto à comunidade pelos feitos ao prestar assistências diversificadas, como também a importância da amizade/solidariedade resguardadas pelas famílias. “Era muito boa a relação de amizade entre os vizinhos. No meu tempo de menina, quando minha mãe ainda era viva, não tinha nunca nenhuma briga ou desavença entre as famílias. Uns ajudavam sempre os outros” (Informação oral[36]).

A tendência em relatar sobre a mãe pode estar relacionada ao fato de que a perdera muito cedo, quando ainda era uma menina. As lembranças da mãe são fortes e cheias de detalhes, ela guardou na memória a imagem da mulher que teve significância fundamental para a sua vida. Nota-se que o pai não aparece nos seus relatos. Em suas narrativas, também aparece a bondade da sua mãe com os animais.

> Para curar pessoas doentes, para curar animais e ajudar a consertar coisas, como, por exemplo, o tear (máquina de fazer tecido). Uma vez ela viu um pintinho mancando com a perna

[35] Na figura 11, a escrita: “Minha mãe era uma mulher muito boa e ajudava todo mundo que precisava dela”, entrevista realizada de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[36] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

> quebrada, ela pegou o pintinho, enfaixou a perna e deu sumo de erva de santa maria pra ele beber, não demorou muito e o pintinho tava curado. Outra vez ela fez o parto de uma vaca que não conseguia parir seu bezerro. Ela foi e tirou o filhote de dentro da vaca com suas próprias mãos e salvou mãe e filho (Informação oral[37]).

Estas lembranças manifestadas e relatadas estão representadas na figura 15, evidenciando o detalhe que a camponesa destacou relacionado à bondade da mãe pelos animais, cujo cenário é apresentado em desenho. A preocupação da mãe com os animais testemunhado por Gabriela, sinaliza também o zelo pela natureza.

Figura 15 – O cuidado dedicado aos animais



Fonte: Gabriela Tomaz de Souza. Desenho: Neuraci Maria de Souza (2019)

No desenho, há o destaque para a casa de sapé, palmeiras e frutos do Cerrado, apresentando próximo à cerca de arame farpado, a imagem da mãe de Gabriela cuidando de um animal. Os relatos sobre a mãe trazem um cenário do Brasil nas décadas de

[37] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

1940/50, em que a mulher camponesa exercia cargos funcionais pesadíssimos. Além de ser responsável pela casa, pelos filhos, pela criação de animais e pelos cuidados com o quintal que se relacionam a plantios de hortaliças e pequenas roças, não raro, a mulher também se ocupava dos trabalhos que estavam diretamente ligados às tarefas produtivas das fazendas.

A lida das mulheres nos espaços rurais no século XX era exaustiva, a exemplo da lida com os processos para o preparo dos alimentos, que tinham que ser beneficiados diretamente no pilão ou com o auxílio do monjolo, descrito por Oliveira, Biz e Salvaro (2016, p. 6) "[...] como no caso do arroz, que era plantado, colhido, debulhado a golpes de galhos ou ramagens e descascado no pilão". O trabalho da mulher era ocultado e não reconhecido e normalmente considerado como tarefas secundárias.

> A referência e constante apropriação do trabalho feminino nos ambientes rurais que compreende desde afazeres domésticos, educação e cuidado da prole quando há, plantio e manejo de hortas e lavouras, criação de animais, segue entendido enquanto ajuda, provocando restrições e exclui sua participação no planejamento e gestão do trabalho, subjugando sua autonomia no processo de trabalho (SANTOS, 2018. p. 31).

Mesmo com todo o trabalho oneroso, a mulher ainda encontrava tempo para outras ocupações e ajudas comunitárias, como a mãe de Gabriela, de acordo com seus relatos. Os saberes populares e a disponibilização solidária faziam parte da vida dessas mulheres. Eram elas que estavam diariamente em convivência com os elementos da natureza, com os animais e com as pessoas da comunidade.

Nas áreas rurais, era difícil a presença de profissionais da saúde, dessa forma, este era mais um ofício que cabia às mulheres: o da cura e dos cuidados com a saúde. Sabedoras das plantas medicinais do Cerrado e de outras ervas cultivadas nos quintais, evidenciavam através da lida/convivência a capacidade de leituras da natureza. Eram procuradas para ajudar nas curas das enfermidades tanto de pessoas, como também dos animais domésticos. Gabriela apresenta a diversidade de serviços prestados por sua mãe à comunidade.

> Minha mãe foi uma grande benzedeira. Quando alguém ficava doente, por exemplo, com febre amarela, ela punha pra dormir na casa dela e, no outro dia muito cedo, sem falar com ninguém, ela pegava uma folha de bananeira, mandava o doente pisar nela. Então, ela riscava o formato

> do pé, catava e punha pra secar, conforme a folha secava, a doença ia embora (Informação oral[38]).

Nota-se que as lembranças são de acontecimentos marcantes, recheados de simbologias de objetos e ações. Kavilhuka e Oliveira (2014, p. 52) destacam a importância das ações, dos gestos e dos objetos para ativar a memória: "[...] tudo o que tem significância, datas, lugares ou acontecimentos é registrado e guardado na memória de acordo com sua respectiva importância".

E, nos lugares de vivência, Costa (2008, p. 154) expõe que: "Nos mais recônditos lugares ou nas mais simples manifestações, sempre poderemos encontrar a memória em suas mais diversas particularidades, como uma presença que nos habita através das lembranças e recordações".

Percebe-se que, nas lembranças de Gabriela, os elementos presentes na memória estão associados e entrelaçados às representações de lugares, símbolos, ações e valores. A combinação entre medicina natural/popular, religiosidade e solidariedade nas lembranças de Gabriela encontra-se agrupada e faz da imagem de sua mãe a materialidade presencial desse legado às mulheres nos campos do Cerrado. No sertão, o ofício de rezadeiras e as relações de fé pertenciam ao feminino. "Minha mãe gostava muito de rezar o terço nas casas. Ela era sempre chamada pelas famílias para rezar o terço" (Informação oral[39]).

A condução e a agregação de reuniões religiosas populares, como as procissões de santos, os terços nas casas, as rezas para chover, os rituais do tempo da quaresma e a benzeção eram, na maioria das vezes, lideradas por mulheres. Hoffmann-Horochovski (2015, p. 110) contribuem para esta reflexão mencionando a participação feminina no ato da benzeção:

> O benzimento foi, e ainda é em muitos lugares, uma prática de cura bastante difundida e reconhecida socialmente. Atividade antiga na sociedade brasileira, remonta ao Brasil colonial, envolve saberes populares que são transmitidos de geração a geração e é realizada principalmente, mas não exclusivamente, por mulheres que a assumem como uma vocação.

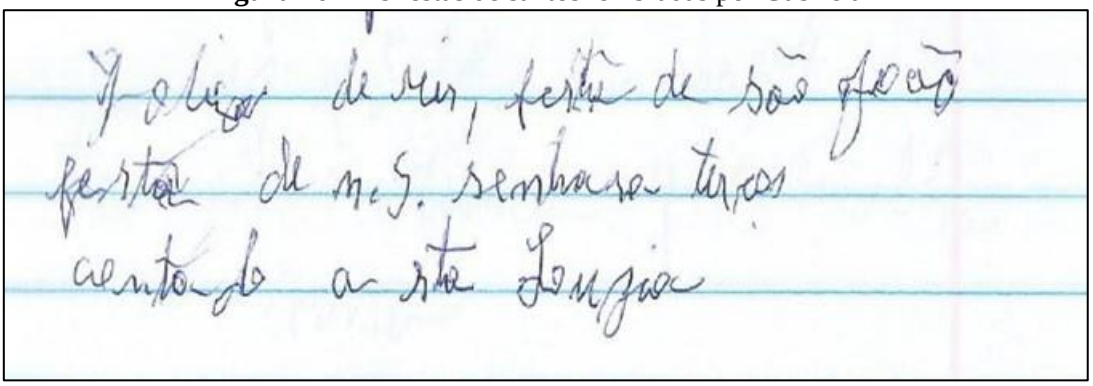
Esses rituais são herdados da doutrina cristã, mas sofreram mutações com as influências das religiões de matriz africanas e indígenas, como verifica-se em Kavilhuka

---

[38] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[39] *Id.*

e Oliveira (2014), que consideram a religiosidade popular uma adaptação e, ao mesmo tempo, interações entre doutrinas religiosas. Esta característica é verificada nas festas de santos, como Folia de Reis e outras como as descritas na figura 16.

Figura 16 – As festas de santos lembradas por Gabriela[40]



Fonte: Acervo da autora (2019)

Gabriela ressalta ainda que havia Folia de Reis, muito presente na vida das comunidades camponesas cerradeiras. O detalhe da figura 17, a Folia de Reis com a presença de Onofre, esposo de Gabriela como folião. A camponesa comenta ainda que havia as festas de São João, de Nossa Senhora e os terços cantados a Santa Luzia.

Figura 17 – Foto de Folia de Reis. A direita com a viola, o folião Onofre



Fonte: Gabriela Tomaz de Souza (2018)

[40] Folia de reis, festa de São João, festa de N. Senhora, terços cantados a Sta Luzia. Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

É interessante observar que, nos sertões, longe das autoridades religiosas, como padres, freiras e mesmo pastores, a comunidade moldava, a seu jeito, as manifestações de fé e crenças de tal forma que, nos festejos sagrados, eram incorporados aspectos lúdicos. "Às vezes, tinha baile. Eram festas à base de cantoria e rezas e eram sempre realizadas nas casas (roças) geralmente de quem promovia as festas" (Informação oral[41]).

A religiosidade praticada nos espaços rurais das regiões cerradeiras tem influência europeia, africana e indígena, constituindo os saberes do povo brasileiro pela sua formação histórica, que, como aponta Mendes (2007, p. 34), se converteu em "[...] um mosaico de significações e de significados". Destaca-se, na fala de Gabriela, a originalidade criativa relacionada à religiosidade popular:

> Tínhamos como tradições as festas religiosas como: Folia de Reis, dia de São João, fazia fogueira e rezava o terço cantado. Fazia penitência: levava água em procissão e rezando até o pé da cruz para banhá-la, pedindo a chuva pra Deus, e a chuva vinha (Informação oral[42]).

A fusão das influências culturais religiosas une a intersubjetividade dos povos que vão se moldando e/ou se constituindo de incrementos nas jaculatórias, nos gestos e rituais, que, com criatividade, agregam cores, costumes e representações sociais. Nas palavras de Mendes (2007, p. 41),

> A intimidade com os santos e a forma pela qual a religião é vivida na intimidade do lar, permite-nos perceber as diferentes re-significações que sofrem. Desta forma, respeitando-se a tradicionalidade que permanece, há características bastante diferentes na forma de se louvar e mesmo na própria composição da identidade beatificada de cada santo [...].

Contribuindo ainda com a análise das festividades religiosas populares, os autores Mendes e Cavas (2018, p. 7) entendem que, neste universo da fé, o ato de benzeção também foi incorporado no interior da heterogeneidade das crenças e das manifestações populares fortemente presente nas comunidades rurais, desprovidas dos recursos da medicina, destacando que

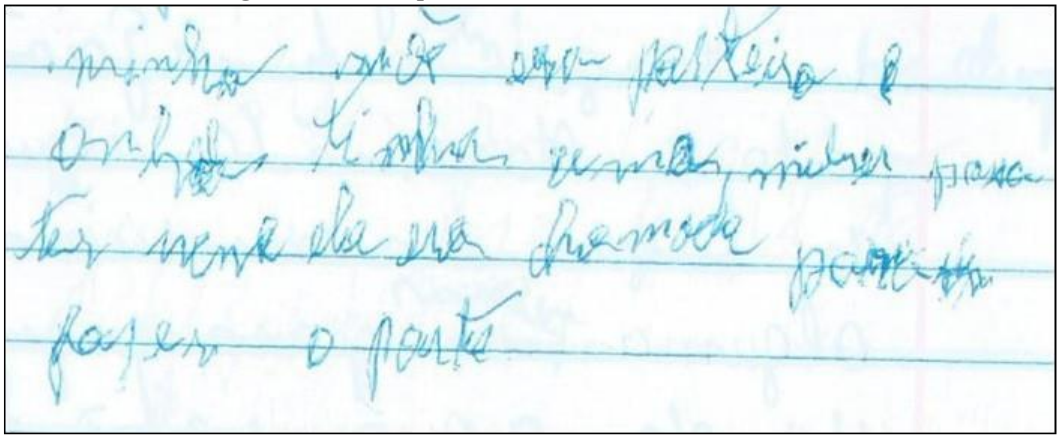
> [...] pode ser considerado como um aspecto resultante da interculturalidade estabelecida no período colonial brasileiro em contextos históricos promovidos pelo encontro entre saberes e fazeres

[41] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[42] *Id.*

> indígenas, africanos e europeus, além de outras contribuições culturais na formação dos seus cosmos particulares.

Geralmente atribuída às mulheres, a tríade benzedeiras, rezadeiras e parteiras, de certa forma, se complementava, e na figura 18, Gabriela apresenta a sua mãe com um desses dons. Uma vez que eram procuradas mais comumente para a benzeção das enfermidades que acometiam as crianças, mas também os jovens e os adultos buscavam o alívio para os males do corpo, que, não raro, envolvia aspectos espirituais. As mulheres que estavam próximo a dar à luz não poderiam contar com outro recurso a não ser as parteiras.

Figura 18 – O especial ofício voluntário da mãe de Gabriela[43]



Fonte: Acervo da autora (2018)

Nesse contexto, Gabriela elabora um retrato da representação feminina nas comunidades, onde a mulher supria a ausência da medicina nos tratos de enfermidades com os unguentos, chás e raizadas, mas não somente nos cuidados com a saúde, como também no acompanhamento das gestações e nos nascimentos.

E na sua fala destaca também o ofício prestado pela ausência de religiosos nas comunidades, sendo assim, a mulher teria um papel de mentora nas rezas comunitárias e nas benzeções para tirar todo tipo de mal do corpo ou do espírito. Embora estes afazeres tenham sido uma realidade corriqueira nos tempos passados, Santos, Costa e Barros (2017, p. 205), em pesquisas na região da floresta amazônica, retratam estes testemunhos ainda presentes:

[43] Figura 14: Grafia de Gabriela: “Minha mãe era parteira e onde tinha uma mulher para ter nenê, ela era chamada para fazer o parto”. Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

> [...] as parteiras e sua arte de fazer partos representam-se como uma referência ocupando um lugar social de reconhecimento e aceitação da comunidade. Suas práticas, saberes e rituais compõem um todo cosmológico ligado diretamente à natureza, seja para o uso medicinal de plantas e animais ou como um ponto de apoio espiritual.

Tais práticas tradicionais de serviço às comunidades de curas e benzimentos são relatadas em várias pesquisas. Nogueira; Versonito e Tristão (2012, p. 169) descrevem que, na benzeção, há o envolvimento da fé: "A benzeção é uma prática baseada em crenças arraigada na mistificação e executada por meio de um ritual". Em Mendes e Cavas (2018, p. 3), destacando o entrelaçamento da fé e da natureza, "Da identificação das moléstias ao tratamento com rezas, chás, banhos e unguentos preparados com as ervas [...] repassados pela oralidade através de gerações".

O ritual busca o conforto para o corpo e para o espírito utilizando objetos simbólicos, como terços, ramalhetes de ervas e velas, e gestos de fé considerados relevantes, como aponta Nogueira; Versonito e Tristão (2012, p. 170): "[...] a benzedeira inicia o ritual da benção, que pode ser de inúmeras maneiras: imposição das mãos, recitação de jaculatórias e orações, gestos em forma de cruz sobre o benzido"). Gabriela enquanto camponesa dos sertões cerradeiros traz, em suas lembranças, o uso indispensável do Cerrado para tais práticas tradicionais.

> A maioria dos remédios daquela época era tirado do próprio Cerrado, portanto, eu afirmo que a gente tinha uma grande farmácia natural, gratuita e generosa chamada Cerrado. Pessoas que nunca estudaram para ser médico, mas que, com o ajuda do Cerrado, faziam muitas curas, por causa da sabedoria popular (Informação oral[44]).

Nos seus dizeres sobre a vasta farmácia natural, que era o Cerrado, Gabriela manifesta a sua admiração ao bioma, enfatizando a grande variedade de espécies de plantas medicinais que o bioma oferecia e, ao mesmo tempo, exalta o conhecimento dos camponeses sobre a natureza do Cerrado.

Embora haja o desflorestamento atual, o Cerrado ainda possui um considerável acervo de plantas medicinais, com a comprovação e a relevância no seu uso através de políticas como o Programa Nacional de Plantas Medicionais e Fitoterápicas, nº 2.960/2008, portaria interministerial, aprovada e assinada por dez ministérios, criado pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, nº 5.813, de 2006.

[44] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

No programa, há o reconhecimento dos benefícios que a natureza oferece à saúde pública e a comprovação dos saberes dos povos tradicionais, buscando estabelecer a segurança da utilização das plantas medicinais/fitoterápicas. Este programa foi uma tomada de decisão governamental envolvendo e fomentando consequentemente a sustentabilidade da biodiversidade dos biomas brasileiros.

A "Articulação Pacari", entidade não governamental que foi idealizada a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, tem como finalidade a recuperação dos conhecimentos medicinais da vegetação do Cerrado, que de acordo com Dias e Laureano (2010, p. 16), teve como uma das ações a criação da Farmacopeia Popular do Cerrado.

> A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos deve reconhecer e promover a grande diversidade de formas de uso das plantas medicinais, desde o uso caseiro e comunitário, passando pela área de manipulação farmacêutica de medicamentos, até a fabricação industrial de medicamentos. Essencialmente, a Política Nacional deve respeitar a diversidade cultural brasileira, reconhecendo práticas e saberes da medicina tradicional.

A entidade promoveu a disseminação das denominadas "farmacinhas comunitárias" pelo Brasil, atingindo várias comunidades do interior, como descrevem Dias e Laureano (2010, p. 44). : "O funcionamento das farmacinhas se faz principalmente por mulheres, que formam grupos, na maioria das vezes, com o mínimo de 03 e o máximo de 06 participantes" São os saberes das comunidades dos Cerrados sendo reconhecidos e resgatados com iniciativas não governamentais, com suas ações que promovem os conhecimentos tradicionais.

A solidariedade no sentido fraternal, segundo Westphal (2008, p. 44), "[...] não tem imbuída a dimensão e as ações de cunho político estatal, ou seja, prioriza as relações humanas". Esta prática está relacionada à unidade e à igualdade como ideário de princípio cristão católico, onde os indivíduos são conclamados a cuidarem-se mutuamente uns dos outros diante das necessidades da vida. Nesse contexto, a camponesa Gabriela apresenta uma das ações de solidariedade nos campos cerradeiros.

> Naquela época, a gente não comprava coisas, quase não dava pra ir na cidade. Quando precisava de alguma coisa que não tinha em casa, pedia ajuda nos vizinhos, e todos sempre ajudavam. Outras vezes, fazia-se mutirão para fiar algodão. Todas as mulheres se ajuntavam com suas

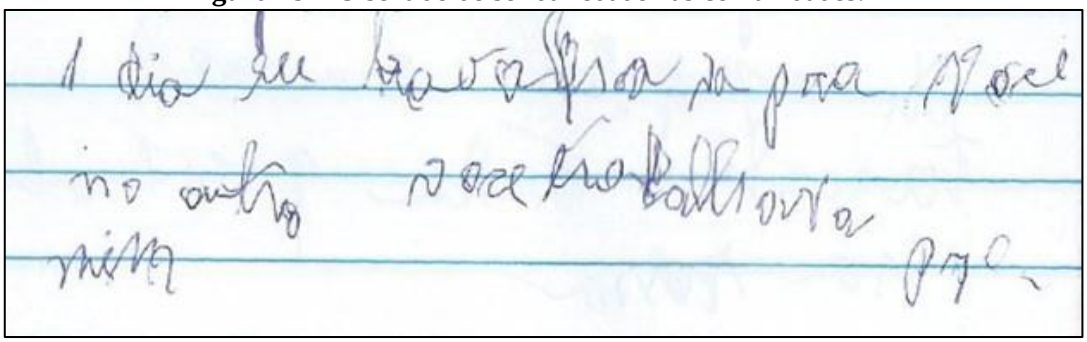
> cardas de fiar algodão para a tecelagem e todas trabalhavam (Informação oral[45]).

Não se pode excluir dos costumes dos povos camponeses a característica marcante das ações comunitárias com fortes valores de solidariedade entre seus pares. A vizinhança, os parentes, os amigos, os compadres/comadres mantinham uma relação de fraternidade, quase como uma extensão da família. Fabrini (2005, p. 4695-4696) colabora com esta assertiva ao descrever que:

> As ações comunitárias [...] se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na troca de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc. Outras atividades podem indicar o "espírito" comunitário, como o lazer e as festividades, visitas aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas, seja na sede da comunidade onde está a capela, seja nas residências.

Com relação às manifestações de mutirões e ajuda mútua de diversas formas nos sertões do Cerrado, Gabriela expõe com sua caligrafia na figura 19: "1 dia eu trabalhava pra você; no outro, você trabalhava pra mim" (informação escrita[46]). Ao apresentar, de modo breve, demonstra o significado de sensibilidade com as dificuldades e necessidades da vizinhança, evidenciando o aspecto humano mantido naquelas comunidades.

Figura 19 – O sentido de solidariedade nas comunidades.



Fonte: Acervo da autora (2019)

Ao complementar a frase acima, Gabriela expõe que o serviço era gratuito ou retribuído: "Não sei dizer ao certo de que forma se pagava pelos trabalhos realizados. Acho que, por alguns trabalhos, se pagava um salário, outros eram por troca de dias: um dia você trabalhava pra mim; no outro, eu trabalhava pra você" (informação oral[47]).

---

[45] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[46] *Id.*
[47] *Id.*

A forma da socialização era comunitária, e a solidariedade, conforme Luzio e Oliveira (2010, p. 108), contém a probabilidade de carregar aspectos biológicos e culturais. A capacidade de interação com o meio e com os parceiros e a divisão social do trabalho contribuíram para o desenvolvimento destas relações, como observam os autores:

> A necessidade de cooperação, à medida que se estabeleceram formas de divisão do trabalho cada vez mais complexas, exigiu relacionamentos cooperativos e altruístas que iam muito além do universo familiar, passando a haver a necessidade de novas formas de solidariedade baseadas em laços de cooperação com estranhos.

Os relacionamentos de reciprocidade, no ponto de vista de Gabriela, mantiveram características de solidariedade entre os camponeses: "Quando a gente morava perto da Lagoa Santa de Goiás, perto de Itarumã, a água da lagoa era medicinal. Algumas pessoas iam para fazer uso da água e, não tendo como pagar hospedagem, minha mãe acolhia essas pessoas em casa e nada cobrava" (Informação oral[48]). Este valor vivenciado no dia a dia dos camponeses é qualificado por Santos (2000, p. 53) como solidariedades horizontais.

> [...] uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum.

O fato de Gabriela trazer a Lagoa Santa em suas lembranças está ligado a dois fatores: um com referência à solidariedade e o outro à saúde. A Lagoa Santa é uma fonte termal natural sulfurosa no estado de Goiás, cuja cultura local é a disseminação de curas pela água medicinal.

Suas águas são buscadas no tratamento para variadas enfermidades. Por muito tempo, conservou-se uma tradição local que consistia em dividir o banho em horários diferenciados para o feminino e o masculino, por isso, o local tem uma longa tradição de curas e faz parte das memórias de Gabriela, que, ao relatá-las, traz elementos da vida camponesa de meados do século XX.

[48] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

O mutirão como parte da cooperação comunitária mencionado por Fabrini (2005) também aparece como elemento solidário nas parcerias camponesas nos espaços rurais cerradeiros, que, de acordo com Gabriela, às vezes eram combinadas com o parceiro necessitado de ajuda e outras vezes eram organizadas secretamente em ação surpresa.

> Também fazia-se mutirão quando tinha muito serviço na roça e o dono não dava conta sozinho, então os vizinhos se juntavam para fazer a colheita ou o que fosse preciso. Os vizinhos eram tão solidários que muitas vezes faziam surpresas, iam ajudar sem ser chamados pelo dono da roça (Informação oral[49]).

Os mutirões eram muito comuns nos campos cerradeiros de outrora, sinal de camaradagem e solidariedade que abriam possibilidades para outras práticas análogas, como as trocas e os empréstimos de utensílios, ferramentas e até de alimentos. Marques e Costa (2019, p. 212) colaboram para esta discussão esclarecendo esta prática da solidariedade camponesa:

> Quando o trabalhador tinha condições de arcar com a alimentação dos dias de trabalho (café da manhã, almoço, merenda e jantar) era denominado "mutirão", inclusive era de responsabilidade do trabalhador todas as ferramentas e utensílios que fossem necessários para cumprir a tarefa. No entanto, quando o trabalhador não possuía condições de arcar com as alimentações e mesmo com os utensílios para cumprirem a tarefa necessária, algum líder local organizava a "TREIÇÃO" ou "TRAIÇÃO" sem que o trabalhador rural soubesse que eles estavam se organizando para ajudar.

Esse costume denominado de "treição" vem da palavra traição, ou seja, havendo um roceiro precisando de ajuda na roça, seus vizinhos combinavam um dia para ajudá-lo, surpreendendo-o. Gabriela explica que a necessidade dessa ajuda geralmente era na colheita das lavouras. Nesse dia, todos tinham funções, os homens iam ajudar no campo, e as mulheres iam fazer o almoço com muita fartura, pois as famílias levavam ofertas para serem preparadas nesse dia. O trabalho no final se transformava em grande festa. Marques e Costa (2019, p. 213) corroboram esclarecendo que:

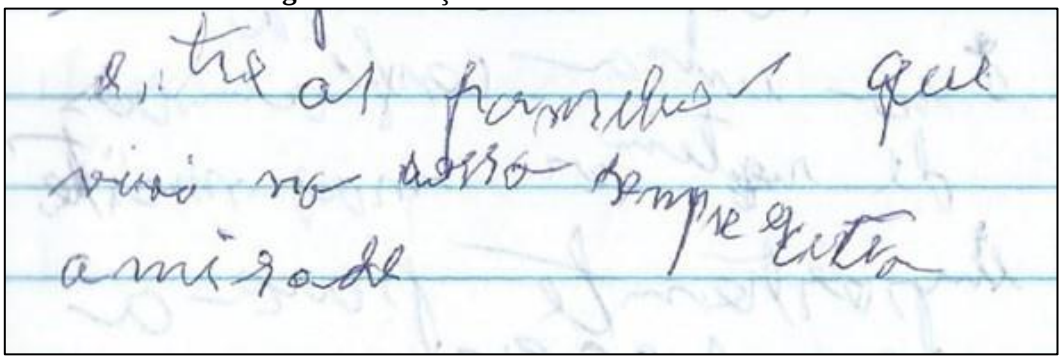
> A organização era feita durante a semana e se reuniam na sexta feira na casa do líder, esperava passar da meia noite para chegarem na casa do recebedor da traição. Chegavam calados ao pé da janela do dono da casa, cantando com violas, sanfona, a música avisando que haverá a treição no dia seguinte. O dono da casa, responde ao refrão da música

[49] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

> para abrir a porta e receber os seus companheiros de trabalho do dia seguinte. Ao abrirem a porta, cantam algumas canções e depois voltam para suas casas para que na manhã seguinte comecem as lidas do dia. Tanto o mutirão quanto a treição terminam em festa, com danças, catiras, roda de viola, surgem os namoros, noivados, casamentos e posteriores apadrinhamentos e compadrios, pois os trabalhadores se tornam compadres dos filhos gerados nesses envolvimentos.

Dessa forma, eram criadas novas amizades e elementos de coesão comunitária que socialmente iam sendo construídos. Nessas construções, havia princípios, pactos de confiabilidade e ética, que, recheados de práticas e simbologias, foram se consolidando em territorialidades típicas dos camponeses cerradeiros. Sobre isso, Gabriela, em curta frase escrita por ela, define, na figura 20, os laços construídos:

Figura 20 – Laços de amizade e cordialidade[50]



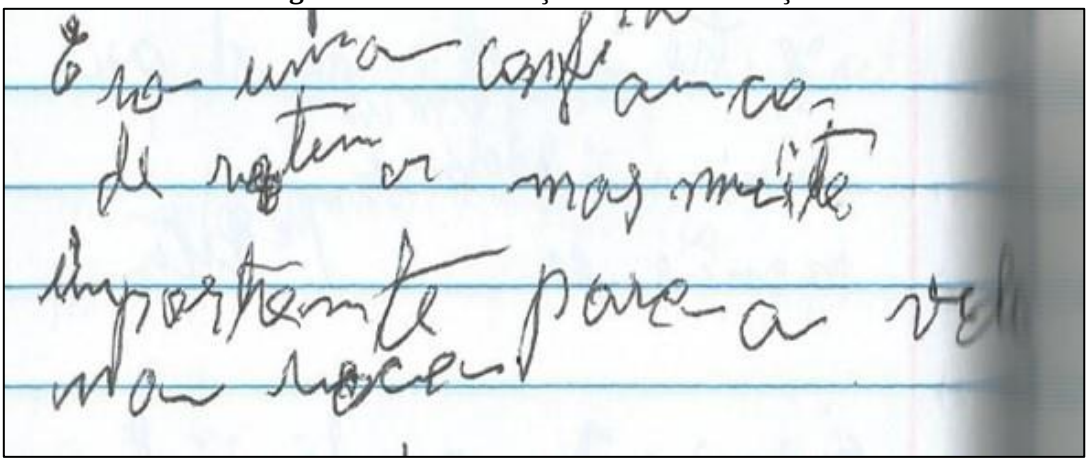
Fonte: Acervo da autora (2019)

A amizade descrita por Gabriela extrapolava a simples convivência entre a comunidade rural: "Sempre era mais de um tipo de amizade. Aquelas sinceras que duravam sempre e aquelas passageiras, que vinham e iam, mas a amizade, a convivência, o companheirismo sempre estiveram presentes na vida dos roceiros" (Informação oral[51]).

O enfoque sobre a "vida na roça", revelada sob seu olhar feminino, decorre de um significado especial que a palavra amizade abrangia, ou seja, tudo o que estava relacionado com o modo de viver, desde os valores familiares, comunitários, solidários, até as atividades laborais. Assim, se observa nos dizeres da figura 21.

[50] "Entre as famílias que viviam na rossa sempre existia amisade". Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[51] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

Figura 21 – Vida na roça e o elo de confiança[52]



Fonte: Acervo da autora (2019)

Esses valores que nas frases de Gabriela ressurgem fazem parte das territorialidades camponesas engendradas no convívio familiar e comunitário que, com cuidado, foram guardadas culturalmente, onde os povos, a terra e o trabalho não são desvinculados, como elucida Woortmann (1990, p. 23):

> Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais [...].

Tais ações se tornam fundamentais na vida camponesa, como princípios a serem seguidos e passados para as gerações seguintes, apontados nas palavras de Gabriela: "Porque uns dependiam dos outros, tanto na hora de resolver problemas de serviços, como para as horas de lazer, diversão. Uns tem que confiar nos outros" (Informação oral[53]). São costumes que, na simplicidade do cotidiano, corriqueiros, foram sendo construídos e guardados na memória sem se perderem com o passar do tempo, ainda que sejam tradições naturalmente singelas, como as mencionadas abaixo:

> Toda noite, na hora de dormir, todos se davam boa-noite e os filhos pediam benção para os pais (bença, pai, Deus te abençoe, dorme com Deus, amém, dorme com Deus o senhor também). Levantava-se cedinho e ia para o mangueiro com uma caneca já com café, pra pegar o leite fresquinho da vaca pra beber (Informação oral[54]).

[52] "Era uma confiança de rotina mas muito importante para a vida na roça". Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[53] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[54] *Id.*

A solidariedade construída nos campos cerradeiros indicado por Almeida (2003, p 77), é prática corriqueira nas ações simples de ajuda nos trabalhos, nos cuidados com a saúde e nos momentos de lazer: "O modo de vida, essencialmente rurícola, é determinado pelo quotidiano e pelas práticas culturais, pelas percepções da natureza e da condição de morador do sertão [...]". Tais práticas se tornaram tradições veladas pelas comunidades camponesas do Cerrado.

A história de vida dos camponeses no Brasil é marcada por trajetórias de constante migrações entre o campo e a cidade, como aponta Martins (1981, p. 17), "[...] o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses posseiros é uma história de perambulação". As lembranças relatadas por Gabriela comprovam este fato:

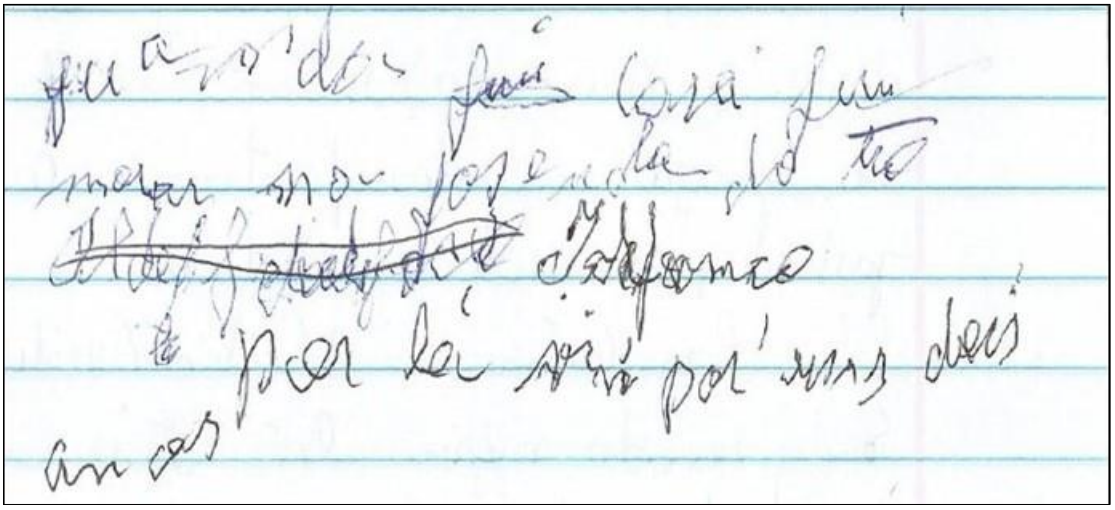
> Vivi nesse lugar até meus 14 anos, depois fomos para a cidade. Depois de casada, voltei a morar nas fazendas, onde se tirava leite para fazer queijo e vender, nata para fazer manteiga, sempre envolvidos com familiares morando e trabalhando perto, até mesmo na mesma fazenda (Informação oral[55]).

Aos 14 anos, após a morte de sua mãe, Gabriela foi morar na cidade. Esse primeiro deslocamento do campo para a cidade ocorreu no início da década de 1950, período marcado pelo incipiente processo de expulsão dos camponeses das áreas rurais.

O êxodo rural brasileiro e a expulsão de famílias camponesas ocorreram principalmente pelo processo da mecanização produtiva rural. O pai de Gabriela era um sitiante nesse período, cuja produção familiar era de roça com culturas alimentícias de subsistência e criação de pequeno número de gado, mas resolveu vender a terra e mudar-se para a cidade depois da morte da esposa. Neste processo, Gabriela revela através da sua escrita na figura 22, que se casou aos 16 anos e voltou novamente para o campo.

[55] *Id.*

Figura 22 – Quando fui casar fui morar na fazenda do tio Idelfonso, por lá vivi por uns dois anos[56]



Fonte: Acervo da autora

Em seu relato, descreve com propriedade o tempo mais marcante das relações com o Cerrado, além de frisar que, no período em que as famílias moravam nas fazendas de trabalho, por volta de 1953, aos seus 16 anos, as famílias não passavam necessidade, ao contrário, Gabriela menciona até mesmo a fartura de alimentos.

> O maior contato que tive com o Cerrado foi mesmo nas fazendas que já morei. Quando casei, fui morar na fazenda do tio Idelfonso, por lá vivi por dois anos e tive muito contato com o Cerrado. Lá, meu marido cuidava da fazenda, tirava muito leite, e eu desnatava o leite e fazia queijo. Enquanto as famílias ainda moravam nas fazendas em que trabalhavam, não passavam necessidades, pois havia fartura (Informação oral[57]).

Aos 14 anos, após seu pai vender o sítio, muda-se para a cidade e dois anos depois casa-se e retorna para os campos rurais, trabalhando e residindo na fazenda de um parente. O relato da figura 22 indica que Gabriela conta sobre o período em que a mecanização do campo chegou ao Brasil trazendo a dura realidade para as famílias camponesas que prestavam serviços nas fazendas.

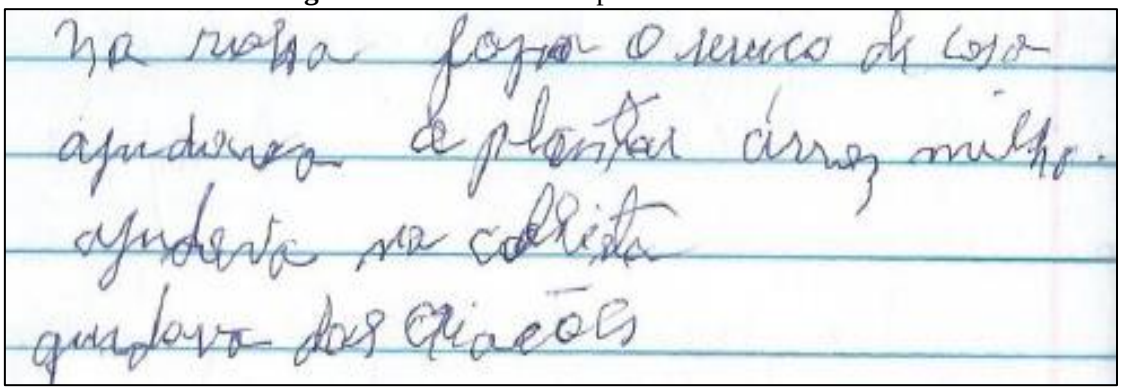
O trecho da sua narrativa: "Enquanto as famílias ainda moravam nas fazendas em que trabalhavam, não passavam necessidades, pois havia fartura" é a realidade vivenciada por ela e sua família, vítimas das alterações do manejo na agricultura, que antes era realizado por força humana, substituída por maquinários.

[56] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[57] *Id.*

O resultado dessas mudanças para os camponeses ficou conhecido como êxodo rural, ou seja, a perda de postos de trabalho obrigou-lhes a buscar emprego nas cidades. Aqueles que ainda conseguiam trabalho nos campos cerradeiros tinham que deixar as famílias na cidade e seguir sozinhos para trabalhar nas fazendas, pois os patrões não aceitavam mais a família morando em suas propriedades. Todavia, a maioria dos trabalhos que ainda ofereciam emprego na área rural era os de lida com o gado e a formação de raríssimas roças que eram tocadas por empreitadas.

Enquanto permaneceram trabalhando e residindo nas propriedades rurais, Gabriela se dedicava aos cuidados com os filhos, com a casa, com os quintais e animais de pequeno porte, mas suas tarefas não se encerravam ao domínio doméstico, como é apresentada na figura 23, pois se estendiam também às roças no plantio e na colheita de cultivares.

Figura 23 – A mulher camponesa e suas tarefas[58]



Fonte: Acervo da autora (2019)

Além das já citadas atividades laborais, a camponesa ainda detalha que, para realizar algumas tarefas rotineiras, necessitava-se de realizar outras não menos dispendiosas, como ir ao interior da mata do Cerrado catar madeiras secas para cozinhar no fogão a lenha. Nesses termos, enfatiza seus afazeres na escrita e no relato.

> Na roça, buscava lenha para cozinhar, cozinhava pra casa e para os peões que trabalhavam juntos. Ajudava na roça a plantar arroz, milho, principalmente café, e ajudava também nas colheitas, principalmente na colheita do café. Cuidava e alimentava as criações, porcos, galinhas, vacas, cavalos (Informação oral[59]).

[58] "Na rossa fazia o serviço de casa ajudava a plantar arroz milho ajudava na colheita quidava das criações". Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

[59] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

Gabriela vai revelando as múltiplas tarefas laborativas executadas por mulheres no campo, nas quais não são valorizadas/valoradas. Situação de invisibilidade, como apontam Zanini e Santos (2013, p. 103) ao evidenciarem este aspecto em que, na condição de camponesa, as tarefas atribuídas às mulheres são muito árduas.

> [...] a condição de opressão histórica do camponês, a situação social das mulheres aqui consideradas é também desprivilegiada. A opressão se apresenta de forma sutil, também pelo fato de serem as mulheres consideradas, em muitas situações, como incapazes ou complementos, motivos pelos quais seu trabalho seja visto principalmente como "ajuda".

O ideário da sociedade patriarcal é, de tal forma, estratégico, uma vez que se manifesta no interior das famílias campesinas e expressa-se de forma oculta pelas próprias camponesas na forma de pensar e na sujeição aos duros trabalhos cotidianos, como observa-se na fala de Gabriela.

> Na roça, se produzia diversos produtos, como mantimentos arroz, feijão, milho, café, amendoim, melancia, pepino, etc. E, em casa, sempre tinha horta, abobreira, jiló, quiabo... os trabalhos da roça ficava sempre com os homens, e os trabalhos domésticos: limpeza da casa, lavagem de roupas, fazer comida, cuidar das criações, tecelagem com algodão, eram tarefa das mulheres. De vez em quando as mulheres também tinham que trabalhar na roça.

Há que se atentar que os fragmentos retirados dos comentários de Gabriela: "De vez em quando as mulheres também tinham que trabalhar na roça" e "[...] os trabalhos da roça ficava sempre com os homens" são contrariados quando a camponesa diz: "[...] buscava lenha para cozinhar para a casa e para os peões", "ajudava na roça a plantar arroz, milho, principalmente café, e ajudava nas colheitas [...]", e ainda: "cuidava e alimentava as criações, porcos, galinhas, vacas, cavalos".

Estes recortes acima revelam a imposição da ideia de que o homem é o provedor da família, aquele que se dedica ao trabalho produtivo com resultados remunerados e a mulher, nota-se que ocorre um desmando ideológico para a condição de subalternidade, com tarefas cotidianas sem importância.

A lida e os afazeres de Gabriela nos tempos em que viveu com o marido nos espaços rurais do Cerrado eram atividades muito duras consigo. Além de todas estas

tarefas nas esferas domésticas e diretamente nos trabalhos da roça, Gabriela foi mãe de oito filhos, com espaçamento em média de dois a três anos entre os nascimentos.

Sua vida foi marcada por períodos intercalados entre campo e cidade. No entanto, sob influência dos processos da mecanização agropecuária e da expulsão dos camponeses do campo, sua estadia foi mais demorada nas cidades, porque, como já salientado, os donos de fazendas não aceitavam mais as famílias nas suas propriedades, como indicado por Wanderley (2014, p. 28). O fato exposto confirma a contínua expulsão rural das famílias camponesas, ocultada nos espaços das literaturas sobre a história do desenvolvimento capitalista e sobre a modernização da produção nos sertões brasileiros:

> As grandes propriedades expulsaram massivamente os trabalhadores residentes em seu interior, passando a contratá-los apenas nos momentos de necessidade de trabalho. [...]. Enquanto as fases de preparo da terra e de cuidados com a plantação foram mecanizadas e impulsionadas pelo uso de insumos modernos, a colheita permanecia, na maioria das culturas, como uma atividade manual. Não havia, portanto, mais razão para o proprietário reter, em suas terras, a mão de obra durante todo o ano.

Nesse processo, ocorreu a fragmentação familiar, em que a figura de marido e pai tornou-se ausente por períodos que variavam entre quinze e trinta dias a partir dos contratos sazonais de trabalho nos espaços rurais, ou seja, serviços prestados por um período de tempo específico e definido.

A mulher passou a ser a base familiar presencial para os filhos nos quesitos básicos como saúde, estudo, alimentação, vestimenta e nas condições emocionais e educacionais, significando que, muitas vezes, passou por dificuldades variadas, de financeira a afetiva, para oferecer os alicerces de sustentação fundamentais à família. As famílias expulsas das fazendas onde trabalhavam tiveram que estabelecer residência nas grandes ou pequenas cidades, ou em vilarejos, onde os homens deixavam esposas e filhos e seguiam para trabalhar nas fazendas geralmente por empreitadas ou safras.

Quando as famílias eram muito pobres e o pagamento era mensal ou demorava para sair, a mulher tinha que contornar a situação da falta das condições básicas de sobrevivência, e o Cerrado muitas vezes era a saída para as necessidades alimentícias com seus variados frutos, como o pequi e a gueirova, servindo como complemento alimentar.

> Quando morei em Cassilândia (cidade), não tive muito contato com o Cerrado, mas me lembro de pegar muitas frutas do Cerrado, principalmente o articum. Também na Véstia (vilarejo), quando vivi lá, tive muito contato com o Cerrado. Vivia praticamente dele: buscava

> barro pra barrear as paredes e o fogão, lenha pra cozinhar, as frutas que eram muitas e alguns produtos para mistura, por exemplo, o pequi. Em Três Lagoas, assim que me mudei pra cá, também tive contato com o Cerrado, pegava lenha pra o fogão e frutas, por exemplo, guavira, gravatá.

A figura 24 demonstra como o Cerrado, além de oferecer inúmeros frutos como alimentos e rica diversidade vegetal utilizada como medicamento no tratamento de enfermidades, ainda auxiliava as famílias com a lenha para cozinhar os alimentos. Tais fatos são revelados no relato de Gabriela.

Figura 24 – Mãe e filhos catando lenha no Cerrado



Fonte: Maria Aparecida de Souza (2021)

Apesar de estar residindo na cidade, Gabriela leva consigo os símbolos e as tradições do campo, o cultivo de hortaliças, de ervas medicinais e a tentativa de preservar o costume, utilizando a terra para dela retirar os frutos e o sonho de voltar para o campo. Buscar lenha no Cerrado e cozinhar os alimentos no fogão a lenha (Figura 25) são exemplos do resguardo das tradições camponesas.

Figura 25 – Foto de Gabriela e o fogão a lenha (Três Lagoa)

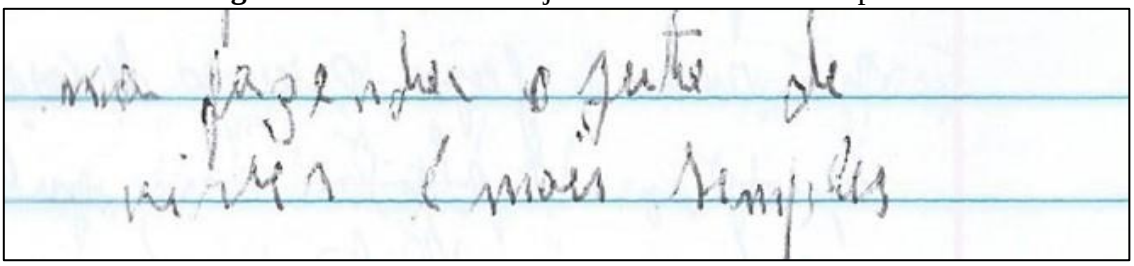


Fonte: Acervo familiar (2007)

Com poucas palavras, a interlocutora elabora um mapeamento mental dos lugares em que viveu: Itarumã, Lagoa Santa, Cassilândia, Guadalupe do Alto Paraná, popularmente conhecido como Véstia, Três Lagoas e Furna do Pulador, sendo que, em Três Lagoas, permanece como último estabelecimento residencial.

É interessante se atentar para os comentários que a camponesa faz sobre as diferentes localidades em que residiu com a família, nota-se uma ligeira análise das relações que teve com o Cerrado, destacando as oscilações nesse convívio conforme os lugares, revelando a importância do bioma e do campo, marcando definitivamente a sua convivência com a natureza como revelado por ela na figura 26.

Figura 26 – Na fazenda o jeito de viver é mais simples[60]



Fonte: Acervo da autora (2018)

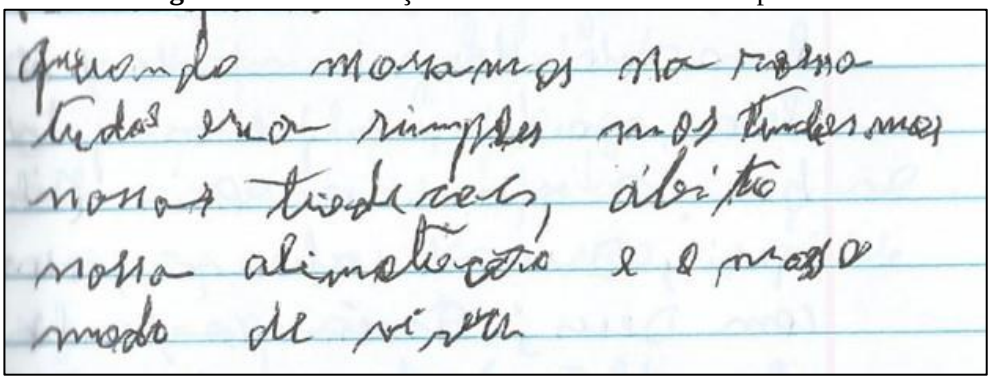
As revelações geradas pelo diálogo com Gabriela evidenciam os fatos vividos por ela, plausíveis de introspecção, atribuídos ao fato de reforçar com suas palavras o que para ela foi importante e ficou nas lembranças de forma tão resistente. É o que se verifica no seu relato a seguir:

> Na fazenda, é mais gostoso e mais bonito e a gente vive mais em contato com a natureza. Na fazenda, o jeito de se viver é mais simples e mais fácil. Tendo dinheiro ou não, você come e bebe sem dificuldade. Na cidade, se não tiver o dinheiro, não se vive bem. Na fazenda, você não precisa de roupas boas ou sapatos da moda, precisa apenas do necessário para se estar confortada (Informação oral[61]).

A camponesa reforça o seu ponto de vista sobre os benefícios de morar no campo, ainda que nunca tenha tido a sua própria terra. Buscando a contribuição de Martins (1981), mais do que a terra de trabalho, para Gabriela, a moradia no campo é a terra da vivência, embora muitas vezes morando em terras estanhas e outras vivendo na cidade, nunca perdeu o desejo de voltar a morar no campo (Figura 27).

[60] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[61] *Id.*

Figura 27 – Lembranças e saudades da vida no campo[62]



Fonte: Acervo da autora (2019)

Nas conversas dialogadas, afloram os detalhes e, na escrita, manifestam-se os gestos, as ações, os hábitos e os objetos carregados de signos e de seus significados. Nesse sentido, Gabriela vai projetando cenários circundados de características com os modos de vida dos povos campesinos do Cerrado:

> Quando terminava o almoço, se a roça fosse perto, saía pra fora e dava um grito bem forte, e quem tava trabalhando na roça ouvia o grito e avisava os outros. O almoço sempre era arroz, feijão, verdura, carne de porco guardada na lata de banha, frango, ovos, milho e frutas em geral. A carne de vaca era só de vez em quando (Informação oral[63]).

Revela também, em suas palavras, as diferenças entre morar no campo e morar na cidade, sinalizando as possíveis dificuldades enfrentadas sozinha no espaço urbano com os filhos ainda pequenos. O destaque para o tipo de alimentação do campo também oferece a indicação das marcas que ficaram da vivência entre a cidade e o campo como apresenta-se na figura 28, manifestando fartura na vida rural em detrimento da escassez na cidade.

[62] "Quando moramos na rossa, tudo era simples, mas tínhamos nossas tradições, ábito, nossa alimentação e o nosso modo de viver". Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

[63] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

Figura 28 - Foto dos símbolos e culturas transmitidos aos filhos e netos



Fonte: Acervo da autora (2013)

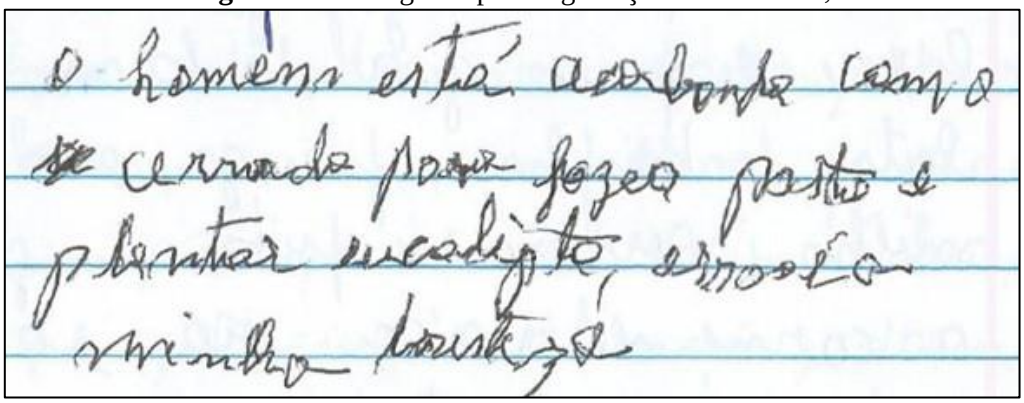
É importante ressalvar também a afirmativa dada à maior proximidade com o Cerrado e sua biodiversidade quando morou no campo, assim como a simplicidade do modo de vida, sem os apelos aos modelos impostos pela sociedade urbana: "A natureza, além de ser uma paisagem incrível, maravilhosa e de muito verde e de muitas cores, também era o nosso mercado, farmácia, frutaria, também era lugar de brincadeiras das crianças" (Informação oral[64]).

Encerrando seu relato, Gabriela elaborou uma sinopse sobre a concepção que tem do Cerrado: paisagem de muitas cores, um mercado de onde se podia retirar provisões sem pagar por eles; farmácia para todos os males encontrados nas ervas, nas raízes, nos caules, nas flores; frutaria de variedades e sabores singulares; alegria, e liberdade.

Este conjunto de predicados do Cerrado, em poucas palavras, Gabriela manifestou uma infinidade de benevolências e gratuidades, mas lamentou a sua destruição e massacre, o extermínio dos frutos e seus sabores, das flores e suas cores, da biodiversidade da flora e fauna e expulsão dos camponeses dos seus campos, manifestada na figura 29.

[64] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

Figura 29 – A angústia pela degradação do Cerrado[65];



Fonte: Acervo da autora (2018)

Nas palavras acima, Gabriela menciona a substituição da vegetação do Cerrado pela pastagem e pelo eucalipto devido de ter presenciado as transformações ocorridas no município de Três Lagoas e região, relacionadas à supressão gradual do ambiente cerradeiro. Residindo, a partir do início da década de 1970, na cidade de Três Lagoas, percebeu a introdução das pastagens para criação do gado sendo gradativamente substituída pelo plantio de eucaliptos a partir da década de 1990. Com comoção, descreve a simbiose existente entre os povos do Cerrado e o bioma:

> A relação que existia entre o cerrado e as pessoas de antes era muito boa, de muita compreensão e companheirismo, porque, antes, as pessoas cuidavam do cerrado, e o cerrado cuidava das pessoas. Pena que hoje o quadro é bem diferente, porque o homem está acabando, está matando o cerrado para fazer pasto, plantar eucalipto (que seca a terra). Essa é a minha tristeza.

Diante do seu olhar, vê-se a tristeza da destruição. Em sua trajetória entre os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, presenciou pastagens avançando pela vegetação nativa, sendo substituída posteriormente pelos eucaliptais, com grandes extensões do Cerrado desmatados para a monocultura.

Observa-se que seu testemunho perpassa cerca de 75 anos da sua história e da conjuntura política, social e econômica brasileira, atestando a modernização dos campos cerradeiros e as transformações nas relações de trabalho com a contínua expulsão dos camponeses da terra, identificando-se com os camponeses que vivem a perene busca pela

[65] "O homem está acabando com o cerrado para fazer pasto e plantar eucalipto, essa é a minha tristeza". Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.

terra de trabalho e de sobrevivência, repleta de resistências e esperanças, confirmando o legado da cultura campesina.

Esta história contada é o resultado de um olhar feminino sobre as relações dos povos campesinos do Cerrado brasileiro, possibilitando que, a partir das narrativas das experiências vividas, fosse viabilizada a análise de um conjunto de acontecimentos socioeconômicos, dando a conhecer o legado cultural estabelecido e a construção das territorialidades em equilíbrio com a natureza do Cerrado.

A história de Gabriela é marcada pela travessia de profundas transformações nos campos políticos, econômicos, sociais e culturais nas quais os acontecimentos conjunturais mundiais reverberaram no território brasileiro, do século XIX aos cenários das inovações do processo globalizado. As divisões sociais e territoriais do trabalho atingiram de forma incisiva as famílias que tradicionalmente viveram e retiraram da terra a sua sobrevivência.

O longo percurso apresentado através das lembranças da camponesa revelou um movimento de incertezas e, ao mesmo tempo, de esperanças, que, na luta pela permanência na terra, nas ações de resistências e no contato com a natureza do Cerrado, se descortinou a história campesina brasileira com suas territorialidades impressas nos campos cerradeiros.

Diante da intensificação do mercado internacional, o Brasil projetou suas políticas para o setor de grãos, investindo na modernização do campo com tecnologias avançadas nos sistemas produtivos, buscando o aumento de áreas agricultáveis para o novo modo monopolizado de plantio, resultando em sazonalidade na vida e no trabalho dos povos camponeses que oscilavam entre cidade e campo.

Uma vez enxotados para as periferias urbanas, surge uma classe de camponeses denominados de sem-terra, que iniciam organizações de luta pela terra com estratégias e modelos que, segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2019), de modo intencional, se contrapõe ao modelo excludente e destrutivo do capital.

Gabriela, aos 81 anos, guarda um legado de vida e de luta como camponesa em terras alheias, trazendo para a as gerações futuras o sonho da terra e a cultura campesina construída nos campos cerradeiros. Neli, aos 45 anos de idade, inicia a luta em busca da terra para trabalhar e viver com sua família em Três Lagoas/MS e, aos 51 anos, conquista o sonho em 20 de março de 2009. São resistências que (re)existem nas terras de Cerrado, ainda que em territórios cercados de pastagens para a criação gado ou de eucaliptos para a fabricação de papel e celulose.

4.2. Neli Cordeiro de Macedo Magalhães: História de lutas, resistências e esperanças



> Ah! Se eu pudesse o teu chão tocar. E com meu pranto este chão regar. Quem sabe brotaria. O teu pão de cada dia. Teu sonho. Meu sonho. O cerrado brotaria
>
> Roberta Miranda; Thereza Tinoco (2004)

A história da luta pela terra e conquista do Assentamento 20 de Março retrata a força e a determinação dos assentados e, mais ainda, de uma mulher que carrega consigo a identidade camponesa e o sonho de resgatar a dignidade dos povos campesinos e, também, a preocupação com a conservação da flora cerradeira. A primeira diretoria eleita da Associação do Assentamento teve esta mulher como presidenta, a camponesa Neli Cordeiro de Macedo Magalhães, cuja história de vida será aprofundada neste segmento.

A história narrada pela camponesa Neli C. M. Magalhães possibilitou evidenciar o protagonismo feminino nos campos do Cerrado ao manifestar os processos excludentes dos sujeitos que trabalham com a terra, além de apresentar a luta, a resistência e a esperança presente em sua vida, como em muitas outras, que, na busca e na conquista da terra, guarda a cultura identitária dos modos de vida camponês.

Figura 30 - Foto de Neli Cordeiro de Macedo Magalhães



Fonte: Acervo da autora (2020)

A camponesa Neli Cordeiro de Macedo Magalhães, filha de Ana Cordeiro de Oliveira e Vicente Cordeiro de Macedo, nasceu e trabalhou em territórios rurais desde muito cedo. Sua trajetória de trabalho foi de enfrentamento em pesadas atividades nas fazendas.

Neli nasceu em Minas Gerais, na cidade de Minas Novas, no norte do estado. A vida toda morou e trabalhou no campo, começou ainda menina a trabalhar na roça e, com onze anos, limpava troncos de café. Nesse tempo, com a família, já havia migrado para o estado de São Paulo, para Flórida Paulista, na região de Dracena e Bauru; enquanto o pai trabalhava com gado como campeiro, a mãe e as filhas trabalhavam na roça e a irmã mais nova ficava em casa para cuidar dos irmãos menores.

Em sua pesquisa, Silva (2013) descreve que, no norte/nordeste de Minas Gerais, havia a criação de gado nas chapadas e a produção de algodão, milho, arroz e mandioca nos vales. No entanto, a partir do século XX, além da implantação de grandes fazendas de gado, no período do governo militar, em função das políticas desenvolvimentistas a promoção da modernização do campo fomentou o controle de milhares de hectares para a silvicultura, interrompendo as práticas culturais dos povos e seus ambientes naturais.

Houve um desequilíbrio na tradição do uso do território pelos camponeses provocado pela introdução de monocultivos de eucaliptos, acarretando consequências ambientais, transformando a região e a vida campesina, que Silva (2013, p. 165) apresenta descrevendo os efeitos para comunidades e natureza.

> [...] desequilíbrio foi aprofundado, na medida em que a plantação de eucaliptos contribuiu para aumentar os períodos de seca, provocando a secagem de riachos, rios e nascentes de águas nas chapadas e nas grotas e veredas. Tal situação agravou as condições de subsistência de milhares de homens e mulheres, cuja sorte foi marcada pela migração definitiva desta região ou pela migração temporária para os canaviais e cafezais paulistas.

Pode ser que o mesmo tenha acontecido com a família de Neli no estado de São Paulo, trabalhando nas fazendas de cafezais e de criação de gado. A família era composta de dez membros, os pais e oito irmãos. O serviço na roça realizado por Neli, a mãe e as irmãs eram no cafezal, nos amendoinzeiros, nos algodoeiros, nos arrozais e nos cultivos de feijão.

As funções que cabiam às mulheres da família era a de ralear algodão, bater[66] amendoins, cortar arroz, arrancar e bater feijão para complementar a renda. Além desses encargos, elas limpavam o terreno com enxada, quebravam milho, plantavam e colhiam abóboras, plantavam e arrancavam mandiocas.

O ganho era por empreita ou por diária, pago por sacas, no café e amendoim, por arroba, no algodão e por diária, no arroz e feijão. As mulheres ganhavam menos pelo mesmo trabalho desempenhado pelos homens. Neli lembra que as mulheres ganhavam

[66] De acordo com a Embrapa (2014), a ação de bater amendoim na colheita ocorre quando as vagens estão secas e o produtor bate as ramas secas na borda de um balaio de bambu. O processo de bater feijão segue o mesmo processo: com uma madeira, o lavrador bate sobre as vagens secas para liberar os grãos de feijão. Disponível em: https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducaolf6_1ga1ceportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column1&p_p_col_count=1&p_r_p_-76293187_sistemaProducaoId=3803&p_r_p_-996514994_topicoId=3455

onze cruzeiros, e os homens ganhavam quatorze por diária. Silva (2004, p. 466), ao refletir sobre essa questão, observa:

> As mulheres e os jovens de 12 a 16 anos eram considerados meia enxada, como se produzissem a metade do que era capaz de produzir um homem adulto, embora, em muitos casos, pudessem chegar a produzir tanto quanto os homens. Enxada era o trabalhador adulto do sexo masculino, acima dos 17 anos de idade, com plena capacidade física e dedicado integralmente ao trabalho no cafezal e na roça.

Em um episódio ocorrido com sua irmã mais velha, Neli conta que, por ser ligeira, ela carpia a roça e se adiantava na frente de todas as mulheres e homens, seu pai, percebendo este fato, foi até o patrão pedir para igualar o salário da filha ao dos homens pelo motivo da produtividade alcançada por ela, no entanto, o empregador alegou que o ganho da mulher era menor independente da sua produção.

O pai pediu para a filha não apressar o trabalho, desenvolvê-lo de maneira calma e constante, pois não valia a pena e a orientou para ralizar as atividades no ritmo dos outros. O exemplo citado corresponde à desvalorização do trabalho da mulher campesina, comentada por Jhan (2013, p. 25):

> O papel invisibilizado, relegado às mulheres na produção, pode ser atrelado a uma cultura patriarcal, onde o trabalho doméstico e na lavoura desenvolvido por elas não é reconhecido, valorizado e nem valorado, e a divisão sexual do trabalho atua como forma disciplinadora e estabilizadora da força de trabalho.

Nota-se que a família morava e trabalhava na fazenda a partir do contrato de trabalho firmado entre o fazendeiro e o pai da família, ou seja, havia uma relevância ao trabalho do homem. As outras funções realizadas pelas mulheres, informação corroborada por Silva (2004, p. 466), eram temporárias e pagas por serviços prestados.

> Era como se o trabalho familiar mascarasse o trabalho realizado pelas mulheres e crianças, pois era o homem, o chefe da família, quem fazia o contrato de trabalho com o proprietário das terras. O trabalho de sua mulher e seus filhos eram tomados como um pressuposto [...].

A vida no campo, como camponesa e mulher, carrega os estigmas impostos ao feminino. Em relatos, Neli aborda sobre seu primeiro casamento, que durou onze anos, descrevendo o quanto foi difícil e sofrido. Teve três filhos, mas sofreu com a forma truculenta e até mesmo violenta do esposo e, após, não suportando mais, se separou.

> O que eu consegui com o outro, eu deixei tudo, por que eu larguei, eu não queria briga, eu queria paz. Então ele não comprou nada, ele não trabalhou, ele não conseguiu aquilo ali, o que ele ganhava, ele gastava tudo à toa. Eu consegui meu gadinho, eu consegui minhas criação na fazenda, quando eu separei dele, nunca eu peguei um centavo de pensão. Eu queria paz. E ele acabou com tudo e hoje ele não tem nada. Eu dou graças a Deus, tenho o meu sítio, tenho minha casinha na cidade, então, o que ele me tirou, Deus me deu (Informação oral)[67].

Neli já estava casada quando sua mãe se deslocou do campo para a cidade depois do falecimento do marido e, nesse tempo, já com um filho de seis meses, Neli não segue a mãe para o espaço urbano, continuou morando e trabalhando no campo. Seus três filhos nasceram na fazenda e os primeiros anos de estudo dos filhos foram também em escolas rurais.

Depois de um tempo com as crianças crescendo, tiveram que se mudar para a cidade para que os filhos pudessem continuar os estudos. Tempos depois da separação com o primeiro marido, Neli casou-se novamente, constituindo uma família com sete filhos, somando os seus três aos quatro do seu atual companheiro.

> Quando casei com ele, ele tinha quatro filhos e nós criamos os sete filhos. Hoje eu falo, tenho sete filhos e sete netos e fui muito feliz. Com o outro, eu sofri muito, a única coisa boa que eu tive foi os meus filhos, o meu filho mais velho hoje tem 41 anos. Tivemos o prazer de casar seis filhos e de ver nascer sete netos (Informação oral[68])

Relatou que, em 1981, mudou-se para Mato Grosso do Sul e, no início de 1989, deixou o campo e foi para a cidade. Os motivos para esse deslocamento, além do estudo para os filhos, foi um fato ocorrido na última fazenda que morou. A propriedade com seis mil alqueires poderia ceder um espaço de terra para que ela cultivasse uma roça, mas seu pedido foi negado, o gerente alegou que a fazenda era só para pasto e que a área requerida por ela ia ser o piquete dos bezerros.

São os resquícios da expulsão dos camponeses vividos por Neli nas propriedades em mudança, tendo como objetivo central, nas regiões do centro-oeste brasileiro, a criação de gado para exportação, utilizando o modelo de monocultura em grandes extensões de terra. Tal processo é afirmado por Wanderley (2014, p. 28):

> Sem o recurso da produção de subsistência, o trabalhador, expulso do campo, perde os pressupostos mínimos da condição camponesa e passa a viver nas periferias degradadas das cidades, de onde procura

[67] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[68] *Id.*

> ocupação, agora, sem nenhum vínculo, nas colheitas que se sucedem ao longo do ano.

No espaço urbano, o marido conseguiu emprego e Neli iniciou uma forma de obter renda, montou um bar e, nos finais de semana, colocava produtos na feira e, para adquirir tais produtos, se deslocava para fazendas e sítios comprando porcos, frangos e outras mercadorias: "Eu estava na cidade, não tinha estudo, então, fui fazer o que gostava, comprava as coisas, feijão catadô[69], debulhava e vendia na feira, eu fiz feira muito tempo" (Informação oral[70]).

Viveu com o segundo marido por vinte e um anos, mas, quando entraram no lote, na terra dos sonhos, seu companheiro faleceu. A camponesa trabalhou demais a vida toda e diz que hoje não parou ainda de trabalhar porque está no lote do assentamento, porque, se estivesse na cidade, já estaria em cima de uma cama. Aos 63 anos, sempre repete para suas filhas: "trabalho não mata, mas aleija".

Quando foi informada sobre o movimento de luta pela terra no Córrego Moeda em 2003 se interessou porque havia a possibilidade da desapropriação de uma fazenda e compartilhou com o marido a possibilidade de ingressar na luta pela terra. Ao ser questionada pelo esposo da decisão de ir para o acampamento, Neli explica seus motivos:

> Por quê? Trabalhei na fazenda dos outros, não fui valorizada, fui escrava. E os fazendeiros [...] eles queriam a gente pra trabalhar, explorar na verdade, era explorar porque eu trabalhei numa fazenda, essa última fazenda, eu fui cozinheira num bandeco de 12 pião e eu não ganhava um centavo, sabe o que que eu ganhava? A comida minha, dos meus filhos e do meu marido. O meu salário seria a nossa comida. Então eu fiz isso mesmo, um voto comigo e Deus: na fazenda, terra dos outros, eu não vou trabalhar mais. Eu só vou pra terra se eu tiver a minha própria terra, que graças a Deus eu tô nela (Informação oral[71]).

Neli, após anos trabalhando em fazendas, entrou na luta pela terra. Os motivos para que a camponesa não tivesse se inserido antes nos movimentos, além do já relatado, podem ser o fato de sempre ter vivido e trabalhado dentro de grandes propriedades rurais sem contato com outras realidades e com as pessoas que não fossem aquelas que viviam sobre as mesmas condições de vida e de trabalho. No entanto, seu forte vínculo com a terra não a deixou perder a primeira oportunidade à sua frente.

---

[69] De acordo com SILVA, G. B. P. da. (2019), o feijão catador ou feijão de corda, muito apreciado por mineiros e nordestinos, possui elevado teor de proteína e seu desenvolvimento rápido pode resultar em até três colheitas por ano. Disponível em: https://institutoagro.com.br/feijao-de-corda/

[70] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

[71] *Id.*

> Eu gostava da terra, não conseguia me acostumar na cidade, estava na cidade, mas não acostumava. Mudei pra cidade em 89, mas a saudade da terra era porque nasci e me criei na fazenda. Meu marido não se opôs, e eu resolvi ir pra reforma agrária, foi em 2003, na beira do Córrego Moeda (Informação oral[72]).

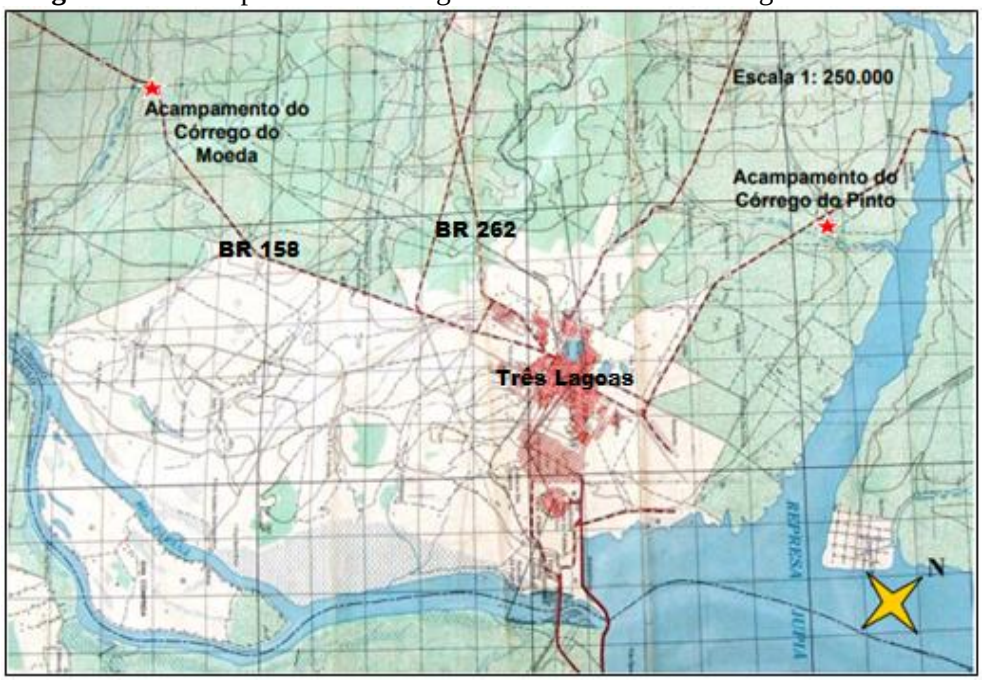
Este aspecto está interligado às identidades, como destacam Conte, Weschenfelder e Cinelli (2010, p. 1): "[...] podemos dizer que as mulheres camponesas ao se constituírem no e pelo trabalho que realizam, experienciam e significam seus universos e suas vidas". A camponesa entrou no acampamento dos sem-terra em novembro de 2003, com a coordenação da senhora Jenir Neves da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas.

> No sindicato rural, tava cadastrando as pessoas que quisessem ir pra reforma agrária. Aí, eu me desloquei até o sindicato dos trabalhadores rurais e fiz o meu cadastro. Além de ser passado por lá, porque, se não fosse trabalhador rural, não passava. Em maio de 2003, fomos para o acampamento (Informação oral[73]).

Contou que montou barraco na beira do Córrego Moeda, na BR 158, que liga os municípios de Três Lagoas e Brasilândia. A reivindicação era para a desapropriação das terras da Fazenda Laço de Ouro, nas proximidades do acampamento no córrego do Moeda, mas como não foi viabilizada para a Reforma Agrária, o acampamento mudou-se para o Córrego do Pinto por motivo de segurança dos acampados e para pressionar a desapropriação de uma fazenda nas imediações. Na figura 31 a visualização dos deslocamentos ocorridos.

[72] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[73] *Id.*

Figura 31 - Acampamentos: Córrego Moeda e Pinto - Três Lagoas/MS



Fonte: Adaptado de Oliveira (2005)

A segunda possibilidade de desapropriação também não ocorreu, decorrendo do desmonte novamente do acampamento e a sua reconstrução às margens do Córrego Arapuá, quando o STRs solicitou junto ao INCRA a desapropriação da Fazenda Arapuá. Permaneceram na beira da Rodovia 262, ao lado do córrego, até a liberação da entrada na terra em 2009.

> A gente ficou ali acampado, depois dali saímos pro Córrego do Pinto, ficamos acampados lá também, aí depois viemos pra cá, pra frente da Fazenda Arapuá. Porque ia sair lá no Laço de Ouro, não saiu, ia sair lá perto do Pontal do Faia, tinha uma fazenda pra ser desapropriada, não saiu, e onde nós *tinha* que levantar os barracos e fazer tudo novamente, e aí viemos pra cá. Quando a gente veio pra cá, todo mundo falava: isso aí não vai sair nada, mas eu sempre acreditei (Informação oral[74]).

Ficaram cerca de seis anos acampados no município de Três Lagoas. Tempos de sofrimentos, resistências e esperanças. Vida difícil para conciliar a luta pela conquista da terra nas participações dos movimentos e na busca da provisão do dia a dia para a sobrevivência, pois havia a necessidade de permanecer no barraco acompanhando as ações promovidas pelos organizadores do acampamento, mas também a urgência de trabalhar para suprir as demandas da subsistência.

[74] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

Não há nenhum romantismo no ato de acampar, é uma luta social, na qual estão presentes, conforme Loera (2014, p. 124), "[...] o medo, a incerteza, a desordem, a presença de agentes externos aos sem-terra, a inexperiência dos novos acampados, a falta de bens básicos do mundo das ocupações [...]", alguns dos sofrimentos enfrentados em um acampamento que Neli vai narrando de acordo com as lembranças sobre o tempo em que ficou acampada:

> Tinha que os marido trabalhar e as mulheres ficar no barraco, porque senão não comia, né? [...] Nós ficamos seis anos acampados...nós ficou dois anos no córrego do Pinto, dois anos lá e mais quase dois anos aqui. Nós fez três acampamento, foi a média de dois anos, um ano e pouco, dois anos um pelo outro (Informação oral[75]).

Para Stédile e Fernandes (2012, p. 116-117), a ocupação de terras é uma estratégia que une as pessoas em torno de um mesmo objetivo, "[...] ela é fundamental, é a essência do movimento". O contato, a organização, a convivência entre os acampados faz do movimento uma ação coesa. É a decisão e a necessidade das pessoas que fazem acontecer o movimento, "[...] o ato prático das pessoas, do tipo: 'Eu quero, preciso e vou'". Stédile e Fernandes (2012, p. 117) explicam que a ocupação também tem a importância de promover a execução da lei. "Outro aspecto é que ela desmascara a lei. Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupação".

É certo que a ocupação não é uma ação fácil, porque demanda de resistência para ficar morando em barracos à beira de pistas com tráfego constante, com todo tipo de perigo, ao sol quente, no calor, sem muitas condições para a higienização local, falta água e energia elétrica, sem os confortos que, mesmo de forma insuficiente, a cidade proporciona. São enfrentamentos que, muitas vezes, levam algumas famílias a desistirem da luta pela terra, processo descrito na fala de Neli.

> Teve muita gente também, que nós éramos 346 acampados, aí uns desanimaram, outros morreram e outros foram pra outros acampamentos lá pelos lados de Castilho, mas eu, como acreditei, fiquei até o fim, quando que, no dia 21 de dezembro de 2008, o INCRA veio fazer o levantamento e o cadastro do pessoal (Informação oral[76]).

[75] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[76] *Id.*

O movimento liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais não foi iniciado pelos próprios camponeses, como pode-se verificar na fala de Neli: “Ai, eu desloquei até o sindicato dos trabalhadores rurais e fiz o meu cadastro”. Mesmo tendo sido organizado a partir de cadastro, valeu-se de ações desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como o acampamento à beira da estrada. “Além de ser passado por lá, porque, se não fosse do rural, não poderia pegar a terra. Mas, nessa parte, eu passei porque a carteira do meu esposo era rural. Isso foi em maio de 2003” (Informação oral[77]).

Stedile e Fernandes (2012) explicam que, no período da Ditadura Militar, entre as décadas de 1960 a 1980, o sindicato teve grande importância como um instrumento de luta pela reforma agrária, mas, quando nasceu o MST, este se diferenciou do sindicato porque sua característica era de um movimento popular em que todos são aceitos sem ter que provar a sua identidade camponesa.

No sindicato o homem se configura como majoritário nas discussões e participações em reuniões, organizações e decisões; no MST, segundo Stedile e Fernandes (2012), todos participam com os mesmos direitos: mulheres, crianças, jovens e idosos e com poder de decisão. É a valorização da família onde todos têm voz e vez. Conforme Fernandes (1998, p. 28):

> Durante meses, analisam a conjuntura política, constroem os conhecimentos necessários para interpretá-la e procuram tomar decisões a respeito dos seus destinos. É um trabalho feito pelos próprios trabalhadores, a partir de suas experiências vividas. Com a consolidação dos grupos de famílias e da tomada a decisão de mudarem os rumos de suas vidas, partem para a ocupação da terra.

Para ser aprovada no movimento, Neli teria que apresentar documentos provando que era trabalhadora rural e a carteira que apresentou foi a do marido, porque, embora tenha trabalhado a sua vida toda no campo, não possuía nenhum documento comprovando tal fato. Além da luta pela terra, a mulher tem também que lutar pelos direitos trabalhistas. Gaspareto e Menezes (2013, p. 306) assinalam que a corrida pelos direitos das mulheres campesinas ocorreu principalmente no período de 1995 a 2000:

> [...] a luta das mulheres agricultoras é marcada pela campanha da documentação, pelo surgimento da Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em nível nacional e no Sul do Brasil,

[77] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

> destacando como bandeiras de luta: direito à saúde, educação e o debate em torno do modelo de agricultura.

Os direitos foram conquistados, mas nem sempre foram cumpridos. A desigualdade no campo entre os trabalhadores e as trabalhadoras, em que as atividades realizadas por mulheres são desvalorizadas, são destacadas por Afonso e Scopinho (2015, p. 249): "No trabalho como 'boia fria' enfrentam menores salários, maior frequência de não registro de carteira de trabalho do que os homens". Dessa forma, entende-se a necessidade da camponesa em apresentar a carteira de trabalho do esposo, já que seu trabalho não era valorizado, também não era valorado, ou seja, não reconhecido socialmente.

O movimento iniciado e organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas exigia a carteira para comprovar a identidade camponesa, requisito para ingressar no movimento em busca da terra. O sindicato enquanto organizador exigiu um cadastro, estabelecendo algumas estratégias para o funcionamento do acampamento, como destacado por Neli. "[...] se você não ficasse no barraco, não pegava terra, então, o modelo era esse. Tinha que ter a luta, então, por isso que a gente ficava e, como eu queria muito, eu não desisti" (Informação oral[78]).

Neli conta ainda que, durante o tempo em que estavam no acampamento, havia algumas reuniões com o sindicato e com o líder do acampamento, tendo orientações para não ocupar as terras em análise pelo INCRA, com discussões sobre os problemas próprios do acampamento. Como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais era filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), algumas vezes aconteciam reuniões com representantes da Fetagri:

> Nós nunca entramos pra dentro da fazenda. Ficamos na beira da pista, um perigo danado, hoje que a gente vê isso, o meu barraco era bem na baixada, se desgovernasse uma... quando você tá naquela fúria pra pegar, nem pensa nisso. Barraco de lona, que segurança tinha? Se a pessoa passava... ponhava cadeado na porta por respeito, porque se passava uma faca naquela lona cortava, e o meu era bem naquela baixada ali do corgo, era o segundo barraco de lá pra cá (Informação oral[79]).

A nova estratégia da luta pela terra em acampamentos à beira de estradas e rodovias, e não mais a ocupação das terras dentro das fazendas, começou após a Medida

[78] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[79] *Id.*

Provisória efetivada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso em seu segundo mandato, como esclarece Cardoso (2009, p. 23).

> Um claro exemplo da criminalização aos movimentos de luta pela terra foi a criação da MP 2.027-38, em maio de 2000, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. A medida impedia a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas, buscando dessa forma inibir a prática de ocupações, que aumentaram cerca de 300%, nos quatro primeiros anos de seu mandato.

Por isso, a orientação para não entrar na terra pleiteada para a "Reforma Agrária", construindo os barracos ao lado da terra a ser desapropriada, e não dentro dela, normalmente à margem de rodovias, ou seja, em lugar público, fora do domínio imposto juridicamente pelo governo.

E, na persistente luta para a conquista da terra, após aproximadamente dois anos diante da Fazenda Arapuá, debaixo de barracos de lona, esperando a decisão do INCRA para a sua desapropriação, em 21 de dezembro de 2008, o órgão governamental realizou o tão esperado cadastro das famílias acampadas para o "corte" dos lotes.

> O Incra fez o cadastro com a gente no sindicato rural dia 21 de dezembro de 2008, aí, depois que ele deu autorização pra nós entrar na fazenda, foi dia 20 de março de 2009. Depois que a gente entrou na fazenda que o Incra liberou, a gente ficou ainda debaixo do barraco, lá embaixo dos pé de manga, na sede, até setembro, sem ser cortada a terra. Aí depois, dia 19 de setembro de 2009, é que foi o sorteio da terra. Todos os assentamentos saem com o nome da antiga fazenda, aqui era pra ser Assentamento Arapuá, mas, como entramos na terra dia 20 de março, então resolvemos dar o nome de 20 de março, mas teve que mandar um documento pra Brasília, o Incra mandou a documentação e foi aprovado (Informação oral[80]).

Nas lembranças dos tempos difíceis, quando da entrada da terra, após ter passado pela resistência que o movimento exige, ficou ainda, por alguns meses, permanecido acampada dentro da terra conquistada. Na figura 32, o espaço em torno da sede da fazenda onde foi armado o último acampamento, que sem luz, sem água e sem estradas, a camponesa denuncia o abandono do assentamento por parte do governo. "[...] aí depois que cada um foi, sem estrada mesmo, fazendo seu barraco do jeito que pôde, morando dentro dos barracos, e hoje tem as casinhas [...]" (Informação oral[81]).

[80] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[81] *Id.*

Figura 32 - Foto do local do acampamento na entrada da terra



Fonte: Acervo da autora (2019)

Conforme seu depoimento, nenhuma família teve recurso do governo para a construção das casas. Foram reconhecendo a demarcação de seus lotes e improvisando formas de sobreviver, de construir moradias e de iniciar a produção na terra. Em meio a estes acontecimentos, a camponesa relatou um fato muito triste em sua vida:

> No meu lote, infelizmente eu fui muito sem sorte, porque, com doze dias que peguei meu lote, eu perdi meu esposo numa descarga elétrica. A gente foi fazer o primeiro serviço aqui dentro do assentamento no nosso lote e meu marido foi fazer a baliza, ele colocou a primeira baliza no local, onde o Incra tinha demarcado, aí a gente foi ponhá lá no final e, quando chegou lá, como era mês de outubro, a rede tava muito quente, tava baixa e o bambu verde era condutor de energia e a gente não sabia (Informação oral[82]).

Logo de princípio percebe-se a falta de assistência aos assentados, ou seja, são instalados na terra e deixados sem auxílio na organização do assentamento e na estruturação dos lotes. Sem orientações, procuram com suas próprias forças organizar minimamente o espaço conquistado.

[82] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

Muitos dos assentamentos brasileiros carecem de infraestrutura, apresentando problemas com a desapropriação, a divisão dos lotes e a estrutura básica para as famílias. Esta realidade é apontada por Hora, Mauro e Calaça (2019, p. 144): "Em muitos casos, as áreas desapropriadas ou adquiridas sequer possuíam condições para produção ou infraestrutura mínima para a locação de moradias". E, nos relatos da camponesa, este descaso público político traz graves consequências:

> O que eu fiquei muito chateada, de além de perder meu esposo, porque depois que eu perdi meu esposo, o pessoal da Enersul veio aqui no assentamento, um mês depois que eu perdi meu esposo, dar uma palestra. Explicar pra... por que não tem nenhuma placa ali indicando quanto que você tem que manter a distância, nada. E o Incra também, ele fez um erro muito grande, porque eles falam que tem que ser quinze metros pra dentro da rede, e o Incra demarcou depois assim, quase depois assim, quase debaixo da rede, ele colocou o marco (Informação oral[83]).

Quando se refere à resistência, é isso que a palavra significa: resistir às intempéries, resistir aos obstáculos, resistir às necessidades, resistir às dificuldades e aos sofrimentos. É a luta pela conquista da terra e a luta para nela sobreviver, trabalhar e permanecer. No caso da Neli, a resistência foi mais que tudo isso:

> Então, meu esposo tava cavando com a cavadeira. Não morreu eu e meu neto porque estava em cima do trator e meu neto falou, "vó, eu tô com fome", aí peguei e falei, "tem bolacha". Se meu neto não estivesse comendo, ele tinha descido junto com o vô, e aí eu tava no telefone com a filha, por isso que eu não tinha decidido também ainda, porque eu tava dirigindo o trator [...] Então ele tava cavando, ele não ergueu o bambu, ele deixou em cima da cerca, ele marrou um saco, vestiu um saco, daqueles sacos de sal, pra fazer a bandeirinha e marrou com arame e ficou em cima da cerca, mas o bambu tinha dez metros e meio. Aí o que aconteceu? Do que ele marrou lá em cima, ele estava cavando, tava do lado do pé dele, do lado que o Incra demarcou, aí, quando escutei, só foi o baque: meu marido caiu. Que eu olhei pra ele, falei: "bem, pelo amor de Deus, você machucou?" Porque, em 2001, tinha fraturado a coluna e a gente tinha muito cuidado com ele, e falei: "você não viu esse buraco?" Ele não respondeu, e falei pro meu neto: "o vô machucou". Meu neto pulou do trator, atravessou a cerca, quando ele chegou lá, o pé do meu marido tava pegando fogo e ele falou: "vó, vó, o pé do vô tá pegando fogo", aí eu desci e falei assim: "fío, vamo tirá seu vô daqui". Eu não sei onde achei força, eu arrastei meu marido, o celular caiu, sabe? Arrastei ele, aí que o fogo pegou mesmo, meu desespero é que meu marido estivesse vivo e queimando vivo, mas ele tava morto já (Informação oral[84]).

[83] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[84] *Id.*

Aos doze dias da entrada na terra sonhada e buscada com tanta esperança e luta, Neli perde o esposo de forma trágica. Um golpe capaz de desestruturar a saúde emocional, mental e física de uma pessoa. Neli entra em depressão e abandona o lote, voltando para a cidade sem ânimo para dar continuidade ao processo da conquista da terra:

> Um mês depois, o pessoal veio dar explicação, eles viram o acampamento que tinha ali na frente, ficamos mais de ano ali, quase dois anos, sabiam que ia sair o assentamento, por que que não vieram antes? Dar uma palestra pra gente, né? Orientar, e não tinha uma placa, nada indicando, até hoje não tem. Só que o mato tava muito grande debaixo da rede, que diz que puxa também, e depois que meu esposo morreu, eles vieram até dentro do meu lote roçaram, uma empreiteira da empresa, só que infelizmente eu perdi meu esposo. E então, aí depois, eu fiquei nove meses sem vir aqui, fiquei com muita depressão, meus filhos não queriam que eu ficasse sozinha aqui, aí meu genro veio trabalhar comigo, aí meu menino também veio trabalhar comigo e foi onde tamos trabalhando até hoje (Informação oral[85]).

A identidade camponesa de Neli não permitiu que desistisse do lote. Depois de um tempo para se recuperar da sua perda, ainda triste, mas com forças suficientes para tocar a vida e o lote, ela volta para organizá-lo, construindo o barraco, detalhado na figura 33, com a mínima estrutura inicial, visando seguir com o projeto idealizado por ela e o marido no trabalho com a terra.

Figura 33 – Foto da primeira moradia construída no lote de Neli



Fonte: Acervo da autora (2019)

[85] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

De acordo com Feldens; Fusaro e Carvalho (2018), as identidades estão estreitamente ligadas às culturas. Existem elementos significativos que contribuem para o reconhecimento das identidades e estes estão relacionados a heranças culturais de povos grupos que se identificam. As identidades, a partir dos elementos culturais, são manifestadas como referências identitárias para indivíduos e povos. Feldens; Fusaro e Carvalho (2018, p. 290) reiteram que:

> Ao pensar a cultura de um povo, pode-se facilmente verificar que ela é constituída por diversos elementos e características que estão compondo sua história, seus hábitos, tradições, saberes e memórias, atravessados por elementos das práticas cotidianas, alimentares, econômicas, de produção, e suas extensões no campo social. Estes e outros infinitos elementos, específicos de cada comunidade, com aspectos coletivos e singulares, que caracterizam a cultura [...] de uma sociedade.

A identidade camponesa de Neli se manifesta quando ela confessa que, embora as circunstâncias da vida a tenha levado a morar na cidade, não se acostumou com a vida urbana. Entra no movimento em busca da terra própria, porque não quer mais sujeitar a sua força de trabalho aos proprietários de fazendas que não a valorizam. O segundo momento a evidenciar a identidade camponesa foi com a perda do esposo, mas, passado o tempo necessário, volta para a terra conquistada e coloca em prática o sonho nutrido por tanto tempo.

> Graças a Deus tenho tido força, porque o que eu passei pela perca do meu marido, achei que não ia viver mais, eu não tinha chão pra pisar. Essa estrutura, quem me dá é Deus e minha família, porque meus filhos chegaram pra mim e falaram "nós precisa de você, você é nossa estrutura" (Informação oral[86]).

As identidades individuais se compõem em sentimento de pertencimento, a categorias ou grupos, com o meio de convivência, que podem ou não representar classes sociais, como pode ser verificado em Afonso e Scopinho (2015, p. 251-252) ao discorrerem sobre as representações sociais:

> [...] as representações sociais são uma forma de conhecimento comum a um determinado grupo social sobre algum objeto relevante para a sua existência, no entanto, são mais do que opiniões sobre algo, ou imagens de alguma coisa, elas estão mais próximas de "teorias", de uma espécie de "ciência coletiva" destinada à interpretação e construção da

[86] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

> realidade. Elas criam o senso comum e a realidade, facilitam a comunicação e fortalecem a identidade entre pessoas de um mesmo grupo que as compartilha, além de direcionarem comportamentos e relações com o meio.

O objeto comum que identifica os camponeses é a terra de viver, a terra de sustento e de trabalho. Afonso e Scopinho (2018) enfatizam a importância das representações sociais, porque essa dimensão possibilita o conhecimento das identidades, valores e culturas criadas, herdadas e mantidas.

A identidade cultural campesina pode ser reconhecida através de uma variedade de características presentes no modo de viver, nos símbolos e simbologias impressos no cotidiano, no lidar com a terra, nos bens e nos materiais utilitários, como também estão presente nas áreas domésticas, na forma de produção, no trato das enfermidades e nas crenças. Silva e Cury (2015, p. 30) indicam ainda uma distinção peculiar aos camponeses:

> O camponês é o sujeito que utiliza a terra como meio de sobrevivência, plantando e colhendo o que necessita para a sua mesa [...]. Este homem e mulher do campo são conhecedores da natureza, dos astros e dos elementos que está ao seu redor, sabe a direção do vento, da chuva, seu conhecimento já existia antes mesmo da ciência.

Outra condição básica para a identificação dos camponeses, ainda de acordo com Silva e Cury (2015, p. 32), é a não "[...] separação do trabalhador dos seus meios de produção e nem sujeição do trabalho ao capital. O que está sujeita é a renda da terra". Ao participar da luta pela terra, é possível notar os atributos correspondentes aos modos de vida camponesa e ao organizar o assentamento (Figura 34).

Figura 34 – Foto dos detalhes do lote de Neli



Fonte: Acervo da autora (2019)

O cenário camponês se faz presente em cada cantinho, em cada pedacinho, nas construções, ações e formas. Nota-se estes elementos culturais do campesinato na organização do lote, nos modos de vida de Neli, nas crenças, nos saberes e no cotidiano dos afazeres desvendados de maneira muito simples.

Neli foi a primeira presidenta da associação que, com muita luta, conseguiu parcerias para alavancar a produção no assentamento. Ela conta que, em outubro de 2010, as famílias assentadas estavam sem projetos, ajuda técnica e fomento para as construções das casas e estrutura para iniciar a produção.

Iniciaram a formação de uma associação, pois, segundo seu relato, o INCRA, no cadastramento para a divisão dos lotes, havia orientado sobre a necessidade de uma associação. Ocorreu que nenhum assentado se prontificou a presidir a associação, insistindo na indicação do nome da Neli, pedindo para que aceitasse o cargo.

> Aí, como viram que eu estava depressiva, ficou aquela torcida em cima de mim. Falei: “gente, eu não tenho estudo, eu não quero”. Mas aí acabei montando essa chapa, porque eu queria ver o negócio crescer, eu queria ver desenvolver, eu tava vendo que a gente não conseguia nem um projeto porque não tinha, só vem através da associação [...] aí foi

> aonde eu criei essa associação, fiquei três anos [...] no tempo do meu mandato, graças a Deus muitas coisas fluiu (Informação oral[87]).

Uma das realizações almejadas e efetivadas foi o viveiro de mudas do Cerrado. Era um sonho de Neli resgatar o que é natural da região e pensava principalmente no pequi. Juntamente com o pequi, muitas espécies frutíferas do Cerrado têm sofrido extermínio justamente pela supressão da vegetação nativa para a produção da floresta de eucalipto.

> Cerrado, pra mim, é o piqui, marolo, o cajuzinho do campo, a guavira... então, quando eu comecei no viveiro, o pequi era o maior sonho meu. Por quê? Eu conversando com o pessoal que plantaram o eucalipto, deixaram 100 pés de pequi perto da Piaba e aí monitoraram essas árvores e dos 100, sobrou 40 pés, os outros morreram porque o pequi não aceita grade, se gradiar perto dele, ele morre, ele não gosta de adubo, ele gosta da matéria dele, que é a madeira podre que vai caindo, natural, do jeito que ele é, ele aguenta. Então eu pensava assim, vai acabar, e como de fato, os nossos pequi que nós tem, eu tenho plantado aqui no sítio, eu comprei doze mudas, duas morreram, mas é o pequi lá de Goiás, o seu Manoel aqui tem mais de 200 pés, já vendeu muito pequi esse ano, desde o ano retrasado que ele tá colhendo pequi (Informação oral[88]).

Além de presidir o assentamento, Neli era também coordenadora do grupo de mudas do Cerrado, que, com muito empenho, enfrentando os trâmites administrativos das políticas públicas, em 2013, inaugurou o viveiro de mudas do Cerrado, representado na figura 35. Conquistado através de subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o projeto de mudas do Cerrado traria muito orgulho para Neli e, também, para o Assentamento 20 de Março.

[87] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[88] *Id.*

Figura 35 – Foto do Viveiro de Mudas do Cerrado



Fonte: Acervo da autora (2019)

O viveiro de mudas, sonho que trazia consigo como uma meta, tinha como objetivo o cultivo de mudas das espécies cerradeiras, sua distribuição para a recuperação da vegetação nativa onde fosse possível e, também, pretendia viabilizar renda para as famílias e os filhos jovens do assentamento com a venda das mudas.

> [...] nós conseguimos o viveiro pelo BNDS. Pela associação, veio 318 mil no tempo que eu fui presidente. Por que eu escolhi um viveiro? Por causa que faltava muito trabalho, eu tava pensando nesses jovens aqui do assentamento, como que eles iam trabalhar, então eu pensei assim: "se nós criar um viveiro, vai dar emprego, vai dar trabalho pras pessoas". E eu também pensava muito no reflorestamento do Cerrado. Eu amo muito o Cerrado, eu vejo o Cerrado degradando, então hoje eu já não vejo mais a croáça, eu não vejo mais o cajuzinho do campo que eu conheci, sabe? Então eu queria, na verdade, era resgatar o Cerrado, né? A muda do Cerrado. Aí foi onde optei pra ter isso daí (Informação oral[89]).

Enquanto coordenadora do grupo de mudas do Cerrado, com muita persistência e trabalho, conseguiu, juntamente com uma pequena equipe, a aprovação do projeto e a

[89] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

inauguração do viveiro em novembro de 2013. A persistência de vida na terra e a admiração/respeito pelo Cerrado foram reconhecidas pela comunidade assentada, que, na inauguração do projeto viveiro de mudas do Cerrado, homenagearam-na, nomeando o viveiro com o nome do marido falecido dentro da terra conquistada: "Viveiro Jairo Cesário Magalhães", como mostra a placa da figura 36

Figura 36 – Foto da Placa em homenagem ao camponês Jairo César Magalhães



Fonte: Acervo da autora (2019)

Neli sentiu gratidão pelo carinho da comunidade do Assentamento 20 de Março e ela se surpreendeu com a homenagem, manifestada no reconhecimento pelas realizações em benefício aos assentados, como também em razão da admiração e do respeito pela liderança que ela representa para toda a comunidade:

> E hoje, pela gratificação muito grande quando eu ainda era presidente quando foi a inauguração do viveiro, o pessoal chegou em mim e falou qual era o nome que eu daria pro viveiro, e eu falei assim: "eu colocaria reflorestamento do Bolsão". Mas aí já tava com o nome lá pra me homenagear: do meu marido! Então eles me perguntaram, não passou pela minha cabeça, fiquei muito feliz, chorei muito, aí eles falaram: "e se for esse nome?" Já tava no notebook, e se for esse nome? Aí não tive palavras, chorei muito e abracei o pessoal, a comunidade (Informação oral[90]).

[90] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

Gratidão e respeito são valores cultuados pelos pares nas comunidades camponesas. O projeto concretizado auxilia e sustenta a confiança que os companheiros depositam em Neli pelas conquistas concretizadas, pelos projetos alcançados e pelas construções realizadas. Na figura 37, as comemorações e as solenidades da fundação do viveiro com a presença de representações políticas, de órgãos públicos e de instituições privadas do município

Figura 37 – Foto da inauguração do Viveiro de Mudas do Cerrado



Fonte: Arapuá News (20/03/2017)

Neli conta que o viveiro favoreceu aos jovens do assentamento, inclusive para o primeiro contrato com carteira assinada, significando renda para as famílias e a possibilidade para os filhos jovens permanecerem no campo (Figura 38). “Hoje eu vejo gente trabalhando no viveiro [...] e, pra mim, é muito gratificante [...] e muitas pessoas ainda têm renda de lá hoje, têm emprego com carteira registrada. Então, hoje fico muito feliz de ver” (Informação oral[91]). Na figura 38, alguns destaques do viveiro.

[91] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

Figura 38 – Foto do Viveiro de Mudas do Cerrado



Fonte: Acervo da autora (2019)

Muitas pesquisas têm sido realizadas para detectar e compreender os fatores que dificultam a permanência dos jovens camponeses no campo, apontando resultados como falta de perspectivas e de oportunidades na formação pessoal e profissional, como também os apelos atrativos da sociedade contemporânea urbana, contrastando com os modos de vida no campo.

Abramovay et al (2001) mostraram em estudos correlatos que os fatores determinantes nas decisões dos jovens camponeses em permanecerem ou saírem da terra se relacionam à renda enquanto retorno da produção para o núcleo familiar, resultando na desmotivação diante das opções que as cidades oferecem.

Outro fator preponderante que apareceram nos resultados da pesquisa consistiu na pouca escolaridade dos jovens que vivem no campo, ou seja, a busca da formação pessoal é uma condição para a migração em direção às cidades. Abramovay, et al (2001, p 4) destacam que os fatores mais determinantes "[...] são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado".

As perspectivas identitárias de cidadania e as opções que a vida urbana oferece nos setores educacionais, profissionais e de lazer são razões que levam os jovens a desistirem do campo. Corroborando para a compreensão desta realidade, Oliveira; Rabello e Feliciano (2014, p. 137) afirmam que:

> Os motivos do passado se misturam com os atuais, onde o êxodo rural neste caso, não é fruto apenas de uma lógica que dita que a urbanização é o mundo das possibilidades, enquanto o campo é uma área atrasada, colocasse na inviabilidade de questões materiais e estruturais predominantes no modelo produtivo agrícola do campo brasileiro,

> produzindo invisibilidade social para os jovens, pois a falta de políticas públicas exclui estes indivíduos da produção rural e minam suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural.

Tal realidade envolvendo a juventude que vive no campo em unidades de assentamentos tornou-se presente no Assentamento 20 de Março, e Neli, atenta, buscou uma forma de contribuir para a permanência dos jovens camponeses junto às suas famílias na esperança que o viveiro pudesse dar emprego aos jovens e impedisse que eles fossem para a cidade à procura de trabalho.

O financiamento do BNDES foi utilizado para a organização da estrutura funcional do viveiro, como verifica-se na figura 39, como estufa, cercas, organização dos canteiros, preparo do solo, compra das mudas de espécies cerradeiras e escritório. O trabalho pensado para os jovens seria no manejo das mudas, e os salários viriam da venda das plantas.

Figura 39 – Foto de estufa, semeadura, canteiros, galpão de manuseio



Fonte: Acervo da autora (2019)

O tempo da gestão de Neli no viveiro de mudas teve resultados muito positivos, mas, foi interrompida por motivos familiares, levando-a a se afastar definitivamente do projeto, que passou a ser administrado por outros componentes da associação. Este fato ocorrido atravancou o desenvolvimento que a camponesa almejava para o projeto.

> Eu só saí da associação porque minha mãe ficou muito enferma, eu tinha que cuidar da minha mãe e eu tava criando uma cooperativa,

> inclusive consegui criar essa cooperativa, mas aí não achei ninguém pra assumir a coopervinte que era o viveiro, ela tá aí, mas tá parada. Quando eu era presidente, não cheguei nem a atuar, porque, na época, a minha mãe ficou muito ruim e eu não parava aqui, era pra lá e pra cá. Aí foi aonde que eu passei o cargo, aí as pessoas não assumiram a cooperativa, tá lá em aberto, mas tá parada. Porque o meu sonho era expandir bastante, o viveiro tá indo, mas não tá como eu queria (Informação oral[92]).

Os lotes do Assentamento 20 de Março tem dezessete hectares, nos quais treze são de uso produtivo e para moradia, e os quatro hectares restantes fazem parte da área de reserva legal. Com poucas variações entre os lotes, ao selecionar o tamanho da área para cada família, o INCRA leva em consideração alguns aspectos, como local próximo de corpos d'água e a qualidade dos solos. A reserva foi deixada em uma única área, ou seja, sem a fragmentação em cada lote.

No lote, foram construídas duas casas, a casa da Neli e de sua filha. A casa da Neli, construída pelo filho que mora e trabalha na cidade, é bem pequena, possui um quarto com duas camas, guarda-roupa e televisão. No quarto, existe um pequeno corredor com acesso ao banheiro e, ao lado, uma cozinha muito pequena. Um tempo depois, Neli e as filhas financiaram a construção de uma varanda grande no fundo, e ali funciona atualmente a sua cozinha. Ao lado da casa, a camponesa manteve o barracão, que era a primeira estrutura de moradia construída ao entrar no lote como mostra a figura 40.

Figura 40 – Foto da residência atual e barraco-construção para a posse no lote



Fonte: Acervo da autora (2019)

[92] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

A casa da filha possui uma cozinha grande e um quarto amplo com banheiro. No quarto, tem três camas, guarda-roupa, mesa e televisão. Ao lado, uma varanda grande, que serve de apoio para o trabalho com as hortaliças. Em direção à horta, existe uma construção, na qual são guardadas as ferramentas e os insumos agrícolas. Na figura 41 alguns aspectos mostrando o local do trabalho com algumas árvores frondosas que dão sombra no local da preparação das verduras, onde são realizadas as pesagens e empilhadas várias caixas para o transporte das verduras.

Figura 41 – Foto da casa de apoio no manuseio com as hortaliças



Fonte: Acervo da autora (2019)

Entre as duas casas, existe um pequeno pomar com laranjeiras, limoeiros, mamoeiros, gravioleiras, cajueiros, bananeiras e amoreiras. Desde o início, o lote foi destinado à produção de hortifruti, sendo que o plantio de frutas, ainda em início, tem produzido banana, limão e caju.

De acordo com Neli, no lote, ainda caberia a criação de gado. Era uma das atividades que seu esposo tinha como meta: “E, se ele tivesse aqui, nós tinha gado

também, porque ele tava com plano de engordar novilha" (Informação oral[93]). Destaca ainda que o lote seria muito diferente, teria mais estrutura e organização "Era muito mais, porque o homem era muito trabalhador, ele não tinha preguiça e era muito organizado" (Informação oral[94]).

> Este ano vai fazer 11 anos de sua morte. A gente era muito feliz. Eu sinto muito. É por isso que eu falo, hoje eu não quero mais ninguém na minha vida, porque eu tive dois casamento, tive um bom e tive um ruim, tive essas duas experiências e eu sei que uma pessoa igual o meu véio eu não vou achar mais (Informação oral[95]).

Um dos motivos para Neli não ter realizado a criação de gado foi pelas limitações físicas, porque relatou que tem experiência para as tarefas no pasto. Narra os afazeres cotidianos em que seu dia começa muito cedo. Os homens que trabalham na horta iniciam as atividades às 5 horas. O processo de colheita, limpeza, lavagem, armazenamento em caixas e pesagem deve ser realizado na parte da manhã, enquanto o sol não está tão quente.

Praticamente todos os dias são preparados os produtos hortifrúti para serem entregues na cidade de Três Lagoas. Estas atividades se tornam rotineiras, mas as primeiras tarefas do dia de Neli é alimentar os porcos e as galinhas como observa-se na figura 42. Depois, ela toma o café da manhã e começa a lida com as verduras.

[93] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[94] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[95] *Id.*

Figura 42 – Foto: cuidados com os animais domésticos



Fonte: Acervo da autora (2019)

A camponesa não faz nenhuma atividade diretamente na horta porque tem limitações físicas, mas participa de todo o processo de limpeza, lavagem e pesagem das hortaliças. Depois de finalizar o trabalho com as verduras, ela volta para sua casa e vai lidar com os afazeres diários da casa: arrumar, limpar, lavar louças e fazer o almoço. Na figura 43, a presença dos homens que cuidam da produção e colheitas das hortaliças, que são três: dois diaristas que trabalham até o horário do almoço e o filho da Neli.

Figura 43 – Foto dos diaristas na horta agroecológica – lote Neli



Fonte: Acervo da autora (2019)

As produções do lote são direcionadas para as feiras em condomínios e para a feira na UFMS, que funcionou até a pandemia, e início de 2022, mas que, durante o período da pandemia foi substituída pela entrega das verduras nas casas dos participantes do projeto de extensão. As verduras também são entregues na feira convencional da cidade, além da distribuição para os restaurantes do quartel e da empresa Suzano Papel e Celulose e para o Programa de Alimentação Escolar (PENAE).

Não é somente da horta da Neli que as verduras são comercializadas, pois o assentamento possui uma associação de produtores de hortifrúti. As famílias levam os seus produtos até a casa de apoio no lote da Neli, na qual são pesados e acrescentados para serem transportados. Na figura 44, mostra Neli realizando a pesagem dos produtos entregues pelos assentados e sobre o transporte das verduras, são dois motoristas responsáveis, sendo um deles o coordenador da associação (o genro da Neli), o segundo motorista é contratado.

Figura 44 – Foto: Limpeza e pesagem das hortaliças



Fonte: Acervo da autora(2019)

Na UFMS, foi desenvolvido o projeto “Grupo de Sacolas Agroecológicas”, com o intuito de viabilizar o escoamento da produção das hortaliças agroecológicas dos assentados do 20 de março, efetivado por professores e alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação do curso de Geografia, Campus II de Três Lagoas.

O projeto iniciado em 2015, a princípio, conforme Mercadante e Almeida (2019), era realizado semanalmente com a entrega de sacolas com os gêneros alimentícios aos

consumidores, contendo itens específicos à sazonalidade anual, respeitando a diversificação da produção de cada família camponesa.

Mercadante e Almeida (2019) destacam, nesse processo do desenvolvimento do projeto, a ausência da intervenção de revendedores, ressaltando a importância para a comercialização direta dos produtos entre os assentados e sua clientela. Expõem ainda que, em 2016, houve uma mudança na forma da oferta das hortaliças, passando da distribuição em sacolas para a feira livre semanalmente na UFMS, Unidade II.

Como descrito anteriormente, o projeto de extensão sacola da feira na UFMS, em março de 2020, teve que ser alterado, pois a feira livre deixou de ser realizada na UFMS, sendo substituída pela compra on-line, por meio do *WhatsApp*, quando as entregas passaram a ser feitas diretamente nas casas dos consumidores, haja vista o cenário da pandemia. No ano de 2022, em vista de certa melhoria no controle da pandemia, a feira livre foi retomada no espaço da UFMS, Unidade II.

Na pesquisa realizada por Mercadante e Almeida em 2019, foi possível verificar a percepção dos consumidores dos alimentos cultivados no Assentamento 20 de Março, utilizando técnicas agroecológicas. Dentre os quesitos levantados, verificou-se acerca da qualidade, da diversificação e da opinião sobre o projeto, por Mercadante e Almeida (2019, p. 127),

> Um ano após o início do projeto das sacolas, em 2016, o LABET elaborou e aplicou o primeiro questionário para avaliar o nível de satisfação dos consumidores. As questões relacionavam grau de satisfação à quantidade, à qualidade e à diversidade dos produtos, além de inquirir os consumidores sobre as vantagens de consumir esse tipo de produto. As conclusões foram as seguintes: 64,7% dos consumidores consideram suficiente a quantidade semanal de produtos e 29,4% a consideram excessiva; 52,9% classificam a qualidade dos produtos como boa e outros 47% como ótima; quanto à diversidade, 76% a julgam boa, enquanto 11,7% a consideram ótima e outros 11% regular. A pergunta sobre as vantagens de participar do projeto solicitava três aspectos: 70% dos consumidores elencaram a praticidade e o preço; 47% pontuaram a ausência de agrotóxicos; e 47% a boa qualidade dos produtos.

De acordo com Neli, oito famílias participavam inicialmente do projeto da produção hortifruti agroecológica, mas, com o tempo, foi diminuindo, restando cinco famílias. Quando as verduras e/ou legumes estão com a qualidade duvidosa, são refugados e geralmente substituídos por produtos da horta da Neli, isso porque a entrega é feita através de encomendas por quilo e, se alguns itens são retirados, deve-se completar

a totalidade pedida pelos clientes, nesse caso, somente as compras realizadas pela prefeitura municipal para a distribuição nas escolas, restaurantes da Suzano e do quartel.

Observou-se que a seleção é rigorosa e o compromisso na oferta/comercialização dos produtos com qualidade é criterioso, passando as mercadorias por uma última vistoria, para caso haja a necessidade da troca, além dos destinos já citados, também para a comercialização nas feiras.

Em observação, verifica-se várias famílias camponesas fornecendo os produtos como alface, couve, cebolinha, rúcula, salsinha, abóbora, cenoura, mandioca, entre outros para a sede da antiga fazenda, na qual, há uma construção apropriada para a pesagem e a vistoria da qualidade, como verificado na figura 45. Após a averiguação do peso, um dos coordenadores do grupo/projeto da horta anota a quantidade e valor para posterior pagamento aos produtores.

Figura 45 – Foto da sede: vistoria e pesagem das hortaliças



Fonte: Acervo da autora (2019)

Esta conduta visa não perder a freguesia, mas também não desanimar as famílias assentadas que produzem hortaliças. Conforme a explicação dos envolvidos no processo da pesagem e da verificação da qualidade das verduras, se houver o desconto dos produtos

de má qualidade, pode ocorrer melindres e até desânimo, por este motivo, é realizada a troca pelas verduras do lote da Neli, por possuir grande área plantada, como observa-se na figura 46, e quando há a possibilidade de hortaliças com melhor qualidade, não ocorrendo o desconto. Isto não quer dizer que não seja repetido inúmeras vezes aos assentados que o produto deve ter qualidade.

Figura 46 – Foto da horta no lote da Neli



Fonte: Acervo da autora (2019)

Os produtos que compõem a comercialização do projeto são: alface, couve, rúcula, mostarda, cheiro verde, repolho, espinafre, tomatinho, mandioca, pimentão, berinjela, jiló, maxixe, maracujá e alguns frutos ainda em início de produção, como a banana, o maracujá, o limão e o caju.

As colheitas dos alimentos no lote da Neli são realizadas três vezes na semana, nas terças-feiras, nas quartas-feiras e nas sextas-feiras, além desses dias, não raramente ocorre a necessidade de colher as verduras aos domingos. Na figura 47, apresenta-se o plantio em substituição às verduras colhidas que ocorre de uma a duas vezes na semana, com mudas adquiridas na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo.

Figura 47 – Foto das mudas e plantio (lote Neli)



Fonte: Acervo da autora (2019)

Existem famílias com a produção de hortaliças para consumo próprio que disponibilizam seus produtos excedentes para a comercialização, todavia, sem o compromisso de garantir a entrega semanalmente. O genro de Neli explicou que esta é uma forma de ajudar os produtores para que não desanimem e consigam alguma renda no trabalho com o lote. Neli é associada ao grupo das hortaliças, no qual o genro é o coordenador e a filha, tesoureira, mas enfatiza que estar à frente de cargos dentro do assentamento não quer mais, alegando a idade e os problemas de saúde.

> Se precisarem de mim, eu ajudo, mas voluntariamente, eu participo e ajudo. Estamos, inclusive, pensando em realizar uma festa para arrecadar dinheiro para a associação, e a ideia foi minha. Vamos ter uma festa do pastelão em março de 2020. Eu já fiz muito pastelão na minha vida, fazia pastelão nas festas de igreja, nas escolas, da PM, no centro comunitário que eu fazia parte, eu fui vice-presidente de bairro quando morava na cidade de Três Lagoas, levamos o posto de saúde pro bairro. O meu perfil é de não ficar parada (Informação oral[96]).

[96] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

Neli descreve o assentamento e a vida dos assentados com muita propriedade e conhecimento. A sua liderança tem se destacado na luta pela conquista e pela permanência na terra, revelando-se como protagonista de sua história. Manifesta a preocupação com os companheiros de luta e seu interesse em ajudar na construção de uma vida digna: "Todos eram sofridos, trabalhando em fazendas dos outros, nas terras dos outros sem ter valor" (Informação oral[97]).

A camponesa recorda também que, perante às dificuldades, alguns assentados já não estão mais na terra por motivos variados, como cansaço, descrença. Também relembra os que já faleceram, como seu esposo. Para os que ficaram, segundo sua avaliação, conseguiram se estruturar e estão felizes por estarem na terra sonhada e pela oportunidade em resgatar a cultura camponesa.

> Resgatar a cultura é voltar a nossa origem porque nós trabalhava na terra em fazenda dos outros, e a gente deixou a terra na fazenda dos outros e foi pra cidade. Então não era nossa cultura, nossa cultura é ficar na terra, isso é resgatar o que a gente ama, o que a gente gosta, é como falo: "vim da terra e pra terra quero voltar". Resgatar nossa cultura é voltar o que nós era (Informação oral[98]).

Apesar de sempre repetir nos seus relatos que não tem mais idade e saúde para estar à frente na busca de benfeitorias e direitos dos assentados, a camponesa declara que não desistiu de acessar o que outrora lhe fora negado. Destaca que nenhuma família até o momento conseguiu financiamento, e os que conseguiram realizar em seus lotes, como construção de casas e estrutura para a produção, foi com muita luta e esforços próprios.

> [...] eu mesmo este ano quero meu PRONAF. Já fui na Agraer, e aonde precisar ir, eu vou, este ano eu não aceito mais, é uma meta minha pra esse 2020. É o meu PRONAF, eu quero tirar porque é um direito meu e, também, vou lutar pelos outros. Não é porque não faço mais parte da diretoria que vou deixar os outros de lado, o que eu posso ajudar os outro, eu sinto bem fazendo isso (Informação oral[99]).

Neli, uma mulher camponesa dos campos do Cerrado, é a protagonista de sua história, através da qual, com muita luta e esperança, conquistou a terra de trabalho e de vida, cultuando a cultura e a identidade dos povos camponeses do Cerrado. Sua trajetória de vida não foi fácil. Descreveu as dificuldades enfrentadas pela família desde que ainda

---

[97] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[98] *Id.*
[99] *Id.*

era uma criança, mas deixou claro, em seu relato, que nunca foi acomodada e apegada aos estereótipos de mulher fragilizada:

> Sempre lutei. Nunca achei assim como mulher, parar a vida porque sou mulher. Jamais. Eu sempre batalhei, sempre fiz feira, sempre vendi minhas coisas, apesar de não ter estudo, mas, como mulher, eu não achei dificuldade na minha vida, porque fui pai, mãe dos meus filhos. Como mulher, me enxergo uma guerreira, uma batalhadora, uma lutadora. E tenho muito orgulho de ser uma mulher (Informação oral[100]).

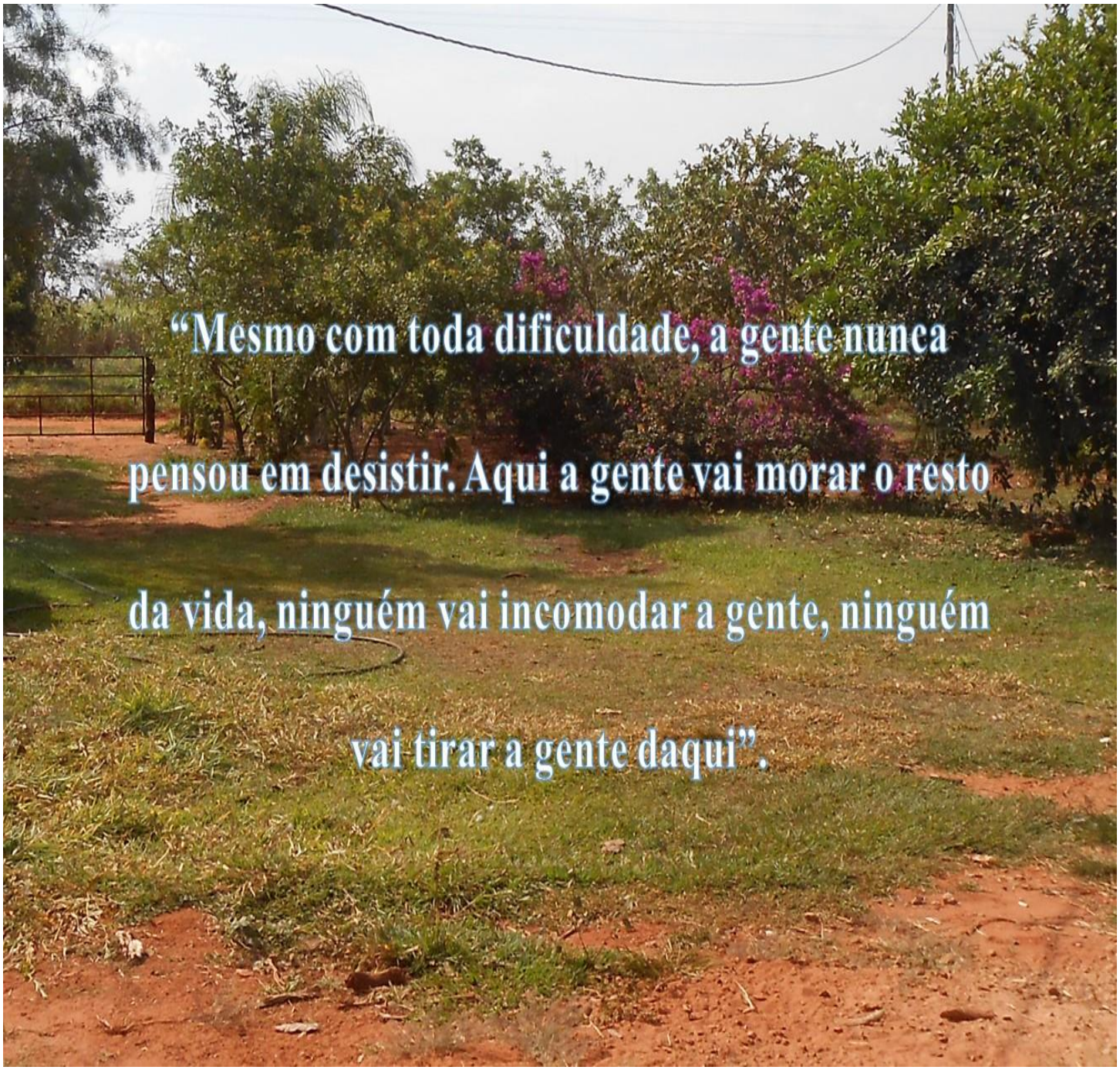
Como camponesa do Cerrado, imprimiu os modos de vida com os saberes e as territorialidades engendrados nos campos cerradeiros. Sua identidade com estes campos a motivou a nutrir a esperança de recuperação deste bioma tão maltratado. Deixa impressa a razão da busca tão almejada pela defesa da vegetação do Cerrado:

> Aí eu queria plantar o pequi e plantar outras mudas do Cerrado, que é a carobinha, a mamica de cadela, hoje você não vê mais, mamica de cadela é remédio, hoje não tem mais e pensando também nos passarinhos, nos bichos, porque, quando cai um marolo ali, muitos bichos se alimentam. Quando tinha a croaça, muitos bichos se alimentavam, não é só a gente. A croaça é uma frutinha amarela, e hoje você não vê mais, não acha. Quando a gente vinha pra cidade, parava na estrada pra chupar. E tinha muita, nós catava de balde. O cajuzinho do campo, ele sumia no campo e agora acabou, não acha em lugar nenhum mais. Então eu pensei nisso porque, como eu conheci o Cerrado, eu queria resgatar o Cerrado. A gueirova era nativa, então nós tínhamos alimento e não fazia falta quando cortava, porque nascia mais. Quantos coco de gueirova nós ia buscar, nós catava de saco de coquinho, quebrava, comia a castanha e ainda fazia doce de coco. Além de ter o fruto pra tratar dos bichos e mais pra você se alimentar. Então ninguém precisava plantar (Informação oral[101]).

Mulher, camponesa, e a biodiversidade cerradeira, simbiose de riquezas, resistências e legado. O feminino criando e cuidando dos vínculos culturais das comunidades camponesas dos campos do Cerrado, representando a força feminina que tem na história de vida o protagonismo das mulheres camponesas.

[100] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[101] *Id.*

4.3. A singeleza identitária camponesa de Lourdes da Silva Lisboa



> Eu nasci numa casinha cercada de laranjeiras, de romãs e bananeiras, além de verdes tapizes, onde nas tardes amenas se ouviam belos poemas, no gargalhar das seriemas e no chorar das perdizes!
>
> Jove da Mata (1977)

Figura 48 – Foto de Lourdes da Silva Lisboa



Fonte: Acervo da autora (2019)

Lourdes da Silva Lisboa nasceu em 1957, no município de Três Lagoas, filha de José Teodoro da Silva e Geralda Bernardes Vieira. Teve nove irmãos, mas, duas irmãs são falecidas. Lourdes declara o vínculo com a terra: "Desde que eu me entendi por gente eu já morava na fazenda" (Informação oral[102]). Destaca que a família habitava e trabalhava nas propriedades rurais nas adjacências do município de Três Lagoas como

[102] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

empregados. Morando em fazendas distantes de espaços urbanos e de difícil acesso pela escassez de estradas pavimentadas, Lourdes reclama a privação ao ensino escolar.

> [...] a fazenda era longe, não tinha como os pais pagar professor, né? Então a gente ficou todo mundo sem estudar. Daí, fui trabalhando sempre em fazenda, fui pegando a idade de 8, 9 anos e ajudando meus pais, meu tio, limpar quintal, limpar roça... trabalhando em roça, sempre meu serviço foi esse (Informação oral[103]).

Lourdes é uma pequena mulher falante e sorridente. Tem filhos, netos e bisnetos. Ela não sabe ler, não estudou porque seu pai não via a necessidade de mulheres terem estudo. Quando teve que ficar na cidade para que os filhos estudassem, chegou a entrar em cursos de alfabetização, mas não tinha com quem deixar os filhos à noite, porque os cursos eram noturnos, então desistiu, mas sempre teve muita vontade de estudar.

O marido de Lourdes tinha estudo e procurou ensiná-la, mas não deu certo, porque ele não tinha paciência. Depois que perdeu o marido e já com idade de 60 anos, desistiu desse sonho. Enquanto morou na cidade para os filhos estudarem, lavava e passava roupas de famílias para ajudar nas despesas.

Morando e trabalhando com os pais nas propriedades rurais da região de Três Lagoas até a idade dos dezessete anos, Lourdes evidencia que não vislumbrava outra alternativa para sua vida a não ser se casar e constituir família. Para ela, as oportunidades de estudo ou outras perspectivas já haviam se distanciado demais.

> Na época [...], na minha idade de dezessete anos, eu conheci meu esposo, aí a gente começou namorar e aí eu falei: ah, qué sabê? Vou casar porque eu não tenho opção, eu não vou estudar, eu não vou fazer um curso, eu não vou fazer nada, né? Aí a gente se apaixonou um pelo outro, aí meu pai arrumou o casamento, casou. E eu continuei morando em fazenda por aqui mesmo (Informação oral[104]).

A queixa apresentada por Lourdes sobre a falta de oportunidade em estudar aponta uma realidade das mulheres camponesas que desde a infância tinham o encargo de ajudar a mãe na lida doméstica e o pai nos trabalhos do campo impedindo-as de frequentar escola, ou ainda quando eram impedidas de estudar pela imposição de estigmas de que mulher não devia estudar porque deviam ser preparadas para cuidar de filhos e marido.

A ideia de que mulher não precisava estudar porque seu destino era se casar e ter filhos, ou por outros motivos diante do conservadorismo da ordem masculinizada, é

[103] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[104] *Id.*

apontada por Silva (2009, p. 4) quando descreve que: "[...] as mulheres do campo enfrentam dificuldades, como distância de casa para a escola, ausência de creches para deixar os filhos e os valores da família patriarcal (se bem que não lhes seja exclusivo) que controlam inclusive a ida da mulher à escola".

Nota-se na frase de Lourdes: "[...] eu não vou fazer nada", um descontentamento ou, mais ainda, uma indignação com a sua situação. Percebe-se um sinal de que ela anseios que não eram aqueles que se materializavam para seu futuro: "[...] qué sabê? Vou casar porque eu não tenho opção, eu não vou estudar, eu não vou fazer um curso...". A sua expressão parece acusar um inconformismo.

Entretanto, Lourdes não estuda, não faz cursos e se casa. A família de Lourdes, após seu casamento, resolve se mudar para o município de Cuiabá, em Mato Grosso. O pai e o marido de Lourdes combinaram de comprar sítios naquela região e seguiram os dois sozinhos para prepararem a estrutura em favor da vinda posterior da família.

Lourdes e o marido não conseguiram ficar muito tempo na região de Cuiabá, pois não se adaptaram ao clima. A camponesa estava gestante e o pai a orientou de que seria melhor ficar e esperar a criança nascer, mas o casal estava decidido e voltaram novamente para o município de Três Lagoas, como descreveu em sua fala:

> Aí meu pai quis comprar sítio lá em Cuiabá. Ele e meu marido. Aí eles foi pra lá, compraram lá e nós fomos pra lá. Morei lá, acho, que base de um ano. Acho que mais, uns dois anos por aí. Eu não gostei de lá porque lá é muito quente, não me adaptei, né, e nem meu esposo também (Informação oral[105]).

Lourdes permaneceu na cidade de Três Lagoas até o nascimento da filha e por aproximadamente mais 20 dias após o parto. Depois desse período, seu marido conseguiu emprego em uma fazenda e se mudaram novamente para o campo. Nos relatos da interlocutora, foi notável as muitas mudanças realizadas entre as fazendas em busca de trabalho. "E daí a gente ficou se mudando. A gente ficava numa fazenda dois anos, três anos..." (Informação oral[106]).

Nas narrativas, enfatizou que poucas vezes morou na cidade, sendo que o maior tempo foi quando os seus quatro filhos estavam na idade de frequentar a escola, mas, quando já estavam mais crescidos, os deixou com o seu tio e seguiu para as fazendas

[105] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[106] *Id.*

acompanhando o esposo para trabalhar. No relato a seguir, conta os detalhes dessa fase de sua vida.

> Eu só morei na cidade, assim morar mesmo, quando os meninos começou a estudar. Eu falei: eu quero que meus filhos estuda, porque é muito difícil, né? E aí eu fui morar na cidade. Aí ele me deixou na cidade [...] alugou casa, eu fiquei cá com as crianças e ele ia pras fazendas, vinha de cada 15 dias, 20 dias. Até eles estudá, tiver tudo moço, cada um já tudo grande, daí sempre ia pra fazenda com ele. Ah, os meninos fica aí, tá todo mundo moço, né? Aí eu ia pras fazenda com ele. [...] eles ficavam na cidade estudando, moravam no fundo da casa do meu tio. O tio também dava uma olhadinha, cuidavam eles, e eu ia pro campo com ele, ajudava, porque eu gostava também (Informação oral[107]).

É possível perceber três elementos na fala de Lourdes: o primeiro parece resgatar o descontentamento de não poder ter estudado. “Eu falei: eu quero que meus filhos estuda, porque é muito difícil, né? O segundo relaciona-se à condição da vida camponesa entre a cidade e o campo e as marcas nas relações de trabalho a partir da modernização do campo: “[...] alugou casa, eu fiquei cá com as crianças e ele ia pras fazendas, vinha de cada 15 dias, 20 dias”. E o terceiro corresponde ao vínculo com a terra e à necessidade/desejo em estar morando e trabalhando no campo.

Estes aspectos estão interligados quando retrata a vida da mulher camponesa apresentando a estrutura social do século XX, com estruturas marcantes do machismo, impondo um domínio às mulheres, cuja vivência se encerra no universo do casamento e do lar. Aprisionada a esta condição, sua liberdade de escolha ou de participação e direitos sociais é negada. Ficam à margem do desenvolvimento e das realizações pessoais e profissionais, demonstrados na fala de Lourdes quanto ao desejo de ter estudado.

Ainda se destaca nesses termos o período (século XX) assinalado pelas mudanças no campo, com a substituição da mão de obra humana e com a utilização de maquinários, obrigando as famílias a se dirigirem para as cidades. Este é um cenário apresentado por Lourdes, que não deixa de concluir por fim que, mesmo passando por estes acontecimentos na sua vida, nunca perdeu a identidade e a conexão com a terra.

A preocupação com os filhos para que pudessem ter estudo resultou no distanciamento da terra e do campo e se habituar ao regime urbano, estranho à identidade campesina, obrigando-se a interagir com diferenças culturais, a mulher relata: “[...] eu tava trabalhando na cidade... eu tava trabalhando de doméstica” (Informação oral[108]). A

[107] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[108] *Id.*

apresentação das frases supracitadas reflete uma frase exclamativa, como algo não pertencente a ela. Lourdes expõe as particularidades de um tempo em que a afastou do campo.

> Meu marido trabalhava com gado e empreita. Na Fazenda Periquito mesmo, trabalhou uns sete anos, ele era empreiteiro lá. Ele fazia cerca e eu ficava na cidade porque os meninos tavam pequeno ainda, a gente só ia no final de semana. Porque, naquele tempo, não tinha escola na fazenda, não tinha ônibus que passava e carregava, né? Eu fiquei um bom tempo na cidade e não me acostumei. Chegava no final de semana eu queria vazar lá pra fazenda (Informação oral[109]).

A vida do casal se alternava entre cidade e campo, adaptando-se diante das necessidades da vida de família. Quando ela podia ficar trabalhando com o esposo no campo, sua lida era nas sedes das fazendas e, também, no serviço braçal. O trabalho pesado não a amedrontava, pois sua satisfação era viver no campo. "Sentia falta da natureza, de ver, assim, o ar é diferente, não é? Ah, o sossego, é tão gostoso, eu gosto, é calmo, eu gosto essa tranquilidade assim" (Informação oral[110]). A manifestação reiterada da busca pela permanência no campo fez com que a camponesa traçasse estratégias como a demonstrada em sua explanação:

> [...] almoçava e depois ia de novo e chegava tarde, era assim, o ano inteiro. Aí, quando era final de semana, eu vinha em casa, ficava com as meninas, né? Ou senão o patrão passava e levava elas pra fazenda, elas ficavam lá comigo, e foi assim essa vida. Uma vida complicada, mas no fundo era bom, porque a gente gostava, né? (Informação oral[111]).

Os fatos ocorridos e apresentados no texto, adiantando-se e voltando no tempo, decorrem do motivo de que mais que datas, o interesse é discorrer com as informações complementares da vida da camponesa. Dessa forma, quando ela estava trabalhando de empregada doméstica na cidade de Três Lagoas, seus filhos ainda eram pequenos e não estavam em idade de frequentar a escola. Descreve que recebera proposta para trabalhar na mesma fazenda que seu esposo trabalhava e explica o ocorrido:

> [...] o patrão paga mais pra senhora do que a senhora ganha aqui. Que é pra senhora morar lá e cuidar da sede. Aí peguei e vim. Adorei. Aí vim morar mais ele, meu marido, eu cuidava da sede, eu ganhava, mas só que eu não era

[109] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[110] *Id.*
[111] *Id.*

> registrada. Ganhava um salário. O meu marido era registrado, eu não era. E hoje em dia é difícil assim, né, pra gente aposentar, né? (Informação oral[112]).

No relato acima, emergem temáticas relacionadas ao gênero, como divisão sexual do trabalho, diferença nos direitos trabalhistas e prejuízo nos direitos previdenciários feminino e, ao destacar a desigualdade nas relações de direitos, evidencia-se a percepção que Lourdes tem sobre a condição da mulher camponesa na sociedade brasileira, indicando o descontentamento e o desejo de mudanças nas estruturas sociais. Em colaboração a este aspecto, Afonso e Scopinho (2015, p. 259) colaboram quando apresentam alguns resultados de seus estudos.

> [...] essas mulheres não vivem situações de trabalho totalmente igualitárias, mas também não são vítimas fracas e desamparadas de uma sociedade patriarcal. Elas têm consciência de como funciona essa sociedade, e, quando se sentem prejudicadas, têm vontade de mudar a forma como as relações são estabelecidas.

Quando os filhos eram ainda pequenos, a família toda morava e trabalhava em fazendas até completarem a idade escolar, por volta de 1960. Ao analisar este fato associado ao pouco tempo em que Lourdes morou na cidade, contando também o período em que os filhos ficaram com um tio e a data em que conquistou um lote no Assentamento 20 de Março em 2009, foram mais de 30 anos de tempo dedicado ao serviço em propriedades particulares rurais pela camponesa.

No entanto, todo este tempo de serviço em propriedade alheia não destruiu o sonho de ter a terra própria. Quando o casal soube do movimento dos sem-terra em Três Lagoas, viram uma oportunidade em conseguir um lote e garantir um sossego para a vida. Foram buscar informações e sem hesitação realizaram o cadastro no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade.

A organização do movimento teve início em 2003, e Lourdes, com aproximadamente 45 anos, se lançou na luta pela terra. Mesmo após o processo de inscrições e o cadastramento serem efetivados no sindicato, o casal continuou a trabalhar nas fazendas, como relata: “Meu marido fez inscrição lá no sindicato, assim, nesse meio tempo, nós morou em várias fazendas” (Informação oral[113]). Pela narrativa, percebe-se que o casal não tinha como ficar o tempo todo esperando pela desapropriação da terra, precisavam trabalhar para a sobrevivência da família.

---

[112] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[113] *Id.*

> A gente ouvia falar... sem-terra, a gente tinha que fazer o cadastro, tinha que aguardar, ficar esperando, e aí a gente pega um pedaço de terra pra gente morar. Então eu falei assim pro meu marido, eu tava cansada, vamos fazer o cadastro? Porque daí a gente pega um sítio, a gente mora o resto da vida, sem ter que ficar mudando, né? Aí lá é nosso, nós vamo fica lá e é nossa vida. A gente foi lá no sindicato e fez o cadastro e esperamo e, enquanto isso, nós morou num sítio lá perto do balneário, de lá fomo lá pra Piaba, depois voltemo da Piaba pro sítio de novo e ficamo esperando (Informação oral[114]).

Durante o tempo do acampamento, ficaram entre os trabalhos em propriedades rurais em residência na cidade de Três Lagoas e a presença no barraco nas margens do Córrego Moeda até a mudança para a beira da Rodovia 262, de frente à Fazenda Arapuá, em 2008. O acampamento teve um período de mudança para as margens do Córrego do Pinto, mas nem todos os acampados acompanharam essa mudança, Lourdes e o marido também não se deslocaram para o local, permanecendo com o barraco às margens do Córrego Moeda. A camponesa explica o motivo pelo qual não permaneciam no acampamento durante a semana toda.

> Nós ficamos acampados lá no Moeda bastante tempo. Quando fez o cadastro com a Jenir [...] falou: "ó, vocês já pode ir acampar", aí a gente foi, ficou acampado lá no corgo do Moeda e lá ficou um bom tempo. A gente não morava lá porque tinha as vaca leiteira, porque daí o meu marido vendeu o sítio de Cuiabá e comprou essas vaca leiteira, tinha umas 20 cabeças. E aí, como nós tava na cidade, ele ficava pastorejando as vacas na rua, naqueles terrenos vazios, então não tinha como a gente fica lá morando definitivo. Então a gente ia mais no final de semana com o vizinho que tinha carro e a gente ia lá, no Moeda, no barraco. Eu posei umas 3, 4 noites, às vez sozinha, falei: "ah, Deus me livre, nunca mais, morrendo de medo". Um frio danado que tava, né? A dona Jenir dizia: "tem que posar porque o Incra, qualquer momento, vai tá passando lá" (Informação oral[115]).

Para compreender o processo e as estratégias da coordenação do movimento, assim como também o comportamento dos acampados, é necessário averiguar como e por qual entidade foi a organização da luta pela terra. Este movimento dos sem-terra foi efetivado pelo sindicato dos trabalhadores rurais do município de Três Lagoas, vinculado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), com ações destinadas à organização da luta pela terra. Silva (2004, p. 57) aponta algumas das características da luta pela terra organizada pela FETAGRI.

---

[114] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[115] *Id.*

> [...] pode ser apreendido pela forma como se dá à conquista da terra pelos trabalhadores que a FETAGRI organiza, uma vez que a maioria das famílias que participam desta organização não passam necessariamente pelo acampamento, fase onde vivenciam momentos de sofrimento, dúvidas, medo e incerteza a selar uma nova sociabilidade e definir o período de transição até a chegada no assentamento [...]. Entendemos que conseguir a terra sem ter que estar presente no acampamento se trata de um processo menos doloroso em relação àquelas famílias que nele permanecem.

Percebe-se, desse modo, que as organizações realizadas pela FETAGRI diferem daquelas coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), onde o barraco se torna a moradia e um empenho para a participação dos acampados nas formações comunitárias dentro do acampamento, como descreve Silva (2004, p. 56). "[...] a Fetagri se diferencia do MST, principalmente porque ela não tem a preocupação de aliar a luta pela terra à construção de uma posição política das famílias sem-terra [...]". Isto e´, não tem a preocupação na formação/posição política dos sujeitos/famílias envolvidos no movimento.

Por este motivo, não havia uma grande preocupação das famílias em permanecer nos barracos durante o tempo todo. Há evidência nesse fato descrito por Silva (2004), ao observar que, na explanação da camponesa, a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas telefonava para os acampados quando precisava reuni-los e passar informações, ou seja, os sem-terra não estavam no acampamento, pois, se estivessem, não haveria a necessidade de reuni-los através de um chamamento via telefone, como demonstrado na narrativa de Lourdes (2020).

> A dona Jenir, lá no Moeda mesmo, às vez ela marcava reunião e já ligava pra quase todo mundo: "ó, manda avisar o pessoal aí, quem não tem telefone, vai avisando pra dizer que vai ter reunião tal dia". E aí marcava o dia e reunia todo mundo, aquele mundo de gente, né, parecia até um bairro assim, tanto barraco que tinha, né? E aí se reunia tudo ali e fazia aquela reunião, ela falava: "ah, porque o Incra tá vindo, né? Vocês vai entrar na fazenda, já tem uma fazenda que tá em vista", e nós com aquele sonho. Ah, nunca chega esse dia logo. E lá teve várias reunião, o pessoal do Incra vinha muito com frequência.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado pelo Decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, cujo encargo é o de viabilizar a reforma agrária, assegurar o cadastramento de imóveis rurais e cuidar das terras públicas. Na questão da reforma agrária, o instituto "[...] estabelece as **regiões prioritárias** para obtenção de terras, conforme realidade fundiária local e demanda de assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra [...]" (BRASIL, 2022).

Apesar da institucionalização do órgão, a reforma agrária não avança no país e os assentamentos realizados, na maioria dos casos, são frutos de pressão dos movimentos sociais de luta pela terra para a sua concretização, como aponta Fernandes (1998, p. 16), "As lutas no campo continuam crescendo, muito mais pelas deliberações dos trabalhadores Sem-Terra [...] que têm nas ocupações de terra o principal avanço da reforma agrária, do que na aplicação do PNRA [...]".

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985, destacado por Fernandes, movimentou um otimismo nacional pós Ditadura Militar que não prosperou efetivamente, e tiveram mudanças de estratégias como as ocupações que passou a não acontecer mais dentro das propriedades improdutivas.

A pressão tem sido manifestada do lado externo, geralmente às margens de rodovias diante da propriedade rural a ser analisada e transformada em assentamento. Nesta lógica, o INCRA investiga a situação dos imóveis rurais propensos a desapropriação, "[...] classificados como grandes propriedades improdutivas, aquelas cuja área é superior a 15 módulos fiscais" (BRASIL, 2022).

O acampamento foi construído às margens da BR 158, que liga o município de Três Lagoas e Brasilândia, rodovia de intenso tráfego de carretas transportando madeiras de eucalipto, e por este motivo a localidade não era segura, além de que se situava em uma curva da rodovia. Lourdes e o marido optaram por não morar no barraco, visando suprir a necessidade da subsistência e, também, devido aos perigos que a localidade apresentava. Diante dessa situação, o barraco passou a ser acometido por furtos.

> [...] aí como a gente não ficava muito lá, aí o povo começou carregar, tirar as coisas do barraco, né? Aí a gente não levou mais nada, quando a gente ia, a gente ia depois do almoço, levava o almoço, fazia o almoço mais cedo e levava, né, e até sair a terra [...] (Informação oral[116]).

Pelo fato de não permanecer no barraco, pode ter sido um dos motivos para o casal não acompanhar a mudança do acampamento para a margem do Córrego do Pinto, que deve ter sido uma das estratégias da coordenação do movimento em busca da terra. Como ficaram ausentes, não se envolveram nas ações organizativas. "Ficou todo mundo no Moeda, só que daí eu não sei o que que houve que a dona Jenir falou que tinha que ir lá pro corgo do Pinto. Um pouco não foi. Eu mesmo não fui" (Informação oral[117]). Os

[116] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[117] *Id.*

movimentos de luta pela terra, conforme Belo e Pedlowski, 2014, p. 77), vão além da conquista do pedaço de terra, pois objetivam também a formação política dos sujeitos.

> Os acampamentos enquanto espaços de socialização têm efetivamente um importante papel na formação social dos assentados, por meio do reordenamento ético em direção à adoção de uma postura coletiva. [...] a partir do momento em que os trabalhadores ingressaram no processo de luta pela terra, começando pela construção do acampamento, iniciou-se um processo de ressignificação das suas identidades pregressas, o que gera um conflito cultural, podendo criar uma nova identidade de culturas e novas relações com o mundo.

Tais ocorrências podem ocasionar desavenças internas no movimento pelas diferentes predisposições dos participantes na luta, assim como relata Lourdes sobre a reação dos companheiros pelo fato da não permanência deles no acampamento. "[...] o povo criticava muito a gente porque a gente não ficava muito lá, então o povo criticava, né? Só quem vai pegar terra é só quem tá morando no barraco" (Informação oral[118]). Seja como for, a camponesa teve sua participação na luta pela terra, que era um sonho, possuir a terra própria para viver e trabalhar com a família.

> E aí até que, quando veio a notícia que era pra nós entrar aqui, que era pra nós entrar aqui na fazenda, nós morava num sítio lá perto do balneário, e aí ele veio na frente pra fazer o barraco e eu fiquei toda feliz da vida, falei: "meu Deus, é um sonho, nem dá pra acreditar! " (Informação oral[119]).

Depois de tanto tempo esperando a terra ser liberada pelo INCRA, finalmente no final de 2008, chega o dia de entrarem na terra. Este é um dos mais desejados momentos para quem entra no enfrentamento da luta por terra, mesmo para aqueles que não participam ativamente das ações dentro de um acampamento ou que não fixam morada na sofrida vida em barracos de lona.

Silva (2004, p. 57) descreve que: "As famílias vivenciam nos acampamentos "momentos de sofrimento causados pela chuva, pelo calor da lona, os despejos, a alimentação precária [...]", ainda assim, mesmo para os que não permanecem debaixo do barraco cotidianamente, convivem com as incertezas, o medo e o contínuo trabalho desempenhado em propriedades alheias, como relata a camponesa:

> Trabalhava no sítio do balneário, e o homem era ruim, sabe, assim..., deu pra nós cuidar pra ele, tinha umas vaca, né? Nós tinha nossas vaca

[118] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[119] *Id.*

> também. Aí nós ficamo esperando, eu queria mudar, mas...ele era muito enjoado, pra lavar roupa tinha que ficar lavando escondido, assim, marcar o dia que ele não vinha, pra lavar roupa, ele não gostava que gastava água. Aí eu tinha que marcar os dia que ele ia vim pra eu lavar roupa, que ele não ia vim. Aí eu, querendo mudar, falei: "ah, não guento mais ficar aqui" [...] Aí de repente um dia a dona Jenir liga de manhã, falei: "ah, meu Deus, graças a Deus. Aí ele veio e eu fiquei, pra dá tempo de fazer o barraco. Aí ele fez o barraco, daí uma semana eu vim pra cá (Informação oral[120]).

Lourdes narra que entraram na Fazenda Arapuá, mas o INCRA ainda não havia feito a demarcação dos lotes. Por isso armaram os barracos em uma área conjunta, como relata: "Os barracos foram feitos na sede, todo mundo acampou lá" (Informação oral[121]). O casal ficou morando em barraco no acampamento da sede da fazenda até a divisão dos lotes. Na figura 49, o cenário do local provisório do acampamento.

Figura 49 – Foto da sede da fazenda Arapuá



Fonte: Acervo da autora 2019

Mais uma espera que findou com a mudança definitiva e o destaque para as dificuldades enfrentadas, agora vivendo exclusivamente debaixo de barraco de lona. "Nossa, é difícil, né? Mas a gente queria, né? É difícil, lembro uma vez que deu um vento,

[120] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[121] *Id.*

uma chuva forte, rancou, destelhou... ficou no tempo, molhou tudo as coisas; aí, nesse dia fiquei muito triste. Mas passou, né?" (Informação oral[122]). Após a delimitação dos lotes, a camponesa teve ainda que convencer o companheiro que se recusava a sair do acampamento na sede, porque, na gleba que lhes fora determinada, não tinha água e energia, conforme observa-se em seu relato.

> [...] depois quando saiu o sorteio todo mundo já, muita gente já foi doido pros barraco, ia lá pra fazer barraco logo, pra se mudar pra cá, e eu doida pra vim e meu marido não tava querendo vim não, porque não tem água, não tem luz, eu falei: "ah, Armiro a gente fica sem água ou sem luz, água, a gente busca aqui". Aí fui conversando com ele até que ele resolveu, aí nós ganhamos caminhão de paletes, dessas madeira aí, a gente começou desmanchar e fazer o barraco (Informação oral)[123].

O lote de Lourdes não fica distante da área em que se localiza a sede, além de que o Córrego Arapuá passa próximo, cortando a estrada de acesso aos sítios. No lote, ainda existe o primeiro barraco construído de madeira, conforme apresenta a figura 50, que, mesmo depois de edificada a casa de tijolos, Lourdes o mantém de pé, talvez por guardar lembranças da conquista da terra e do marido falecido.

Figura 50 – Foto do córrego Arapuá; estrada de acesso; barraco do início no lote



Fonte: Acervo da autora (2019)

[122] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[123] *Id.*

Lourdes passou por muitas tribulações até conquistar a sua sonhada e tranquila vida no pedaço de terra própria. Sua identidade camponesa não deixou que desistisse do sonho e da luta. “Identidade” é um termo que revela a essência dos sujeitos, por isso, ao mencionar essa expressão, necessita-se da compreensão do seu conceito.

Alguns teóricos, como Woodward (2000), considera que a identidade é a representação e o sentido das experiências, que, por meio de símbolos, constroem marcas individuais e sociais, vinculando essas representações às construções culturais. De acordo com Woodward (2000, p. 17), “A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos [...]”; compreendendo que a representação enquanto processo cultural marca as “[...] identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia [...]”.

Vale argumentar que a identidade perceptível em Lourdes é uma construção cultural histórica do campesinato brasileiro, discutido por autores que se empenharam em trazer para o palco das políticas agrárias brasileiras este personagem de inquestionável soberania que deixaram traços históricos enquanto categoria, como Oliveira (2007, Martins (1991), Wanderley (2004), Fernandes (2001), Woortmann, (1990), Camacho (2009), Almeida (2004), Almeida (2017). No passado e no presente, os camponeses marcaram presença na literatura, onde são evidenciadas suas resistências e lutas nos campos brasileiros, tecendo as relações culturais construídas nestes espaços.

Vale destacar que a característica da identidade camponesa que se apresenta nas narrações de Lourdes carrega forte vínculo com a terra, levando-a até mesmo a se lançar em um movimento de luta motivada pelo sonho da conquista da terra própria, encarando os desafios, a espera, os obstáculos e o sofrimento, mas não desistiu. De forma simples, Lourdes confirma essa esperança e a realização do sonho da terra.

> Nossa, foi um alívio quando mudou pra cá. Só ruim que não tinha luz, né? Mas a gente acostumava, durante o dia, trabalhava o dia inteiro, né? Fazia a janta mais cedo, essas coisa, né? Mesmo com toda dificuldade, a gente nunca pensou em desistir. Aqui a gente vai morar o resto da vida, ninguém vai incomodar a gente, ninguém vai tirar a gente daqui. Porque, em fazenda, às vezes você tava tranquila, de repente o patrão, por qualquer, mandava embora, e aí nós nunca desistiu (Informação oral[124]).

[124] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020,

Lourdes perdeu o esposo em 2018, mas continuou firme no sítio, encerrando algumas atividades como o cultivo de hortaliças para a venda, porque exigia muito trabalho, como ela relata, a horta era um projeto desenvolvido no assentamento. “O projeto que eu conheci, que trabalhei bastante tempo, foi com a horta, que não tem mais. Quando começou a horta, meu marido era vivo” (Informação oral[125]). Nesse sentido, reclamou que não participa mais de projetos e se sente distanciada dos acontecimentos no assentamento, como reuniões e decisões.

Relatou sobre as dificuldades que enfrenta no seu lote após a morte do marido, desconfiando que, por ser viúva, não tem mais credibilidade e por isso não consegue se inserir em nenhum projeto, se referindo às lideranças e à diretoria do assentamento, e, também, aos coordenadores de projetos propostos por empresas, como a Suzano. Percebe-se um pouco dessa situação no depoimento de Lourdes.

> Esses tempo, não lembro que mês que foi, veio uma mulher do Incra, esqueci o nome, veio ela e um senhor. Passou lote por lote. Pra mim, ela não falou nada, só perguntou pra mim se eu tô no lote do sorteio, falei que tava, perguntou se eu morava aqui, falei que morava, perguntou se eu tinha galinha, se eu tinha porco, se eu tinha vaca, falei que tinha...ah, tá tudo bem. Falaram que... a gente tá sabendo que o esposo da senhora faleceu. Aí ele falou assim: “a senhora vai permanecer no sítio? ” Falei: “vou”. “Que renda é da senhora?” Falei: “recebo a pensão e trabalho aqui no viveiro pra ter uma ajuda, né? Ganhar mais um dinheirinho” (Informação oral[126]).

No lote, Lourdes mora com um filho e um neto, mas fica muito sozinha durante o ano, porque o filho trabalha em fazendas por contratos e o neto, de 24 anos, permanece mais tempo na cidade. Vivendo praticamente sozinha e sem ajuda, ela resiste, mantendo o sonho conquistado. Lourdes (2020) destaca os afazeres que o sítio exige: “[...] você tem que tá fazendo manutenção, limpando, tem que tá roçando, tem que mandar limpar, tem que mandar gradiar, vai fazer pasto [...] (Informação oral[127]).

Mesmo com todo o trabalho e lidando sozinha com as tarefas cotidianas, a camponesa não desanima. Confirmando este fato, acentua: “Mas até então eu tô tranquila, tô firme aqui” (Informação oral[128]). Para continuar no lote, expõe que frequentemente tem que afrontar os filhos pela preocupação que eles têm em ver a mãe sozinha e distante. Assim relata Lourdes:

---

[125] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[126] *Id.*
[127] *Id.*
[128] *Id.*

> Eu quero ficar aqui. Minha filha fala: “mãe, vamo embora comigo, a senhora tá sofrendo”, eu falo “não tô sofrendo, não tô doente, eu tô bem, eu quero é ficar aqui mais um pouco”. “Ah, mãe, mas o pai não tá aqui”. “Ah, eu sei, mas eu quero ficar aqui mais um pouco” (Informação oral[129]).

Uma identidade de vínculo forte com a terra, herança camponesa singela como os campos cerradeiros e firme como raiz em solos profundos; a camponesa mantém-se no seu território conquistado cuidando da terra, das plantas e dos animais, exposto nos fragmentos da figura 51, nutrindo as territorialidades construídas nas práticas costumeiras, no cuidado aos saberes repassados nos trajetos da vida.

Figura 51 – Foto dos detalhes da casa e das criações de Lourdes



Fonte: Acervo da autora (2020)

Lourdes conta com a pensão do marido na ajuda de despesas e sobrevivência e o trabalho como diarista no viveiro de mudas do Assentamento 20 de Março desde o início da implantação até o ano de 2019. Ela trabalhava quatro dias por semana e o valor das diárias era de R$ 70,00. As atividades desenvolvidas compreendiam na manutenção das

[129] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

mudas (poda, limpeza das plantas e mudança de canteiros – denominada por ela de “dança das mudas”), preparação das sementes, plantio e repicagem (plantio das mudinhas após nascimento).

A camponesa descreve o histórico da busca pelo viveiro, narrando os passos para a implantação do projeto que ela acompanhou desde o início, com todo o preparo da terra, o desenvolvimento das mudas e o trabalho braçal pesado na edificação estrutural do viveiro. O viveiro de mudas do Cerrado se localiza aos fundos da sede, em uma grande área cercada com portão e, ao lado, uma estufa foi construída para abrigar as sementeiras; ao lado, também foi erguido um barracão com um amplo espaço e um tanque com bomba para a irrigação das mudas. Os detalhes da estrutura são apresentados na figura 52.

Figura 52 – Foto da estruturação do viveiro de mudas do Cerrado



Fonte: Acervo da autora (2019)

O viveirista e os diaristas são os que mantêm o viveiro em funcionamento, eles começam o trabalho bem cedo, para aproveitar o período do dia menos quente, antes que o sol fique quente demais, porque a maior parte do trabalho com as mudas ocorre nos canteiros a céu aberto. Levam o café da manhã e o almoço e permanecem o dia todo,

pausando por volta das 8h30 para o café e às 11h30 para o almoço, encerrando o dia de trabalho às 16h.

As atividades acompanhadas através da observação participante ocorreram nos dias 23-24/07/2019 e corresponderam às coletas de sementes, preparação das sementes para o plantio e replante após o nascimento das mudas (repicagem), a manutenção das mudas, com controle das raízes, do crescimento e mudanças de canteiros, ação denominada de dança das mudas. Detalhes das atividades mostradas na figura 53.

Figura 53 – Foto: Dança das mudas e trabalho nos canteiros do viveiro



Fonte: Acervo da autora (2019)

Segundo Lourdes (2019), o trabalho no viveiro é gratificante, comenta que é como uma terapia e que gosta muito de lidar com as plantas. Na figura 54, o cenário das variadas sementes, o plantio e as mudas, As espécies presentes em mudas e sementes são: Monjoleiro *(Senegaliapolyphylla)*, Maria Preta *(Solanum sp)*, Pau cigarra (*Senna multijuga*, Faveiro de Anta *(DimorphandramollisBenth)*, Copaíba *(Copaiferalangsdorffii)*, Ingá *(Inga)*, Baru *(Dipteryxalata)*, Jatobá *(Hymenaeacourbaril)*, Amendoim do Campo *(Platypodiumelegans)* e Canela de Velho *(Miconia Albicans).*

Figura 54 – Foto do trabalho no viveiro; sementes e canteiros



Fonte: Acervo da autora (2019)

As mudas crescem rápido, conforme informação de Lourdes (2019), e suas raízes se aprofundam no solo, ultrapassando o invólucro em que estão plantadas, e, no período das chuvas, este processo ainda é mais acelerado. Tal processo, segundo informações dacamponesa, é repetido até que os compradores das mudas venham buscá-las.

O viveiro não possui recursos próprios. Somente quando as mudas são vendidas é que os acertos são realizados com os diaristas, por este motivo ficam durante meses sem receber até que uma grande compra seja realizada para que recebam suas diárias. O projeto mantém apenas o salário do viveirista e de uma secretária.

No período da visitação ao lote e ao viveiro de mudas em julho de 2019, na observação participante, Lourdes trabalhava no viveiro quatro dias da semana; e ao retornar na data de 22 de janeiro de 2020 para a aplicação da entrevista, revelou que seus serviços haviam sido dispensados do viveiro, assim como de todos os outros diaristas. E no retorno com a pesquisa em 2022, contou que sem a renda dos trabalhos com o viveiro ficou difícil, mas que felizmente, depois de muita espera, sua aposentadoria foi aprovada. No seu diálogo, comentou sobre os acontecimentos.

> Não estou mais trabalhando no viveiro. Não porque eu quis, porque parou. Não sei o que tá acontecendo, diz que não tá tendo dinheiro pra pagar os funcionários. Tava sendo bom, a gente tava trabalhando 4 vez na semana. Falei: "opa, dá pra tirar um dinheirinho bom, no final do ano, dá pra mim viajar, né?" E aí de repente parou. Era só duas diárias, depois era quatro, depois de repente cortou, nenhuma mais (Informação oral[130]).

Relatou que ainda ficaram diárias sem receber, porque não conseguiram vender mudas para que pudessem acertar as pendências. De acordo com suas informações, a empresa que comprava grandes quantidades de mudas era a Suzano. "[...] pedia aí três mil mudas de mamão, cinco mil mudas de colorau. A gente fazia as mudas, que era pra doar pros assentamentos" (Informação oral[131]).

Repentinamente, segundo a interlocutora, as compras das plantas cessaram por completo e ela não soube dizer o motivo. "Então, eu não sei o que aconteceu, porque, de repente, assim, cabou o dinheiro, o dinheiro que tá tendo diz que é só pra pagar o funcionário, né? Viveirista" (Informação oral[132]). Lourdes lamenta a situação em que se encontra o viveiro de mudas do Cerrado:

> Quando a Neli trouxe o viveiro pra cá, ela viajou muito, visitou vários assentamentos, conversava com todo mundo, então teve muita gente que apoiou, concordou, e aí esse viveiro veio e eu ajudei, eu e a Cleonice, que a Cleonice era secretária, né? A gente construiu aquilo ali juntos, aqueles alambrados, ajudou fincar pau, descarregar caminhão. Os primeiros saquinho que encheu que foi pondo tudo lá dentro do viveiro, eu ajudei tudo, né? Ficava o dia inteiro sentado, enchendo saquinho e depois à tarde carregava e punha lá no viveiro, aquilo pra mim era um prazer porque era muito gostoso, falava: "nossa, tô empregada, tenho um serviço, né?" (Informação oral[133]).

Percebe-se que trabalhar no viveiro foi uma motivação para a vida da camponesa, que participou da fundação, da execução e da manutenção do projeto. "Eu gostava quando começou aquele viveiro lá que eu trabalhava o dia inteiro, todo dia enchendo saquinho, levando pra lá" (Informação oral[134]).

Conta com entusiasmo a aprendizagem que adquiriu: "[...] plantar as mudas também, tirar lá da sementeira e pôr no saquinho, nossa, isso era tudo muito bom. Coisa que eu nunca tinha feito, eu aprendi a fazer e gosto" (Informação oral[135]). Em explanação

---

[130] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[131] *Id.*
[132] *Id.*
[133] *Id.*
[134] *Id.*
[135] *Id.*

sobre o trabalho desempenhado com as plantas, deixa claro a falta daquela atividade em sua vida.

> A gente pegava, fazia a dança dela, né, porque aí ela tá no saquinho, aí você vai lá, tá toda feia. Ela tá grande assim, mas tá toda... galho seco pra cá, pra cá, e raiz tá passando pro chão, aí você vai pegar, aí você corta a raiz dela, poda, você poda os galhos em cima e você coloca lá no mesmo lugar. Daí uma semana ela tá deste tamanho, coisa mais linda, os galhos tudo lindo. É a dança das mudas. Fazia muito isso lá. Nossa, quando fazia essa dança da muda, eu adorava, porque às vezes tava tão assim... aí essa muda não vai... nós fazia, daqui uma semana tava, ó, toda linda (Informação oral[136]).

A interlocutora relata a harmonia que existia no início do viveiro entre os que inauguraram as primeiras atividades. “Eu era contratada, tinha carteira assinada. A Neli tava sempre ali ajudando e fazendo cafezinho da tarde pra gente, ajudando, conversando com a gente, sentava junto com nós. Nossa, foi muito bom quando começou o viveiro” (Informação oral[137]). E lamenta a saída de Neli, que foi a coordenadora e mentora do projeto. O sucessor para a coordenação permaneceu na direção do viveiro sem que houvesse mudança na gerência do projeto.

Após as ocorrências com os cuidados relacionado à pandemia, o distanciamento e cautela nos contatos pessoais, houve o retorno no lote de Lourdes para a retomada do levantamento de dados que fora interrompido. Nesta etapa de retorno com a pesquisa de campo, no mês de junho de 2022, registrou-se na coleta de informações orais que o viveiro de mudas do Cerrado está definitivamente fechado pela dificuldade em sustentar os funcionários que ainda mantinham o projeto como o viveirista e a secretária. Lourdes contou este fato com muita tristeza dizendo que o local está completamente abandonado.

Não trabalhando mais no viveiro, Lourdes dedica o seu dia a dia na manutenção do lote com afazeres da criação de galinhas, de porcos e de gado leiteiro, embora não se ocupe com as tarefas dispensadas com as vacas leiteiras porque existe a parceria com o vizinho, ela cuida das plantas e dos animais e narra o seu dia a dia.

> O meu dia a dia aqui agora que não tô trabalhando no viveiro, levanto cedo, tomo meu cafezinho, aí fico sentada um pouco olhando as belezas, os passarin gritando, aí depois eu pego a enxada e vou carpir um pouco. Ontem mesmo eu até carpi bastante aqui, carpi ali, vou limpando em volta de casa. Aí paro na hora do almoço, lá pelas 10 horas, vou lavar roupa, fazer almoço. Aí como o sol tá muito quente na parte da tarde, aí eu vou descansar. Aí começo só de tardezinha de novo

[136] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[137] *Id.*

> pras 4 hora por aí, mexer na horta, eu carpi um dia desses, olha lá como é que tá... ó, o mato... a chuva é bom, né, mas o mato, oia, cresce rápido (Informação oral[138]).

A casa de Lourdes é de alvenaria com sala, cozinha, dois quartos e uma varanda na parte dos fundos, mantém também o barraco que fora construído quando entraram na terra e o quintal é ocupado com o cultivo de mandioca, abacaxi, abóbora e árvores do Cerrado que a camponesa plantou quando entraram no lote, com exemplares do angico, ingá, árvores grandes que proporcionam sombra próximo à casa. Detalhes do lote na figura 55.

Figura 55 – Foto da casa, barraco e quintal no lote de Lourdes



Fonte: Acervo da autora (2019)

A camponesa não deixa de falar das espécies nativas do Cerrado em seu lote. "O angico já tinha aqui, o que nós plantou foi só esse aqui, que é Ingá Mirin [...], lá no fundo tem aquele pé de Ingá, ele é grandão, ele é gostoso" (Informação oral[139]). Ao lado da casa, construiu um cercado e plantou hortaliças para o consumo próprio, como alface, rúcula, cebolinha e outras espécies comestíveis.

Ao fundo do quintal da casa, atrás do barraco de madeira, dois chiqueiros com porquinhos bem-cuidados, e as galinhas ficam livres no terreiro. Apesar de queixar-se dos

[138] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[139] *Id.*

preços da ração para porcos e galinhas, não quer parar com estas atividades: "[...] eu não quero parar de tudo de criar, porque eu gosto muito de banha de porco, carne de porco, minhas galinhas é solta [...]" (Informação oral[140]).

Explica que não quer ficar com muitos animais e galinhas, mas também não quer ficar sem nenhuma criação. Estes costumes são marcas do campesinato que continuam presente, sinalizando a preocupação da camponesa em não deixar que a cultura se perca. Na figura 56, algumas características apresentadas pela camponesa.

Figura 56 – Foto: Particularidades do lote de Lourdes



Fonte: Acervo da autora (2019)

No restante do lote, a destinação foi para pastagem, mas, declara que o pasto está necessitando de aragem, porque a rebrota do Cerrado já está bem crescida. Conta que, na época da seca, falta pasto para as vacas, por isso negocia com o vizinho e deixa seus animais no pasto ao lado, e combinam a divisão da renda do leite. Mas também destaca que gostaria de manter as árvores que estão mais altas, porque gosta de ver as espécies com as frutas do Cerrado e reluta ao ter que cortar árvores, além de que é bom também para o gado, porque o sol é quente demais em alguns períodos do ano.

Com relação ao Cerrado, a camponesa não o percebe enquanto um bioma com características específicas, abrangendo parte do território brasileiro, mas como o meio natural que deve ser preservado. Demonstrou muito conhecimento das espécies

[140] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

cerradeiras enquanto variedades individuais, sem a ideia do conjunto e sem a preocupação das classificações em categorias. A forma de ver o Cerrado é singela, ela olha para o lote e diz:

> [...] pra eu cortar uma árvore, é a coisa mais difícil. Então, Cerrado, pra mim, é isso, é muito bom. Portanto, que essa parte aqui, ó, foi gradeada, mas ficou bastante árvore, né? E agora não sei como que vou fazer, porque eu tenho um dó de cortar [...], então, pra limpar, pra gradiar, pra formar pasto, assim: eu não queria cortar as árvores grandes, só gradiar as pequenas [...] olhando, eu sei o que dá fruta, o que não dá fruta. As fruta que eu sei que tem aqui é jatobá, pequi, guavira, marolo (Informação oral[141]).

De forma peculiar, Lourdes descreve o Cerrado enquanto espaço adjacente passível de utilização, por isso inerente ao solo e suas particularidades, como as espécies vegetais conhecidas, além do cuidado necessário e da conservação. Manifesta um carinho e admiração pela biodiversidade do Cerrado e expressa o gosto em estar em contato e manusear as plantas. A camponesa figurou o Cerrado como sendo uma continuação do seu quintal.

> O cerrado, pra mim, é assim um lugar pra gente cultivar, né, pra plantar, pra fazer um quintal, pra fazer uma horta e preservar a natureza, as árvores. É um lugar que você pode plantar, que você pode deixar as árvores do jeito que tá, não cortar, porque elas são bonitas, né? E fazer um quintal e deixar as árvores em volta (Informação oral[142]).

Deixou transparecer a grande falta que sente do seu marido enquanto companheiro de vida e, também, na lida do dia a dia com o sítio, as atividades que sozinha não consegue levar adiante ou mesmo inovações que poderia implementar no lote, já que na maior parte do tempo fica sozinha, pois seu filho, pelo que transpareceu, não se dedica ao lote da mãe, pois mantém-se quase o ano todo trabalhando em fazendas como empregado.

E um fato patente no relato de Lourdes foi o sentimento de que, por ser uma mulher conduzindo sozinha a terra conquistada, sofre com a descrença pelos parceiros e por aqueles que marcam presença no assentamento, levando fomentos através de projetos. "Única coisa que eu sinto, assim, desprotegida, parece que a pessoa não respeita muito a gente, sabe? Mas, mesmo assim, eu tô continuando minha vida, normal, né?" (Informação oral[143]). Em outro momento, ela voltou a comentar este acontecimento, dizendo que é uma ocorrência que ela observa no assentamento.

---

[141] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[142] *Id.*
[143] *Id.*

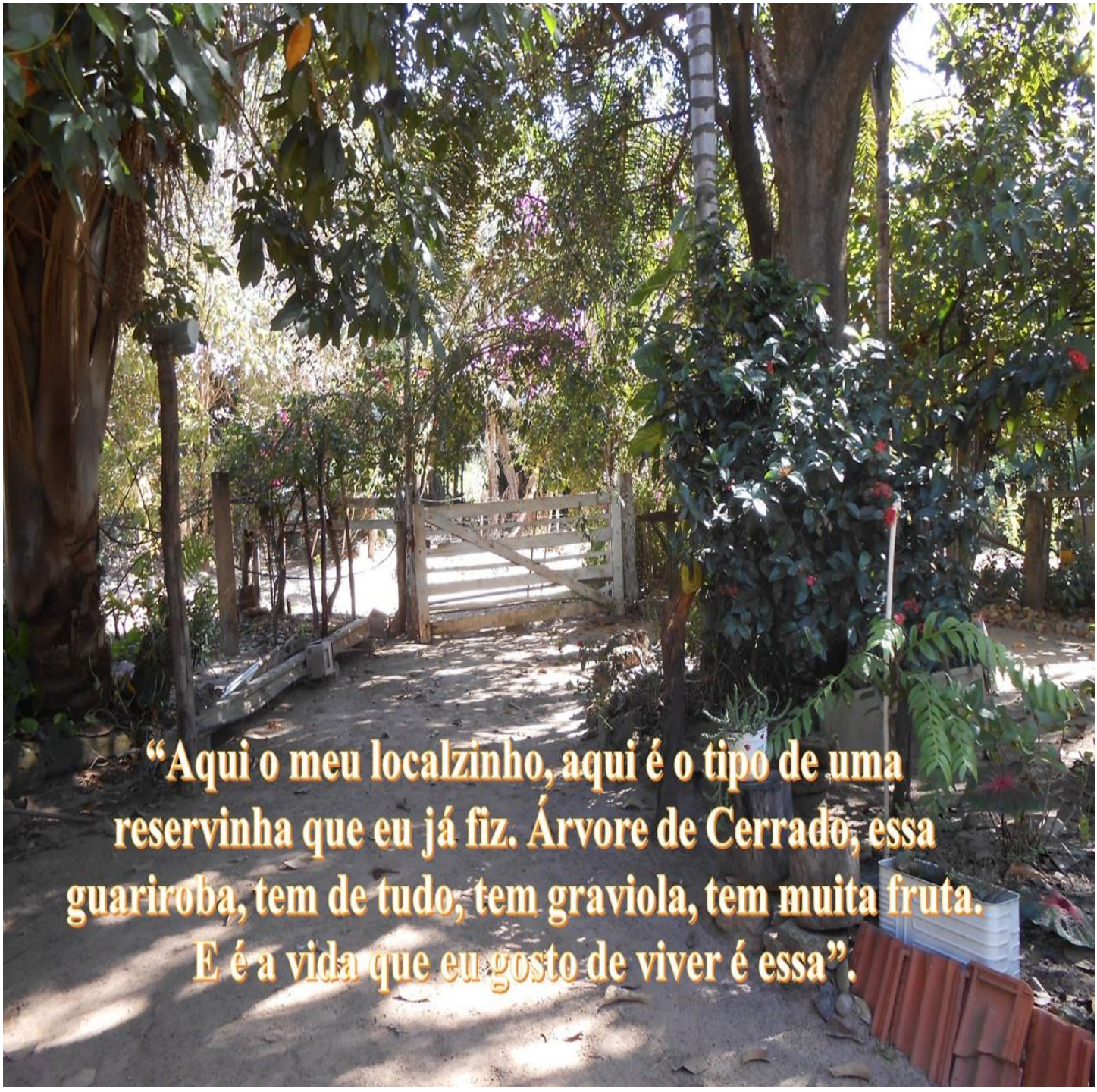
> Hoje sou uma mulher viúva, eles vão falar pra mim que eu não dou conta, que nem eles falaram pra dona Rosinha. Cansou de falar pra dona Rosinha que queria pegar projeto, a senhora não dá conta, a senhora tá sozinha, como a senhora vai dar conta de projeto? Fazer as coisas? Então, eu falei: "não, não vou pedir não" (Informação oral[144]).

Lourdes apresenta uma das realidades existentes nos diversos palcos da sociedade patriarcal, como uma estrutura cravejada nas configurações sociais e nos pensamentos, como destaca Bourdieu (2012, p. 18), "A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la". Funciona como uma "máquina simbólica", alicerçada na dominação construída.

Ainda que a camponesa tenha apontado com indignação a exclusão e a marginalização sofrida, ela evidencia, ao mesmo tempo, a confiança em si, a dignidade e coragem em continuar sua vida e seu trabalho no lote, permanecendo firme na terra conquistada, mesmo diante de todas as dificuldades e contratempos que se apresentaram.

[144] Entrevista com Lourdes da Silva Lisboa em 22 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

4.4. Autonomia camponesa e o protagonismo feminino: A história de Onézia Cardoso de Moura



> Aquele mundo de flores tão branquinha, tão bonita que eu achava, ficava encantada com aquelas coisas da natureza. E o que eu gosto mesmo na vida é de trabalhar, eu gosto de carpir, de plantar, colher. Sou da área rural, cidade não me serve.
>
> Onézia Cardoso de Moura (2020)

Na história de vida de Onézia Cardoso de Moura, manifesta-se a questão da instabilidade, de longa data, vivida pelos camponeses no Cinturão Verde. Onézia, camponesa moradora a mais de 20 anos no Cinturão Verde, vivenciou, e vivencia, todas as situações de incertezas quanto à permanência ou não no lote. Em seus relatos, constata-se que, depois de muita dedicação e trabalho na terra, ela e sua família frequentemente enfrentaram ameaças de despejo, sofrendo pressões por parte de órgãos públicos e pela administração municipal de Três Lagoas.

Figura 57 – Foto de Onézia Cardoso de Moura



Fonte: Acervo da autora (2019)

Onézia Cardoso de Moura nasceu no município de Miranda, em Mato Grosso do Sul, em região pantaneira. Morando com os pais, Edelmiro Cardodo e Herculana Romano Cardoso, e seus irmãos em casa de pau a pique e barreada, o pai trabalhava em fazendas construindo cercas, campeirando gado e manteando/charqueando carne. Onézia lembra que seu pai trabalhava muito, pois, além dos serviços em fazendas, realizava o ofício de celeiro e sapateiro. Como sua mãe era mestiça de gaúcho com paraguaia, conservavam algumas tradições correlatas.

> Eles eram tomador de mate, o dia que chegava aquela gauchada em casa, a minha mãe me colocava pra encher o mate, né? Uma chaleira de ferro, três litros de água, eu era bem criança, eu enchia aquele mate até ninguém não querer mais e a chaleira lá, no fogão de lenha, e eu carregando mate. Quando era muita gente, eles sentavam aquela roda de pessoas, aí minha mãe colocava uma criança só pra carregar o mate pra aquele pessoal que estava ali (Informação oral[145]).

Quando Onézia tinha por volta de nove anos, a família se mudou para o município de Nioaque, também em Mato Grosso do Sul. Seu pai, naquele período, se dedicou mais ao trabalho de selaria e sapataria, mas plantava roça, e quem cuidava era Onézia e o irmão mais velho, executando as tarefas de roçar, desmatar com machado, queimar, descoivarar e plantar. Em seu relato, conta que, nesse período, já estava com aproximadamente 15 anos.

Trabalhava muito nesse período de sua vida: recolhia o gado, separava os bezerros à tarde para tirar leite de manhã, arriava o cavalo para o pai ir para a cidade quando necessário e, na lida doméstica, fazia de tudo. Lembra que começou a trabalhar quando ainda era criança, deitava-se cedo, levantava-se de madrugada e cuidava das criações, era uma vida de muito trabalho e de muita simplicidade, mas ressalta que gostava, porque não tinham problemas e eram felizes. “Meu pai falava assim que, desde criança, trabalhei na enxada, sempre gostei, né? E ele falava: ‘o dia que a Onézia não vai pra roça, não sai serviço lá’” (Informação oral[146]).

Onézia, juntamente com seu irmão, estudavam na casa de um amigo da família. Por ser muito longe de sua casa, saíam de madrugada, a pé, levavam mandioca assada para comer depois das aulas e colhiam caraguatá no caminho, porque demoravam muito para chegar em casa. Enquanto narrava os acontecimentos de outrora através de suas

[145] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[146] *Id.*

memórias, pôde-se perceber as tradições e culturas trazidas dos parentescos sulistas e da região pantaneira de Mato Grosso do Sul nos modos de vida, de hábitos e tradições.

Não raro são apresentadas, nas suas histórias, receitas de medicamentos ou culinárias típicas dessas relações híbridas de povos viventes no Cerrado. Uma diversidade apresentada em muitas pesquisas, como em Dias e Freire (2020, p. 2), que destacam a "[...] abordagem cultural do Cerrado dedicada aos fazeres e saberes da culinária, artesanato, curas e aromas". Impressiona, na descrição que Onézia faz da tradição da sua família, o resultado da associação da diversidade de conhecimentos tradicionais.

> Então, o meu pai tirava muito mel de abelha, a gente comia muito mel, a sobremesa sempre era mel de abelha com leite ou com mandioca. Assim, aquela vida de bugre, né? Então, era uma vida muito boa pra gente, o meu pai pegava um machado e uma lata e ia pros matos, ele e meu avô, que era pai da minha mãe. Eles enchiam uma lata de dezoito litros de vinho de jatobá[147]... só que ele é apertante, amargo, ele não tem um pingo de doce. Eles colocavam um pouco num copo, colocavam um pouquinho de pó de quina[148], muito amarga também, colocavam um pouquinho de açúcar e tirava o leite de cima, pra gente tomar de manhã cedo. Botava um pouquinho de açúcar ou então o mel, né? A gente tomava bem. Era a tradição deles lá, né? Fazer pras crianças. Diz que era fortificante, era tudo vitamina pra gente (Informação oral[149]).

A presença da biodiversidade do bioma Cerrado é marcante nos depoimentos que se descortinam quando narra o dia a dia da família. O mel, o jatobá, o caraguatá e a quina são propriedades da riquíssima diversidade do bioma, utilizadas com sabedoria pelos povos cerradeiros, como se verifica no relato de Onézia:

> A fruta que a gente conhecia era a guavira, é o jenipapo[150], é marmelada[151], caraguatá[152]. Chupava muito coquinho, também que o gado ruía o coquinho e a gente ia lá e ajuntava pra comer a castanha, né? Nós comia a castanha com mandioca, com rapadura e muito mel de abelha...então, tudo é coisa do Cerrado, né? Jatobá, a gente comia muito jatobá também [...], as frutas que a gente conhecia era só do Cerrado. Comia muito palmito de bacuri, que a gente chama de bacaiúva[153]. Guariroba[154], até que a gente não comia, não conhecia, né? Hoje é o pau da guariroba que eles falam guerova. Então esse tipo, esse palmito do

[147] Jatobá, fruto do Cerrado. Nome científico *Hymenaea courbaril.*
[148] Quina do Cerrado. Nome científico *Cinchona calisaya.*
[149] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[150] Jenipapo do Cerrado. Nome científico *Genipa americana.*
[151] Marmelada do Cerrado. Nome científico *Cordiera sessilis.*
[152] Caraguatá do Cerrado. Nome científico *Bromelia pinguin.*
[153] Bocaiúva. Nome científico *Acrocomia aculeata.*
[154] Guariroba. Nome científico *Syagrus oleracea.*

> bacuri, a bacaiúba, eu gosto muito, que é um palmito doce e é o que eu fui criada comendo foi esse (Informação oral[155]).

O bacuri, mencionado por Onézia, cujo nome científico é *Attalea phalerafa Mart. ex Spreng*, é uma palmeira do Pantanal, não tendo nenhuma relação com o bacuri da região Norte do Brasil. No Pantanal sul-mato-grossense, é conhecido localmente como bacuri, de denominação indígena, uma palmeira que alcança, no máximo, 10 metros de altura.

A importância ecológica do bacuri ao bioma pantaneiro, de acordo com Negrelle (2015), está relacionada à utilização por aves, como arara azul, papagaios, periquitos, tucanos; e mamíferos, como cutias, catetos, ratos, antas, no aproveitamento dos frutos para a dieta alimentar. Ainda de acordo com a autora supracitada, para os povos pantaneiros, além do fruto, também se utiliza as folhas como cobertura e produção artesanal. A raiz pode ser utilizada como propriedades medicamentosa, e os frutos, sementes e palmito são utilizados na alimentação.

Onézia viveu a infância e juventude em uma chácara adquirida através da compra de um lote pertencente ao Assentamento Vaca Serrano, no município de Nioaque. Conta que, quando era criança e morava nesta chácara, tinha muito Cerrado preservado e que brincavam nas grotas, lugar de cobras e onças, mas que não tinham medo. Na chácara, seus pais plantavam roça de milho, arroz, feijão, abóbora, mandioca, e moravam próximo ao Rio Nioaque.

A chácara era grande e, conforme seus relatos, tinha muita fartura, criavam gado, porcos e rebanho de éguas. Em suas lembranças, expõe que, quando abatiam um bovino, para conservar a carne, sua mãe colocava para secar ao sol e fazia paçoca de pilão, secava também o fígado e fritava para fazer farofa. Tudo era muito difícil naquele período, por exemplo, plantavam arroz, tinham que socar no pilão, abanar com peneiras para retirar as cascas e limpar para depois preparar o alimento. Estas eram tarefas das mulheres, como expõe Onézia:

> Naquele tempo, não tinha escova pra lavar roupa. Sabe o que nóis fazia? Essas calças jeans que fala hoje, era um tecido grosso que chamava faroeste, sabe o que minha mãe fazia? Ela sapecava um sabugo de milho pra escovar aquelas calças; ou então fazia uma bucha de melão de São Caetano ou então de Fedegoso pra esfregar aquelas roupas. Lavava a roupa no córrego, né? Aqui era um barranco e aqui tinha um...era uma

[155] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

> laje de pedra escorada pra nóis batê roupa. Eu já tava mocinha, minha mãe lavava naquela laje, e papai arrumou uma tábua atravessada, porque o corgo era estreitinho, naquela tábua, eu que lavava roupa. Mas era sofrido pra gente trabalhar, viu? Ela quarava roupa, tinha aquelas macega na beira do corgo lá, né? Cê olhava, tava cheio de roupa lá quarano, e jogava água com a bacia, na mão, nem mangueira não tinha, que não tinha água encanada, né? E aquelas roupas tão limpinha que ficava, né? (Informação oral[156]).

Para a obtenção e armazenamento de carnes, o pai de Onézia, quando abatia gados e porcos, desossava e manteava a carne, e as mulheres faziam o restante do manuseio, que, para conservar, era salgada e secada ao sol. "Linguiça, a gente fazia bastante, enrolava aquelas linguiças naquelas varas lá no sol quente pra secar. A gente não tinha preguiça, era acostumado" (Informação oral[157]). A camponesa descreve com detalhes a grande labuta dos seus afazeres na mocidade:

> Como meu pai tinha um pouquinho de gado, cavalo e criava porco, galinha, peru, essas coisas, angola, né? Aí, então, quando ele matava, quando acabava a carne, ele matava outra vaca. Ele tinha dó de matar, então ele trocava com outro ou então ele comprava um, né? Aí sempre tinha um porco gordo também, então ele matava os dois no mesmo dia. Pensa num trabalho? Cortar carne na faca, carne de porco e de gado, lavar aquelas tripa de gado e limpar bem e encher, assoprar e deixar secar, aí cortar aquela carne na faca e temperar e, pra encher, nós pegava e fazia um coisin assim de aramim fino, e vestia a ponta daquela tripa ali pra encher. Agora cê pensa num trabalho. Ou então o bico de uma garrafa, pra encher linguiça. E era linguiça misturada com carne de vaca e de porco (Informação oral[158]).

As mulheres camponesas enfrentavam uma dura carga de tarefas destinadas a elas. As atividades domésticas diárias eram pesadas nesse período histórico da década de 1970. Quando Onézia relata a dificuldade para lavar a roupa, preparar os alimentos, trabalhar na roça e regularmente preparar as carnes para o processo de conservação, retrata a labuta cotidiana das tarefas desempenhadas pelas mulheres campesinas.

Santos (2008, p. 2) reflete sobre estas condições femininas discutindo sobre os conceitos de classe, gênero e desigualdade no Brasil, explica que gênero é uma construção social para justificar a desigualdade entre homens e mulheres, marcada por fatores como a divisão de tarefas.

---

[156] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[157] *Id.*
[158] *Id.*

> A noção de gênero como uma divisão social realça a idéia de que as diferenças de gênero são predominantemente de origem social e estrutural, de modo que o homem, como uma categoria, possui mais poder social do que a mulher, também como uma categoria.

As relações entre as atividades laborais corriqueiras estão marcadamente entranhadas de ideologias culturalmente difundidas pela sociedade patriarcal. Nesse contexto, Oldiges (2013, p. 7) colabora ao comentar que "[...] percebe-se que um dos caminhos pelos quais gênero e classe estão relacionados é através das relações de gênero dentro das famílias e nas relações trabalhistas, que unem as pessoas a várias localizações dentro da estrutura de classe". Passa-se a ocorrer uma segregação posicional (SANTOS, 2008), podendo considerar o familiar nesse contexto, como observa-se nas palavras de Silva e Schneider (2010, p. 5):

> As mulheres devem cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de horta e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira. Os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado, enquanto consideram que as mulheres apenas "ajudam", o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária.

Os trabalhos considerados "pesados" e "braçais" destinados aos homens regularmente são desenvolvidos pelas mulheres campesinas que, além dos afazeres tradicionalmente reservados ao feminino e não reconhecidos, tem essas tarefas também invisibilizadas, ou seja, ocultadas. A divisão sexual/social do trabalho que definiu as atividades femininas insurge como um despertar de consciência diante dos preceitos de desconsideração desvalorização e conveniência social, que, de acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 597),

> Foi com a tomada de consciência de uma "opressão" específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente "evidente" que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros [...].

Mais tarde, o pai de Onézia teve que vender a chácara porque os filhos ficaram doentes. Mudaram-se, para a cidade de Nioaque para o tratamento dos filhos. Depois da recuperação da saúde, seu pai comprou outro lote, também em assentamento. A família era constituída do casal, mãe e pai, e seis filhos, sendo três mulheres e três homens. Uma família unida, ligada fraternalmente e com vínculos de solidariedade entre os irmãos.

> Eu fui uma guria muito bem-criada, no meio de muita fartura. Aí me casei e fui morar numa casa de bacuri, com parede de taquaruçu, no município de Nioaque, ele trabalhava na roça, mas não era muito trabalhador e aí veio o sofrimento e já logo fiquei grávida e aquele sofrimento. Não tinha alimento, não tinha nada. Depois de uns quatro anos de casada, mudamos pra Três Lagoas, e aí a vida ficou pior, vivendo na cidade. Comecei a trabalhar grávida, de doméstica e de lavar roupas. E o homem, pras fazendas, trabalhando, e eu não sabia o que ele fazia, trabalhava, e não trazia dinheiro. Ganhei o meu menino e ele já tinha um mês, e o homem nem tinha voltado da fazenda. Ele veio e não trouxe nada, e aí comecei a mudar meus pensamentos (Informação oral[159]).

Onézia teve seis filhos: três homens e três mulheres. Expôs que seu marido era muito ruim para ela e, no final da década de 1970, tomou a atitude de exigir que seu esposo ficasse trabalhando na cidade e não mais nos espaços rurais, pois era difícil a sua permanência em empregos. "Vivi com ele doze anos de sofrimento, foi uma guerra, passando fome, eu e os filhos. O homem era preguiçoso, ciumento, bravo" (Informação oral[160]). Tempos depois, o esposo de Onézia voltou a trabalhar em fazendas e adoeceu, contraiu malária evoluindo para hepatite e faleceu.

> E aí melhorou as coisas pra nós. Graças a Deus eu venci tudo, recuperei minha vida alegre de novo, minha saúde, porque eu já andava doente de tanto passar fome e meus filhos também. Depois que ele morreu, fiquei só com meus filhos por três anos, trabalhando de doméstica. E aí o meu segundo marido veio morar comigo (Informação oral[161]).

Onézia conheceu Geni, seu segundo marido, na cidade de Três Lagoas enquanto estava morando de aluguel com seus filhos. Geni era separado e morava com seu irmão. Conta que, quando foram morar juntos, seu filho mais novo tinha três anos e a filha mais velha tinha quatorze. Moraram e trabalharam em fazendas por alguns anos, e Onézia cuidava da casa, dos filhos e realizava as tarefas no campo com o marido.

> Tudo que ele fazia, eu ajudava, se ele fazia cerca, eu ajudava, fazia o trabalho braçal com ele. Ele ia pro serviço bem cedinho, e eu ficava em casa lidando com os serviços domésticos. Aí eu fazia o almoço e, pelas sete ou oito horas, eu ia e levava o almoço pra nós, e passava o dia com ele trabalhando. Trabalhamos muito, mas foi bom (Informação oral[162]).

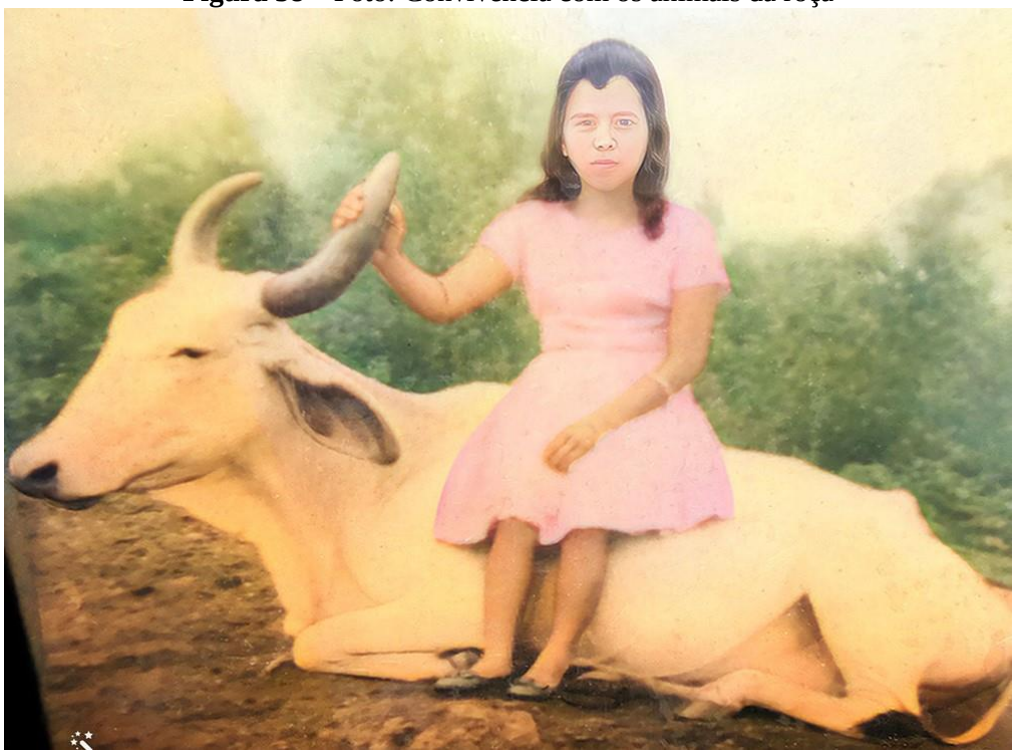
Além da situação do não reconhecimento dos serviços domésticos desenvolvidos pelas camponesas, é visível a ocultação dos trabalhos realizados por elas nas roças e nos

[159] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[160] *Id.*
[161] *Id.*
[162] *Id.*

campos. Herrera (2016, p. 209-210) destaca, em estudos, que as mulheres camponesas detêm uma multifuncionalidade nos afazeres cotidianos, nas labutas domésticas e nos trabalhos relacionados à produção em "[...] que muitas vezes não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura. [...] a realidade das mulheres no âmbito rural brasileiro é marcada por muito trabalho e pouco reconhecimento".

Desde cedo, as mulheres camponesas realizam dupla jornada correspondente à lida doméstica e ao labor nas lavouras. A exemplo de Onézia, que, aos quinze anos, já dividia as tarefas agrícolas na roça e o manejo do gado nos campos de pastagens com o irmão. Era natural a estreita ligação que Onézia tinha com os animais, pois, desde muito pequena, já lidava com as montarias e ocupação com o gado, como mostra a figura 58.

Figura 58 – Foto: Convivência com os animais da roça



Fonte: Onézia C. de Moura (2019)

Os trabalhos domésticos diários eram destinados somente ao feminino; aos homens, não eram atribuídas as tarefas caseiras, significando que, para Onézia, o dia era longo, laborioso e cansativo: "Meu pai fazia de tudo, fazia cerca, ele trabalhava na roça, depois nós crescemos, ele largou mão de roça que era nós, né?" (Informação oral[163]).

[163] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

Mais tarde, a dupla jornada de Onézia permanece quando, nas fazendas, relata que "ajudava" o marido nos trabalhos braçais. Esmeraldo (2013, p. 240) destaca que: "O trabalho produtivo é constituidor da identidade e da autoridade masculina e requer a invisibilização e omissão do trabalho feminino que se anuncia nos roçados como ajuda". A negação do reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres é uma marca histórica de uma hierarquização culturalmente difundida e mantida na sociedade patriarcal.

A vida em busca da sobrevivência, para a família de Onézia, se alternava entre morar e trabalhar em fazendas, ou trabalhar e residir na cidade, intervalado pelas tentativas em adquirir um pedaço de terra, que era o sonho da camponesa. "E o que eu gosto mesmo na vida é de trabalhar, eu gosto de carpir, da área rural. Cidade não me serve" (Informação oral[164]). Na figura 59, a camponesa a caminho do seu roçado.

Figura 59 – Foto de Onézia a caminho do trabalho em seu roçado



Fonte: Acervo da autora (2019)

Nos trabalhos realizados nas fazendas, conta que, em uma delas, chegou a receber meio salário, porque, na maior parte das fazendas em que trabalhou, somente o marido

[164] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

tinha salário. Recebia meio salário para cozinhar, limpar e, quando os patrões estavam na fazenda, voltava para sua casa tarde da noite; no restante dos dias, tinha que manter tudo bem cuidado e limpo.

> Não pagavam mais que isso. O Geni queria que eu morasse lá, porque ele era o cerqueiro da fazenda e não queria me deixar na cidade. E precisava de mim também pra ajudar ele também. Na sede, eu limpava casa, varria terreiro, aguava planta, cuidava de tudo, lavava roupa, roupa que eles deixavam lá, eu que lavava e passava (Informação oral[165]).

O trabalho realizado com o marido era considerado ajuda. O marido construía cerca nos limites das fazendas, por isso tinham que caminhar muitos quilômetros diários para ir e para vir e para construir as cercas. E Onézia junto, desenvolvendo trabalhos braçais pesados.

> Mas todas as fazendas que nós trabalhemos, sempre eu fui peão do Geni, não porque ele me obrigava, porque ele tava criando meus filhos, eu não podia deixar ele trabalhar sozinho. Só que ninguém vê isso, o pessoal fala assim: "ah, o Geni fez e aconteceu e ninguém dá valor". Mas não é assim (Informação oral[166]).

Com as economias conseguidas nos trabalhos em fazendas, o casal comprou um lote no Assentamento Casa Verde, no município de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul. Trabalharam nesse lote durante um ano e meio, mas ocorreu que Onézia ficou doente, necessitando de cirurgia e tratamento prolongado, por este motivo, venderam o lote e voltaram para a cidade de Três Lagoas.

Tempos depois, compraram duas casas na cidade de Três Lagoas, venderam uma delas e adquiriram o lote no Cinturão Verde[167]. Construíram a casa no lote do cinturão e

---

[165] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[166] *Id.*
[167] A ocorrência da venda dos lotes no Cinturão Verde, assim como em outros assentamentos, é o motivo mais frequente para a hostilização dos movimentos camponeses em busca da terra para nela trabalhar, seja local, seja nacional. A população pode ser influenciada por grupos majoritários que utilizam de ideologias na imprensa midiática e todas as formas informacionais vigentes, visando a criminalização desses movimentos ABRAMOVAY, R. (2004) - Assentamentos: desarmar a lógica destrutiva. Disponível em: http://ricardoabramovay.com/assentamentos-desarmar-a-logica-destrutiva/; CRUZ, Nelson Ney Dantas; SANTOS, Rosselvelt José. O DESAFIO DA PERMANÊNCIA NA TERRA: comercialização de posses e reprodução dos modos de vida nos assentamentos de reforma agrária do Triângulo Mineiro. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, 2011. Disponível em: file:///D:/Usuarios/User/Downloads/12114-Texto%20do%20artigo-74379-1-10-20121108.pdf; MELO, Thiago Sebastiano de. Entrevista com o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Estudos Geográficos, Rio Claro, 11(2): 116-133. 2013. Disponível em: file:///D:/Usuarios/User/Downloads/8318-Texto%20do%20artigo-44838-1-10-20140405.pdf

começaram a trabalhar e viver da área que possui dez mil metros. A camponesa relata que nunca mais passaram necessidades.

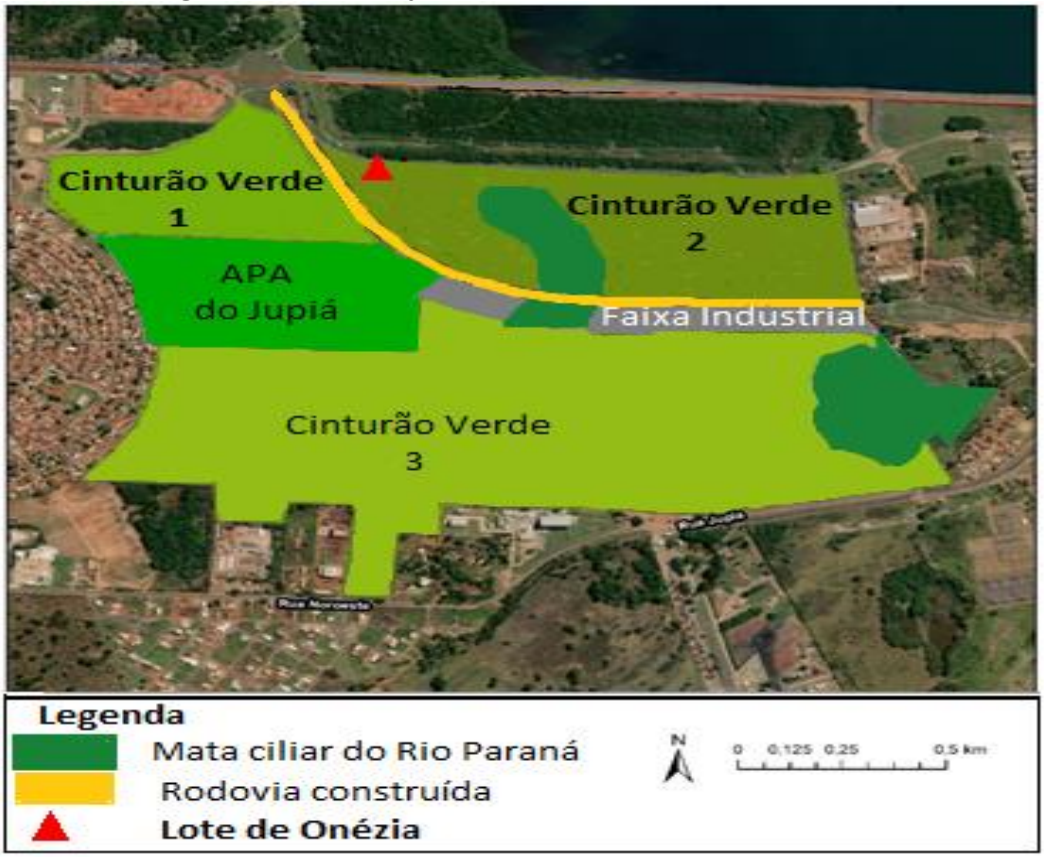
> Ele era um homem trabalhador e uma pessoa direita. Ele acabou de criar meus seis filhos, todos do meu primeiro marido, e ajudou em tudo que pôde. O pai nunca na vida ia fazer pelos filhos o que o Geni fez, uma pessoa controlada, ele lutou com essas criançadas como se fossem dele (Informação oral[168]).

Vale destacar aqui o valor feminino no desenvolvimento dos processos de enfrentamento diante das dificuldades da vida, na busca pela terra e na perseverança para nela permanecer. Os desafios nos percursos, os afazeres e saberes e as memórias refletem as territorialidades engendradas na vida de Onézia através das singularidades e no cuidado e na preservação cultural dos costumes camponeses cerradeiros.

O lote de Onézia situa-se no compartimento Cinturão Verde 02, apresentado na figura 60, dividido após a construção da ponte sobre o Rio Paraná e a rodovia que o segmentou em três áreas, fragmentando também dois remanescentes da mata ciliar do Rio Paraná, destinadas à preservação ambiental. O lote de Onézia se localiza na entrada do Cinturão Verde, após a rotatória que liga a Rodovia 262 e a Rodovia da Companhia Energética de São Paulo (CESP).

[168] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

Figura 60 – Localização do lote da Onézia: Cinturão Verde 02



Fonte: Lima/Souza (2020); adaptado de Borges e Oliveira (2018)

Onézia manifestou conhecimento sobre as incertezas da permanência no local imposta pelos poderes públicos, comentando a respeito das últimas ações movidas pela promotoria do estado acerca da destinação do Cinturão Verde. A camponesa relatou que participou de uma mobilização dos moradores com apoio de parceiros, como a CPT e professores da UFMS, expondo que, na câmara dos vereadores, diante de depoimentos de alguns agricultores, a acusação da promotoria era a seguinte: "[...] ninguém fazia nada, tem muito crime, tem droga [...]".

A recriminação, de acordo com Onézia não se sustentou e, por fim, reclamou: "Aqui a gente sofre porque a gente nunca tem firmeza e sossego por causa de eles ficar falando isso. Aí o povo da faculdade, que deram muito apoio pra gente, eles começaram mais a acreditar que o povo trabalha" (Informação oral[169]). A camponesa ressaltou a defesa promovida pelos professores aos agricultores do Cinturão Verde:

> Teve um que eu esqueci o nome dele, que não conheço direito, ele até se emocionou e falou: "ó, vocês vão andar o dia inteiro no meio de eucalipto e vocês não acham uma água pra beber e aqui no Cinturão

[169] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

> Verde, vocês andam por aqui, vocês comem, vocês tomam café, vocês tomam água, vocês acham de tudo" (Informação oral[170]).

A universidade tem acompanhado o processo de vivência, trabalho e resistências na comunidade do Cinturão Verde por muito tempo, desde ao menos 2000, em parceria com a CPT. Muitas são as pesquisas, projetos e ações no interior desse grupo. Em 2017, foi realizado o cadastramento socioeconômico das famílias do cinturão pela UFMS de Três Lagoas, coordenado pela professora do curso de História, Maria Celma Borges, solicitado pelas associações que atuam no espaço do cinturão.

Diante das constantes ameaças impetradas pelo poder público, fundadas nas acusações do descumprimento dos compromissos relacionados aos propósitos da área, o levantamento da situação das famílias camponesas teve como finalidade o respaldo na comprovação da produção hortifrutigranjeira local. A pesquisa foi executada, como destaca Barbosa (2017), por uma equipe composta de professores e alunos dos cursos de História, Geografia e Direito, com aplicação de questionário a 112 famílias.

Ainda de acordo com Barbosa (2017), com duração aproximada de sete meses, o cadastro teve como resultado a percepção da diversidade de produção hortifrutigranjeira para o consumo das famílias e o cultivo direcionado a projetos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e à comercialização em feiras e outros meios de venda direta.

Diante dos resultados dos dados levantados, Barbosa (2017) expõe que foram encontrados alguns poucos lotes que não cumprem a função para a qual fora destinada a área, e que este não seria o motivo para a retomada de todo o espaço. À prefeitura, caberia destinar os lotes em desacordo com a sua finalidade para famílias que estão à espera de um pedaço de terra para nela trabalhar e viver. A pesquisa realizada pela universidade difere daquela efetivada por profissionais a serviço da prefeitura municipal, que possivelmente não levaram em consideração a produção para o autoconsumo.

Diante de inúmeras interferências políticas que geram inseguranças para as famílias camponesas do cinturão, são as parcerias de apoio que colaboram para a resistência na permanência no lote, como esclarece Onézia: "[...] podia fazer casa, e depois de dez anos de contrato, ia dar a escritura, só que eles anularam essa lei [...]. A nossa sorte foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os professores da faculdade que *dá* muito apoio pra gente [...]".

---

[170] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

Quando passaram fazendo o cadastro entre 2000 e 2005, só estava a Onézia, seu marido havia saído, e deste modo, cadastraram o lote no nome dela. É um lote muito bonito, todo ocupado por espécies de plantas frutíferas ornamentais, fitoterápicos, leguminosas, tubérculos, e ainda espécies representativas do bioma Cerrado.

Onézia, que é moradora por tantos anos no mesmo lote, em meio a tantos percalços, sempre produziu alimento para ela e a família. "Porque se um pouquinho que eu faço, mas dá fartura. Faço um canteiro de abóbora, eu colho abóbora verde, madura, um de maxixe, outro de feijão, melancia, mandioca" (Informação oral[171]).

Um dos filhos da Onézia a ajuda no manejo do lote, como o plantio, a colheita e as vendas que geram a renda. "Tem muitas frutas, limão, laranja, coco, graviola, amora, palmito, banana. Se pensar é pouco, mas, para a família, é fartura, não precisa comprar, é mais puro. A minha vida é plantar" (Informação oral[172]).

A renda retirada do lote basicamente vem dos ovos, mandioca e frutas de época, quando o filho colhe os variados frutos do lote, como mamão, maracujá, amora, banana, cajamanga, moranguinho, entre outros, e faz polpas para vender. As verduras e legumes são para o consumo da família, que, de acordo com os relatos, são divididos com os filhos.

A estrutura do lote conta com uma casa contendo cozinha, banheiro, quarto e uma varanda. Ao lado da casa, existe um pequeno puxado com fogão a lenha e, ao fundo, uma despensa. Do lado da casa, um galinheiro muito amplo com divisórias entre galinhas genuinamente caipiras carijó e galinhas tratadas com milho tipo granja, criadas livres no cercado. O galinheiro foi construído à sombra de vários pés de guariroba *(Syagrus oleracea)*, como ilustra a figura 61. As chocadeiras ficam aninhadas embaixo de tambores e as que estão com pintos também ficam separadas e fechadas com telas.

[171] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[172] *Id.*

Figura 61– Fotos com detalhes da casa e do galinheiro



Fonte: Acervo da autora (2020)

À frente da casa, inúmeras plantas ornamentais e flores dão um toque especial ao lugar. O lote inteiro é ocupado com cultivo de plantas, em que o predomínio é de um pomar com variados frutos, como: mamão, banana, amora, cajá-manga, manga, caju, laranja, entre outras.

Também algumas árvores que representam a vegetação do Cerrado que foram doadas pelo Ibama, como Ipês *(Handroanthus)*, Cedro *(Cedrela fissilis)*, Jenipapo *(Genipa americana)*, Macaúba *(Acrocomia aculeata)*, Angico branco *(Anadenanthera colubrina)*, Sangra D'água *(Croton urucurana)*, Didal *(Lafoensia pacari A.St.)*, Pau vidro *(Pterocarpus violaceous)*, Chico Magro *(Guazuma ulmifolia Lam)*, Paineira *(Ceiba speciosa)*, Aroeirinha *(Lithraea molleoides)*, Açoita Cavalo *(Luehea divaricata)*, Jacarandá Mimoso *(Jacaranda mimosifolia)*, Araçá *(Psidium cattleianum)*, Moringa *(Moringa oleífera)*, Pitanga *(Eugenia uniflora)* e Caraguatá *(Bromelia pinguin)*. Entre as espécies, a maioria possui propriedades medicinais. Na figura 62, o destaque da presença das espécies no seu terreno.

Figura 62 – Foto da entrada e das características do lote de Onézia



Fonte: Acervo da autora (2020)

O dia a dia da camponesa é um ritual que se inicia bem cedo. Faz caminhadas, exercícios físicos e, depois de tomar o café, começa a lida cuidando, molhando, colhendo, alimentando as galinhas, repondo água nas vasilhas e colhendo ovos, como observa-se na figura 63. Além destes afazeres, tem o cuidado especial com as aves e animais silvestres que visitam o seu sítio, distribui água em vasilhas e as deposita em lugares estratégicos.

Figura 63 – Foto do trabalho diário de Onézia



Fonte: Acervo da autora (2019)

Com o dia repleto de atividades, após o almoço, Onézia retira um tempo para o descanso. Mais tarde, com a radiação solar diminuída, volta aos afazeres diários, como limpar, carpir, colher, plantar e novamente alimentar as galinhas. Quando chega ao entardecer, espera suas filhas para tomar mate e café.

Além das espécies de porte arbóreo, seu lote mantém também variedades de ervas que podem ser utilizadas em diversas enfermidades; sempre prestativa, é procurada pela comunidade local em busca das plantas medicinais e, também, para os conhecimentos relacionados a tratamentos para diversas moléstias. A camponesa detém o conhecimento de cada espécie e sua utilização nas aplicações, e comenta: “Se você ver o tanto de gente que vem buscar remédio aqui em casa...” (Informação oral[173]). Na figura 64, algumas espécies de plantas medicinais no quintal de Onézia.

[173] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

Figura 64 – Foto das plantas medicinais no lote de Onézia



Fonte: Acervo da autora (2019)

Este conhecimento das espécies vegetais e suas aplicações terapêuticas, em parte, foi adquirido pela tradição familiar, mais especificamente através da figura maternal, e com as experiências que vão se somando aos saberes com o tempo, através das relações com a natureza, particularmente com o bioma Cerrado. As ervas com uso para tratamentos e indicadas por Onézia para a comunidade local estão descritas a seguir, conforme seu relato.

> A gente conhece lá como cancorosa, mas aqui é chamada, o nome mesmo é espinheira santa, mas, pra nós lá, o nome dela é cancorosa. Aquilo lá é depurativo do sangue, cura ferida, você pode lavar com chá ou tomar como chá, isso é coisa que minha mãe me ensinou. E tem o jateí-caá, que é do brejo, que é pro estômago, tem a marcela do campo, que é pro estômago também e é bom pra bebezinho que tá nascendo dente; e tem o assa-peixe também, que a folha e flor é pra curar tosse, né? Aqui em casa, eu tenho, pode ser o chá, o xarope, né? E tem muitos remédios que minha mãe me ensinava. Tem a casca do bálsamo também, é bom pra curar gripe, pra curar tosse. A sucupira também a gente usava, a gente pensava que era só pro estômago, e não é, você vê, agora já descobrimos que é pra muita coisa, né? (Informação oral[174]).

[174] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020,

Quando expõe que o uso da sucupira era conhecido somente para o estômago, destaca que ela serve para muitos outros tratamentos, revela que, nas suas experiências, descobriu, por si mesma, outras propriedades medicinais da espécie. Em conversas informais, apresentou uma receita desenvolvida por ela, utilizando a sucupira *(Pterodon emarginatus)*: "Sete sementes de sucupira cortadas ou amassadas. Um dente de alho fatiado, 500ml de azeite de oliva. Deixar curtir 15 dias, onde não pega claridade. Tomar uma colher de café de manhã, em jejum" (Informação oral[175]).

Com esta receita, conta que conseguiu curar um cachorro, que já idoso, não conseguia mais se levantar e ficar de pé. Todos os dias medicava o cãozinho até ele ficar bom. Certamente a receita é benéfica para o tratamento de enfermidades relacionadas às articulações do corpo como artrite, artrose e outras doenças relacionadas.

Ao apresentar o lote, em visita com uma caminhada que durou um dia inteiro, as informações eram acompanhadas do destaque de cada planta, cada árvore e seus usos para medicamentos. Percebe-se, dessa forma, o olhar cuidadoso, a dedicação e o interesse peculiar do feminino, que, em conformidade com a produtividade retirada do trabalho com a terra, concilia a gratuidade e a benevolência numa simbiose com a natureza. Onézia e a dedicação ao lote, costumes e produtos da terra na figura 65.

[175] Visita ao lote de Onézia no Cinturão Verde em 30 de julho de 2019.

Figura 65 – Foto do fruto da terra, do trabalho e dedicação



Fonte: Onézia Cardoso de Moura (2021)

Nesse legado feminino campesino, há uma perspicácia envolvida, que, combinada à sensibilidade, resulta nas relações intrínsecas com a natureza. Denota, nesse caso, as relações de Onézia com a biodiversidade cerradeira que, com todo o cuidado, cultivou exemplares dentro do seu roçado. Carneiro (2001, p. 22) retrata essas relações conservadas e transmitidas.

> Se considerarmos que, além dos bens materiais, outros tipos de bens, simbólicos, são transmitidos de uma geração a outra, verificaremos o papel crucial desempenhado pela mulher na dinâmica dessas famílias, não somente como elemento da produção ou do trabalho, mas também como elemento da reprodução: como guardiãs e transmissoras privilegiadas de valores (CARNEIRO, 2001, p. 22).

Na figura 66, percebe-se o convívio e cuidados com as plantas terapêuticas através do manejo e preparo dos medicamentos. Onézia demonstra com prazer os saberes aprendidos por herança e por experiência adquirida com o tempo, dando trânsito livre para as pessoas que a procura para coletar as ervas, aprender as receitas, colher conhecimentos e ainda não se despede sem levar abóbora, mamão, mudas de flores.

Figura 66 – Foto: Manejo, conhecimento e preparação das plantas medicinais



Fonte: Acervo da autora (2020)

Do didal, de acordo com Onézia, se utiliza a casca do tronco no tratamento de doenças da próstata. A moringa, desde as folhas até a raiz, pode ser usada em diversas enfermidades, como no tratamento da diabetes, como anti-inflamatório, na perda de peso, entre outras várias funções.

A mirra *(Commiphora myrrha)* é empregada, segundo informações da camponesa, contra dor de cabeça e, para tirar a dor do corpo, podem ser preparado banhos com a erva, a água de colônia *(Alpinia speciosa ou Alpinia zerumbet*) também serve para dor de cabeça, a vassourinha do campo *(Baccharis dracunculifolia).* "[...] que hoje em dia você nem vê quase mais, eu sei que ela é bom pro estômago, pro rins. Eu conservo porque é uma coisa que eu conheço desde que eu era muito criança e quase não vê mais" (Informação oral[176]).

A maioria das plantas medicinais é preparada simplesmente como chá, explica a interlocutora, descrevendo a diversidade das ervas que foram e são cultivadas em seu quintal. Para cada planta, uma explicação e, muitas vezes, uma receita. Com serenidade, percorre os muitos metros de exuberância e diversidade sem pressa, exibindo com orgulho o seu território com suas territorialidades.

[176] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

> Aqui no meu quintal, eu tenho o açafrão, eu tenho ginsen, tenho babosa, eu tenho alecrim, eu tenho boldo do chile, e tem também a hortelã-pimenta. Eu tenho a caferana, eu tenho ali um pé de jaborandi. Aquele lá é pro cabelo. Eu tenho arnica, e tem a alfavaquinha do campo também (Informação oral[177]).

O cuidado e a preocupação para com as plantas medicinais visando o resguardo das ervas e da tradição, da cultura e dos saberes estão muito presentes nas palavras de Onézia, assim como os serviços que presta à comunidade que a procura em busca das plantas medicinais. Nas suas palavras, há uma troca: ela cultiva e compartilha com quem não tem e, quando lhe faltar, sabe onde buscar.

> Eu vou devagarzinho carregando pra minha casa as que nascem aqui, as semente que os passarinhos traz, e eu vou cuidando. As minhas plantas, eu gosto de doar mudas pras pessoas porque, se um dia a minha acabar, o meu parente ou meu amigo, conhecido, vizinho tem, né? (Informação oral[178]).

Resgatando os dizeres de Carneiro (2001), as mulheres são guardiãs das espécies que aos poucos vão se perdendo pelo avanço do desmatamento do Cerrado. Em seus relatos, Onézia traz, nas memórias e no modo de vida, as territorialidades constituídas nesse pequeno espaço, um lote de mil metros quadrados tão cheio de simbologias, crenças, culturas e saberes cuidadosamente mantidos.

Tais manifestações também refletem a carta do primeiro encontro nacional das mulheres do Cerrado, em 2019, na frase: "Nós somos as guardiãs do Cerrado e dos saberes populares que herdamos de nossos e nossas ancestrais. Por toda nossa história, lutamos para que nossa cultura e modos de vida resistissem"[179].

É a vida de simplicidade no contato com a natureza e de espécies representantes do bioma Cerrado que mantém a serenidade e alegria de Onézia. Nos diálogos, expôs que várias pessoas tentaram incentivá-la a deixar o lote e ir para a cidade após a morte do esposo Geni, mas, ela se manteve firme porque sempre morou no campo e sua alegria seria continuar morando no seu lote: "Eu sou da área rural, cidade não me serve".

> Aqui o meu localzinho, aqui é o tipo de uma reservinha que eu já fiz. Árvore de Cerrado, essa guariroba, tem de tudo, tem graviola, tem muita fruta, né? E é a vida que eu gosto de viver é essa, não adianta ninguém

[177] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[178] *Id.*
[179] Carta do I Encontro Nacional das Mulheres do Cerrado. Luziânia, 14-16 de junho de 2019. Disponível em: https://redecerrado.org.br/2019/06/ Acesso: abr/2022.

> querer que eu vô pra cidade porque, enquanto eu puder [...] me abençoar que eu tenho vida, certo? Eu não vou não (Informação oral[180]).

O legado mantido e a sabedoria singela são manifestados no olhar, no agir e nos sentidos femininos, trazendo as tradições rurais do campesinato cerradeiro, que, ao serem transmitidas por meio de repetições das simbologias, das crenças e dos costumes no cotidiano vivenciado, são passadas para gerações vindouras.

A percepção sensível de Onézia também está presente no cuidado com a natureza, com os pássaros e com os animais que visitam o seu quintal. Entre os periquitos *(Brotogeris tirica)* e uma diversidade de pássaros, como sabiás *(Turdus rufiventris)*, bem-te-vi *(Pitangus sulphuratus)*, rolinhas *(Columbina)*, anus *(Cuculidae)*, entre outros, ocorre a presença diária de curucacas *(Theristicus caudatus)* e de mutuns *(Crax fasciolata fasciolata)*, presentes na figura 67. Como já mencionado, ela os alimenta e oferece água em vasilhas espalhadas pelo lote para que possam se refrescar.

Figura 67 – Foto das Mutuns e Curucacas no quintal de Onézia



Fonte: Acervo da autora (2020)

[180] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

O anseio em permanecer em seu lote pode estar ligado à manutenção das formas tradicionais construídas pela sua vivência nas comunidades rurais, mas também reflete um vínculo aos elementos naturais cotidianamente presente nos sertões cerradeiros, destacados em seus relatos:

> Sei que, pra mim, é a minha vida até hoje, você vê, eu moro aqui, tem que ter bastante arvoredo, tem que tá vendo os passarinhos, ali ó, eu jogo milho pro mutum comer de manhã cedo, ela chega, eu falo: "oh, minha princesa, vem cá", eu jogo milho, ela vai comer ali o milho. Então a minha vida é essa, de gostar da natureza, de viver no meio da natureza (Informação oral[181]).

As dimensões do vivido nos lugares que sustentem as suas singularidades, a partir das concepções dos sujeitos, revelam a pluralidade no cotidiano nas territorialidades construídas. As territorialidades descortinam a história no chão do Cerrado, os percalços, as resistências e as conquistas.

A camponesa relata que, para deixar o lote como está hoje, tiveram muito trabalho. "Quando compramos aqui, paramos de trabalhar nas fazendas e dedicamos só ao lote. Já estávamos de idade quase sessenta anos. Aí fez a casa, os arvoredos, e aqui não tinha nada, só carrapicho, e nós lutamos até que vencemos" (Informação oral[182]).

No início, foram levadas para o lote várias mudas de guariroba e outras espécies em saquinhos de plástico. Onézia narra que tem por volta de setenta pés de guariroba no terreno e enfatiza que, quando compraram o terreno, não havia a distribuição de água canalizada no cinturão e, para molhar as mudas novas das plantas, puxavam a água do poço com bomba e as molhavam com balde. Relata que as dificuldades eram muitas e, não tendo mais a renda dos trabalhos nas fazendas, passaram a viver, no início, somente da pensão deixada pelo primeiro marido de Onézia, porque Geni ainda não era aposentado.

> Mas até nós chegar onde chegamos aqui, nesse terreno, foi luta. Vivi com o Geni trinta anos. Quando começou a produzir, ele botava numa caixa na bicicleta e ia pra cidade. Eu levava farinha, quiabo, abóbora, eu ia a pé. Plantava mandioca e fazia farinha pra vender. Fizemos muita farinha. Era de meio a um saco de farinha por dia. Íamos deitar de noite mortos de cansaço, mas a gente gostava de trabalhar. A farinha era boa,

[181] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[182] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

> vendíamos bem. Fazia polvilho, sabão, doce de leite e ia pra cidade vender (Informação oral[183]).

A lente desenvolvida por esta camponesa sobre sua vida e a relação com a natureza traz referências de escritas ancoradas em perspectivas ecofeministas, encontradas em Dias e Freire (2020), propondo que a definição de "mulheres cerradeiras" seja entendida como resistência e resiliência. O protagonismo da camponesa em evidência é marcante, pois apresenta de forma clara o enfrentamento com maestria diante das dificuldades, a sabedoria frente às resistências e a serenidade no modo de enxergar a vida. É notória a propriedade com que relata o conhecimento, a cultura e os saberes cultuados e mantidos.

É da natureza feminina o hábito de observar e de perceber a natureza, por isso o cuidado e a experiência no desenvolvimento de conhecimentos estão sempre presentes no cotidiano da mulher. Este modelo da lida com a terra, com os animais e com a natureza, como relatado por Onézia, resguarda a essência da conservação do Cerrado, promovendo a produção de alimentos saudáveis daqueles que tem o dom e o sonho de trabalhar a terra.

Após ficar viúva do Geni, Onézia lida com o lote praticamente sozinha, contando apenas com a ajuda de um dos filhos. Ao ponderar sobre seu trabalho no lote, deixa claro que, quando ainda tinha seu companheiro, o trabalho desenvolvido por ela não era mais leve do que no presente. A narração, a seguir, reflete essa afirmativa e revela também os enfrentamentos e dificuldades sofridos diante de pontos de vistas alheios, herdados de uma sociedade que sempre defendeu e perpetuou uma cultura machista e patriarcal.

> Ele falou assim que o Geni achava que eu não dava conta de cuidar disso aqui. Muita gente falou, no velório, os parentes dele [...] me contou falando que agora ia virar um mato, que quem que ia fazer nada mais aqui, porque só o Geni que trabalhava. Falei: "ninguém via que eu trabalhava com ele direto, será?" Uma vez teve uma mulher que morava ali, ó, pra baixa aí, ela falou que eu e o Geni era o casal 20 do Cinturão Verde, porque a gente só trabalhava junto. Nós ia carpir, era plantar, junto. À vez nós vinha embora, eu ia lavar vasilha, ele ia varrer terreiro, tava sempre um ajudando o outro. E o pessoal não vê, só vê o homem. Aí hoje em dia o pessoal fala que aqui tá melhor que quando o Geni era vivo (Informação oral[184]).

A força feminina nos trabalhos rurais aparece sempre negligenciada, ocultando sua presença como protagonista no exercício das resistências, da cultura e na luta pela

[183] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[184] *Id.*

terra e pela permanência nela. A invisibilidade dada às competências femininas se transformou em ideologias das fragilidades e da sujeição culturalmente imposta às mulheres, como aponta (BOURDIEU, 2012) sobre as "manifestações androcêntricas" e a naturalização do modelo de sujeição feminina na sociedade patriarcal.

A lida cotidiana das mulheres nos afazeres rurais é distorcida e dissimulada, ao passo que a imagem masculina é resguardada enquanto autoridade decisória e provedora familiar. Além do trabalho marginalizado, as atuações femininas nos âmbitos econômico e político, seja no núcleo familiar, seja externo a ele, são menosprezadas. Ademais, nos setores culturais, sociais e ambientais, cujas execuções são marcadamente efetivadas pelas mulheres, normalmente não são reconhecidas.

São visões masculinizadas que visam converter o papel das camponesas como inexistente enquanto sujeitas do seu protagonismo nas labutas cotidianas, nos enfrentamentos e nas resistências que o vínculo com a terra exige e que são manifestadas por elas, mas negligenciado socialmente.

Gaspareto (2013. p. 315) contribui para uma análise crítica, nesse sentido, expondo que "Por muito tempo, a dominação de gênero vem tratando a mulher como inferior e desprovida de autonomia, invisibilizando seu trabalho e suas potencialidades". Reforçando este ponto de vista, Afonso e Scopinho (2015, p. 249) assinalam que: "[...] a existência das desigualdades e opressões de gênero tornam a vida da mulher do campo ainda mais difícil, fazendo com que suas identidades expressem de maneira ainda mais intensa a resistência vivida no cotidiano".

Este sistema ideológico patriarcal e machista impõe um conceito de vulnerabilidade feminina que, travestido em subserviência, oculta o protagonismo histórico na construção das identidades e territorialidades camponesas, visivelmente assumidas pelas mulheres. De acordo com Conte, Weschenfelder e Cinelli (2010, p. 2), "[...] por causa do patriarcado, elas foram praticamente invisibilizadas frente à historiografia considerada oficial, pouco ou quase nada são descritas em seus processos de contestações e lutas".

Estas estratégias visando o desgaste do protagonismo feminino não minaram a essência das camponesas, ao contrário, em suas práticas, irromperam em afirmações do seu potencial edificante, como compreende na desenvoltura de Onézia quando diz: "Eu

amo trabalhar no serviço pesado, eu gosto de carpir, de plantar, colher" (Informação oral[185]).

Onézia com bravura, empenhou-se em desenvolver o lote ao longo de muitos anos, enfrentando as constantes ameaças de despejo e retirando desse pequeno terreno muitos produtos, proporcionando a ela e a seus filhos uma variedade de gêneros alimentícios. Diante desse contexto, a camponesa questiona: "E eles, louco pra tirar nós daqui, a prefeitura nunca apoiou, mas eles não vê também que, se não fosse esse povo morar aqui, isso aqui tava uma favela já" (Informação oral[186]).

O pequeno pedaço de terra e a abundância de diversidade registram sua história, assinalando sua identidade camponesa. Seu olhar sobre sua vida revela, na labuta do dia a dia com a terra, a absorção das essências intrínsecas ao seu ser. As territorialidades construídas são alicerçadas no legado guardado, nos costumes e nas tradições culturais estreitamente relacionados ao bioma Cerrado.

Os valores imateriais fundamentais na identidade e na cultura cerradeira têm nas mulheres um acervo inegável nas suas práticas, nas crenças, nos tratamentos de enfermidades e nas necessidades diárias, expressos em configurações que ficaram arraigadas nas identidades das comunidades camponesas.

Embora tenha que lidar com a insegurança da permanência no lote e com as tentativas de deterioração de sua imagem emancipatória, ela exclama: "Eu tô trabalhando pra viver sadia até o último dia da vida. E continuar na luta do jeito que eu gosto: no meu lote. Ninguém me tira daqui não" (Informação oral[187]).

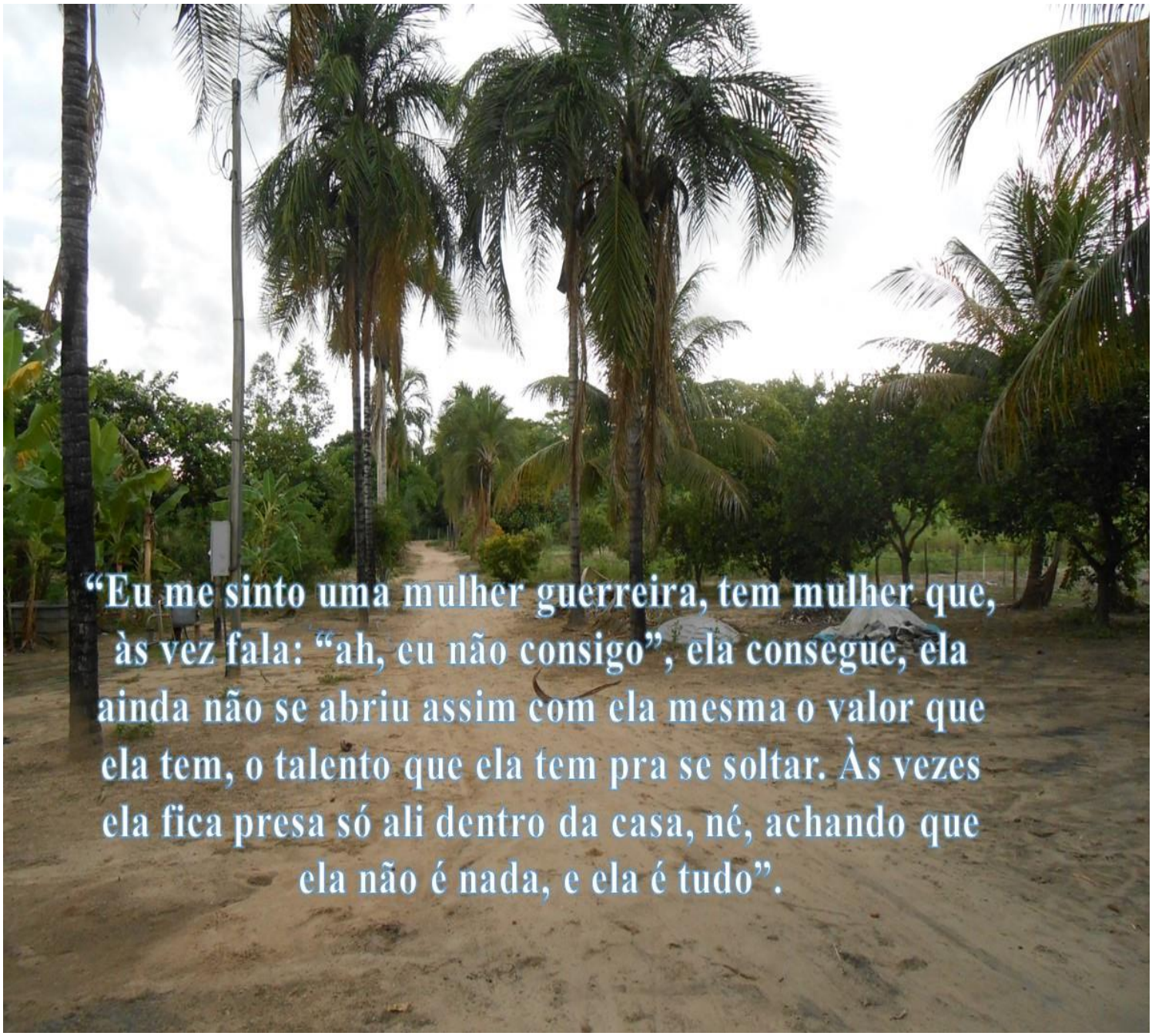
Conhecer o olhar sobre a própria vida camponesa é se deparar com revelações profundas dos arranjos sociais, presentes nas entrelinhas das narrações sobre os pontos de vista e as experiências vivenciadas no chão dos campos cerradeiros. É perceber, nas relações familiares, sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, os reflexos contidos nas palavras, nos contos, nas receitas e nos saberes.

É descobrir que a perspectiva feminina se manifesta nos gestos, nas crenças, no legado guardado com cuidado, como uma travessia instigante, adentrando realidades ainda desconhecidas, novas territorialidades a serem construídas, como referências e resistências dos povos campesinos cerradeiros.

---

[185] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.
[186] *Id.*
[187] *Id.*

4.5. Maria Rodrigues da Cruz, experiência de vida e vínculo com a terra



> Todas as mulheres é tudo, porque homem, se não tiver uma mulher do lado, ele não faz o serviço que uma mulher faz. E tem homem que põe uma mulher lá embaixo, acha que a mulher tem que ficar debaixo do pé dele. Deus não tirou a mulher do pé do homem pra ficar debaixo do pé dele, Deus não tirou a mulher da cabeça do homem pra ser acima do homem, Deus não tirou da mão do homem pra ela ser carregada pelo homem. Deus tirou do lado pra ser lado a lado, o homem e a mulher.
>
> Maria Rodrigues da Cruz

Figura 68 – Foto de Maria Rodrigues da Cruz



Fonte: Acervo da autora (2020)

Maria Rodrigues da Cruz, filha de Joel Rodrigues da Cruz e de Rosa Loureiro, nasceu em Pereira Barreto, estado de São Paulo, perdeu sua mãe aos seis anos e, aos sete,

mudou-se para Mato Grosso do Sul, mas sua vida foi um constante movimento em busca de trabalho, resultando em sucessivos deslocamentos entre estes dois estados e entre o campo e a cidade.

A camponesa relata que começou a trabalhar quando ainda era criança. "Comecei a trabalhar com oito anos, na Paulista, ajudando a derriçar café [...]" (Informação oral[188]), revelando que, desde muito cedo, teve de lutar pela própria sobrevivência, trabalhando ainda criança com pesadas responsabilidades em propriedades rurais, como na colheita em cafezais: "[...] como eu não alcançava no alto, eu ia colocando café na peneira e daí minha vida foi... aí fui pra empregada doméstica, em pouco tempo também, porque eu nunca gostei de trabalhar assim de doméstica, sempre gostei da roça" (Informação oral[189]).

Viveu com uma das suas irmãs quando tinha por volta de oito e nove anos, e sua vida era trabalhar para ajudar nas despesas da casa. O trabalho de Maria era nas roças de café ou de algodão, sendo que trabalhava na modalidade de diarista, também conhecida como boia-fria. Quando morou na cidade de Mirandópolis, estado de São Paulo, estava com nove anos e narra a vida que tinha: "[...] fui para a colheita de algodão, eu trabalhava para sustentar minha irmã, aí chegava tarde dessa panha de algodão, o dinheirinho que ganhava tinha que dar pra ela" (Informação oral[190]).

Morou um curto período com a avó e, aos dez anos, foi em busca do pai em Três Lagoas e, ao completar doze anos, conseguiu emprego na Fazenda Taiamã, cuja tarefa era a de cozinhar para peões que trabalhavam na propriedade: "Aí eu cozinhava pra peãozada, né? Pra maquinista, e eu levantava duas horas da manhã, pra fazer o primeiro café e, três horas por aí, o café deles estar pronto. Aí fazia o café dos peão, né, os tratorista" (Informação oral[191]). Foi nesta fazenda que conheceu seu marido Manoel.

> Aos doze anos de idade, fui para a Fazenda Taiamã, fui trabalhar de cozinheira, aí eu trabalhei e foi aonde, com doze pra treze anos, conheci o Manoel e vim conviver com ele. E daí o nosso trabalho foi só na roça. Aí o primeiro trabalho meu com Manoel foi colher algodão (Informação oral[192]).

[188] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.
[189] *Id.*
[190] *Id.*
[191] *Id.*
[192] *Id.*

O trabalho desempenhado juntamente com seu companheiro foi em Castilho, cidade do estado de São Paulo, vizinha do município de Três Lagoas. Nesse serviço na colheita do algodão, ficaram até regressarem para a Fazenda Taiamã, quando foram convidados pelo patrão para retornarem ao trabalho em sua propriedade.

A infância de Maria Rodrigues da Cruz foi marcada pela exploração do trabalho infantil nas fazendas de monoculturas, resultando em um casamento precoce, aos treze anos, diante das incertezas vividas. Pelos relatos da camponesa, ao ficar órfã de mãe, não teve mais moradia fixa, alternando entre casas de familiares e trabalhos em propriedades rurais particulares.

Araújo (1998) descreve sobre o uso da força de trabalho infantil nos espaços rurais brasileiros em meados do século XX, destacando que "A partir das décadas de 60 e 70 intensifica-se no Brasil a exploração do trabalho das crianças, em especial daquelas submetidas às tarefas agrícolas como volante". O autor aponta que a expulsão do trabalhador das propriedades rurais a partir da mecanização do manejo com a terra levou-o para as periferias das cidades, que, sem opção, se submeteu à pauperização da mão de obra nas lavouras de monoculturas, tornando-se, dessa forma, assalariado sazonal.

A realidade laboral do campo a partir das transformações desencadeadas na década de 1970 expropriou os camponeses dos seus meios de produção, incorporando, ao mesmo tempo, a sua força de trabalho em um processo histórico de precarização e exclusão, visando a crescente acumulação do capital pelas empresas rurais.

As mudanças nas relações sociais do trabalho incidem sobre as famílias camponesas que, na luta pela sobrevivência, se submetem ao modelo sazonal de ocupação, com baixos salários pagos pelas empresas agrícolas. Nesses termos, Araújo (1998, p. 15) aponta que "[...] todos os membros da família passam a trabalhar para ajudar nos rendimentos familiares: mulheres e crianças tornam-se bóias-frias". Barros (2018, p. 9-10) assinala que este processo tem se mantido ativo e intensificado até a contemporaneidade.

> As relações sociais de produção que o agronegócio constrói reforçam esse caráter capitalista da propriedade privada da terra. Além disso, o agronegócio se mantém sob a exploração do trabalho de camponeses expropriados da terra ou impedidos de possuí-la, sob a forma de assalariamento rural ou relações de trabalho análogas à escravidão, denominada de escravidão moderna ou contemporânea. Um fenômeno que vem ocorrendo por todo o mundo no âmbito da mundialização do capital [...].

Neves (2001, p. 150) destaca que a mecanização do campo brasileiro propiciou o aumento e a "[...] reprodução de massas de trabalhadores precocemente inviabilizados para a atividade laborativa, dadas as condições extremamente adversas da venda da força de trabalho", resultado das relações bilaterais entre a produtividade rural e a industrialização. Tal realidade esteve presente na vida de Maria quando ainda criança e, também, depois de adulta. Araújo (1998, p. 2-3) aponta que:

> A partir da década de 70, a modernização da agricultura, em especial no Centro-Sul vem ocorrendo em ritmo acelerado. Entretanto, em algumas culturas ditas tropicais (cana, laranja, café, entre outras) ela não se dá plenamente, pois estas, ainda requerem uma grande quantidade de mão-de-obra adulta e infantil para a realização da colheita. Geralmente, na época da colheita, milhares de crianças abandonam a escola para servir de mão-de-obra assalariada temporária nas lavouras. O recrutamento da mão-de-obra infantil torna-se atrativo para os patrões, na medida em que os salários pagos aos trabalhadores mirins estão muito abaixo do que é pago aos adultos.

Uma menina aos oito anos desamparada, buscando formas de prover sua própria subsistência e ajuda nas despesas domiciliar das famílias que a acolheram, certamente não pode frequentar o ensino escolar. Entre trabalhos sazonais e a admissão em fazendas até conhecer seu esposo, relata que sua vida ao lado do companheiro se manteve vinculada às constantes mobilidades laborais.

> Aí morei com minha sogra, mas sempre indo pra roça, né, pra ajudar o Manoel em casa, e o primeiro serviço que eu fui com o Manoel depois que se conhecemos foi pra colheita de algodão de novo. Aí nós trabalhava, nós trabalhava até o final da colheita. Aí terminou a panha de algodão, nós fomos para o corte desses capim, hoje ninguém valoriza, né, mas, naquela época, tinha muito valor, o colonhão, nós ia tirar a semente. Aí o patrão vendia, né? Pra formar pasto, tudo na região de Castilho, aí nós arrumamos esse patrão, que é o próprio que me conheceu lá, trabalhando de cozinheira, chamou nós pra ir tomar conta da sede. Aí nós voltamos e voltei pra Fazenda Taiamã. Aí lá nós fomos trabalhar de caseiro. Nós cuidava da sede e ficamos um bom tempo lá, um ano mais ou menos trabalhando de caseiro, voltamos pra Castilho de novo, pra roça de algodão. Aí ele caiu desempregado, aí eu fui, consegui um servicinho só pra mim, pra carpir algodão, e ele só fazia aquele biquinho, né, porque a gente já tava pagando aluguel. Aí eu, 4 horas da manhã, eu fazia minha marmitinha de comida, ia pro ponto pegar o trator e ia pra roça carpir o dia todo carpindo e ele procurando um serviço assim, por mês, né? Mas, mesmo assim, ele fazia os bico dele (Informação oral[193]).

[193] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.

Nas narrações de Maria, surge a palavra ajuda; este termo aparece enquanto posição subalterna, retratando um trabalho secundário, sem remuneração e, de certa forma, considerado como não produtivo. O trabalho produtivo na sociedade capitalista é o desenvolvido pelo homem, porque a força do trabalho feminino, na sociedade marcada pelo sistema sexual hierarquizado, é interpretada apenas como uma ajuda, logo não remunerada pelo serviço prestado.

Corroborando na compreensão destes estereótipos, Maneschy (2013, p. 63) reitera descrevendo que: "As representações dominantes situam-nas no papel de complemento", ou seja, insere-se em uma inculcação social patriarcal, onde a força do trabalho desempenhado pela mulher não possui valor.

Nas colheitas de monoculturas com trabalhadores volantes, as mulheres são incluídas com remuneração, diferente daquela situação em que havia os contratos nas fazendas em que geralmente somente os maridos eram contratados, e os serviços prestados pela esposa quase sempre não eram pagos. Quando deixaram o serviço volante e novamente retornaram para a fazenda, situação em que somente o marido recebia o salário, Maria disse: "eu não, só o salário dele".

> Aí fomos chamados pra outra fazenda, Santa Maria, fomos pra lá trabalhar de caseiro, cuidar, bem dizer, ali da fazenda, né? Aí já cozinhava ali pros peão que tinha na fazenda e o Manoel mexia com as outras partes mais grossa, né? Mexer com trator, fazer coivara, né? Mas, pra amontoar os pau assim nas coivara, eu tava ali com ele junto (Informação oral[194]).

O tempo dos deslocamentos entre fazendas e espaços urbanos continuou por muitos anos. Maria teve seu primeiro filho por volta dos 17 anos de idade e, mesmo com filhos pequenos, enfrentava as labutas em busca de trabalho e a dura rotina de diarista nas culturas do algodão. No seu relato abaixo, apresenta os detalhes desse período de sua vida:

> Aí nós saímos dessa fazenda e fomos para perto de Nova Independência, estado de São Paulo. Ali fui pra trabalhar de cozinheira também, como caseiro, mas eu já cozinhava pros patrão e até aí eu não tinha nem um filho ainda. Passados 4 anos que nós dois tava junto, é que eu vim ter o primeiro filho. Aí saímos dessa Fazenda Nova Independência e viemos pra Castilho, aí eu já peguei a gravidez do meu menino mais velho, tive ele, depois veio a menina que, com 3 meses de nascida, ele caiu desempregado de novo e vai eu pra roça de novo. Aí eu pagava uma mulher pra cuidar dela pra mim, porque ela era novinha

[194] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.

> também, né? E aí eu ia pra roça trabalhar, e ele, nos bico (Informação oral[195]).

Depois desses acontecimentos, o esposo de Maria conseguiu um emprego em uma firma, propiciando sossego à família por um ano. No entanto, ao receberem proposta de um proprietário de terras na barra do Rio Tietê, município de Castilho, o casal aceitou o trabalho com o compromisso de limpar e estruturar um pesqueiro. Maria explica com detalhes os acontecimentos nessa empreitada.

> Nós fomos pra fazenda e nós fazia de tudo, porque era um pesqueiro, né? Nós tomava conta do pesqueiro. E, no momento em que nós chegamos, eu dei um prazo de dois meses pra nós ficar ali, porque o lugar era muito feio, não tinha água, não tinha luz, eu lavava roupa puxando água do poço e a luz era o lampião. E nós tinha que, como era pesqueiro, eu tinha que tá até as sete, oito horas da noite com ele dentro do rio, cada qual com pau empurrando aquelas pranchas de taboa[196] que desce do rio, limpando a praia pra nós construir o pesqueiro, nós dois construímos esse pesqueiro (Informação oral[197]).

O lado camponês de Maria, não se contentando com um trabalho cuja mão de obra não incluía a lida com a terra, resolveu construir uma roça naquele lugar, contrariando os moradores que por ali residiam, porque afirmavam que, naquela terra, nenhuma espécie de cultivo se desenvolvia. Pôs-se a instalar os canteiros com as ferramentas manuais como enxada, enxadões e plantou quiabo, mandioca, maxixe e algumas frutas, como segue em sua descrição.

> Aí, quando foi um belo dia, eu falei assim, "Manoel, nós vamos plantar aqui". E sempre tem um que fala "ah, aqui não dá nada; eu falei: "vai dar, porque é daquela terra dura que pelo povo ali não dava nem mandioca e eu falei nós vamos plantar". Aí nós vinha na cidade, cada mês que eu vinha na cidade, eu levava muda, comprar semente, rama de mandioca pra plantar e eu falava: "vai dar aqui e nós vamos comer o que vai dar aqui". Fizemos uma quadra de mandioca, quiabo, maxixe, e planejei também nessa fazenda, falei assim, nós já tinha eu e ele, ele, na enxada; eu, no enxadão; ele, no enxadão, e eu, na enxada [...]. Fui na cidade, comprei a semente do mamão e fiz as muda e, na beirada da praia, eu fiz aquela roça de mamão, coisa linda. Aí até o patrão, o que deu ali na terra que eu plantei, até o patrão levava pra São Paulo. Aí nós planejamos uma horta: nós vamos fazer uma horta aqui. Era só pro consumo, mas a horta, nós já queria que o patrão levasse (Informação oral[198]).

---

[195] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.
[196] *Typha angustifolia* L. Planta aquática, ereta, com caule cilíndrico, atinge até 3 metros de altura, suas folhas possuem fibras resistentes usadas na fabricação de: cadeiras, tapetes, chapéus, cestas, bolsas. Laboratório de Manejo Florestal. Disponível em: https://sites.unicentro.br/wp/manejoflorestal/9484-2
[197] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.
[198] *Id.*

Moraram e trabalharam durante cinco anos na fazenda. Maria relata a satisfação que o proprietário tinha com a dedicação do casal em sua fazenda de pesqueiro: "[...] fizemos uma praia que era a coisa mais linda, quando o patrão chegou, a voz dele foi essa: 'vocês só vão sair de mim quando eu morrer, e foi dito e feito'"[199]. O camponês possui um forte vínculo com a terra, e Maria, não se conformando em ver um espaço ocioso, revelou a identidade camponesa e a recuperação do solo para dele ver brotar os frutos. Somente saíram da fazenda após o falecimento do dono das terras, porque ele estava doente e fazia tratamento em São Paulo.

> Aí fizemos essa horta e, com quatro meses que o patrão chegou, porque ele morava em São Paulo, ele tinha problema, né, era tratamento direto, aí ele se encantou com aquilo. Nós saímos de lá quando ele morreu. Ficamos lá cinco anos. Eu nunca assim fui assim, nem mais que o Manoel, nem o Manoel mais que eu, sempre trabalhando junto. Aí ele chegava nós, arrumava as caixas, né, pra ele levar as coisas dali de dentro que nós produzia ali, ele levava pra São Paulo. Aí chegou com seis meses, ele olhou pra nós e disse: "Manoel, eu nunca levei nada daqui, os primeiro que entrou aqui que eu levo a mercadoria da terra colhida na hora é da sua mão e da mão da sua esposa" (Informação oral[200]).

Ao saírem da fazenda pesqueiro, o casal volta para a cidade de Castilho, que, com tantas idas e vindas, já haviam construído uma casa no terreno da sogra de Maria. Novamente a família volta para a situação de desemprego e, quando saíram da fazenda, não receberam praticamente nada após cinco anos de trabalho. "E como o dono da fazenda era muito apegado com nós assim, aí ficou os filhos, né? E os filhos... eu só sei dizer que nós saímos com quinhentos reais. Cinco anos" (Informação oral[201]). Na circunstância em que a família se encontrava, a camponesa começa a pensar em novas alternativas de trabalho possíveis de serem desenvolvidas no espaço urbano, na cidade de Castilho.

> Eu me sentei debaixo do pé de manga da minha sogra e pensei... chamava a minha sogra de vó, falei: "vó, eu aprendi fazer pão nas fazendas com 12 nos de idade e eu não esqueci, eu vou fazer pão pra mim vender e sei que vai dar muito certo". Minha sogra falou: "minha filha, vai com fé em Deus que vai dar certo". Fui no mercado, comprei o trigo e cheguei o braço no pão, aí explodiu, sabe o que é uma venda expandir? Eu levantava uma hora da manhã pra amassar aqueles pão, que era muito pão, era muito pedido de pão, eu vendia na rua, nas portas, só que aí comecei a fazer freguesia principalmente da prefeitura, sabe?

---

[199] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.
[200] *Id.*.
[201] *Id.*

> Muita freguesia mesmo. Essa época, eu já tinha todos os meus quatro filhos (Informação oral[202]).

Findando com a atividade dos pães, iniciaram um investimento com vendas de frango, comprando, limpando, armazenando e vendendo, mas não durou muito porque foram convidados para trabalhar em uma fazenda. Depois mudaram-se para a cidade de Três Lagoas, compraram um terreno com recursos de acertos de trabalho e começaram a construir uma casa. Entretanto, o marido ficou doente e, mesmo trabalhando de camareira em um posto, Maria Rodrigues da Cruz não conseguia cumprir com todos os encargos da família. Foi nesse momento da vida do casal que apareceu um senhor propondo a troca do terreno com um início de construção da casa por um lote no Cinturão Verde.

E foi assim que conseguiram se fixar na terra, como comenta Maria: "Manoel, vamos negociar com ele, porque uma, que eu gosto de mexer com a terra, né? Porque eu morava na cidade, fazia minha horta na cidade, aí negociamos com ele tudo, vinhemo" (Informação oral[203]). Quando entraram no lote do cinturão, se depararam com um terreno sem nenhum cultivo, apenas um pequeno pé de fruta, e Maria logo entrou em ação:

> [...] a primeira coisa que eu fiz quando cheguei aqui foi acudir esse pezinho de poncã. Peguei o pé de poncã lá, abri um buraco, esterquei, adubei, plantei ele lá, hoje eu chupo poncã dele, isso vai fazer 15 anos, dia 22 de outubro. E o braquiarão, só era o que tinha aqui. O homem já trocou com nós porque não dava conta disso aqui [...]. Manoel arrancava as braquiara com o enxadão, e eu carpindo com a enxada. Limpando tudo. Aí fiz uma horta aqui embaixo. Como essa parte aqui da mata aqui limpo, eu tirei aquele recanto lá pra mim plantar o pepino, o pimentão, né, já aproveitava daqui, já descia pra lá. Aqui tinha água, mas tamparam lá em cima, né? Água não desceu mais (Informação oral[204]).

A indicação do local de plantio à beira da mata se refere, como mostra a figura 69, ao fragmento da Área de Preservação Ambiental (APA) do Jupiá, mata característica de Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Paraná, em substituição ao Parque Natural Municipal do Jupiá. Este remanescente da mata faz limite com o lote de Maria, local favorável pela umidade onde havia um pequeno curso d'água.

---

[202]Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.
[203] *Id.*
[204] *Id.*

Figura 69 – foto da mata da APA ao fundo do lote de Maria



Fonte: Acerto da autora (2020)

A partir dos primeiros resultados do trabalho com a terra no lote, Maria e o esposo conseguiram colher as hortaliças, a mandioca, o feijão e a abóbora, e puderam dar início a comercialização destes produtos nas redondezas, percebendo o retorno que a terra oferecia a partir dos cuidados e manejo do solo.

> Aí, com o tempo, apareceu, com 3 anos que eu tava aqui, veio esse projeto PAIS[205], que é a horta familiar, né? "Maria, você quer pegar esse projeto?" Durante um ano, eu peguei o projeto, mas só que eu fiquei em dúvida com o projeto, porque eu nunca tinha mexido com esse tipo de coisa, né? Eu não entreguei, não, assim, pra mim entregar diretamente pra associação, né? Aí, com um ano, me deram conselho, povo que vinha aqui ajudar nós e é no orgânico, né, me aconselhou a levar lá [...] entra numa associação pra você entregar suas coisas (Informação oral[206]).

[205] PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. Criada em 2005, trata-se de uma alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar. O projeto é assessorado pelo Sebrae e visa estimular a formação de núcleos produtivos para promover interações e troca de experiências entre produtores rurais. As instalações das unidades se assemelham ao modelo de mandala, cujas ações devem estar embasadas na coletividade, formação de núcleos produtivos, interações e troca de experiências. As parcerias ocorrem entre prefeituras locais e instituições financiadoras. https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-a-tecnologia-pais-e-saiba-por-que-ela-melhora-vida-no-campo,8b598b88ba73e410VgnVCM1000003b74010aRCRD

[206] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.

Maria passou a incorporar na sua produção às ações de associações presentes no Cinturão Verde, visando o escoamento das mercadorias produzidas em seu lote, afirmando, no seu depoimento, que foi positivo após conseguir desprender-se dos receios quanto à participação de atividades coletivas. Nesse sentido, fez uma autocrítica relacionada às incertezas que a levaram a se associar tardiamente, "[...] tem coisa que você tem que deixar pra lá, mas tem coisa que não pode ficar no será, você tem que ir em frente. E eu fiquei no 'só isso, será que vai dar certo?'" (Informação oral[207]). Detalhe da produção de Maria na figura 70.

Figura 70 – Foto: Projeto PAIS no lote de Maria Rodrigues da Cruz



Fonte: Acervo da autora (2020)

As hortaliças produzidas no lote de Maria têm o manejo da técnica conhecida como mandala, um sistema desenvolvido na agricultura com o objetivo de diversificar o cultivo de plantas alimentícias, promovendo a biodiversidade no ambiente. É um sistema interativo consorciando as espécies vegetais. Há, neste modelo, uma simbologia do equilíbrio e biodiversidade da natureza, além da representação do sistema solar simbolizado pelos canteiros construídos em círculos.

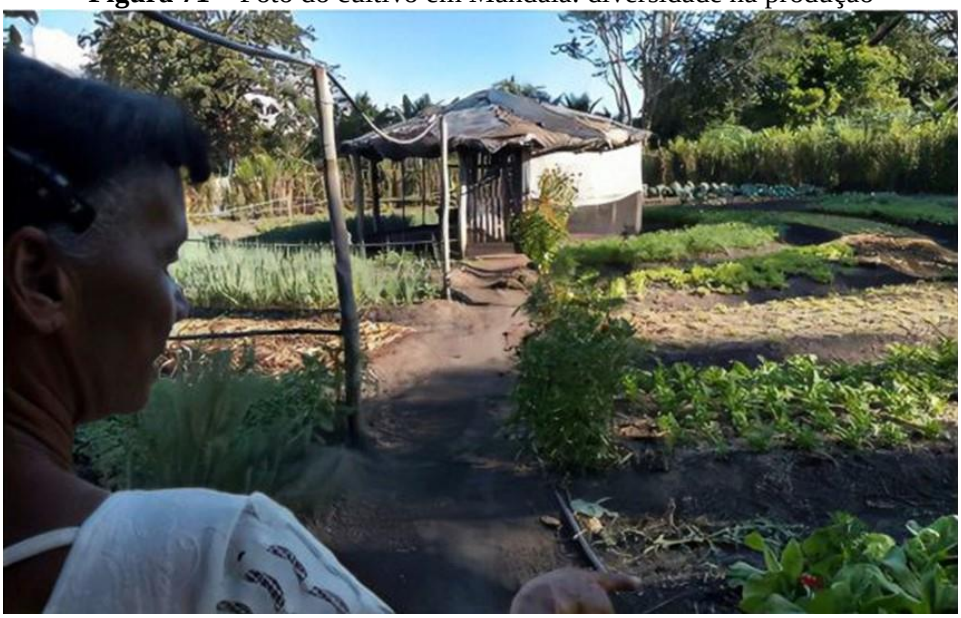
[207] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.

O modelo original contém nove canteiros circulando um centro ou núcleo, geralmente correspondendo a um tanque com criação de peixes e patos, armazenando também água que serve para a irrigação, ou ainda, em outro modelo, o centro se constitui de um galinheiro. No sistema do projeto PAIS, no Cinturão Verde, seguiram o modelo em que no centro constrói-se o galinheiro, cujo intuito é o da combinação da biodiversidade produtiva e o aproveitamento do adubo a partir as fezes das aves que também executam o combate às pragas como pulgões, lagartas, cochonilhas.

De acordo com Costa (2013), as combinações estratégicas dos nove canteiros circulares estão dispostas da seguinte forma: cultivo de hortaliças nos três primeiros círculos, denominados de círculo da vida; produtividade composta de legumes e frutas nos cinco seguintes canteiros mais distantes do núcleo e, no último, cercas-vivas servindo de quebra-vento e proteção aos outros canteiros com os gêneros alimentícios.

Na mandala do lote de Maria, são apenas cinco anéis, sem apresentar as características técnicas original do sistema, pois os cinco canteiros são ocupados com hortaliças, sem a presença de ervas medicinais e, também, sem o cultivo de frutas. Este projeto denominado PAIS não utiliza o termo de mandala, de acordo com a imprensa da prefeitura municipal de Três Lagoas (2010), quando estava iniciando o projeto, a estrutura denominava-se de sistema de irrigação, galinheiro e cultivo de hortaliças e legumes sem agrotóxico. Na figura 71, nota-se a característica dos canteiros no lote de Maria.

Figura 71 – Foto do cultivo em Mandala: diversidade na produção



Fonte: Acervo da autora (2020)

O projeto PAIS, segundo a interlocutora, contribuiu muito na renda da família e viabilizou também nos trabalhos realizados no lote com o suporte para a irrigação e a forma dos canteiros que facilitam o manejo com as plantas. A estrutura para a produção das hortaliças está bem conservada, já que se passaram aproximadamente nove anos em que foi construída, como observa-se na figura 72.

Foto 72 – Foto da estrutura do projeto PAIS



Fonte: Acervo da autora (2020)

Com a intenção de ampliar ainda mais a diversidade, os alimentos produzidos e entregues na associação são quiabo, abóbora, berinjela, tomate, alface, rúcula, almeirão, cebolinha, salsa, couve, raízes e frutas, como a mandioca, a banana e o maracujá. Na sua fala, faz questão de dizer que não utiliza venenos ou insumos químicos, o que utiliza é soluções orgânicas, como a calda bordalesa[208] ou elementos naturais que protegem as culturas contra pragas, como a pimenta e o fumo. "Igual aos meus limão, tava dando um fungo nele e eu fiz a calda bordalesa, a pimenta, água de fumo. Tem planta que você não

[208] Calda Bordalesa - Utilizada pela primeira vez por agricultores franceses no século XIX, a calda bordalesa é utilizada no controle de pragas pela agricultura orgânica e pela agroecologia. Tem como componentes o sulfato de cobre (considerado de baixa toxicidade), cal virgem e água, também contribui no equilíbrio nutricional das plantas. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPACT/10661/1/cart_498-06.pdf

consegue combater tudo, dez por cento, vinte por cento você perde mesmo" (Informação oral[209]).

> Foi na época em que o povo ganhou melhor aqui, né, e foi na época em que eu fiquei no será. Aí foi aonde eu levantei a horta e entrei na associação, aí eu comecei entregar minhas mercadorias na associação [...] da época que eu entrei aqui, nunca saí pra fora pra trabalhar pra ninguém, de caseira, de algodãozeira. Tem gente que chega e fala: "vocês veve daqui?" Eu vivo. A partir do momento em que a mulher trabalha ali pra ela, ela veve dali (Informação oral[210]).

Ao descrever como ocorre a entrega da produção, Maria detalha o nível da dificuldade diante da travessia da rodovia que passou a dividir o Cinturão Verde, como mostra a figura 73: "Eu atravesso pelo asfalto na carriola, caixa e mais caixa, tem vez que dou duas viagem. As entrega, aí, não sei esse ano como que eu vou fazer, porque o Manoel tá trabalhando" (Informação oral[211]).

Figura 73 – Foto da Rodovia 262 – Local de travessia com as verduras



Fonte: Acervo da autora (2022)

O marido de Maria Rodrigues da Cruz a ajuda a atravessar as mercadorias, encaixadas dentro de uma carriola até a associação. O transporte das verduras para a

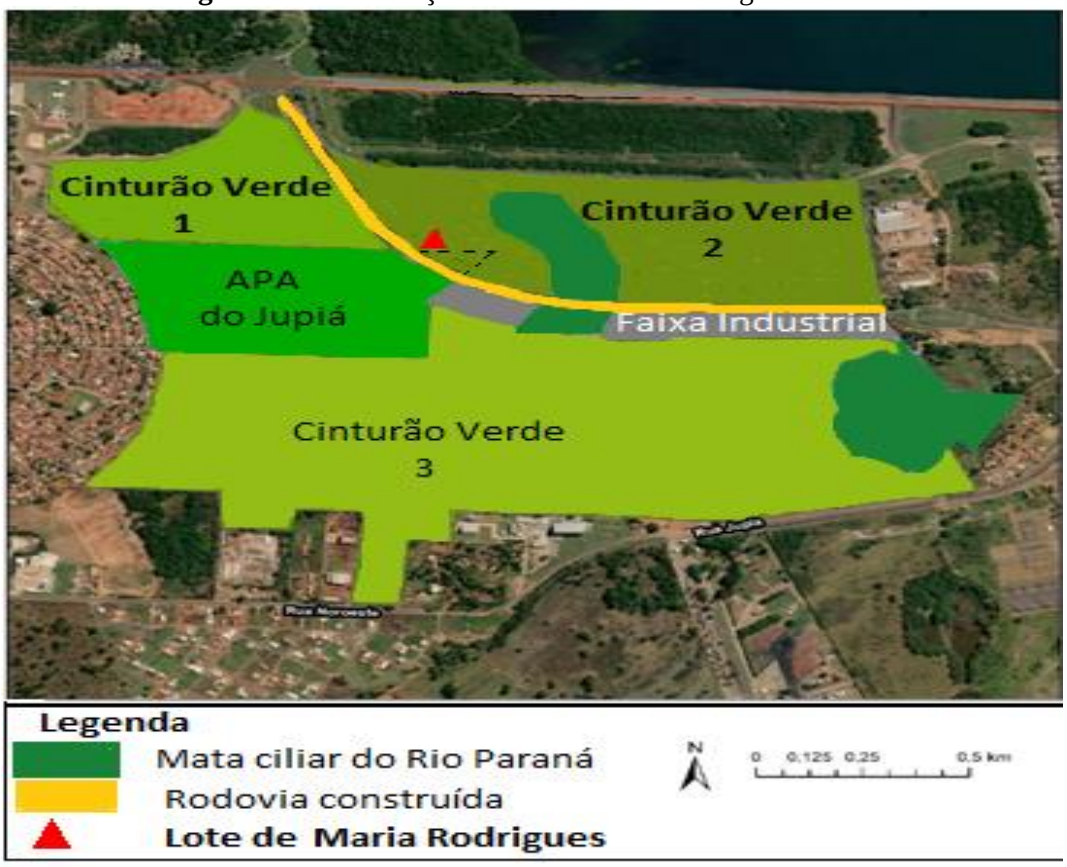
[209] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.
[210] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.
[211] *Id.*

associação ocorre muito cedo, antes que a rodovia fique muito movimentada, como detalha a camponesa.

> Atravessava esse asfalto aqui com minhas mercadoria, só que aí eu madrugo, 5h40 eu tô atravessando ali com as mercadoria por causa do movimento [...]. Pra escola, é uma vez na semana. Aqui, 4h da manhã, 3h30 é rotina. Sabe por que que eu gosto de levantar bem cedo? Bem de madrugada? Por causa do sol muito quente. [...]. Aí tem gente que fala: "o lote não dá nada". Dá, se você trabalhar, dá (Informação oral[212]).

O lote de Maria se localiza na beira da rodovia construída para dar acesso à nova ponte sobre o Rio Paraná, iniciada em 2011, finalizada em 2015 e inaugurada em 2016. A mata mencionada pela camponesa é a parte separada do Parque Municipal do Jupiá, transformada em Área de Preservação Ambiental (APA), visando a efetivação legal da construção da rodovia. Na figura 74, o lote, a mata e a rodovia.

Figura 74 – Localização do lote de Maria Rodrigues da Cruz



Fonte: Lima/Souza (2020); adaptado de Borges e Oliveira (2018)

[212] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.

Produzir hortaliças o ano todo requer esforços e gastos, mas alguns períodos são inviáveis, como os meses chuvosos de janeiro e fevereiro, necessitando que outras rendas externas ajudem na sobrevivência da família. Nesses períodos de pouca produtividade, ocorre a ausência da ajuda do marido na lida com o lote, como exemplifica a camponesa: "O mês passado, o sindicato chamou ele pra trabalhar. Quer dizer que já é um ganho a mais, porque só o meu nesse período não dá, ainda mais período de janeiro, dezembro, janeiro e fevereiro, você não conta com nada aqui" (Informação oral[213]). Em março, iniciando o período das aulas, é o tempo de plantar as hortaliças, segundo esclarecimento da camponesa, a colheita pode demorar até 45 dias.

No retorno após a pandemia, em abril de 2022, a camponesa conta que no ano anterior até esta data não conseguiu produzir bem no lote. As verduras não se desenvolvem, o solo está fraco, falta nutrientes para a fertilização e os insumos estão muito caros. Foi a explicação encontrada para a baixa produtividade e também a baixa demanda na saída da produção, como expôs, que no período da pandemia foi muito difícil porque os projetos da entrega de verduras para as escolas foram paralisados.

O lote de Maria possui área de aproximadamente um quilômetro quadrado, e seus filhos e netos moram também no local. Foram construídas quatro casas no lote, como mostrada na figura 75, uma casa para cada família, resultando em pouco espaço para a produção, mas assim mesmo existe diversidade produtiva, porque, além das hortaliças, há cultivo de mandioca e frutas.

[213] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.

Figura 75 – Foto da casa de Maria à direita abaixo, e residências dos filhos



Fonte: Acervo da autora (2022)

Apesar dos filhos residirem no lote de Maria, nenhum deles trabalham na terra, somente como ajuda em algumas demandas, como aponta Maria: “Eles me ajudam em parte grosseira, assim, de manutenção, né, eu preciso de tombar, eles ajuda, eu preciso de um dinheirinho pra ajuda de um esterco, me ajudam, isso aí eu não posso reclamar” (Informação oral[214]). Como mostra a figura 76, Maria é que se encarrega no dia a dia com a terra: “Mas parte assim de ir lá carpir, mexer com a horta. A horta ali é eu mesma” (Informação oral[215]).

[214] *Id.*
[215] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.

Figura 76 – A alegria e orgulho no trabalho com a terra



Fonte – Acervo da autora (2020)

Durante a semana, a lida do dia a dia constitui-se na entrega das verduras na associação e o cotidiano do manejo com a terra e plantas, como descreve a camponesa: "[...] é bater canteiro, limpar os canteiros, igual hoje, eu já tirei pra podar cerca-viva antes do almoço, podei tudinho. Eu agora tenho que bater os canteiros, levantar os canteiros" (Informação oral[216]). Apesar da luta em busca de trabalho desde criança, Maria guardou na memória o contato que teve com o Cerrado, recordando dos seus frutos e dos momentos em que os saboreava percorrendo os campos.

> Tive contato com a rasteirinha, com o articum[217], né, a fruta de lobo que é uma fruta preta, né? Que nós comia muito, a guaivira[218], o marolo[219]. Muitas frutas que a gente andava no Cerrado, aquele jaiacatiá, ele é um pé de árvore com espinho, né? Ele dá uns mamãozinho, eu plantei ele ali, ó, o tamanho que tá o meu jaracatiá. Tem a goiabinha do mato[220], né? Que ninguém dá o valor nela, eu tenho dela aqui (Informação oral[221]).

[216] *Id.*
[217] Araticum, nome científico *Annona montana.*
[218] Guavira, nome científico *Campomonesia adamantium.*
[219] Jaracatiá, nome científico *Jaracatia dodecaphylla*.
[220] Goiabinha, nome científico *Cordigera concolor.*
[221] Entrevista realizada com Maria Rodrigues da Cruz em fevereiro de 2020, por M. A. de Souza.

Nos relatos, a interlocutora revela uma vida de resistência e luta pela sobrevivência e a busca pela permanência no trabalho com a terra, indicando a sua identidade camponesa e a coragem, não se abatendo diante das dificuldades e dos constantes deslocamentos entre a cidade e o campo. Este aspecto é apresentado em sua fala, deixando inscrito a percepção que tem sobre si enquanto mulher: "Eu me enxergo, como se diz, uma mulher guerreira, uma mulher que não cruza os braços quando a coisa tá difícil" (Informação oral[222]). E acrescenta:

> [...] eu me sinto uma mulher guerreira, tem mulher que, às vez fala: "ah, eu não consigo", ela consegue, ela ainda não se abriu assim com ela mesma o valor que ela tem, o talento que ela tem pra se soltar. Às vezes ela fica presa só ali dentro da casa, né, achando que ela não é nada, e ela é tudo (Informação oral[223]).

As narrativas de Maria sobre sua vida abre um cenário da sociedade brasileira marcada pelo processo de mudanças profundas nas relações sociais do trabalho diante da mercantilização e da concentração de terras facilitadas pelas políticas de alianças entre governo e empresários rurais, apontado por Barros (2018, p. 3) como um período em que a industrialização da agricultura "[...] se consolidou de forma significativa na segunda metade do século XX, na década de 1970, por ocasião da chamada modernização conservadora ou penetração do capital no campo, momento em que ocorre a industrialização da agricultura". Nesse processo, aprofundou-se as desigualdades, intensificando-se o trabalho assalariado no campo.

Maria viveu e enfrentou, desde criança, todo o processo de grandes transformações sociais, políticas e econômicas no palco agrário brasileiro. Nos seus relatos, ficou explícito os desafios e os sofrimentos vivenciados, mas também proclamou claramente, de forma espontânea, a determinação e a coragem que, diante das adversidades da vida, seguiu confiante.

Maria viveu e trabalhou em propriedades particulares, mas nutria, na sua essência camponesa, o sonho de ter a terra própria, porque diversas vezes nos diálogos exclamou que sua vida só tinha sentido quando estava no campo. Quando chegou a oportunidade, não teve dúvidas e não hesitou: "E aí eu falei assim: 'Manoel, vamos negociar com ele, porque uma que eu gosto de mexer com a terra né?'". E a camponesa ajeitou o lote,

---

[222] *Id.*
[223] *Id.*

organizando-o de acordo com seu vínculo com a terra, ou seja, conformando, no território, as territorialidades culturais camponesas, como retratado na figura 77.

Figura 77 – Foto da organização do lote de Maria



Fonte: Acervo da autora (2022)

As transformações realizadas por Maria e seu esposo no terreno, que, ao adquiri-lo, achava-se tomado de "braquiarão", transformaram-se em tranquilidade, sossego e bonança: "[...] da época que eu entrei aqui, nunca saí pra fora pra trabalhar pra ninguém, de caseira, de algodãozeira". Pequeno, mas um território de vida que acolheu a família inteira, trouxe a alegria de poder trabalhar e retirar da terra a subsistência e o prazer de dizer: "[...]. Eu vivo. A partir do momento em que a mulher trabalha ali pra ela, ela veve dali".

Na história de Maria, manifesta-se a resistência camponesa frente à dominação do modo de produção capitalista no campo, revela a capacidade da reconstrução de vida e de sobrevivência e apresenta o resgate da cultura em novas territorialidades e a reelaboração dos vínculos com a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências para a diversidade socioambiental do Cerrado, acarretadas pela modernização do campo brasileiro, incluem transformações no modo de vida, trabalho e cultura dos povos camponeses, sem, contudo, aniquilar a sua existência. Os camponeses e, no caso em estudo, as camponesas, resistiram às alterações sofridas e permaneceram firmes em sua essência, não somente guardando bravamente seus domínios culturais, mas também reinventando novas formas de vínculos com a terra, gerando novas territorialidades que se contrapõe ao modelo degradante do agronegócio de monocultivo agroexportador e baseado no lucro e produção de *commodities*.

A constatação de tais fatos se concretizou com a pesquisa, corroborada pelas mulheres camponesas, que na luta por uma porção suficiente de terra para nela viver e trabalhar com suas famílias, combinam conhecimentos tradicionais da cultura camponesa, com novas técnicas de resistências camponesas nos campos do Cerrado.

Na sabedoria e singeleza sutil das camponesas, foram revelados, através de suas histórias de vida peculiares, a potencialidade, coragem e protagonismo, que ficaram ocultadas por histórias que não foram contadas, visto que as registradas pela sociedade dominante patriarcal foram as de heróis homens exploradores de riquezas naturais e mão-de-obra escrava, conquistando grandes posses de terras e estratégias financeiras capitalizadas.

A comunicação efetuada pelas camponesas possibilitaram o descortinar de dissimulados propósitos com traços patriarcais efetivados pelos domínios sócio-político-econômicos e culturais. Neste cenário, a condição de exploração da mulher camponesa é agravada, revelando as características marcantes da sociedade patriarcal/machista presente nas narrativas das interlocutoras participantes da pesquisa, que para a análise e compreensão do contexto social em que elas foram e estão inseridas, contou com o suporte de autores que se dedicaram ao tema.

As autoras Rua e Abramovay (2000, p. 235) contribuíram com reflexões acerca das considerações sobre o trabalho desempenhado por mulheres destacando a importância de mudanças nos paradigmas patriarcais: “O reconhecimento do sofrimento das mulheres e da desvalorização do trabalho feminino sugere uma nova percepção das relações de gênero, deixando clara a consciência da dupla jornada de trabalho feminino [...]”; como também a autora Henn (2013, p. 73), que verifica um movimento de mudança para a importância feminina na produção camponesa a partir das inovações agroecológicas:

> Uma das conclusões tomadas como assertiva no processo de construção da agricultura ecológica era a caracterização da monocultura como um lugar masculinizado, exatamente por excluir a mulher dos espaços de produção e das relações que esta pressupõe.

Nesta lista a importante colaboração da autora Esmeraldo (2013, p. 238), vem denunciando as desigualdades de gênero no campo: “Estudos sobre relações familiares na sociedade camponesa têm sido precursores em desvelar o lugar invisível da mulher no modo de produção camponês”. Estas e outras contribuições científicas têm fomentado pesquisas visando denunciar a masculinização das relações de gênero no universo do trabalho no campo, a fim de dar visibilidade ao protagonismo das mulheres camponesas.

Nestes termos, é notória a verificação do papel distorcido da mulher camponesa, ocupando destaques secundários e invisíveis nas relações produtivas e decisórias que enaltecem a figura masculina. Diante desta lógica, este trabalho teve a intenção de investigar o protagonismo das mulheres camponesas participantes da pesquisa, descrevendo suas territorialidades nos campos do Cerrado e os saberes/fazeres culturais campesinos, desvendando poderes e autonomias explícitas nas experiências vividas.

Os resultados revelaram distintas características na vida das camponesas, dadas pelas singularidades das histórias de vida, realçando a valorização ímpar presente em cada uma das cinco mulheres integrantes da pesquisa. São as territorialidades específicas, vividas pelas camponesas, imbuídas de identidades, como bem indica Almeida (2012, p. 29): “[...] o que ocorre é a construção de identidades específicas junto com a construção de territórios específicos”.

A metodologia empregada possibilitou alcançar os resultados buscados, cuja abordagem viabilizou uma aproximação intrínseca às protagonistas da pesquisa. A percepção do valor da mulher camponesa, pela perspectiva qualitativa da investigação, não pretendeu alcances generalizantes, ao contrário, objetivou-se destacar a peculiaridade, que de forma tênue, revelou com clareza, a sua autonomia. A essência emancipatória destas mulheres é revelada nas determinações que marcam presença diante de percalços, labutas e decisões, manifestados com determinação e coragem.

Luta e resistência foram conceitos escolhidos como categorias da pesquisa, os quais podem se relacionar ao protagonismo destas camponesas, que em condições de desvalorização e ofuscação revelam o reverso, sua força e obstinação. Com relação ao conceito de resistência, Santos; Venâncio Junior e Benini (2020, p. 5) destacam que a sociedade e seus aparatos de legitimação, elegem “[...] os estereótipos patriarcais que

iguala o feminino à passividade e ignora a capacidade de resistência e produção de saberes pelas mulheres".

A valentia dessas mulheres, presente nas suas experiências de vida, na luta pela terra e nos enfrentamentos para na terra permanecer, no cuidado com os filhos, com a família e também com a comunidade, ressalta a força destemida, contrariando a figurativa fragilidade feminina que parte da sociedade, especialmente a arraigada no machismo, insiste em perenizar.

Mulheres camponesas e seu protagonismo, rejeitado pela história oficializada e muitas vezes ocultado por pesquisas científicas, desenham trajetórias repletas de significados para a sociedade. Nas territorialidades, categoria de análise selecionada, as marcas registradas pelas mulheres camponesas cerradeiras, personagens centrais da pesquisa, através das narrativas de suas lembranças cuidadosamente guardadas e repassadas para os seus contatos imediatos, colaboraram com o testemunho vivo de lutas e esperanças no trabalho com a terra e para dela retirar a sobrevivência da família.

As territorialidades específicas, vividas, repletas de identidades camponesas marcam o território cerradeiro nos cuidados ao utilizar seus elementos que com sabedoria e respeito, criam relações simbióticas do humano com a natureza, além de que suas histórias contribuíram também para denunciar a lógica da monocultura e do agronegócio, modelo cada vez mais presente nas políticas neoliberais e estratégicas solidificadas no lucro e enriquecimento elitizado e consequente depauperação aos povos do Cerrado e destruição da sociobiodiversidade do Cerrado.

Diante da política de alianças entre o estado e a oligarquia social, a questão fundiária brasileira foi historicamente legitimadora da concentração da terra e defesa do latifúndio, excluindo famílias camponesas das terras, enxotando-as para os espaços urbanos. Um modelo da reprodução de desigualdades no campo, reproduzindo os conflitos e a reação configurada na luta pela terra e na resistência para nela permanecer.

As personagens da pesquisa testemunharam as andanças em busca da subsistência familiar em propriedades rurais, a princípio agregadas, mas que foram gradativamente expulsas, decorrentes da modernização do campo com usos de tecnologias em substituição à mão-de-obra camponesa e agravado pelo modelo de monoculturas incipientes da economia de exportação em *commodities*.

Resgatando o conceito de território e de territorialização como categoria de análise constituintes do estudo, o Cerrado neste contexto se apresenta como um território desbravado enquanto uma das últimas fronteiras agrícolas brasileira de expansão do

agronegócio marcando profundamente a história das camponesas. Viveram as transformações nas relações de trabalho e o desmembramento do grupo familiar promovido pela substituição da mão de obra humana pelas máquinas no campo; sofreram as permanentes mobilidades entre o núcleo urbano enquanto moradia e o campo como espaço de trabalho.

Nas narrativas, as camponesas revelaram o cotidiano do trabalho familiar campesino de meados do século XX, identificado nos relatos de Gabriela e de Onézia, quando havia abundância e tranquilidade, mas também relatam o vínculo quebrado com a terra e a necessidade da adaptação à cidade, situação bem demonstrada pela história de Neli e de Maria Rodrigues, ao descreverem o trabalhado esporádico desenvolvido em fazendas com a produção de monoculturas, cuja remuneração diarista ocorria por tarefas nas lavouras de café, algodão, arroz e feijão, consequência da modernização do campo e transformações nas relações de trabalho.

As camponesas expulsas do campo se submeteram ao trabalho temporário, classificado como trabalhador volante, ou seja, passaram a residir na cidade e se deslocarem diariamente para o trabalho no campo ocupado por grandes extensões de lavouras. Este processo detectado nas entrevistas é comprovado em estudos como o de Ribeiro e Rocha (2011, p. 86).

> A formação destes trabalhadores se deu no decorrer do tempo, mais especificamente nas décadas finais do século XIX e ao longo do século XX [...] Contudo, houve uma série de relações específicas entre os demais agentes econômicos, dentre eles o Estado, os capitalistas e os latifundiários que, com o intuito de modernizar a atividade no meio rural brasileiro, promoveu a expropriação camponesa através das constantes modernizações das técnicas de produção no campo e com isso foram empregando a mão-de-obra "libertada" do meio rural.

A mão de obra libertada resultou na separação familiar que correspondeu a um processo excludente, forçando adaptações de mulheres e filhos à vida na cidade e a mobilidade dos homens entre fazendas, local de trabalho e cidade residencial da família. Neste cenário a figura do pai de família é ausente, processo vivenciado por Gabriela, percebido nas entrelinhas quando relata que até os quatorze anos morou no sítio dos pais e depois mudaram-se para espaços urbanos, como os domicílios na cidade de Cassilândia e no vilarejo Véstia.

Nas narrações de Gabriela como: "Na fazenda o jeito de se viver é mais simples e mais fácil. Tendo dinheiro ou não você come e bebe sem dificuldade, na cidade se não

tiver o dinheiro não se vive bem" (Informação oral)[224], observa-se que houve um movimento de idas e vindas constantes de moradia entre o campo e a cidade.

Na entrevista com Onézia ficou evidente o processo de mudanças de vida e de trabalho que após seu casamento, foi subjugada à dinâmica entre a cidade e o campo, sobrevindo necessidades básicas de sobrevivência juntamente com os filhos e tendo que se adequar aos trabalhos urbanos.

Nota-se na frase de Onézia: "Comecei a trabalhar grávida, de doméstica e de lavar roupas e o homem pras fazendas trabalhando e eu não sabia o que ele fazia, trabalhava e não trazia dinheiro" (Informação oral[225]), a precarização do trabalho camponês com as mudanças impostas pelo processo produtivo hegemônico capitalista no campo. Estes fatos são apresentados por Martins (1981, p. 152), ao destacar que:

> [...] quando falam na expansão do capitalismo no campo, as pessoas querem se referir a duas coisas, pelo menos, combinadas entre si: de um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, e trabalhadores sem terra.

O contexto apresentado por Martins (1981) descreve a situação vivida por Neli e sua família que ressalta o trabalho nas lavouras de café, amendoim, algodão, arroz e feijão, cuja remuneração ocorria em espécie por empreita/diária, assim como a lida com o gado, que se realizava através de salário mensal. Se aos 11 anos Neli declara que já trabalhava nas plantações de café, tudo indica que este cenário apresentado pela camponesa ocorreu no início da década de 1970, período em que o território do Cerrado passa estrategicamente a ser utilizado como fronteira agrícola.

As mudanças nas relações de trabalho nos campos brasileiros foram decisivas para a população camponesa, como destaca Mendonça (2004, p. 86) ao descrever que: "O Centro-Oeste se tornou o centro de gravidade da matriz espacial brasileira calcada na agroindustrialização, precisamente nas áreas de Cerrado [...]".

Verifica-se que as camponesas em destaque, tiveram suas vidas enredadas pelo processo de territorialização do Cerrado, que neste contexto passa a ser compreendido a partir dos conceitos de território, territorialização e territorialidade em diferentes

[224] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[225] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. se Souza.

apropriações, isto é, aquela do controle pelo capital e poderes públicos de um lado, e da apropriação subjetiva na construção das territorialidades dos sujeitos, com o território de vivência de outro lado.

Neste segmento, vale salientar a análise das categorias elaboradas pelos autores mencionados neste estudo como: Haesbaert (2008, 2009); Saquet (2009); Raffestin (1993); Little (2004); Almeida (2004, 2013), que auxiliam nas interpretações relativas às territorializações e territorialidades vividas pelas camponesas, buscando ressaltar o enfrentamento ao modelo excludente e as esperanças vivenciadas no cotidiano, de resistências e inovações.

Este panorama apresentado relaciona-se também à divisão internacional do trabalho e às estruturações exigidas pelo setor econômico mundial, cujas transformações nas relações de trabalho atingem os estados nacionais nos seus sistemas sócio territoriais, de forma que as localidades também sofrem modificações. Nesta lógica, Pereira (2010, p. 352) aponta a situação brasileira em que:

> A crescente demanda mundial por produtos como a soja, milho, derivados de cana-de-açúcar e outras commodities têm transformado por completo o uso agrícola do território brasileiro nas últimas décadas. Uma forte política agrícola voltada para produção das commodities mais valorizadas no mercado externo de certo modo reafirma a posição do Brasil como país agroexportador na atual divisão internacional do trabalho.

Pode-se perceber que os acontecimentos narrados pelas camponesas, compreendidos a partir das análises, são dinâmicas impostas pela territorialização capitalista nos campos cerradeiros gerando movimentações incertas no contexto do trabalho, nas relações com a natureza, no convívio com a comunidade, através de interferências na economia, na cultura e nos vínculos com o território.

Contudo, apesar de todas as adversidades presentes em suas histórias, as camponesas não reprimiram os seus feitos diante de determinações impostas pelo capital, ao contrário, com destemor seguiram confiantes na busca pela sobrevivência, lutando para a conquista da terra para viver e trabalhar, sem perder os valores campesinos. É preciso resgatar neste segmento, a expressão empregada por Martins (1981) que distingue "terra de trabalho e terra de negócio", claramente visível nas histórias narradas pelas camponesas que apresentam a terra de trabalho revelando também a terra de moradia, de subsistência, de vida.

A percepção que as camponesas têm do território apropriado como terra de trabalho e de vida, são as territorialidades presentes que carregam particularidades que são reveladas nos cenários apresentados por elas, como os manifestados por Gabriela nas suas ilustrações e nas suas grafias. Nota-se que o olhar desta camponesa se volta especialmente para o território Cerrado com sua sociobiodiversidade dadivosa, destacado em suas ilustrações, que retratam a vida na infância imprimindo detalhes do território vivido nos campos cerradeiros.

A utilização dos atributos naturais do Cerrado seja como alimentos, medicamentos ou material de suporte nas necessidades do dia a dia, são similares a atividades extrativistas: catar lenha para cozinhar no fogão a lenha, catar frutos variados servindo de alimento, buscar raízes e ervas para a cura de enfermidades, buscar terra de cupinzeiros para restaurar paredes da casa.

A relação compartilhada entre os camponeses e o Cerrado de acordo com Gabriela, é de respeito, admiração e conservação, e o território de trabalho e de vida é o da natureza dadivosa demonstrado em suas palavras: "[...] portanto eu afirmo que a gente tinha uma grande farmácia natural, gratuita e generosa chamada Cerrado" (Informação oral[226]), que se opõe ao território de negócio estabelecido na sujeição e degradação socioambiental e garantia da ampliação do capital. O vínculo camponês com o território é o da equidade e não da sustentabilidade falaciosa propagada pela sociedade capitalista hegemônica.

Esta forma de apreensão do Cerrado é presente também em Onézia quando retrata a gratuidade próspera em suas narrativas, destacando arranjos entre a biodiversidade e a cultura no bojo familiar apresentando riquezas dessa combinação. Assim como nos relatos de Gabriela, a coleta extrativista está muito presente nas narrativas de Onézia: "[...] o meu pai pegava um machado e uma lata e ia pros matos, ele e meu avô que era pai da minha mãe. Eles enchiam uma lata de dezoito litros de vinho de jatobá" (Informação oral[227]).

A sua ligação com o Cerrado é tão marcante que quando conquistou um lote praticamente nos limites urbanos, resolveu, em um pequeno espaço, plantar algumas espécies de árvores do Cerrado, fato constatado nas visitas ao lote e na sua fala: "Aqui o meu localzinho, aqui é o tipo de uma reservinha que eu já fiz. Árvore de Cerrado, essa

[226] Entrevista realizada com Gabriela Tomaz de Souza, de março a julho de 2019, por M. A. de Souza e N. M. de Souza.
[227] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. se Souza.

guariroba [...]" (Informação oral[228]). É necessário mencionar que para Onézia o Cerrado e sua biodiversidade provoca um encantamento e alegria, por isso fez questão de deixar claro a preocupação em cuidar das espécies da flora presentes e da fauna que se aproximam do seu terreno:

> Sei que pra mim é a minha vida até hoje, você vê, eu moro aqui, tem que ter bastante arvoredo, tem que tá vendo os passarinhos, ali ó, eu jogo milho pro mutum comer de manhã cedo [...]. Então a minha vida é essa de gostar da natureza, de viver no meio da natureza (Informação oral[229]).

Verifica-se, portanto, que o território percebido são as territorialidades instituídas de vida e de trabalho, mas também da satisfação e de partilha, rico em abundância natural disponíveis, mas utilizados com cautela, cuidados que as camponesas, representantes da essência campesina, retrataram nas suas histórias de vida.

A relação camponesa com o território do Cerrado através dos relatos de Neli, apresentou-se em dois sentidos: o primeiro relaciona-se ao cuidado com as espécies nativas buscando a preservação e o segundo como potencial produtivo, aliando recuperação e produção de renda. O projeto de mudas do Cerrado figura estas formas de percepção de Neli, apontada na sua narrativa: "[...] eu pensei assim: se nós criar um viveiro vai dar emprego, vai dar trabalho pras pessoas. E eu também pensava muito no reflorestamento do Cerrado. Eu amo muito o Cerrado, eu vejo o Cerrado degradando" (Informação oral[230]). Em outro momento de sua fala destaca a espécie do Pequi como fonte de renda:

> Então eu pensava assim, vai acabar, e como de fato, os nossos pequi que nós tem, eu tenho plantado aqui no sítio, eu comprei doze mudas, duas morreram mas é o pequi lá de Goiás, o seu Manoel aqui tem mais de 200 pés, já vendeu muito pequi esse ano, desde o ano retrasado que ele tá colhendo pequi (Informação oral[231]).

O projeto das mudas do Cerrado no Assentamento 20 de Março idealizado e realizado por Neli, teve seu objetivo alcançado porque gerou de fato emprego para a comunidade do Assentamento e popularizou exemplares de espécies do Cerrado

---

[228] *Id.*

[229] Entrevista realizada com Onézia Cardoso de Moura em 16 de janeiro de 2020, por M. A. se Souza

[230] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

[231] *Id*

utilizados na recuperação de áreas e/ou implementados em projetos como os Sistemas Agroflorestais (SAFs), nos assentamentos da região.

Compreende-se então que o território do Cerrado na perspectiva de Neli é correspondente ao de vida e de trabalho com sentido de apropriação, termo que Haesbaert (2004) desenvolve como sendo um recurso utilizado enquanto necessidade de uso para a sobrevivência. O uso nestes termos cria relações de reciprocidade e respeito, que Haesbaert (2004, p. 1) destaca como o "[...] sentido mais simbólico, de apropriação", como foi percebido também nos relatos de Gabriela e Onézia, porém, não apenas na perspectiva da coleta nos campos cerradeiros, mas no uso, considerando ações de manejo com a terra para dela retirar produtos cultivados.

Embora às vezes não concebendo o significado de Cerrado enquanto bioma com suas particularidades, as referências das camponesas é para a natureza e as relações edificadas de admiração e prazer. Lourdes manifestou contato com o Cerrado ao narrar seu trabalho como diarista no viveiro de mudas do Cerrado no Assentamento 20 de Março, seu comentário sobre sua relação com o Cerrado ocorreu a partir do conhecimento de espécies que manipulava no viveiro e os frutos que o Cerrado oferece. A referência de Maria ao Cerrado foi sobre os frutos que ela buscava nos campos quando criança e também depois de adulta os saboreava.

O legado cultural se faz presente nas narrativas das camponesas manifestando as tradições engendradas no cotidiano, no movimento do ir e vir ora no campo, ora na cidade, nas resistências e na emancipação construída ao longo da trajetória de suas vidas. A manifestação cultural campesina engloba as singularidades vivenciadas pelas camponesas em composição harmônica do vínculo com a terra. A identidade cultural pode ser reconhecida no conjunto de símbolos, saberes, valores e crenças.

A sabedoria e conhecimento estão presentes na capacidade em identificar os atributos naturais do Cerrado seja da diversidade de frutos ou da variedade de plantas medicinais, como também demonstrados na preparação de medicamentos utilizando-se das propriedades vegetais e na definição das enfermidades para a administração do remédio. Estas habilidades no contexto dos saberes são acrescidas da técnica de recolher as essências das ervas na preparação de cataplasmas, chás e raizadas. Dentro do quadro da saúde também se destaca os afazeres da benzeção em benefício da cura dos males do corpo e do espírito, como também a presença das parteiras e sua importância na assistência às mulheres no momento do parto.

Outras práticas camponesas aparecem em atividades de cultivo da terra com a produção das lavouras nas roças, no plantio de hortas e de ervas medicinais nos quintais; no cuidado com os animais silvestres, na criação de animais como porcos e galinhas e outras ações como o trabalho no tear para confecção de tecidos e roupas e fabricação de farinha de mandioca.

No quesito dos valores, a assistência prestada a pessoas e à comunidade de forma gratuita e generosa, a solidariedade e amizade com laços fraternos marcando presença em momentos de necessidades ou de alegrias, a disponibilidade solidária entre vizinhança e compadrios, a criatividade e companheirismo comunitário com ética e respeito, a reverência e cuidados com a natureza, o talento e coragem manifestado no cotidiano, são alguns exemplos identificados.

Outro aspecto relevante na cultura camponesa são os símbolos representantes das tradições, dos costumes, das crenças e dos valores, expressando formas concretas ou subjetivas. Os símbolos apresentados nas relações com o universo do Cerrado são seus frutos, a diversidade vegetal, as espécies da vida silvestre, os elementos utilizáveis do bioma como córregos e rios.

Os símbolos que se apresentam no espaço doméstico são o fogão a lenha, paçoca de pilão, peneira, pitipi, bacia; e nas moradias como casa de pau a pique, casa de taquaruçu/bacuri e barraco; no trabalho com a terra como a roça, lavoura, enxada e no local de moradia os lotes, sítios e chácaras. Nas simbologias imateriais estão a fartura, o mutirão, as festas, a simplicidade, o sossego, a calmaria, a solidariedade, entre outros.

Não se deve deixar de destacar as crenças como marca da cultura camponesa, que de forma clara, mas também por vezes abstrata, foram manifestados através de rituais sagrados como o terço cantado por rezadeiras, a folia de reis com suas cores, simbologias, bandeiras e seus significados, esclarecido por Bitter (2008, p. 9) como:

> A bandeira pode ser inicialmente descrita como um suporte sobre o qual são fixadas imagens de santos católicos e representações pictóricas de narrativas bíblicas. Pode ser ainda definida, sumariamente, como uma espécie de estandarte que ostenta as imagens dos santos padroeiros e, ao mesmo tempo, identifica uma associação de pessoas organizadas em seu entorno.

As festas de santo como a de São João com o levantamento do mastro, que de acordo com Chianca (2007, p. 66), os mastros eram: “fixos em frente às casas e ao lado da fogueira, os mastros eram um sinal de devoção dado pelo festeiro aos seus vizinhos

indicando que naquela casa havia orações". As festas de santo, além de São João, como descrito nas narrativas, também eram em homenagem a Nossa Senhora e Santa Luzia.

A benzeção, símbolo das crenças e expressão de fé, contém preces específicas e signos peculiares com gestos, ervas, velas, terços, água e a sequência da bênção de três dias a ser respeitado. A cura para o corpo geralmente é estendida para a cura da alma pois a procura além de enfermidades era para livrar de quebranto, olho gordo, mau olhado e feitiçaria.

As mulheres são predominantes nestes ofícios como detalha Souza, Silva e Barros (2019, p. 80): "As mulheres responsáveis pela cura são líderes naturais nas comunidades onde vivem. São respeitadas por todos, mas principalmente pelas outras mulheres, que confiam a saúde de seus filhos nas mãos e na fé das benzedeiras".

O respeito à biodiversidade cerradeira, a afetividade e empenho na busca e promoção de sua conservação são territorialidades imateriais edificadas. O território do Cerrado entranhado de arranjos campesinos, nos dizeres de Saquet (2007, p. 73), "É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais [...]", compreendidas como territorialidades envolvendo relações recíprocas e combinadas entre o território e seus habitantes.

Nas declarações das territorialidades subjetivas ou imateriais são percebidas as manifestações de solidariedade, confiança, esperança, resistência, coragem, companheirismo, respeito, cuidado e outros valores guardados e transmitidos como parte da cultura camponesa. São princípios morais, mas também de resistência, revelando a força aguerrida das camponesas, como armas empunhadas no enfrentamento dos desafios e nas lutas, exemplificado na carta das mulheres sem-terra: "[...] enfrentamos tirania com partilha, ganância com solidariedade, medo com criatividade, ódio com alegria e vamos debulhando o milho, o feijão, o trigo, a vida, como quem debulha nossos sonhos".

Os sinais das territorialidades concretas nas oralidades também estão presentes nas atividades extrativistas de Gabriela, assim como as apresentadas na história de Onézia quando narra as coletas no Cerrado realizado por seu pai e, da mesma forma, nas relações com os cursos de água para lavar roupas, nas roças de cultivos alimentícios e nos quintais com as ervas.

Marcadas também na organização do lote, as territorialidades aparecem nos cenários manifestados por Neli, Lourdes, Onézia e Maria que ao adentrarem nos terrenos efetivaram transformações assinaladas pelo resgate da fertilidade da terra com respeito e zelo. As territorialidades concretas e subjetivas assinaladas no chão do Cerrado é

declamado na carta das mulheres sem-terra, evocando quase como uma prece: “Quantas vezes fervemos panelas, cuidamos as crianças, organizamos o terreiro para a vida, erguemos casas do impossível [...]. Em luta e reza, nos fortalecemos pra defender nossos corpos e nossa terra. Preparamos desde a alma o unguento, o remédio, a cura”

A sensibilidade e ternura feminina manifestada pelas camponesas, longe de corresponder ao sinônimo de vulnerabilidade, transparece como empoderamento, emancipação e protagonismo expressas nas atitudes e decisões sobre a própria vida e a vida de seus familiares. Cita-se os desafios de se lançarem em novas propostas de resistências camponesas na conquista pela terra efetivada por Neli e Lourdes em movimentos organizados, ou na busca incansável pela terra nos modos de Onézia e Maria.

Destaca-se nas atitudes diante do enfrentamento para a provisão familiar, claros exemplos de Onézia, Maria e Neli, nas decisões diante de adversidades/dificuldades como o posicionamento na oportunidade da luta pela terra e ações diante do lote conquistado por Neli e Lourdes; evidências de que se alcançou o objetivo a ser investigado, correspondente ao protagonismo das mulheres camponesas.

Evidências também constatadas na agilidade e desenvoltura no trabalho com a terra, não se deixando abater perante empecilhos como os observados nas ações de Maria que com criatividade e coragem buscou formas de trabalho com a terra e renda para a subsistência, assim como Neli, Onézia e Lourdes que se lançaram em serviços urbanos na defesa das necessidades dos filhos.

Na promoção da qualidade de vida para a comunidade seja servindo na saúde ou na agilidade solidária de ajuda nos trabalhos ou ainda na promoção de projetos beneficiando os parceiros observada em Gabriela, Neli, Onézia e no zelo pela ecologia do Cerrado declarado por Gabriela, Neli, Onézia e Lourdes.

São demandas que sem temor, as camponesas se posicionaram com firmeza assinalando territorialidades culturais existentes e viabilizando novas territorialidades frente a mudanças/necessidades como o desafio do cultivo agroecológico aceito por Neli e Maria visando a comercialização dos produtos, mas também por Onézia e Lourdes na adoção do manejo orgânico das culturas para assistir à família. Trata-se de reinvenções e novas formas de vínculos com a terra, se contrapondo ao modelo degradante do agronegócio.

Importa lembrar que estas camponesas vivenciaram o movimento de modernização e expulsão do campo, que nas histórias narradas foi apresentado por Gabriela que diante de tantas transformações na vida de trabalho e de moradia, seguiu

firme na condução da família, mantendo em sua história e memória as marcas campesinas, os saberes aprendidos, construídos e repassados, os sabores, cuidados e carinho com o Cerrado. Onézia também teve a vida marcada pelo processo de transformações no campo, expondo as mudanças efetivadas do campo para a cidade quando se casou, ficando sozinha com os filhos enquanto o esposo permanecia por até 30 dias trabalhando nas fazendas.

Nas histórias de Neli e de Maria, as evidências da espoliação camponesa pelo capital e a mutação nas relações de trabalho em mão de obra precarizada, experimentaram a exploração em grandes lavouras de café e de algodão desde crianças. Fato esclarecido por Ribeiro e Rocha (2011, p. 86) ao descreverem as consequências vividas pelos camponeses perante a modernização do campo.

> Com a intensificação das relações capitalistas no meio rural, o capital expropriou camponeses e pequenos agricultores de seus meios de produção - a terra e os transformou em assalariados rurais, mobilizando-os no espaço agrário brasileiro na condição de mão-de-obra barata.

A bravura destas camponesas reveladas nas histórias de vida, desmistifica a imagem da mulher estereotipada de submissão, fragilidade e insignificância por uma sociedade marcada pelo patriarcalismo e machismo. Constata-se que além da exposição dos modos de vida, dos saberes e cuidados com a biodiversidade do Cerrado, houve também denúncias, não apelativas, testemunhadas pela discriminação, exploração de mão de obra infantil e da força de trabalho da mulher, usurpação dos meios de produção camponesa pela penetração do capital nos campos cerradeiros e destruição do Cerrado.

Deve-se também destacar o surgimento das questões da concentração da terra que longe de superar a histórica pilhagem se atualiza diante do agronegócio, distanciando-se cada vez mais de uma reestruturação fundiária justa direcionada à soberania alimentar em sincronia com o equilíbrio ambiental.

Intensifica-se a corrida pelo controle de terras a partir no início do século XXI, que de acordo com Belaidi e Lima (2017, p. 246), surge como uma mobilização mundial pela apropriação de terras, "[...] marcado por um novo movimento de investimentos e pelo aumento do processo de aquisições e arrendamentos de terras por estrangeiros".

A exploração predatória da terra e seus recursos controlados pela lógica mercantil oligárquica e recente (BELAIDI E LIMA 2017 p. 247), ocorre através do fenômeno mundial chamado "*land grabbing*, a corrida mundial por terras", que se desponta de forma veloz, com transações de posses acima de dez mil hectares cuja finalidade é a produção

de mercadorias básicas de matéria prima (*commodities*) inserindo-se no processo conhecido de expropriação.

Do outro lado da história, as camponesas apresentam a viabilização de um projeto distinto de apropriação dominante da terra, que na singularidade das vidas narradas foram constatadas as possibilidades do trabalho com a terra colhendo alimentos saudáveis através de vínculos de respeito e cuidado com os pares e com a natureza. São exemplos singelos que ecoam com outras vozes femininas do Cerrado:

> Nós, mulheres do Cerrado, denunciamos a grilagem, pistolagem, a especulação, envenenamento, desmatamento, o extermínio da fauna e da flora nos nossos territórios. A ausência de regularização fundiária, o arrendamento das terras e a expansão do latifúndio têm vindo associadas ao aumento da violência no Cerrado. [...] A sociobiodiversidade cerradeira é base da garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional das nossas comunidade e sociedade. Nossas práticas ancestrais de armazenamento, troca e cultivo de sementes conservam a biodiversidade. Acreditamos na agroecologia como prática de convivência com o campo e de produção de alimentos que se contrapõe ao agronegócio (CARTA DO I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES DO CERRADO, 2019, p. 1-2).

Para concluir, é necessária uma revisitação aos territórios do Cinturão Verde e Assentamento 20 de Março, relacionados aos processos que refletem os impasses marcantes como a insegurança, em relação à permanência na terra, desencadeada pelos poderes públicos no Cinturão e as dificuldades na manutenção do viveiro de mudas do Assentamento.

De acordo com Borges e Oliveira (2018, p. 11), a expectativa dos agricultores do Cinturão Verde correlaciona-se ao desfecho da insegurança que se arrasta por décadas. A busca pela seguridade das famílias fundamenta-se: "[...] no uso da terra e a permanência nos lotes, porque esperam, sobretudo, não terem que deste lugar sair, já que para grande parte a permanência e o direito de plantar e colher são o que fundamenta a suas vidas".

As autoras supracitadas, ao apresentarem o resultado do levantamento sistematizado da população do Cinturão, descrevem homens e mulheres camponeses que escolheram viver neste espaço buscando sossego, mas ressaltam que as mulheres se destacam sinalizando que elas são ativas no processo de produção nos lotes. Onézia e Maria, representantes do Cinturão na pesquisa, são responsáveis pela manutenção da sua subsistência e do sustento da família.

De acordo com Barbosa (2017), o levantamento efetivado pela UFMS constatou poucos lotes no Cinturão Verde que não cumprem com a função destinada para o local,

compreendido como a produção de hortifrutigranjeiro. Diante desta comprovação, não se sustenta as ações movidas pela promotoria direcionada à administração municipal para a desagregação dos agricultores e retomada da área.

A execução cabível à promotoria corresponde a requisitar junto à prefeitura municipal a regularização somente dos lotes irregulares, e à prefeitura, cabe ajustar os lotes para que se adequem ao objetivo do Cinturão, oferecendo suporte técnico e subsídios necessários para que as famílias cumpram com o estabelecido em Lei.

Com relação ao Assentamento 20 de Março e o Viveiro de Mudas do Cerrado, cabe a associação do assentamento, na medida do possível, buscar a emancipação se libertando da dependência inicial das indústrias de papel e celulose e de seus projetos, buscando políticas públicas para reativar o viveiro, dando seguimento nas suas ações conquistadas e buscando parcerias de viabilização para o fluxo comercial das plantas.

Se existe uma cooperativa criada para a viabilização do viveiro, como mencionou Neli, denominada de "Coopervinte" é chegado o momento de colocá-la em funcionamento e ativar novamente o viveiro, que é um símbolo idealizado para o assentamento.

> [...] eu tava criando uma cooperativa, inclusive consegui criar essa cooperativa, mas aí não achei ninguém pra assumir, a coopervinte que era o viveiro, ela tá aí mas tá parada. Quando eu era presidente não cheguei nem a atuar [...]. Aí foi aonde que eu passei o cargo, aí as pessoas não assumiram a cooperativa, tá lá em aberto mas tá parada (Informação oral[232]).

As cooperativas, organizações sociais que objetiva benefícios comuns entre seus membros é um modelo de sociedade onde a união de trabalhos, atividades e serviços possam gerar resultados democráticos. Neste sentido a associação do Assentamento deveria se esforçar para alavancar esta cooperativa, para que o viveiro volte a cumprir com o objetivo pelo qual foi criado, assim como inserir nas atividades da cooperativa os moradores e famílias mais vulneráveis, proporcionando condições para que permaneçam na terra.

Mais do que uma categoria social, as camponesas desvendaram com suas histórias de vida, a existência de vínculo afetivo com a terra de identidades camponesas com o território. As heranças guardadas na memória e nas práticas revela a cultura de um modo

[232] Entrevista realizada com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães em 31 de janeiro de 2020, por M. A. de Souza.

de vida que busca incansavelmente um equilíbrio com a natureza ressaltada no zelo com a biodiversidade cerradeira que da relação mútua as converte em guardiãs do Cerrado.

Nos seus saberes e bravuras, exibe seus protagonismos, enfrentando desafios e conquistando a terra que do seu trabalho retira o sustento para a família e, ainda sem esforço, sem alarde, com sua história narrada, questiona a sociedade patriarcal/machista, as injustiças no mundo do trabalho e o modelo aniquilador fundiário brasileiro, que avança com as máquinas do agronegócio sobre a natureza, os biomas, o Cerrado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia V. P. **O trabalho das mulheres nos espaços rurais:** algumas reflexões. Revista Raízes, v.37, n.2. 2017. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Om00kVMz-9EJ:raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/download/71/61+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso: jun/2022.

AGUIAR, Vilenia V. P.; TEIXEIRA, Anna Carolina C. B. **Margaridas seguem em marcha.** *In*. Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres (org) ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Mem%C3%B3ria-feminina-mulheres-na-hist%C3%B3ria-hist%C3%B3ria-de-mulheres.pdf

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; MELLO, Márcio Antonio de; DORIGON, Clóvis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. **Agricultura familiar e sucessão profissional:** novos desafios. *In:* Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 39, Recife, 2001. Disponível em: https://docplayer.com.br/30263112-Agricultura-familiar-e-sucessao-profissional-novos-desafios.html Acesso: ago/2019.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. Ateliê Editorial: São Paulo, 2003.
Acesso em: 02. Mar. 2020.

AFONSO, Mariana Luciano; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Mulheres camponesas: identidades que resistem.** REU, Sorocaba, SP, v. 41, n. 2, p. 247 – 264, dez. 2015. Disponível em: http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/2427. Acesso em: ago/2020.

AJALLA, Ana Cristina Araújo; VIEIRA, Maria do Carmo; VOLPE, Edimilson; ZÁRATE, Néstor A. Heredia. **Produção de mudas de Campomanesia adamantium (Cambess.)** O. Berg (guavira), submetidas a três níveis de sombreamento e diferentes substratos. Hortic bras. V. 27, n. 2. 2009. Disponível em: http://www.abhorticultura.com.br/EventosX/Trabalhos/EV_3/A1907_T3223_Comp.pdf Acesso em: mar/2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas:** Processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos Urbanos e Regionais v.6, n.1. 2004. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102/86 Acesso em: nov/2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras.** *In:* ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JUNIOR, E. de A. (Org.). Povos e comunidades tradicionais: Nova cartografia social. Manaus. 2013. Disponível em: https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2015/07/Catalogo-Povos-Comunidades-Tradicionais-1.pdf. Acesso: Nov/2021.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Cultura ecológica e biodiversidade.** Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2003. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/issue/view/M3. Acesso em: mar/2019.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Parte 5 - Territorialidades, representações do mundo vivido e modos de significar o mundo. **Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo**. *In:* SERPA, A., (Org.) **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: http://books.scielo.org/id/bk/pdf/serpa-9788523211899-15.pdf Acesso: julho/2018.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais.** Revista franco-brasilera de geografia-Confins, n. 29. 2016. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/11392#tocfrom1n1
Acesso: jun/2022.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Aliança Terra-Capital em Mato Grosso do Sul.** Simpósio Internacional de Geografia Agrária (ANAIS), Niterói. 2009. Disponível em: https://landmatrix.org/media/uploads/votorantim-hectares.pdf. Acesso em: maio/2021.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em mato grosso do sul**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. (ANAIS), UFU. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1291_1.pdf
Acesso: Abr/2022.

ALVES, Eliseu; SILVA, SOUZA, Geraldo da Silva e; MARRA, Renner. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010.** Revista de Política Agrícola, ano XX, nº 2. 2011. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf Acesso: mar/2022.

AOKI, Camila; SIGRIST, Maria Rosângela. **Visitantes Florais**. *In:* Biodiversidade do Complexo Aporé-Sucuriú: subsídios à conservação e ao manejo do Cerrado: área prioritária 316-Jauru. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (UFMS/MMA). 2006. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/199/o/Complexo_Apore_Sucuriu.pdf

ARAÚJO, Adriana Dias Gomide; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. **Histórias de vida e trabalho cultural:** a construção do sujeito e a pertinência da memória. Cadernos CERU. V. 21, nº 2. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11921/13698. Acesso em: dez/2020.

ARAÚJO, Divânia Aparecida. Trabalho X Escola: **A (re)construção da infância das crianças boias-frias em Monte Alegre de Minas**. Monografia. Graduação em História. UFU. Uberlândia. 1998. Disponível em:
https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20469/1/TrabalhoEscolaConstrucao.pdf
Acesso em: mar/2022.

ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes de. **A territorialização do complexo celulose-papel na microrregião de Três Tagoas/MS:** sobre questão agrária, migrações e precarização das relações trabalho. XXI Encontro de Geografia Agrária (ENGA). Uberlândia. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1446_1.pdf. Acesso em: abr/2021.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE BIOENERGIA DE MS (BIOSUL). **Cana de Açucar.** Abril/2021. Disponível em: https://biosulms.com.br/ms-encerra-safra-de-cana-de-acucar-2020-2021-com-moagem-27-maior/ Acesso: jun/2022.

AXELSON, Bruno. MPE pede que prefeitura de Três Lagoas retome lotes do Cinturão Verde. **Jornal Bom Dia MS**. Campo Grande, 24 jul. 2017. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/6029420/. Acesso em: abr/2020.

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos; RAOUL, Marine Dubos. **Quintais Produtivos para a Soberania Alimentar dos Agricultores do Cinturão Verde, Três Lagoas/MS.** 3º Seminário de Agroecologia da América do Sul/Agroecol. 2018. Disponível em: http://cadernos.abaagroecologia.org.br/index.php/cadernos/issue/view/2 Acesso em: fev/2021.

BARBOSA, André. **Pesquisadora da UFMS contesta cadastramento de famílias no Cinturão.** Entrevista. JPNEWS. Três Lagoas. 2017. Disponível em: https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/pesquisadora-da-ufms-contesta-cadastramento-de-familias-no-cinturao/102664/. Acesso: Mar/2021.

BARROS, Ilena Felipe. **Trabalho assalariado no campo e novas formas de exploração da força de trabalho camponesa**. XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social. ENPESS. (ANAIS), V. 16, n. 1. Vitória. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22882

BELAIDI, Rabah; LIMA, Renata Reis de. **Mercantilização da terra e o investimento estrangeiro no campo agrícola.** Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca, ano 21, n. 33. 2017. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/issue/archive

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra**. REVISTA NERA – ANO 17, Nº. 24 – JANEIRO/JUNHO DE 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2581 . Acesso em abr/2020.

BERCOVICI Gilberto. **Dois anos de desgoverno - o desmonte do Estado.** A Terra é Redonda. 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-o-desmonte-do-estado/ Acesso: jun/2022.

BINIMELIS, Rosa; BOSCH, Mariona; HERRERO, Amaranta. **A sol i serena.** Mujeres, campesinado y agroecologia. Boletín Oficial del Estado, número 73 de 26 de marzo de 2009. Disponível em: http://www.oda-alc.org/documentos/1371488252.pdf Acesso: Fev/2020.

BITTER, Daniel. **A bandeira e a máscara:** estudo sobre a circulação de objetos rituais nas folias de reis. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia/Antropologia). UFRJ, IFCS, 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/A%20bandeira%20e%20a%20m%C3%A1scara.pdf

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1

BORGES, Juliana Carvalho de Almeida. **Características botânicas, aspectos nutricionais e efeitos terapeuticos do Pequi (Caryocar brasiliense).** Seminário Pós-Graduação (Mestrado). UFG. Goiânia. 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/67/o/semi2011_Juliana__Carvalho_2c.pdf Acesso: agos/2020.

BORGES, Maria Celma; OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **O Cinturão Verde e os marcos de memória da terra:** entre ir e ficar**.** Tempos Históricos. Volume 22. 2º. semestre. Marechal Cândido Rondon. 2018. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/20560 . Acesso em: nov/2020.

BORZONE, Clariana Vilela. **Mulheres camponesas no território rural do Bolsão/MS: protagonismo, resistências e contradições.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2018.

BORZONE, Clariana Vilela; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; NARDOQUE, Sedeval. **Mulheres camponesas em movimento:** a experiência do comitê de mulheres no território rural do Bolsão/MS. DATALUTA/NERA. Presidente Prudente. 2017. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ Acesso em: mar/2019.

BRASIL. Embrapa. Cerrados**. O Cerrado.** Distrito Federal. 2012. Disponível em: http://www.cpac.embrapa.br/unidade/ocerrado/. Acesso em: set/2018.

BRASIL/IBGE. **Extração vegetal e silvicultura -** Mato Grosso do Sul. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/pesquisa/16/12705 Acesso: mai/2022.

BRASIL/IBGE. **Senso Agropecuário -** Mato Grosso do Sul. 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/pesquisa/16/12705 Acesso: mai/2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Brasil em Síntese: território.** 2022. Disponível em: jul/2022. https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html

BRASIL/IBGE. **Mapa de Biomas do Brasil:** Primeira aproximação. Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/12789-asi-ibge-lanca-o-mapa-de-biomas-do-brasil-e-o-mapa-de-vegetacao-do-brasil-em-comemoracao-ao-dia-mundial-da-biodiversidade Acesso em: junh/2021.

BRASIL/INPE**. Nota Técnica PRODES Cerrado 2021.** Brasília. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/nota-tecnica-prodes-cerrado-2021 Acesso: mai/2022

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Cerrado.** 2021. Disponível em: jul/2022. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado

BRASIL/MMA. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado)**. 2010. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/ppcerrado_outobro.pdf Acesso: jun/2019.

BRASIL/MMA. **Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado –** PPCDAm e PPCerrado 2016-2020. Balanço de Execução. 2019. Disponível em: http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Balano-PPCDAm-e-PPCerrado_2019_aprovado.pdf

BRASIL/MMA/ IBAMA - **Relatório técnico de monitoramento do DESMATAMENTO NO BIOMA CERRADO, 2002 a 2008:** Dados Revisados. 2009. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatorio_tecnico_monitoramento_desmate_bioma_cerrado_csr_rev_72_72.pdf Acesso: mai/2022.

BRASIL-CBC/ICMBio/MMA. **Biodiverdade do Cerrado**. 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cbc/quem-somos.html Acesso em: abr/2022.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Biodiversidade do Cerrado.** (2021). Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cbc/conservacao-da-biodiversidade/biodiversidade.html

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm Acesso: maio/2020.

BUENO, Leandro; OLIVEIRA FILHO, Ary Teixeira; PONTARA, Vanessa; POTT, Arnildo; DAMASCENO-JUNIOR, Geraldo Alves. **Flora arbórea do Cerrado de Mato Grosso do Sul.** Iheringia – Série Botânica. 2018. Disponível em: https://isb.emnuvens.com.br/iheringia/article/view/679

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra:** o movimento social como princípio educativo. Estudos Avançados 15 (43), 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?format=pdf&lang=pt

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O agronegócio latifundiário *versus* a agricultura camponesa:** a luta política e pedagógica do campesinato. XIX encontro nacional de geografia agrária, são paulo, 2009. Disponível em: https://docplayer.com.br/35412001-

O-agronegocio-latifundiario-versus-a-agricultura-camponesa-a-luta-politica-e-pedagogica-do-campesinato-1.html

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Lei 1.807 de 2002.** Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a2/ms/t/tres-lagoas/lei-ordinaria/2002/180/1807/lei-ordinaria-n-1807-2002-dispoe-sobre-a-denominacao-de-cinturao-verde-as-areas-descritas-destinadas-a-producao-de-hortifrutigranjeiros-e-da-outras-providencias Acesso em: Abr/2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Moradores lotam plenário durante Audiência sobre Cinturão Verde.** 23 de novembro de 2018. Disponível em: https://cmtls.ms.gov.br/ver.php?id=7288. Acesso em: jun/2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Vereadores limpam pauta e entram de recesso.** 22 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.cmtls.ms.gov.br/ver.php?id=8203. Acesso em: fev/2021.

CAMPESTRINI, H. **Santana do Paranaíba**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. 2002.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Um olhar geopolítico sobre a água no Cerrado:** apontamentos para uma preocupação estratégica. (Org.) PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. Editora Vieira. Giânia. 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf. Acesso em: nov/2019.

CARA, Claudia Aparecida; FRANÇA, Francieli Mezzomo. **Aspectos do processo da industrialização brasileira.** IV EPCT. Campo Mourão. 2009. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/01_CARA_FRAN%C3%87A.pdf Acesso em: mar/2022

CARDOSO, Elisabeth; NOBRE, Miriam; SILVA, Nívia; PIMENTA, Sara; SCHOTTZ, Vanessa. **Mulheres rumo ao III encontro nacional de agroecologia:** sem feminismo não há agroecologia. GT Mulheres da ANA. 2014. Disponível em: https://ctazm.org.br/bibliotecas/mulheres-na-articulacao-nacional-de-agroecologia-299.pdf

CARDOSO, Lucimeire de Fátima. **ASSENTAMENTOS RURAIS: desafios de conquista e permanência na terra no P.A. Fazenda Nova Tangará.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) –Universidade Federal de Uberlândia - UFU. 2009. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/monografias/lucimeire_de_fatima_cardoso.pdf. Acesso em: mar/2021.

CARNEVALI, T. O.; VIEIRA, M. C.; SOUZA, N. H.; RAMOS, D. D.; HEREDIA ZÁRATE, N.; LUCIANO, A. T. **Desenvolvimento inicial de plantas de guavira cultivadas sob diferentes espaçamentos, sem e com cama-de-frango incorporada ao solo.** Revista Horticultura brasileira, v. 28, n. 2 (Suplemento - CD Rom), julho 2010. Disponível em:

http://www.abhorticultura.com.br/EventosX/Trabalhos/EV_4/A2678_T4163_Comp.pdf Acesso em: ago/2020.

CARVALHO, Gilmara Aparecida de; PALHÃO, Adauto. **MAROLO:** o valor de um patrimônio. Revista ForumPatrimônio. V. 11, n. 2. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34082
Acesso: abr/2019.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Camponeses e a necessária busca do tempo perdido.** Boletim DATALUTA n. 100. 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/4artigodomes_2016.pdf. Acesso em: se/2018.

I ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES DO CERRADO. **Carta.** Disponível em: https://cimi.org.br/wpcontent/uploads/2019/06/Carta_de_Luziania_16.06.19.pdf. Acesso em: maio/2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 9ª. Edição. PAZ & TERRA. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: https://tonaniblog.files.wordpress.com/2019/05/o-poder-da-identidade.pdf Acesso: Abr/2022.

CERRATINGA. - **Produção Sustentável e Consumo Consciente**. Cerrado. 2013. Disponível em: http://www.cerratinga.org.br/wp-content/uploads/2013/04/biomas-cerrado-mapa-do-brasil.jpg. Acesso em: jul/2021.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **O Cerrado em disputa:** sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. *In*: ALMEIDA, M. Geralda, CHAVEIRO, Eguimar F. BRAGA, Helaine C. (org.). Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares Goiânia: Editora Vieira, 2008.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Por uma leitura territorial do Cerrado:** o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás, v.9, n.2, 2020. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10861

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Cartografia de um pensamento de Cerrado**. (Org.) PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. Editora Vieira. Goiânia. 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf. Acesso em: nov/2019.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO Denis. **CERRADO:** patrimônio genético, cultural e simbólico. Revista Mirante, v. 1. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343724775_Cerrado_patrimonio_genetico_cultural_e_simbolico. Acesso em: set/2018.

CHAVES, Caroline Gonçalves. **A CONTAÇÃO NA AVOSIDADE:** a qualidade da relação entre avós e netos através das histórias. Escritos e Escritas na EJA. N.4. 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/niepeeja/ACONTAONAAVOSIDADE.pdf Acesso: Jul/2021

CHIANCA, Luciana. **Devoção e diversão:** Expressões contemporâneas de festas e santos católicos. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 11, volume 18(2):49-74 (2007). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/viewFile/23701/19357

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 4ª. Ed. Cortez. São Paulo. 2003. Disponível em: http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-1/2SF/Claudio/5Pesquisas_em_Ciencias_Humanas_Sociais.pdf

CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeli Valentina; CINELLI, Catiane. **A construção do feminismo e da identidade camponesa no movimento de mulheres camponesas.** Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277818545_ARQUIVO_AConstrdofem-fazgen-Isaura.pdf. Acesso em: jul/2021.

COSTA, Juliana de Almeida. **Mulheres Rurais e Plantas Medicinais**: Saberes, Socialidades e Autonomia Feminina. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria – RS. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/20109/DIS_PPGER_2019_COSTA_JULIANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: mai/2022.

COSTA, Josimar Souza. **Inovação social no semiárido:** o caso do projeto Mandalla no Ceará. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria). UFC. Fortaleza. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15070/3/2013_dis_jscosta.pdf Acesso: set/2021.

COSTA, Otávio. **MEMÓRIA E PAISAGEM:** em busca do simbólico dos lugares. Espaço e Cultura, UERJ. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/issue/view/487 Acesso: Agos/2018.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra Relatório Brasil 2016. Rede DATALUTA. 2017. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2016.pdf Acesso: set/2022.

DEMO, Pedro. **CUIDADO METODOLÓGICO:** signo crucial da qualidade. Sociedade e Estado. v. 17, n. 2. Brasília. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/zcmfWdjVjnSFgZP4P5TMcHQ/?format=pdf&lang=pt

DEMO, Pedro. **Pesquisa qualitativa.** Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Rev. latino-americana enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998. https://www.scielo.br/j/rlae/a/wSwfj7n6VCZJ4gShkMCFF9f/?format=pdf&lang=pt

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. (Org.) **Farmacopéia Popular do Cerrado.** Goiás: Articulação Pacari (Associação Pacari). 2009. Disponível em:

https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_agrobio/_publicacao/89_publicacao01082011054912.pdf. Acesso em: abr/2020. Acesso em: maio/2019.

DIÁZ, Lizzie. **Brasil:** o cerrado e a cidade de Três Lagoas sob o controle das papeleiras. WRM (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais). Boletim nº 237. 2018. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-o-cerrado-e-a-cidade-de-tres-lagoas-sob-o-controle-das-papeleiras/ . Acesso em: fev/2020.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **Ofaié.** Povos indígenas no Brasil. ISA. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ofai%C3%A9 Acesso: set/2022.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **O território Ofaié pelos caminhos da história: reencontro e trajetória de um povo.** Dissertação (Mestrado em História). UFMS Dourados. 2004. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Adutra-2004/dutra_2004.pdf Acesso: set/2022.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social.** (Org) NEVES, Delma Pessanha, MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf

FABRINI, João Edmilson. **As manifestações coletivas e comunitárias como componentes da resistência camponesa**. *In:* do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Anais. Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/17.pdf. Acesso em: out/2019. Acesso em: abr/2020.

FABRINI, João Edmilson. **Latifúndio e agronegócio:** semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. Revista Pegada – vol. 9 n.1. 2008. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643 Acesso: Junho/2021

FELDENS, Dinamara Garcia; FUSARO, Luana Garcia Feldens; CARVALHO, Lucas de Oliveira. **Antropologia, cultura e indivíduo:** Reflexões sobre identidade. Unisul, Tubarão, v.12, n. 21. 2018. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/300480425.pdf. Acesso em: nov/2020. Acesso em: fev/2019.

FELFILI, Jeanine Maria; SOUSA-SILVA, José Carlos; SCARIOT, Aldicir. **Biodiversidade, ecologia e conservação do Cerrado:** avanços no conhecimento. *In*: FELFILI, J. M.; SOUSA-SILVA, J. C.; SCARIOT, A. (org.). Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. Ministério do Meio Ambiente. Brasilia. 2005. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/284/o/Cerrado_Parte1.pdf Acesso em: dez/2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil:** 500 anos de luta pela terra. Revista de Cultura. Vozes. 2001. Disponível em: www.culturavozes.com.br/revistas/0293.htmll Acesso: 08/2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/06/Fernandes.pdf Acesso: Abril/2022.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil:** debates sobre políticas fundiárias**.** 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2015. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/usosdaterranobrasil_2010.pdf. Acesso em: dez/2018.

FERRAROTTI, Franco. **Las historias de vida como método**. Convergencia. Vol. 14. N. 44. Toluca. 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352007000200002. Acesso em: abr/2020.

FIUZA, Danilo. Três Lagoas regulariza Parque do Pombo e Área de Jupiá. **Jornal Perfil News (JPNEWS)**. Três Lagoas. 30 de Outubro de 2009. Disponível em: https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/tres-lagoas-regulariza-parque-do-pombo-e-area-de-jupia/13919/. N. 4.315. Acesso em: mar/2021.Acesso em: abr/2021.

FONSECA, Elizabeth. **Cadê os guavirais**. Campo Grande-MS. 2019. Disponível em: http://elizabethfonseca.com.br/textos/. Acesso em: Abr/2020.

FREITAS, Conceição. **Pequi:** uma flor, um cheiro, uma cor, um sabor, um fruto, um amor. Metrópoles. 17 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas-blogs/conceicao-freitas/pequi-uma-flor-um-cheiro-uma-cor-um-sabor-um-fruto-um-amor. Acesso em: dez/2020. Acesso em: nov/2019.

GARRAFA, Volnei; SOARES, Sheila Pereira. **O princípio da solidariedade e cooperação na perspectiva bioética.** Revista Bioethikos. V. 7, n. 3. São Camilo. 2013. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/105/1809.pdf. Acessado: 29/08/2020.

GLOSSÁRIO. **Termos Epistemológicos E De Metodologia Científica**. Disponível em: https://www.fae.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/GLOSS%C3%81RIO-DE-TERMOS-EPISTEMOL%C3%93GICOS-E-DE-METODOLOGIA-CIENT%C3%8DFICA.pdf Acesso: abr/2022

GODOI, Emília Pietrafesa de; AGUIAR, Vilênia V. Porto. **Mulheres e territórios vividos em contextos rurais:** um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. Cad. Pagu. N. 52. Campinas. 2018. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000100207&script=sci_arttext Acesso: abr/2022.

GODOY, Arllda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. v. 35, n. 2. São Paulo. 1995. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt Acesso em: Junho/2021.

GUERRERO, Ana Tereza Gomes; AJALLA, Ana Cristina Araújo; CAMPOS, Raquel Pires. **Editorial - Guavira**. Revista Fitos, V. 12, n. 2. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: | www.revistafitos.far.fiocruz.b. Acesso em: maio/2019.

GUILLAUMIN, Colette. **Prática do poder e ideia de natureza**. *In:* FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M. (org.). O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu. SOS Corpo. Recife. 2014. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/pesquisa/grupo-de-estudos-e-pesquisa-sobre-violencia-contra-as-mulheres-racismo-e-patriarcado/textos-das-reunioes-julho-dezembro-2020/reuniao-8-9 Acesso em: Abr/2020.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à Multiterritorialidade**. *In:* HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a ressignifcação da relação do humano com o espaço. Canoas/Porto Alegre: Editora ULBRA/Editora UFRGS, 2004. Disponível em: http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf. Acesso: março/2018.

HALL, S. **Da diáspora:** Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Da_Diaspora_-_Stuart_Hall.pdf Acesso: Abr/2022.

HENN, Iara Aquino. **Agroecologia e relações de gênero em projeto societário.** *In:* NEVES, Delma Pessanha, MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói : Alternativa, 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso em: set/2020.

HEES, Felipe. **A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956). Em Tempo de Histórias** -Publicação do Programa de Pós-Graduação em História daUniversidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 20. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19892/18335 Acesso em: mar/2022

HERRERA, Karolyna Marin. **Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care.** Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208/33802. Acesso: out/2020. Acesso em: jan/2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa. V. 37, n. 132. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt Acesso: Abr/2022.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. T. **Benzeduras, garrafadas e costuras:** considerações sobre a prática da benzeção**.** Guaju, Matinhos, v.1, n.2. 2015. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/45038. Acesso em: ago/2020.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALAÇA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. Rev. NERA. v. 22, n. 49. Presidente Prudente. 2019. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5881https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/404. Acesso em: jul/2021.

ILARI, Sebastião. **Da luta pelos mortos a lutar pelos vivos:** a história das Ligas Camponesas. Jornal A Nova Democracia. 04 de Agosto de 2021. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/noticias/16249-da-luta-pelos-mortos-a-lutar-pelos-vivos-a-historia-das-ligas-camponesas Acesso: mar/2022.

JAHN, Elisiane de Fátima. **Mulheres camponesas idosas e suas leituras das cartilhas do Movimento de Mulheres Camponesas/RS.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grrande do Sul (UFGS). Porto Alegre. 2013. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78761/000900115.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: ago/2020.

JOSSO, Marie-Christine. **História de vida e projeto:** a história de vida como projeto e as "histórias de vida" a serviço de projetos. Educação e Pesquisa, 1999, vol.25, no.2, p.11-23. ISSN 1517-9702. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97021999000200002&script=sci_abstract&tlng=pt Acessado: Abril/2021.

KAVILHUKA, R.; OLIVEIRA, O. **Cultura, memória e religião em Irati, PR:** narrativas sobre Albertina Nascimento dos Santos. Multitemas, Campo Grande, MS, n. 46. 2014. Disponível em: https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/issue/view/17. Acessado: ago/2020.

KEMPF, Renata Borges; WEDIG, Josiane Carine. **Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial.** Mundo Agrário, vol. 20, núm. 43. Universidad Nacional de La Plata. 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/845/84557997004/html/ Acesso: mai/2022.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. **A conservação do Cerrado brasileiro**. Megadiversidade. Volume 1. Nº 1. Brasilia. 2005. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Texto_Adicional_ConservacaoID-xNOKMLsupY.pdf Acesso em: out/2018.

KOFES, Suely. **EXPERIÊNCIAS SOCIAIS, INTERPRETAÇÕES INDIVIDUAIS: histórias de vida, suas possibilidades e limites.** Cadernos Pagu (3) 1994. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=2500673389830364116&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&sciodt=0,5. Acesso em: out/2020.

LEAL Alessandra. **Cultura e Memória: percepções das lembranças re-existentes no tempo.** Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2. 2011. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/2459/1731. Acesso em: abr/2019.

LEITE, Jaciara Oliveira. **Ser criança camponesa no Cerrado.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília (UnB). 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32255/1/2018_JaciaraOliveiraLeite.pdf. Acesso em: jan/2020.

LELIS, Leandro Reginaldo Maximino; AVELINO JÚNIOR, Francisco José. **Territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel e resistência camponesa em Três Lagoas – MS.** CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista online. 2016. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/30793/18473. Acesso em: jan/2021.

LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck; SILVA, Euzebio Medrado da. **Estimativa da produção hídrica superficial do Cerrado brasileiro**. *In:* SCARIOT, A.; SOUSA-SILVA, J. C.; FELFILI, J. M. (org.). Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/284/o/Cerrado_Parte1.pdf Acesso: mai/2022

LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck; SILVA, Euzebio Medrado da. **Estimativa da contribuição hídrica do Cerrado para as grandes regiões hidrográficas brasileiras.** *In:* Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Anais. 2007. São Paulo. Disponível em: http://www.abrhidro.org.br/SGCv3/publicacao.php?PUB=3&ID=19&SUMARIO=4580

LIMA, Sélvia Carneiro de; NAZARENO, Elias. **TERRITÓRIOS AMEAÇADOS, SABERES RESSIGNIFICADOS:** a Cartografia Social como possibilidade nas estratégias de luta dos Tapirapé. *In:* Interdisciplinaridade e meio ambiente – UFMA. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331353982. Acesso em: maio/2019.

LIMA, Renato Augusto Ferreira de; RANDO, Juliana Gastaldello; BARRETO, Klaus Duarte. **Composição e diversidade no Cerrado do Leste de Mato Grosso do Sul, Brasil**. Revista Árvore, Viçosa-MG, v.39, n.1. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rarv/a/tb6CDdYtw47n6JqNsXLpctB/?format=pdf&lang=pt Acesso em: abr/2022.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil:** Por uma Antropologia da Territorialidade. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. Disponível em: www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/.../2002-2003_paullittle.pdf. Acesso em: jan/2019.

LOERA, NR. **Tempo de acampamento** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/8ycc4/pdf/loera-9788568334355.pdf. Acesso em: jul/2021.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **As duas maiores papeleiras do mundo e seus cativeiros de papel:** reflexões sobre o caso de um assentamento localizado

no Bolsão Sul-mato-grossense. Civitas 20 (2). 2020. Disponível em: http://old.scielo.br/pdf/civitas/v20n2/1984-7289-civitas-20-02-0175.pdf
Acesso em: abr/2022

LUZIO, L. M. dos S.; OLIVEIRA, B. C. S. C. M. de. **Solidariedade e natureza humana**. Serv. Soc. Rev. v. 13, n.1, Londrina. 2010. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/issue/view/711. Acesso: 03/09/2020.

MAGALHÃES, A. R. de; MORETTO, M.; ASSUNÇÃO, R. R.; FERNANDES, A. L. V.; PINHO, R. G. **Percepção dos moradores do Bairro Jupiá, Três Lagoas (MS) em relação à construção da "Nova Ponte" sobre Rio Paraná:** cultura e identidade. Rev. Conexão Eletrônica, v. 13, n. 1. Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS). Três Lagoas. 2016. Disponível em: http://revistaconexao.aems.edu.br/edicoes-anteriores/2016/ciencias-sociais-aplicadas-e-ciencias-humanas-5/?page=5&offset=20. Acesso em: abr/2021.

MALHADO, Ana Cláudia Mendes; PIRES, Gabrielle Ferreira; COSTA, Marcos Heil. Tradução FERREIRA, Manuel Eduardo. **A conservação do Cerrado é essencial para proteger a Floresta Amazônica.** Revista UFG. V. 12, n. 9. 2010. Publicação: AMBIO: A Journal of Human Environment, em julho de 2010. Disponívele em: https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48341 Acesso: abr/2022.

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; COSTA, Genildo Francisco da. **A pesquisa de campo na formação docente em Geografia:** experiência de um "olhar encarnado" no território do Cerrado. Estudos Geográficos, Rio Claro, 17. 2019. Disponível em: file:///D:/Downloads/14303-Texto%20do%20artigo-76705-1-10-20190802.pdf. Acesso em: fev/2019.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil:** Um renovado desafio à reflexão teórica. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. Disponível em:
http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-
GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf

MARTINS, José de Souza**. Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora Vozes. Petrópolis. 1981. Disponível em: https://felipemaiasilva.files.wordpress.com/2016/03/souza-martins-jose-de-os-camponeses-e-a-politica-no-brasil.pdf. Acesso em: set/2020.

MATO GROSSO DO SUL/SEMA. **Decreto nº. 127, de 12 de setembro de 2012.** Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, ano III, n. 0674. 14/09/2012. Disponível em: http://www.anastacio.ms.gov.br/assets/uploads/arquivos/diario/Edi__o%20n_%200674-14-09-12.pdf. Acesso em: mar/2020.

MATO GROSSO DO SUL/ IAGRO. **Rebanho bovino do Mato Grosso do Sul é o 5º maior do país**. Canal do Criador. Set/2021. Disponível em: . https://www.canaldocriador.com.br/noticias/rebanho-bovino-do-estado-do-mato-grosso-do-sul-e-o-5-maior-do-pais/ Acesso: mai/2022

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **HISTÓRIA ORAL COMO FONTE:** problemas e métodos. Historia, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011. Disponível em: http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3264/Hist%c3%b3ria%20oral%20como%20fonte%20-%20problemas%20e%20m%c3%a9todos.pdf?sequence=1 Acesso: mai/2022.

MENDES, Dulce Santoro; CAVAS, Claudio São Thiago. **Benzedeiras e benzedeiros quilombolas -** construindo identidades culturais. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS. v. 19, n. 1. 2018. Disponível em: https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/1568 Acesso em: ago/2020.

MENDES, Luciana Aparecida de Souza. **AS FOLIAS DE REIS EM TRÊS LAGOAS:** a circularidade cultural na religiosidade popular. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). 2007. Disponível em: http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/159/1/LucianaAparecidadeSouzaMendes.pdf. Acesso em: abr/2018.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste goiano.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente (UNESP). Presidente Prudente. 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102964/mendonca_mr_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: mai/2018.

MENEZES, Marilda A.; GASPARETO, Sirlei A. K. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina.** *In:* NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói. 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso: Nov/2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica:** experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS. Rev. NERA, v. 22, n. 49. Presidente Prudente. 2019. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5904. Acesso em: nov/2020.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A natureza. Tradução: CABRAL, Álvaro. Editora: Martins Fontes. São Paulo. 2000

MESQUITA, Lívia Aparecida Pires de; ALMEIDA, Maria Geralda de. **Gênero e territorialidades femininas:** os espaços da casa e do quintal de mulheres assentadas, Vão do Paranã (GO). ENANPEGE. (ANAIS) Porto Alegre. 2017. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2003/727.pdf
Acesso: junh/2022.

MIRALHA, wagner. **Questão agrária brasileira:** origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. Revista Nera, ano 9, nº 8. Presidente Prudente. 2006. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Miralha.PDF Acesso: agos/2019.

NARDOQUE, Sedeval; KUDLAVICZ, Mieceslau. **Reforma Agrária e desconcentração fundiária em Mato Grosso do Sul:** proposta de ensaio metodológico. Geografia em Questão. V. 12, nº 2. 2019. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/issue/view/1097/showToc. Acesso em: mar/2021.

NARDOQUE, Sedeval; KUDLAVICZ, Mieceslau; MELO, Danilo Souza. **Acampamentos em Mato Grosso do Sul:** Retomada da luta pela terra? Boletim DATALUTA. 2018. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_5_2018.pdf. Acesso em: mar/2021.

NEGRELLE, Raquel Rejane Bonato. Attalea phalerata Mart. Ex Spreng.: **Aspectos Botânicos, Ecológicos, Etnobotânicos e Agronômicos.** Revista Ciências Florestal. V. 25, n. 4. Santa Maria. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-50982015000401061. Acesso em: jan/2020.

NOGUEIRA, Léo Carrer; VERSONITO, Suelen Malheiro; TRISTÃO, Bruno das Dores. **O dom de benzer:** a sobrevivência dos rituais de benzeção nas sociedades urbanas – o caso do Município de Mara Rosa, Goiás, Brasil. Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.2. 2012. Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/viewFile/1290/693. Acesso: Set/2018.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide; PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. **O método de história de vida:** a exigência de um encontro em tempos de aceleração. Pesquisas e Práticas. Psicossociais. vol.12 nº 2. São João Del-Rei abr./jun. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: nov/2020.

OLDIGES, Monica Maria Tourinho. **As representações sociais das mulheres do "Movimento das Mulheres Camponesas" sobre as desigualdades sociais e as diversidades socioculturais.** *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. Florianópolis. 2013. Anais. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386763293_ARQUIVO_MonicaMariaTourinhoOldiges.pdf. Acesso em: abril de 2019.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Uma breve reflexão sobre a expansão do agronegócio e os territórios em disputa em Mato Grosso do Sul**. XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (ENGA). Uberlândia. 2012. **Anais.** Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1469_1.pdf. Acesso em: fev/2021. Acesso em: mar/2021.

OLIVEIRA, A. M. de; TEIXEIRA, J. C.; DOURADO, L. A. C.; AVELINO JÚNIOR, F. J. **Geografia da Saúde Agrária:** Estudo sócio-ambiental em dois acampamentos de Mato Grosso do Sul. *In:* III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Presidente Prudente. 2005. **Anais.** Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Arlinda%20Montalvao%20de%20Oliveira.pdf Acessado: set/2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: maio/2018.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Tempo de travessia, tempo de recriação:** os camponeses na caminhada. Estudos Avançados, 15(43). 2001. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9835 Acesso: ago/2019.

OLIVEIRA, E.D. de; BIZ, J. B.; SALVARO, G.I. J. **A trajetória de modernização da cultura do arroz no Município de Turvo –** Santa Catarina, Brasil. Agroalimentaria, vol. 22, núm. 43.Universidad de los Andes. 2016. Disponível: https://www.redalyc.org/jatsRepo/1992/199251019009/html/index.html. Acesso em: maio/2021. Acesso em: out/2020.

OLIVEIRA, Luciano Benini de; RABELLO, Diógenes; FELICIANO, Carlos Alberto. **Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa**. Revista Pegada – vol. 15 n.1. 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3032. Jan/2021. Acesso em: jun/2019.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **A questão de Gênero no desenvolvimento agroecológico.** Encontro Nacional de Agroecologia. GT2. (ANAIS). Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:-PGsNvCDy6oJ:plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php%3FCOD_ARQUIVO%3D16920+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

PAGOTTO, Teresa Cristina Stocco; CAMILOTTI, Dirce Cristiane; LONGO, José Milton; SOUZA, Paulo Robson de. **Bioma Cerrado e área estudada**. *In:* Biodiversidade do Complexo Aporé-Sucuriú : subsídios à conservação e ao manejo do Cerrado : área prioritária 316-Jauru. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (UFMS/MMA). 2006. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/199/o/Complexo_Apore_Sucuriu.pdf

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **A pesquisa narrativa:** uma introdução. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 8 n. 2. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbla/a/gPC5BsmLqFS7rdRWmSrDc3q/?lang=pt. Acesso em: maio/2021.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Cerrado goiano:** encruzilhada de tempos e territórios em disputa. PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). Cerrados: Perspectiva e olhares. Goiânia: Vieira. 2010, p. 51-69. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf. Acesso em: maio/2019. Acesso em: mar/2018.

PEREIRA, Eliane Regina; PEGORARO, Renata Fabiana; RASERA, Emerson Fernando. **História de Vida, Pesquisa Narrativa e Testimonio:** Perspectivas nos Estudos

Biográficos. Quaderns de Psicologia. v. 19, n. 3. 2017. Disponível em: https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v19-n3-pereira-pegoraro-rasera/1413-pdf-pt. Acesso em: nov/2019.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **A inserção subordinada do brasil na divisão internacional do trabalho:** consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. Sociedade & Natureza, 22 (2). Uberlândia. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sn/a/SHBvQFnZdz4qbnxdZpTFYDw/?lang=pt&format=pdf Acesso: set/2021.

PINHA, Glaucimar Alves; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A contribuição das feiras agroecológicas na UFMS/Campus II e no Condomínio Don El Chall para a soberania alimentar em Três LagoaS/MS**. Entre-Lugar, Dourados, MS, v.9, n.17, 2018. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/8591. Acesso em: maio/2021.

PRAUN, Andrea Gonçalves. **Sexualidade, gênero e suas relações de poder.** Revista Húmus. Nº 1**,** 2011. Disponívem em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641/1302 Acesso: mai/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **A pedido do Prefeito Ângelo Guerreiro, Justiça suspende ação e determina regularização dos moradores do Cinturão Verde**. Gabinete prefeitura. 07 fevereiros 2019. Disponível em: http://www.treslagoas.ms.gov.br/a-pedido-do-prefeito-angelo-guerreiro-justica-suspende-acao-e-determina-regularizacao-dos-moradores-do-cinturao-verde/. Acesso em: jul/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Moradores do Cinturão Verde recebem contrato de lotes em áreas livres**. Secretaria do Meio Ambiente e Agronegócio – SEMEA.28 de março de 2008. Disponível em: Moradores do Cinturão Verde recebem contrato de lotes em áreas livres – Prefeitura Três Lagoas (treslagoas.ms.gov.br). Acesso: maio/2021.

QUEIROZ, Marina Lima. **Nascentes, veredas e áreas úmidas. Revisão Conceitual e Metodologia de Caracterização e Determinação:** Estudo de Caso na Estação Ecológica de Águas Emendadas. Dissertação (Mestrado em Geociências Aplicadas) - Universidade de Brasília (UnB). Brasília. 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20429/1/2015_MarinaLimaQueiroz.pdf. Acesso em: mar/2019. Acesso em: maio/2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática,1993.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. **Cerradão.** Embrapa, Bioma Cerrado. 2017. Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/bioma-cerrado/vegetacao/florestal/cerradao Acesso: mai/2022.

ROSELI SALETE CALDART. **O MST e a formação dos sem terra:** o movimento social como princípio educativo**.** Estudos Avançados 15 (43), 2001. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?format=pdf&lang=pt Acesso: abr/2022.

ROSSETIN, Ana Paula Dallagassa. **F@lapedagógic@:** *user experience* em atividades reflexivas e contextualizadas de pedagoga(o)s. Dissertação (Mestrado em Educação e Novas Tecnologias) - UNINTER. Curitiba. 2020. Disponível em: https://www.uninter.com/mestrado/wp-content/uploads/2020/06/Vers%C3%A3o-Final-Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana-Paula-Dallagassa-Rossetin.pdf. Acesso em: mar/2021.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de lutas ou "coordenadoras de panelas"?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasilia. UNESCO. 2000. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000138.pdf

SAHAGOFF, Ana Paula. **Pesquisa Narrativa:** Uma metodologia para compreender a experiência humana. XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação SEPesq. 2015. Disponível em: https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/879/1013.pdf. Acesso em: nov/2019.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. **"Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas":** lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. Psicologia & Sociedade, 25(1). 2013. Disponível em: http://old.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/10.pdf Acesso: mar/2022.

SANTOS, A. M. S.; COSTA E. M.; BARROS, F. B. **As parteiras e a arte de fazer partos em perspectivas cosmológicas na Ilha do Marajó**. Vivência: Revista de Antropologia, n. 49. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/vivencia/issue/view/693 Acesso em: abr/2018.

SANTOS, Ana Cristina. **Instalação de cervejaria esbarra na regularização de área no Cinturão Verde. Jornal Perfil News**. Três Lagoas, 13 de janeiro de 2018. Disponível em: https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/instalacao-de-cervejaria-esbarra-na-regularizacao-de-area-no-cinturao/106074/. Acesso: maio/2021

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do Pensamento Abissal.** Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos, 79. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?format=pdf&lang=pt Acesso: Abr/2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente, contra o desperdício da experiência**. São Paulo. Editora Cortez, 4ª. Ed. 2002. Disponível em: https://kupdf.net/queue/boaventura-de-sousa-santos-a-critica-da-razao indolentepdf_59b209d4dc0d60f11e568edd_pdf?queue_id=-1&x=1663178046&z=MTg2LjE5NC4xODYuMTY= Acesso: set/2022.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados

brasileiros. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5999/599964678001.pdf Acesso: set/2022.

SANTOS, José Alcides Figueiredo**. Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Vol. 51, no 2. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: D:\Iuperj\Revista Dados 51 nº 2\Revista Dados 51 n2.vp (scielo.br) Acesso: Out/2020.

SANTOS, Mayara Galvan dos. **Trabalho e Gênero:** Mulheres no contexto da Agricultura Familiar. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - UFRGS. Porto Alegre. 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189025/001087822.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: out/2020.

SANTOS, Valéria Pereira; VENÂNCIO JUNIOR, Dernival; BENINI, Édi Augusto. **"Nós ainda existimos":** testemunhos (d)e resistências de mulheres camponesas e indígenas do Cerrado. Élisée, Rev. Geo. UEG – Goiás, v.9, n.2. 2020. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10882 Acesso: jul/2020

SAQUET, Marcos Aurelio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** Geosul, v. 22, n. 43. Florianópolis. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/view/1253 Acesso: jul/2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial.** *In:* SAQUET, Marcos Aurélio SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Ed. Expressão Popular. São Paulo. 2009.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO-SEPLAN. **Perfil do Município de Três Lagoas. Mato Grosso do Sul**. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação IBGE, 1989.

SHANIN, Teodor. **Lições camponesas.** *In:* PAULINO, Eliane Tomiasi; *In:* FABRINI, João Edmilson. (org.). Campesinato e territórios em disputa. Ed. Expressão Popular. São Paulo. 2008. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSGRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf. Acesso em: abr/2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. Disponível em: https://pt.slideshare.net/bioterra/mulheres-e-agroecologia-transformando-o-campo-as-florestas-e-as-pessoas Acesso: mai/2019

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. **"Conte-me sua história":** reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia. Vol. I, nº 1. 2007, p. 25-35. Disponível em: http://coletivoepa.pbworks.com/f/historiasdevidametodo.pdf. Acesso em: abr/2019.

SILVA, Cássia Queiróz da. **Pobres livres em Sant'anna do Paranayba:** considerações sobre a ocupação da terra e os trabalhadores pobres. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.6, nº11. 2016. Disponível em: https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/3297. Acesso em: jan/2020.

SILVA, Dherwerson dos Santos; CURY, Mauro José Ferreira. **A identidade camponesa nos assentamentos do MST no Brasil**. *Geographia Opportuno Tempore*. V. 1, N. 4. UEL. 2015. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31936 Acesso: Abr/2022.

SILVA, Edima Aranha. **Industrialização e dinâmica territorial, novo construto social e multiescalar em Três Lagoas/MS**. XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS (ENG). Porto Alegre. 2010. Anais. Disponível em: http://docplayer.com.br/69371730-Industrializacao-e-dinamica-territorial-novo-construto-social-e-multiescalar-em-tres-lagoas-ms.html. Acesso em: mar/2021.

SILVA, Elaine Barbosa da; ANJOS, Antônio Fernandes dos. **O monitoramento do desmatamento e as ações de conservação do Bioma Cerrado na primeira década do século XXI.** (org.). PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. Editora Vieira. Goiânia. 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf. Acesso em: nov/2019.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **De colona a boia-fria.** *In***:** História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.). 7. ed. – São Paulo. Contexto, 2004.

SILVA, Reginaldo José da. **A dinâmica da formação nas ligas camponesas entre 1960 e 1964, a partir da cartilha do camponês e do documento "Bença, mãe!".** *In:* Encontro de Pesquisa Educacionaldo Norte e Nordeste – EPENN. Natal, 2014. Disponível em: https://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/controle/DocumentoControle.çhp?oper=dowload&cod=902 Acesso: mar/2022.

SILVA, Tânia Paula. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. Mestrado em Geografia. Dissertação. UNESP, Presidente Prudente. 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89787/silva_tp_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: out/2019.

SIQUEIRA, Lyssandro Norton; RADIC, Luiz Felipe. **A degradações do Cerrado e a questão hídrica Sul Americana:** possíveis implicações jurídicas para o Brasil. Revista Vertentes do Direito. V. 8, n. 1. 2021. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/11356/18705 Acesso: mar/2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna.** Estudos Avançados. Vol. 2, n. 2. 1888. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/YgSSRgJjZgtbpBLWxr6xPHr/?lang=pt Acesso: jul/2022.

SOUZA, Clara Lúcia Francisca de; OLIVEIRA, Rosane Borges de; MUSTAFÉ, Diego Nascimento; NUNES, Keila Alves Campos. **O CERRADO COMO O "BERÇO DAS ÁGUAS":** potencialidades para a educação geográfica. Revista Cerrados (Unimontes), vol. 17, núm. 1. 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5769/576961001006/html/

SOUSA-SILVA, J. C. FELFILI, J. M. **CERRADO:** Ecologia, Biodiversidade e Conservação. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2005. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/284/o/Cerrado_Parte1.pdf Acesso em: set/2018.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **O território camponês da Pedra Lisa em Quirinópolis/GO e as estratégias de permanência frente às grandes lavouras de cana-de-açúcar.** Tese (Doutorado em Geografia) - UFU. Uberlândia. 2013.

SOUSA, Ferdinando de. **Bambuí, Urucuia e Guarani:** Os grandes aquíferos do Cerrado brasileiro. Água Vida e Cia. Mai. 2017. Disponível em: https://ferdinandodesousa.com/2017/05/24/bambui-urucuia-e-guarani-os-grandes-aquiferos-do-cerrado-brasileiro/ Acesso: mai/2022.

SOUZA, M. A. de. **Diagnóstico das alterações temporais no uso e ocupação do solo da sub-bacia do Ribeirão Campo Triste, Três Lagoas-MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). 2007.

SOUZA, Maria Aparecida de; SOUZA, Edevaldo Aparecido. **Territorialidades femininas nos territórios cerradeiros**. Revista Equador (UFPI), Vol. 9, Nº 1, p.79 - 96 Disponível em: http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador Acesso: jan/2020.

SOUZA, Maria Aparecida de; SOUZA, Edevaldo Aparecido; SILVA, Tania Paula da **Territorialidades e saberes tradicionais dos povos cerradeiros.** *In:* (org) MORAES, N. R. et al. Povos originários e comunidades tradicionais. Ed. Fi. EdUFRR. Porto Alegre. 2018.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Expressão Popular. São Paulo. 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49119. Acesso em: jul/2019.

SUZANO. **Relatório 2018**. Disponível em: https://s1.q4cdn.com/987436133/files/doc_news_pt/Fibria/Green-Bonds-Relat%C3%B3rio-Anual-Fibria-2018-19-Port.pdfAcesso em: set/2019.

TABET, Paola. **Mãos, instrumentos, armas**. *In*: FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M. (org.). O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu. SOS Corpo. Recife. 2014. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/pesquisa/grupo-de-estudos-e-pesquisa-sobre-violencia-contra-as-mulheres-racismo-e-patriarcado/textos-das-reunioes-julho-dezembro-2020/reuniao-8-9 Acesso em: Abr/2020.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do rio Ivinhema no Estado de Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP. Presidente Prudente. 2015. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136004 . Acesso em: maio/2021.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no brasil:** impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas. V. 2, nº 2, ano 2. 2005. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/235432186.pdf Acesso: mar/2022.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **No rastro da boiada:** pecuária e ocupação do sul de Mato Grosso (1870-1920). Revista Crítica Histórica. Ano V, nº 9. 2014. Disponível em: www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/download/2942/pdf Acesso em: maio/2021.Acesso em: mar/2019.

VANDERLINDE, Tarcísio. CAMPONESES: **Um olhar nos primórdios da modernidade.** Revista Cantareira. N. 5, V. 1. 2004. Disponível em: http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/. Acesso em: mar/2019.

VEIGA, Patrícia. **A constituição dos povos cerradeiros.** Revista Afirmativa, n. 6 – UFG. 2011. Disponível em: https://www.ufg.br/up/1/o/revista_CERRADO_web.pdf Acesso: mai/2022.

VIANA, Maurício Boratto. **O eucalipto e os efeitos ambientais do seu plantio em escala.** Câmara dos Deputados. Brasília. 2004. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1162/eucalipto_efeitos_boratto.pdf?sequence+3&isAllowed=y Acesso: dez/2020.

WALTER, Bruno Machado Teles; SEVILHA, Anderson Cassio. **O CERRADO ESTÁ MORRENDO.** UnB protagoniza estudos para salvar o bioma. DARCY - Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília Nº 21. 2019. Disponível em: https://revistadarcy.unb.br/images/PDF/darcy21.pdf Acesso: set/2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de Resistência**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52. Brasília 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002. Acesso em: Ago/2019.

WESTPHAL, Vera Herweg. **Diferentes matizes da idéia de solidariedade**. Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 43-52 jan./jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/04.pdf. Acesso em: mar/2020. Acesso em: jul/2019.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. Da. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4284077/mod_resource/content/1/cap%C3%ADtulo%20I%20-%20Woodward%20-%20IDENTIDADE-E-DIFERENCA-UMA-INTRODUCAO-TEORICA-E-CONCEITUAL.pdf

WOORTMANN, Klaas. **"Com Parente Não se Neguceia".** O Campesinato Como Ordem Moral. V. 12, n. 1. Anuário Antropológico/88. Universidade de Brasília. 1990.

Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/issue/view/605. Acesso em: set/2019. Acesso em: jan/2019.

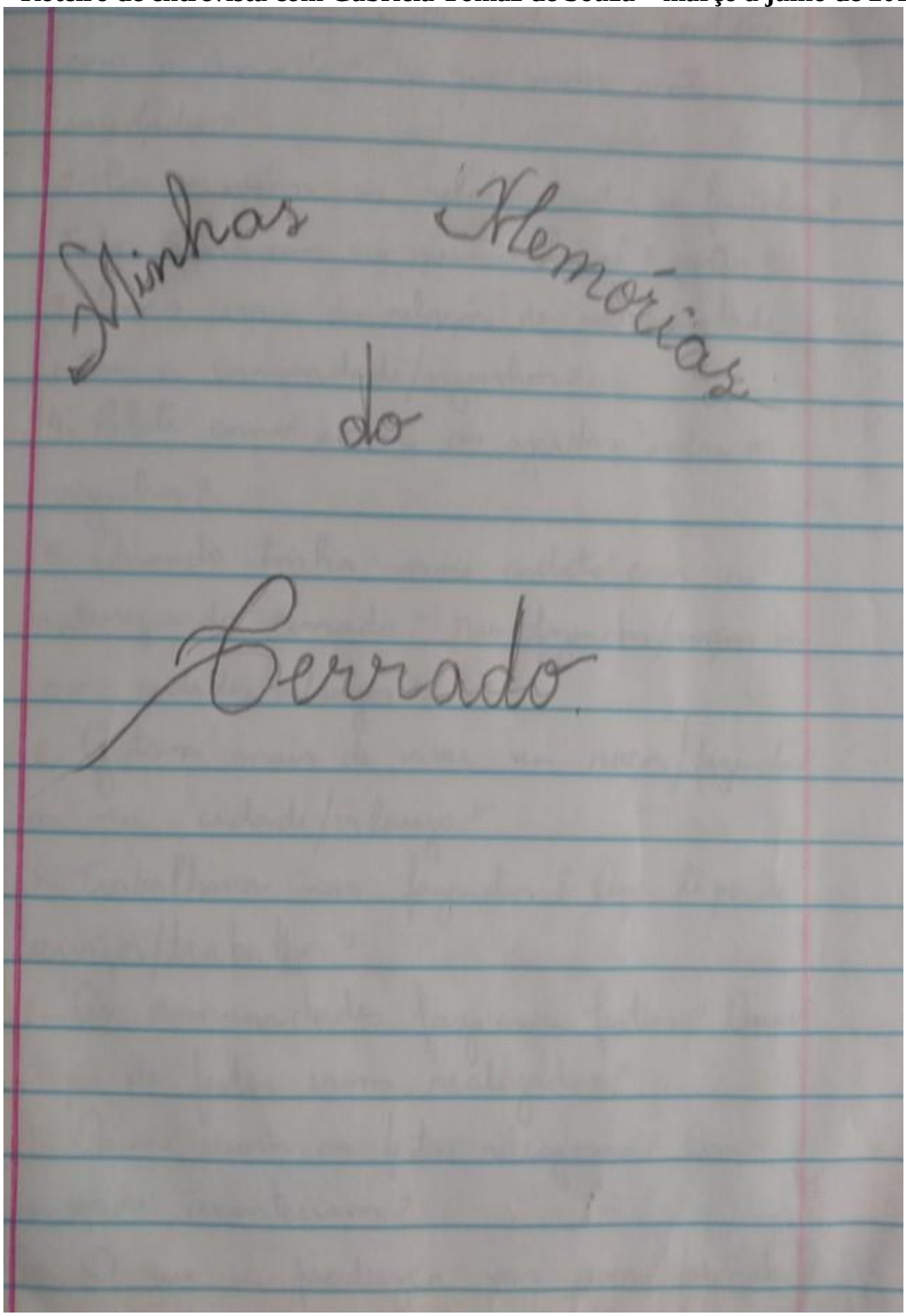
ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. **Colonas italianas no sul do Brasil:** estigma e identidade. *In:* NEVES, Delma Pessanha; MEDEIRO, Leonilde Servolo de. (Org.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/livro_mulheres_camponesas.pdf. Acesso em: fev/2021. Acesso em: set/2019.

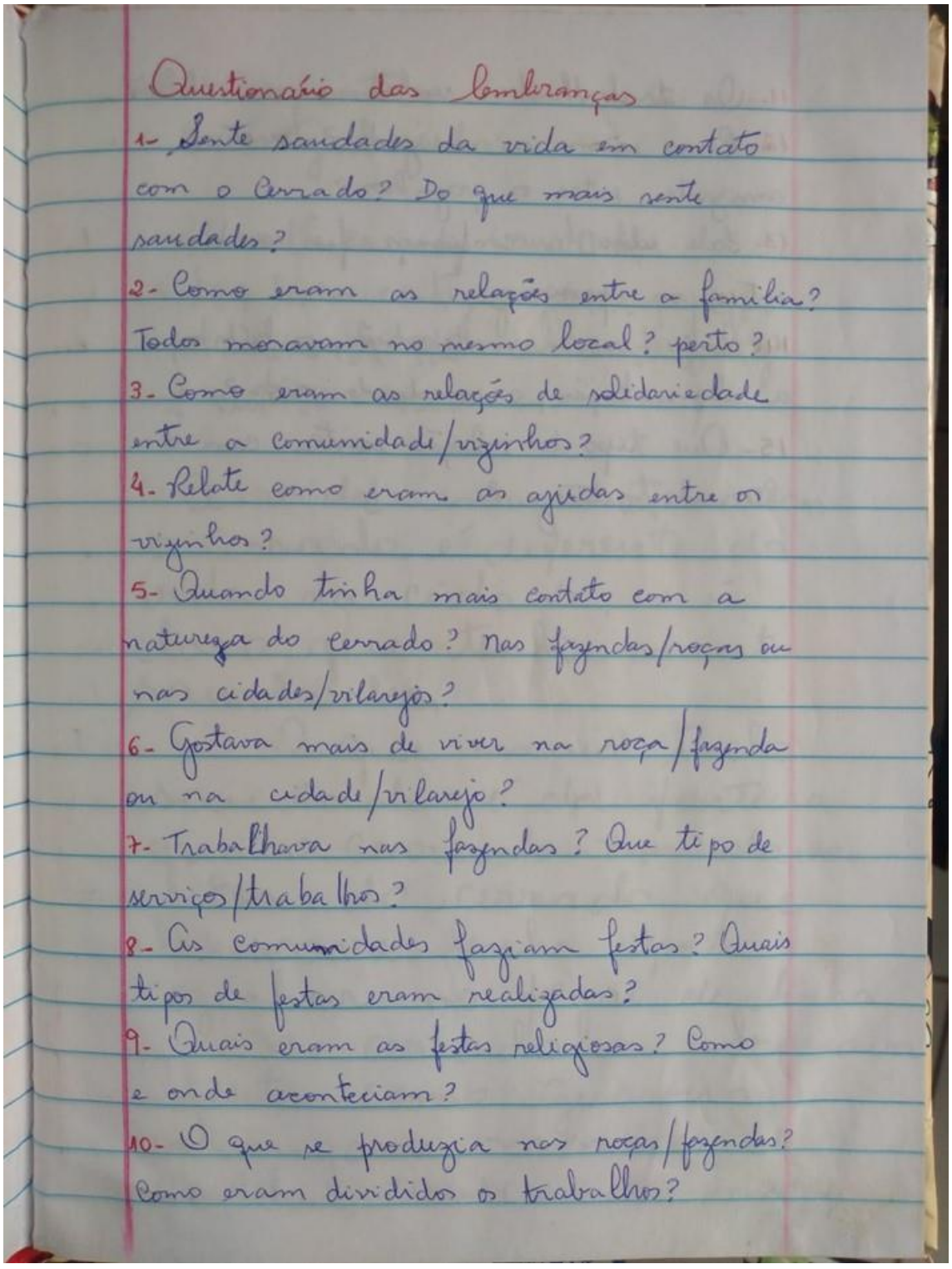
ZORZATO, Osvaldo. **Os Kaiapó Meridionais na Obra de um Memorialista Contemporâneo: Hildebrando Camprestini.** ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206368_6daf875be1782ddd63ff99ea92a2af4f.pdf Acesso: set/2022.

ANEXOS

Anexo 1

Roteiro de entrevista com Gabriela Tomaz de Souza – março a julho de 2019





Questionário das lembranças

1- Sente saudades da vida em contato com o Cerrado? Do que mais sente saudades?

2- Como eram as relações entre a família? Todos moravam no mesmo local? perto?

3- Como eram as relações de solidariedade entre a comunidade/vizinhos?

4- Relate como eram as ajudas entre os vizinhos?

5- Quando tinha mais contato com a natureza do cerrado? nas fazendas/roças ou nas cidades/vilarejos?

6- Gostava mais de viver na roça/fazenda ou na cidade/vilarejo?

7- Trabalhava nas fazendas? Que tipo de serviços/trabalhos?

8- As comunidades faziam festas? Quais tipos de festas eram realizadas?

9- Quais eram as festas religiosas? Como e onde aconteciam?

10- O que se produzia nas roças/fazendas? Como eram divididos os trabalhos?

Anexo 2
Roteiro de entrevista com Neli Cordeiro de Macedo Magalhães – 30/01/2020

Você autoriza colocar o seu nome na pesquisa?
Qual o seu nome completo?
Conta a história da sua vida até antes do casamento. Onde nasceu, quais lugares morou, moravam na fazenda ou na cidade?
Depois de casada continuou morando nas fazendas?
Fale sobre a história da luta pela terra.
Quando você entrou no seu lote, quais foram as lutas que tiveram de enfrentar?
Fale sobre a produção do seu lote
Como foi sua experiência de liderança no Assentamento?
Como você vê hoje a Associação do Assentamento?
O que quis dizer quando falou: entrar na terra é resgatar a cultura?
No Assentamento hoje existe alguma Associação ou projetos?
Você criou o viveiro de mudas do Cerrado porque queria resgatar o Cerrado. O que é o Cerrado para você?
Como você se enxerga enquanto mulher?

Anexo 3
Roteiro de entrevista com Lourdes da Silva Lisboa - 22 de janeiro de 2020

Você autoriza colocar o seu nome na pesquisa?
Qual o seu nome completo?
Nome do pai e da mãe
Onde nasceu?
Conta a história da sua vida até antes do casamento. Onde nasceu, quais lugares morou, moravam na fazenda ou na cidade?
Depois de casada continuou morando nas fazendas?
Trabalhada registrada e recebia salário?
Que tipo de trabalho seu marido fazia nas fazendas?
Fale sobre a história da luta pela terra.
Ficaram acampados?
Mudaram para o acampamento do córrego do Pinto?
Tinham reuniões no acampamento?
O gado fica no seu lote?
Quem te ajuda no sítio?
Quanto tempo você viveu no assentamento com seu marido?
Fale sobre o seu trabalho no viveiro
Como é o seu dia a dia no lote?
O que é o Cerrado para você? Como você o vê?
Você não faz parte de nenhum projeto no assentamento?
Como você vê a sua vida enquanto mulher?

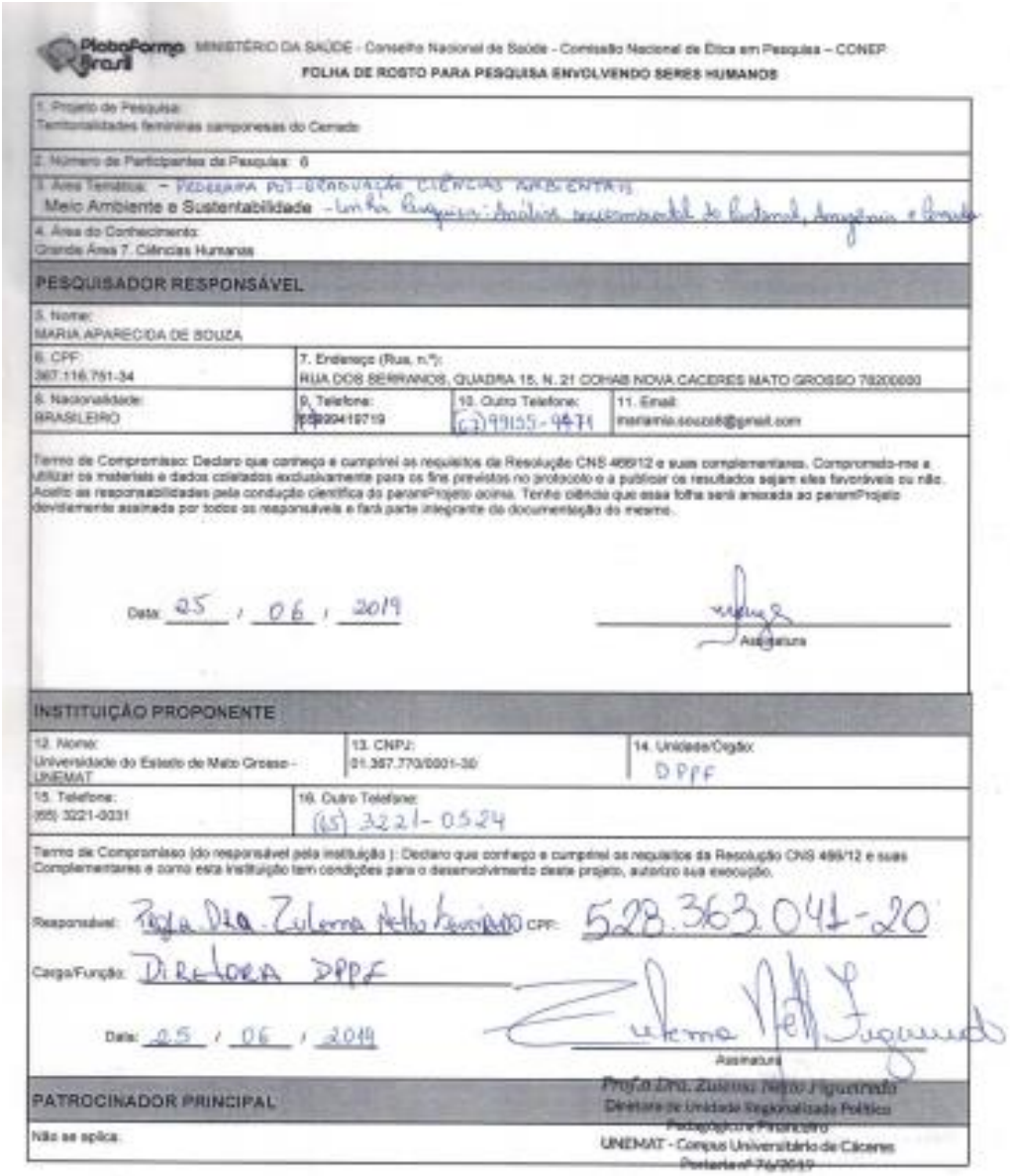
Anexo 4
Roteiro de entrevista com Onézia Cardoso de Moura - 16 de janeiro de 2020

Você autoriza colocar o seu nome na pesquisa?
Qual o seu nome completo?
Nome do pai e da mãe
Onde nasceu? Em que lugares morou?
Conta sua história de quando era criança e que morava com seus pais
O que você plantou aqui no seu lote?
Que lembranças você tem da relação com o Cerrado quando era criança e jovem?
Você estudou até que ano?
Conta a sua história depois que se casou
Quanto tempo você viveu com o primeiro marido?
Depois que seu primeiro marido faleceu você teve que trabalhar na cidade?
Como conheceu o seu segundo marido? Vocês foram trabalhar em fazendas?
Que tipo de trabalho você fazia nas fazendas? Você recebia pelos serviços prestados?
Como vocês adquiriram o lote no Cinturão Verde? Conta um pouco da história do Cinturão Verde.
Quais foram as dificuldades depois que vieram morar neste lote?
Como foi a relação de trabalho entre você e o seu esposo aqui no Cinturão?
Fale das plantas medicinais que você tem no quintal
Você ensina e doa esse conhecimento, as ervas para as pessoas que precisam?
Porque você sempre quis morar no campo?

Anexo 5
Roteiro de entrevista com Maria Rodrigues da Cruz de janeiro de 2020

Seu nome completo
Você autoriza colocar o seu nome na pesquisa?
Nome dos seus pais
Tiveram sítio próprio ou sempre trabalharam nas terras de outros?
Estudou até que ano?
Quando nasceu?
Onde nasceu e em quais lugares já morou?
Como foi a venda das verduras para as escolas no tempo da pandemia?
Quando veio para MS?
Antes de você se casar, quando ainda morava com os pais trabalhava nas fazendas?
Depois que se casou como foi sua vida? Vivei no campo ou na cidade?
Nos trabalhos realizados em fazendas, você recebia salário?
Quando vocês vieram para o Cinturão Verde? Como adquiriram o lote?
O que você produz no lote?
Fale dos projetos que participa na venda da produção do seu lote
Você fornece verduras para as escolas? Como funciona essa parceria?
A sua produção é agroecológica?
Seus filhos moram aqui também? Eles trabalham na terra?
Qual a ligação que você teve com o Cerrado?
Como você se enxerga enquanto mulher?

Anexo 6



PlataForma Brasil — MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa:
Territorialidades femininas camponesas do Cerrado

2. Número de Participantes da Pesquisa: 6

3. Área Temática: – PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS AMBIENTAIS
Meio Ambiente e Sustentabilidade – Linha Pesquisa: Análise socioambiental do Cerrado, Amazônia e Pantanal

4. Área do Conhecimento:
Grande Área 7. Ciências Humanas

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

5. Nome:
MARIA APARECIDA DE SOUZA

6. CPF:	7. Endereço (Rua, n.º):		
367.116.751-34	RUA DOS SERRANOS, QUADRA 15, N. 21 COHAB NOVA CACERES MATO GROSSO 78200000		
8. Nacionalidade:	9. Telefone:	10. Outro Telefone:	11. Email:
BRASILEIRO	[illegible]20419719	(65)99155-9471	mariamia.souza6@gmail.com

Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do presenteProjeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao presenteProjeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.

Data: 25 / 06 / 2019

Assinatura

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

12. Nome:	13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão:
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT	01.367.770/0001-30	DPPF
15. Telefone:	16. Outro Telefone:	
(65) 3221-0331	(65) 3221-0524	

Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Responsável: Profa Dra. Zulema Netto Figueiredo CPF: 528.363.041-20

Cargo/Função: DIRETORA DPPF

Data: 25 / 06 / 2019

Assinatura

Profa Dra. Zulema Netto Figueiredo
Diretora de Unidade Regionalizada Política
Pedagógica e Financeiro
UNEMAT - Campus Universitário de Cáceres
Portaria nº 76/2019

PATROCINADOR PRINCIPAL

Não se aplica